

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTI

Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT

Coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional: a biografia como estratégia de preservação

Rachel Corrêa Lima

**Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro
Prof^a. Dr^a. Guadalupe do Nascimento Campos**

Rio de Janeiro / Brasil
2019

Coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional: a biografia como estratégia de preservação

por

Rachel Corrêa Lima,
*Aluna do Mestrado Profissional em Preservação
de Acervos de Ciência e Tecnologia*

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Área de concentração: Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

Linha de Pesquisa 2: Acervos, Conservação e Processamento

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro e Prof^a. Dr^a. Guadalupe do Nascimento Campos

MAST/MCTI - RJ, maio de 2019

Rachel Corrêa Lima

Coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional: a biografia como estratégia de preservação

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito necessário à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Co orientador: _____

Prof^a. Dr^a. Guadalupe do Nascimento Campos
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador Interno: _____

Prof. Dr. Marcus Granato
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador Externo: _____

Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel
PPMUS/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Suplente interno: _____

Prof^a. Dr^a. Cláudia Penha dos Santos
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Suplente externo: _____

Prof. Dr. Victor Emmanuel Teixeira Mendes Abalada
Museu de Astronomia e Ciências Afins

Rio de Janeiro, 2019

Ficha elaborada pela Bibliotecária Reg. CRB7-6934

L732c Lima, Rachel Corrêa.

Coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional: a biografia como estratégia de preservação / Rachel Corrêa Lima. — Rio de Janeiro, 2019. 186 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro.

Coorientadora: Profa. Dra. Guadalupe do Nascimento Campos.

Referência: f.148 -168.

Inclui anexos.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervo em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

1. Preservação. 2. Coleções etnográficas. 3. Significância. 4. Museu Nacional. 5. Mocquerys, Albert. I. Loureiro, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. II. Campos, Guadalupe do Nascimento. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Programa de Pós-Graduação de Preservação em Acervo de Ciência e Tecnologia. IV. Título

CDU: 7.025::069.5:39

"Everything for ceremonial, religious and ritual purposes that my culture makes is meant to disintegrate...to go back into the ground. Conservation is a disservice to my culture."

Dr. Edmund James Ladd (Zuni)
Museum of Indian Arts and Culture, Santa Fé, Novo México

AGRADECIMENTO(S)

As minhas orientadoras Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro e Prof^a. Dr^a. Guadalupe do Nascimento Campos, pelo incentivo, empenho e pelas importantes contribuições para o desenvolvimento deste estudo, além do carinho e paciência demonstrados.

Ao Prof. Dr. Marcus Granato pelas várias sugestões, durante minha qualificação, que enriqueceram meu trabalho e ao Prof. Dr. Marcio Rangel por aceitar compor a banca de defesa.

A Prof^a. Dr^a. Mariza de Carvalho Soares pelo encorajamento, apoio e inspiração para meu projeto de pesquisa e pela participação em minha banca de qualificação. Ao Prof. Dr. Edmundo Pereira pelos vários ensinamentos, provocações e indicações de leituras. Ao Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira por permitir e apoiar a realização desse mestrado. Aos colegas da Seção de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, Michele de Barcelos Agostinho e Crenivaldo Regis Veloso Junior, pelas longas conversas e debates que me influenciaram de vários modos.

Aos professores, funcionários e colegas do PPACT/MAST pela solidariedade e ensinamentos. Em especial a Prof^a. Dr^a. Alda Lucia Heizer, Prof^a Dr^a. Claudia S. Rodrigues de Carvalho, Prof^a. Dr^a. Adriana Cox Hollós, Prof^a. Dr^a. Claudia Penha dos Santos e Prof^a. Ozana Hannesch.

Ao Dr. Laurence Dorr, do *Smithsonian National Museum of Natural History* pela disponibilização de todos os seus artigos escritos sobre Albert Mocquerys e compartilhamento de informações.

Ao Prof. Dr. Shadreck Chirikure do Departamento de Arqueologia da *University of Cape Town* pelos vários artigos e livros que propiciaram o incremento de informações para a pesquisa.

E ainda ao Prof. Dr. Innocent Pikirayi do Departamento de Antropologia e Arqueologia da *University of Pretoria* e ao Prof. Dr. Foreman Bandama que através de seus livros e artigos me ajudaram a compor esse trabalho.

LIMA, Rachel Corrêa. **Coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional: uma biografia como forma de preservação.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, MAST, Rio de Janeiro, 2019. 186 p. Orientador: Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro e Guadalupe do Nascimento Campos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de investigação a coleção de armas africanas vendida pelo viajante naturalista francês Albert Mocquerys ao Museu Nacional em 1902. Seu objetivo é a reflexão sobre preservação de coleções etnográficas, entendida de forma ampla, ou seja, da documentação à conservação, assegurando o compromisso de futuras ações fundamentadas nas novas posturas museológicas e curatoriais em museus com essa tipologia de acervo. Os agentes envolvidos na produção do conhecimento dentro dos museus de antropologia não são mais apenas antropólogos, historiadores ou museólogos, são também os grupos que, através de seu patrimônio cultural contribuíram, de forma voluntária ou não, para a formação dos acervos hoje existentes. Os objetos etnológicos não são mais objetos produzidos por figuras distantes no tempo e no espaço, são objetos de memória, história e leis, inseparáveis de seus contextos particulares e com força política. São bens de propriedade, precisam ter permissão e serem preservados para a posteridade. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa exploratória e descritiva, através de análise teórica, bibliográfica e documental. Como resultado, verificou-se que a utilização da biografia das coleções, além de incrementar o arcabouço de informações acerca dos objetos, pode ser usada como estratégia de preservação. Em combinação com ferramentas como a declaração de significância, o mapa conceitual, entre outras, pode ajudar a identificar questões, valores, organizar ideias e auxiliar na tomada de decisão, possibilitando ao conservador atuar com segurança e ética. Entramos em uma era na qual os conservadores não podem mais ignorar os valores e suscetibilidades das pessoas sobre as quais o museu fala e cujas heranças fazem parte dos acervos.

Palavras-Chave: preservação; coleções etnográficas; significância; Museu Nacional; Albert Mocquerys

LIMA, Rachel Corrêa. **Mocquerys' collection of african weapons from the National Museum: a biography as a way of preservation.** 2019. Dissertation (master's degree) - Professional Master's Degree in Preservation of Science and Technology Collections, MAST, Rio de Janeiro, 2019. 186 p. Supervisor: Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro and Guadalupe do Nascimento Campos.

ABSTRACT

This research aims to investigate the collection of African weapons sold by the French naturalist Albert Mocquerys to the National Museum in 1902. Its objective is the reflection on the preservation of ethnographic collections, understood in a broad way, that is, from documentation to conservation, ensuring the commitment of future actions based on the new museological and curatorial positions in museums with this type of collection. The agents involved in the production of knowledge within the museums of anthropology are no longer just anthropologists, historians or museologists, they are also the groups that through their cultural patrimony have contributed, voluntarily or not, to the formation of the existing collections. Ethnological objects are no longer objects produced by figures distant in time and space, they are objects of memory, history and laws, inseparable from their contexts and with political force. They are property, must be allowed and preserved for posterity. The methodology used is based on exploratory and descriptive research, through theoretical and bibliographical analysis. As a result, it was found that the use of collections biography, besides increasing the information framework about objects, can be used as a preservation strategy. In combination with tools such as the declaration of significance, the concept map, among others, can help identify issues, values, organize ideas and assist in decision making, enabling the conservators to act safely and ethically. We are entering an era in which conservators can no longer ignore the values and susceptibilities of the people on whom the museum speaks and whose legacies are part of the collections

Keywords: preservation; ethnographic collections; significance; National museum; Albert Mocquerys

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AMNH – American Museum of Natural History (NY)

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOM-CC - *International Council of Museums – committee of conservation*

ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*

ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*

ICOFOM – *ICOM International Committee for Museology*

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

FACC – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LDA – Lei de direito autoral

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

MN - Museu Nacional

MNHN – *Museum Nationelle d’Histoire Naturelle* (FR)

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIM – *Office International de Musées*

PCI – Patrimônio Cultural Imaterial

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História

PPACT - Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

SAE – Seção de Assistência ao Ensino

SEE – Setor de Etnologia e Etnografia (MN)

SEMEAR – Seção de Memória e Arquivo Histórico do Museu Nacional

SEMU – Seção de Museologia

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP – Universidade de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Museu Nacional no Campo de Santana em 1862.....	15
Figura 2 - Exposição Antropológica de 1882	18
Figura 3 - Quadro a Redenção de Cam de Modesto Brocos de 1895	22
Figura 4 - Alberto Mocquerys na Venezuela (sentado ao centro)	27
Figura 5 - Anúncio em Jornal de 1899 com propaganda dos serviços de cirurgião dentista	28
Figura 6 - Cartaz da Exposição Colonial de Marseille de 1906	36
Figura 7 - Mapa conceitual proposto por Michel Cotte com os vários aspectos da integridade e autenticidade e suas relações	70
Figura 8 - exemplo visual do Spectrum 4.0 em português.....	87
Figura 9 - Ações em Significance 2.0.....	89
Figura 10 - Etapas para elaboração de declaração de significância	90
Figura 11 - Recomendação feita por Baptista de Lacerda em 1902	97
Figura 12 - Recibo da venda das peças por Mocquerys ao Museu Nacional em 1902	98
Figura 13 - Rio Zambeze.....	102
Figura 14 - Mapa da região do Zambeze em 1898.....	103
Figura 15 - Rei Monomotapa	105
Figura 16 - Alguns dos heróis da resistência capturados pelos ingleses	107
Figura 17 - Forno de fundição com formas femininas em Nyanga, Zimbábue	109
Figura 18 - Fieras e pinça usadas pelos ferreiros 1958	112
Figura 19 - pinça, fieira, diversos fios de ligas metálicas 1958	112
Figura 20 - Machado descrito por Theodore Bent.....	114
Figura 21 - Imagem de ferreiros do Zambeze usando o fole no livro de David Livingstone.....	116
Figura 22 - Padrões de trançado dos fios de decoração das armas citadas por Muller e Snelleman (Prancha XXVII, fig. 3)	117
Figura 23 - Machados descritos por Muller e Snelleman	118
Figura 24 - Zagaiais de uma e duas pontas com decoração de fios de liga metálica descritas por Muller e Snelleman.....	120
Figura 25 - Armas descritas por Paul Guyot	122
Figura 26 - Conjunto de objetos que podem compor o tsvimbo dza baba	125
Figura 27 - Livro de Entrada e Saída de Objetos da 4ª. Seção” no ano de 1909 (Livro do Porteiro)	127
Figura 28 - O Diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda no canto à esquerda em uma das salas de Etnologia	130
Figura 29 - Uma das salas de Etnologia (sala Castelnau) depois da reforma de Roquete Pinto	131
Figura 30 - Esquema museográfico das exposições na década de 40.	132
Figura 31 - Aspecto de uma das vitrines dedicada ao continente africano na reforma de 1947	133
Figura 32 - Planta baixa indicando a exposição África em 1963	133
Figura 33 - Vitrine Armas da exposição de 2006 com algumas peças da Coleção Mocquerys.	135
Figura 34 - Exposição Kumbukumbu	136
Figura 35 - Vitrine Guerras Coloniais da exposição Kumbukumbu de 2014 com algumas peças da Coleção Mocquerys	137
Figura 36 – Arma de propulsão da coleção Mocquerys depois e antes do incêndio.....	141
Figura 37 - Zagaia da coleção Mocquerys depois e antes do incêndio	142
Figura 38 - Machado antes e depois do incêndio.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo da tipologia de valores desenvolvida por vários autores e organizações.....	72
Tabela 2 - Algumas ferramentas.....	93
Tabela 3 - transcrição do Livro de Registro de entrada e saída de objetos da 4ª. Seção” do ano de 1909	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O TRABALHO DO NATURALISTA VIAJANTE NA CONSTITUIÇÃO DE COLEÇÕES PARA O MUSEU NACIONAL ...5	
1.1. Ciência, Naturalistas Viajantes e Museus	6
1.2. O Museu Nacional e a 4ª. Seção no século XIX e início do século XX	12
1.2.1. A documentação na 4ª. Seção.....	23
1.3. Albert Mocquerys (1860 – 1926): coletor comercial ou naturalista viajante?.....	26
2. REFERENCIAL TEÓRICO: PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E NOVOS PARADIGMAS	39
2.1. Coleções e objetos musealizados	40
2.2. Objetos como documentos	44
2.3. Objetos e suas trajetórias	45
2.4. Alguns conceitos sobre preservação de coleções.....	48
2.5. O pensamento preservacionista	53
2.5.1. Preservação e Patrimônio: as cartas patrimoniais	59
2.5.1.1. Os primórdios	60
2.5.1.2. Novos paradigmas.....	63
Autenticidade e integridade	68
Valor e significância/significação	71
2.6. Reflexões sobre novos desafios e novas perspectivas	73
2.6.1. Preservação: sustentabilidade e susceptibilidades.....	79
2.6.2. A utilização de ferramentas auxiliares	85
3. COLEÇÃO MOCQUERYS DO SETOR DE ETNOLOGIA DO MUSEU NACIONAL	95
3.1. NOTAS PARA Uma possível biografia da coleção	96
3.1.1. Contextos de uso.....	108
3.1.2. Vida no museu.....	126
3.1.3. Incêndio, resgate e sobrevivência.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
ANEXOS	170

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa era composto por uma coleção de 27 objetos de cunho etnográfico coletada e vendida em 1902 ao Museu Nacional pelo naturalista-viajante francês Albert Mocquerys. Dentre os objetos estavam machados, zagaias, lanças e um apoio de cabeça, todos de proveniência africana, mais especificamente da região do rio Zambeze e se encontravam sob a guarda do Setor de Etnologia¹.

O acervo africano do Museu Nacional era composto por aproximadamente 700 objetos de proveniência africana, sendo a maior parte do século XIX e aproximadamente 200 objetos de origem afro-brasileira. (SOARES; LIMA, 2013)

O interesse pela presente pesquisa ocorreu a partir da montagem de uma exposição de longa duração no Museu Nacional dedicada ao continente africano, iniciada em 2013 e com a curadoria da Prof^a. Maria de Carvalho Soares da Universidade Federal Fluminense - UFF. Durante a montagem da exposição observamos que algumas peças apresentavam “sujidades” como no caso de um *nkisř* e outros continham pátina, como no caso das peças de origem metálica³. Talvez pela minha formação em Museologia e em Conservação-restauração, surgiram vários questionamentos: como conservar esses objetos levando em consideração todo o valor simbólico que lhes é atribuído, preservando também os testemunhos dessa interação e respeitando seu caráter intangível? Que tipo de conhecimento o conservador deve ter para atuar com segurança em relação a esse tipo de acervo?

De modo geral, alguma atenção tem sido dada às obras de arte, mesmo aos acervos de cunho arqueológico que dispõe de normativas, diretrizes e compêndios de conservação, realidade que difere dos acervos etnográficos. Mas qual seria a postura do conservador frente a um acervo etnográfico com todo seu peso simbólico? A quem recorrer? O que NÃO fazer?

Um processo de limpeza/higienização, por mais inocente que pareça pode colocar em risco ou mesmo anular informações valiosas pertinentes ao objeto. A utilização de materiais ou processos abrasivos na conservação-restauração pode “apagar” vestígios culturais, como no caso de aspersão de elementos (leite, cocções, fluidos orgânicos etc.) utilizados durante cerimônias rituais e que deixaram manchas nesses objetos, dificultando ou mesmo impossibilitando a compreensão da integridade conceitual ou contexto de sua produção.

Conforme afirma Sease (1998, p. 101, tradução nossa) “[...] é admissível remover a “sujeira” do museu, deixando intacta a “sujeira” etnográfica, embora mantê-la possa comprometer a conservação”.

Nesse cenário, a presente pesquisa foi desenvolvida na tentativa de elucidar algumas dessas questões e contribuir na discussão e reflexão sobre esse tema. Inicialmente, foi realizada uma

¹ Parte dos objetos, aqui estudados, encontravam-se na reserva técnica 2 do SEE e a outra parte encontrava-se em exposição no segundo andar do museu

² Representação de entidades espirituais ancestrais

³ Machados, facões e alguns objetos de cunho religioso do candomblé

pesquisa no Arquivo e nos livros de registro do Museu Nacional, a respeito da coleção estudada, porém, as informações contidas nessa documentação eram muito esparsas e com muitas lacunas. Além disso, poucas informações foram encontradas referentes à figura emblemática de seu coletor Albert Mocquerys. Através de correspondência trocada e dos artigos gentilmente cedidos pelo Dr. Laurence Dorr do *Smithsonian National Museum of Natural History* foi possível resgatar a participação de Mocquerys nos processos de coleta, venda e composição de coleções em vários museus.

Embora um dos objetivos iniciais desse trabalho fosse investigar e discutir os métodos usados na conservação de peças etnográficas de origem metálica e a caracterização dos seus materiais constituintes, o incêndio do Museu Nacional em setembro de 2018, provocou um “gap” no desenvolvimento da pesquisa. As peças haviam “desaparecido”, mas por outro lado esse evento suscitou novos caminhos. Somente no final de janeiro algumas delas foram recuperadas, mas a ação do fogo havia transformado sua materialidade.

Dessa forma, a presente dissertação se propõe a refletir sobre a preservação de coleções etnográficas, entendida de forma ampla, ou seja, da documentação à conservação, assegurando o compromisso de futuras ações de conservação fundamentadas nas novas posturas museológicas e curatoriais em museus com essa tipologia de acervo. Partindo do estudo de caso da coleção Mocquerys de armas africanas do Museu Nacional, esse trabalho pretende colaborar na abertura de futuras discussões mais profundas sobre o tema.

Através desse estudo, buscamos contribuir para o desenvolvimento do conhecimento na conservação das coleções etnográficas do SEE-MN, situando o discurso da conservação no âmbito das reflexões e debates sobre a musealização, bem como da utilização da biografia como estratégia de preservação.

Temos ainda uma última questão que versa sobre o desenvolvimento da Antropologia e Etnologia enquanto ciências, da eleição de objetos específicos de povos por meio da coleta e estudo científico do material em uma determinada época. Desta forma, a construção da biografia de Albert Mocquerys, coletor e vendedor de uma das coleções de armas africanas do Museu Nacional, além de fundamental para entender o contexto da formação da coleção é também, ela mesma, uma contribuição à história das ciências no Brasil e suas condições de internacionalização no processo de formação dos acervos científicos no país.

A metodologia utilizada seguiu o processo de análise teórica, através de uma pesquisa exploratória, buscando discorrer sobre os vários aspectos referentes ao fato estudado⁴ e descritiva, buscando narrar e classificar as características do assunto abordado, estabelecendo conexões entre a base teórico-conceitual (a fundamentação teórica) e os dados coletados⁵.

Para esta pesquisa optou-se por realizar um estudo da bibliografia referente à história social e técnicas de produção dos grupos envolvidos no processo de fabricação das armas, bem como de

⁴ Cf. GIL, 2002

⁵ Cf. GIL, 2002

um levantamento documental (cartas de compra e venda, cartas de campo, etc.) referente à identificação das peças, coleta, políticas de compra e aquisição dessa coleção pelo Museu Nacional (Arquivo Histórico do MN) e biografia de seu coletor (certidões de nascimento, matrimônio, jornais, revistas, artigos etc.) dentro do contexto histórico da época e do desenvolvimento histórico das ciências no Brasil.

O primeiro capítulo trata sobre a concepção de ciência moderna e os mecanismos ideológicos que caracterizaram o pensamento intelectual científico no século XIX e início do XX, como meio de contextualizar as práticas científicas do Museu Nacional, principalmente aquelas relacionadas às regras de coletas e meios de incremento das coleções do Museu.

Não pretendemos discorrer sobre a história das ciências ou mesmo da Instituição, mas essa breve análise e o estudo dos estatutos e regimentos do Museu servirão para ilustrar as concepções vigentes ao longo da história da Instituição como forma de circunstanciar o objeto de estudo. Além de discorrer sobre a 4ª. Seção⁶ do Museu Nacional e da forma como a documentação museológica era tratada, apresentaremos brevemente a vida de Albert Mocquerys, suas redes científicas, coletas e distribuição de objetos de história natural e etnográficos para museus como forma de entender a venda das peças ao Museu Nacional em 1902, durante a direção de João Batista de Lacerda.

No segundo capítulo abordaremos o referencial teórico baseado nos aspectos da musealização da coleção, bem como os conceitos sobre documentação propostos por Paul Otlet, Suzane Briet, Buckland, Neil MacGregor e Peter Van Mensch entendidos em uma concepção mais ampla, como forma de preservação. Discutiremos como o desenvolvimento da trajetória ou biografia dos objetos nos ajudam a entender a história dos museus, as formações das coleções, significados e todas as relações e interrelações possíveis. Aqui abordaremos, ainda, alguns conceitos de preservação e patrimônio presentes nas cartas patrimoniais e sobre os novos paradigmas como autenticidade e integridade conceitual e funcional, valor e significância, sustentabilidade social e cultural e as novas perspectivas da conservação frente a especificidade dos acervos etnográficos. E por fim apresentaremos algumas ferramentas que facilitam na análise e busca da significância das coleções.

O terceiro capítulo é dedicado a traçar uma biografia da coleção elencando as peças que a compõem, iniciando com seu contexto de uso apresentando sua possível proveniência, algumas técnicas de fabricação⁷ e outras informações que levantamos durante a pesquisa. Além de sua musealização, apresentaremos ainda alguns sistemas de classificação utilizados, o problema da dissociação de informações, bem como as exposições e o evento do incêndio.

Como dito anteriormente, um dos objetivos deste trabalho era a caracterização e estudo dos materiais, mas essa pesquisa não termina aqui, muito menos os questionamentos que deixam abertura para novos desdobramentos e novas perspectivas de pesquisa.

⁶ Hoje corresponde ao Setor de Etnologia e onde se encontrava parte da coleção estudada

⁷ Dados compilados através da bibliografia utilizada

CAPÍTULO 1

O trabalho do naturalista viajante na constituição de coleções para o Museu Nacional

1. O TRABALHO DO NATURALISTA VIAJANTE NA CONSTITUIÇÃO DE COLEÇÕES PARA O MUSEU NACIONAL

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o importante papel do naturalista viajante no incremento das coleções de museus, dentro da perspectiva da História da Ciência e do pensamento científico vigente no final do século XIX e início do século XX, tendo como ponto de partida o Museu Nacional. Desse modo, é apresentada a 4ª seção do Museu, que hoje corresponde ao Setor de Etnologia, como parte fundamental para a compreensão da construção das ciências antropológicas no Brasil e sua estreita relação com os naturalistas viajantes.

Como veremos a seguir, a prática de colecionamento, juntamente com os estudos experimentais e os cursos livres como fontes geradoras de conhecimento e agentes de produção e divulgação da pesquisa científica, realizados no Museu Nacional, também possibilitam o entendimento da concepção de museu e sua importância na época. Assim como a análise da documentação utilizada no Setor de Etnologia do Museu Nacional nos ajuda a compreender o desenvolvimento do trabalho científico no campo da antropologia e etnologia praticado por diversos atores sociais no transcorrer de vários momentos.

Por fim, discorreremos sobre a vida e atuação profissional de Albert Mocquerys que ajudou a compor coleções de história natural em diversos museus do mundo e em 1902 vendeu ao Museu Nacional parte da coleção aqui estudada.

1.1. Ciência, Naturalistas Viajantes e Museus

A partir do século XVII, com a Revolução Científica⁸, novas perspectivas vão se inserindo na maneira de conceber a ciência. A ciência não é mais entendida como uma verdade inalterada, nem uma sabedoria oculta e secreta. O saber científico passa a ter caráter público, cooperativo e, portanto, seria patrimônio de todos os homens (ROSSI,1989). Segundo Rossi (1989, p.87), “essa nova maneira de conceber a ciência, como uma construção progressiva fundada na cooperação”, permitiu o surgimento de um novo modo de considerar a história humana.

Nesse momento, a ciência passou a ser entendida como um processo de construção, onde a participação e contribuição dos indivíduos seriam importantes ferramentas para o “progresso”, assim como as instituições seriam partes fundamentais nesse processo e a pesquisa seria um benefício para todos. Nesse contexto, as primeiras academias científicas se desenvolveram tendo como objetivos a transmissão do saber, “o avanço e progresso” da ciência e da técnica através da colaboração intelectual (ROSSI,1989).

⁸ A popularização do uso da expressão "revolução científica" se deu através do filósofo e historiador da ciência Alexandre Koyré, em 1939

Essa ideia de progresso dentro da concepção do saber científico nasce na Europa quando uma grande quantidade de descobertas⁹ acaba por modificar o modo de pensar e de viver da sociedade (ROSSI, 1989).

Além disso, a constatação da existência de novos mundos, plantas, animais, grupos humanos e de uma natureza não mais homogênea e uniforme promoveu o entendimento da superioridade do conhecimento experimental sobre o conhecimento apenas literário. (ROSSI, 1989).

O crescente interesse em se formar coleções para estudos, a existência de um maior número de especialistas, o desenvolvimento comercial/econômico e o entendimento de uma nova concepção da ciência, permitiram que os legados dos gabinetes de curiosidades aristocráticos e os gabinetes de especialistas passassem à categoria de bem público. A Revolução Francesa transformou esses locais em locais de alcance nacional e patrimônio coletivo. (BUENO y DIAS, 2013)

Esse conjunto de novos aspectos é representado nas obras elaboradas por viajantes. Ao mesmo tempo que esse tipo de literatura servia para satisfazer a curiosidade dos europeus e para atender certas inquietações científicas sobre novos mundos, outras questões como as condições econômicas, viabilidade de navegação, geografia, cenário social, eram também importantes. Apesar da ligação entre o conteúdo dessas obras e os interesses econômicos serem uma tendência da época, a partir do século XVIII, essa literatura passou a ser uma das principais fontes de conhecimento histórico e base de reflexões para os enciclopedistas (PARAISO, 2002). Alguns viajantes custeavam suas expedições com a venda de seus livros, ou através de suas instituições, empresas particulares, patronos e governos. “Os grandes objetivos eram observar fatos novos, ampliar conhecimentos de História Natural, ou conhecimentos específicos e gerais, formar coleções para museus, obter informações práticas de cunho geográfico ou econômico ou veicular informações genéricas ou de caráter aventureiro” (PARAISO, 2002, p.100). Havia ainda os que eram instigados por outras questões não apenas econômicas, mas pelos valores iluministas, através de uma crescente preocupação com o avanço da civilização, do progresso e do desaparecimento das sociedades ditas selvagens, fadadas à extinção. Assim, as narrativas que eram romantizadas, passam a ser mais objetivas, preocupando-se com a descrição e observação da cultura e hábitos das sociedades estudadas (PARAISO, 2002).

Os coletores ou viajantes preparavam extensas enciclopédias, os povos nativos eram descritos como informantes e esse conhecimento era certificado na metrópole e então disseminado. Mas devemos ter em mente a real perspectiva circulatória do conhecimento que, diferentemente desse sistema imutável, permite ver a ciência como sendo coproduzida pelo encontro e pela interação entre comunidades heterogêneas de especialistas de diversas origens. (KAPIL, 2015)

A ciência é uma construção e reconfiguração do conhecimento, com foco igualmente nos seus aspectos materiais, instrumentais, técnicos, práticos, sociais, políticos e cognitivos. Circulação não é somente comunicação e transmissão de ideias, mas processos de encontro, poder e resistência, negociação e reconfiguração que ocorrem em interações entre culturas. É um transcurso

⁹ Entre elas a invenção da bússola, da pólvora e da imprensa

gradual, que implica em transformação e se baseia num movimento nos dois sentidos e de ida e volta que pode ser repetido indefinidamente (KAPIL, 2015).

No século XVIII, as viagens científicas exploratórias estrangeiras ao Brasil eram proibidas pela Coroa portuguesa. Conforme relata Barboza (2010), Humboldt, em sua viagem pelas Américas (1799 e 1804), não conseguiu permissão da Coroa para explorar o território brasileiro. A Ordem Régia do Governador do Pará de junho de 1800 alertava sobre “um tal Barão Humboldt, natural de Berlim, fazer incursões em território para explorar as regiões desertas e desconhecidas até então de todos os naturalistas, o que não seria permitido a ele nem a qualquer outro viajante estrangeiro por ser sumamente prejudicial aos interesses da Coroa Portuguesa” (CASTRO FARIA, 2000). Segundo Castro Faria (2000), depois da primeira década do século XIX essas interdições deixam de vigorar e as expedições científicas e a circulação de naturalistas viajantes pelo território nacional tornam-se cada vez mais frequentes, recebendo o estímulo e o apoio do governo Imperial. Esse incentivo teve grande importância não somente pelo aumento dessas incursões, mas também pela amplitude sócio-política que imprimiu às ciências, possibilitando a exploração econômica da natureza e dando as bases à ideologia da nação, através de uma política de expansão e afirmação do Estado Nacional. (DOMINGUES, 2001)

O cuidado na indicação de métodos de preparação de espécimes, observação, descrição de coletas e narrativas dos naturalistas através de normas, diretrizes e instruções de campo, indica uma preocupação por parte das ciências naturais em se afirmar enquanto área de conhecimento. Ainda nos séculos XVII e XVIII, John Woodward escreveu *Brief instructions for making observations in all parts of the world* em 1695 (Royal Society) e Linne publicou o *Instructio peregrinatoris* em 1759. Vandelli, em 1779, também elaborou instruções voltada para as práticas de observação de campo. Intituladas *Viagens filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*¹⁰, suas normas detalhavam a forma e o que deveria ser observado “visando auxiliar os naturalistas a tirarem resultados práticos de interesse para Portugal”. (FIGUEIROA, SILVA, PATACA, 2004). Segundo Raminelli (2001), a fauna e a flora receberam grande destaque nessa obra. Também propunha a descrição dos tipos físicos, hábitos e produções técnicas das comunidades visitadas, mas os aspectos referentes aos “costumes e a organização social se restringiam às atividades produtivas e à verificação de potencialidades da agricultura e capacidade produtiva da população [...]”. A descrição estava imbuída de interesses coloniais, sem se esquivar dos avanços científicos”. (RAMINELLI, 2001)

Barboza (2010, p.276) aponta que as viagens eram consideradas pela História natural como “uma etapa necessária para a transformação da natureza em ciência [...] A História natural oitocentista era um projeto enciclopédico, que abrangia diversas áreas do conhecimento hoje compartilhadas em disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Topografia, a Botânica, a Zoologia, a Entomologia, a Paleontologia e a Climatologia.” É partir dos séculos XVIII e XIX, que a ciência busca

¹⁰ Para Figueiroa (2004), apesar do autor se reportar aos naturalistas de um modo geral, este valeu-se de diversos exemplos e situações do Brasil, com alusões explícitas sobre o que se deveria observar na América portuguesa.

se especializar e com a necessidade de se profissionalizar outras áreas, surgem as várias disciplinas como a Química, a Geologia, Fisiologia, Biologia, entre outras¹¹.

Em 1819 foi publicado, pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, um conjunto de diretrizes chamado *Instruções para os viajantes e empregados nas colônias: a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural* com o intuito de organizar e sistematizar as coletas e práticas dos viajantes e leigos que enviassem itens ao Museu Real e ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro (LOPES, 2009). Essa obra foi traduzida do original em francês, publicado em 1818¹², e acrescida de instruções e notas publicadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa¹³, contendo ainda reflexões sobre a História Natural do Brasil e de estabelecimentos como o Museu Nacional e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro¹⁴. (BRASIL, 1819) Assim, Thomaz Antônio de Villanova Portugal (1755-1839) cita e comenta detalhadamente o trabalho de exploração de vários naturalistas, seus estudos e organização de ricas coleções da fauna e da flora brasileira. (BRASIL, 1819, p. xxiv)

Em relação ao envio das coleções ao Museu Nacional, propõem que sejam encaminhados “produtos da natureza e objetos notáveis e curiosos dos terrenos e dos costumes dos povos que os habitam”, representando todas as partes do Brasil, de outras possessões (Ásia e África) do Reino de Portugal e do mundo. Essas instruções referem-se ainda à maneira de numerar os itens, de sistematizá-los e descrevê-los, incluindo “não só os nomes sistemáticos, organizando-os segundo famílias, classes, ordens, gêneros e espécies, mas também toda sua história e circunstâncias a eles associadas” com o escopo de se formar um catálogo¹⁵. (BRASIL, 1819, p.x).

Na observação de campo e no registro do diário, deveriam estar presentes uma enorme quantidade de assuntos que iam de elementos como climatologia, descrição do terreno, fauna e flora, doenças, detalhes hidrográficos de todo o tipo, até questões relativas ao comércio e arte, religião, política, economia, tradições, entre muitos outros. Para a identificação de espécimes, indicava vários livros dedicados a taxonomia, entre eles o *Dicionário dos termos técnicos de História Natural* de Domenico Vandelli. (BRASIL, 1819).

Villanova Portugal reconhece a importância do trabalho do naturalista para o estudo, organização de coleções e divulgação do conhecimento científico da História Natural do Brasil e aponta a importância do emprego de naturalistas locais como forma de alcançar objetivos e obter melhores resultados em benefício do Estado:

As coleções e as obras desses naturalistas [estrangeiros] tem dado boa, mas não exata ideia da História Natural do Brasil. Ninguém espere que de viagens de meses ou ainda de alguns anos, e muito menos de informações somente, resulte uma exata

¹¹ Ao final do século XVIII e início do século XX, as disciplinas científicas começaram a se emancipar das grandes áreas a que estavam submetidas (Medicina e Biologia, por exemplo), até se configurarem como autônomas.

¹² Publicada pelo Museu Real de História Natural de Paris.

¹³ *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa*, impressas em 1781.

¹⁴ A tradução e a organização dessas instruções foram feitas por Thomaz Antônio de Villanova Portugal, na época, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. O trabalho está dividido em duas partes, sendo a primeira relativa as reflexões sobre a História Natural do Brasil e notas da Academia de Ciências de Lisboa e a segunda, as instruções propriamente ditas, traduzidas do francês.

¹⁵ Conforme indica Figueiroa (2004, p.714), a preocupação em inventariar as riquezas e recursos por meio da ciência é uma prática realizada pelo Estado português desde o século XVIII.

notícia da História Natural desta vasta região, aonde os produtos e as circunstâncias são, pela maior parte, tão diferentes dos do antigo Mundo. Só de naturalistas dignos e judiciosamente empregados no Brasil por toda a sua vida se poderá esperar uma serie de observações sabiamente feitas, comparadas, e sistematizadas, que ponham em toda a luz a natureza inteira dessa parte, e nos ensinem os modos de a converter em nosso proveito. (BRASIL, 1818)

Já em meados do século XIX, como observa Domingues (2001), as ciências como a Geografia, a Astronomia e a Geologia contribuíam para o reconhecimento do território nacional e de suas riquezas naturais e por isso foram amplamente incentivadas. Instituições, como o Museu Nacional, o Jardim Botânico e o IHGB, legitimavam a exploração dessas riquezas no país. Em 1859 através da iniciativa, do Museu Nacional, do IHGB e tendo o apoio do Imperador Pedro II e da elite, formou-se a primeira Comissão Científica¹⁶, que teve como finalidade a exploração do interior buscando o desenvolvimento da agricultura e a colonização de regiões. Nesse período, o conhecimento era intrínseco ao conceito de colonização e de civilização (DOMINGUES, 2001). Também é forte e evidente a busca da afirmação de uma nacionalidade na investigação científica com vistas na conformidade com as ciências europeias, “procurando se assemelhar às nações que se apresentavam como portadoras de civilização.” (LOPES, 2009) A Comissão foi organizada em 5 seções: Botânica; Geologia e Mineralogia; Zoologia; Astronomia e Geografia e Etnologia e Narrativas de viagens. Tinha como objetivos o reconhecimento de províncias desconhecidas, coletar objetos de História Natural para o Museu Nacional, compilar informações sobre o clima, a topografia, hidrografia, minerais, fauna e flora, além dos costumes, línguas e tradições indígenas. (ALCANTARA, 2012)

Nos primeiros anos da república o Museu Nacional, através do regulamento de 1890¹⁷, apresentou normas de registro e de coleta de campo, sendo indicado o depósito das cadernetas de campo no Museu para futura publicação.

Para Oliveira Filho (1987, p. 90), o naturalista é o “indivíduo com a formação humanística geral e que se interessam principalmente em estudar fenômenos da natureza de modo sistemático e mediante comparações e a construção de tipos, classes, gêneros e espécies”. É através dessa perspectiva que suas narrativas e observações são construídas. Chama atenção, ainda, de que a obra literária produzida nas viagens deve ser entendida como um “tipo de produção específica realizada por certos atores sociais, e de acordo com um conjunto de regras e expectativas sociais historicamente definidas”. (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 90)

As fontes de patrocínio e modalidade de financiamento das viagens variaram bastante. Podiam ser patrocinadas por particulares, associações e fundos privados, subsidiadas pelo Estado, por recursos próprios do viajante, pelo mercado editorial, prêmios e recompensas etc. (OLIVEIRA FILHO, 1987)

¹⁶ Foi a primeira grande expedição científica formada por naturalistas e engenheiros brasileiros. Também conhecida como Comissão Científica Imperial, Comissão Científica do Ceará ou Comissão das Borboletas (1859-1861). Percorreu o Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão e Amazonas. (ALCANTARA, 2012). Para mais informações ver VELOSO, 2013 e KURY, 2008

¹⁷ Decreto 810 de 4 de outubro de 1890 que revoga o decreto 379 A de 8 de maio do mesmo ano

Outra modalidade para a obtenção de recursos empregada pelos naturalistas diz respeito ao mercado de “bens simbólicos” (OLIVEIRA FILHO, 1987). Este tipo de prática incrementava o comércio e a venda de coleções de História Natural, fato extremamente comum nesse período. Oliveira Filho (1987, p.107) cita que Wallace e Bates puderam custear e desenvolver suas pesquisas através da venda de duplicatas e coleções inteiras para colecionadores, cientistas e grandes museus.

O século XIX é o século do progresso e uma série de inovações tecnológicas aportam com a Revolução Industrial. A demanda pública pelo acesso a informações culturais se forma na organização das Grandes Exposições Universais. (BUENO y DIAS, 2013). Paralelamente, ao interesse pela tecnologia e avanços da ciência, outra categoria de exposição aparece com o propósito de abarcar assuntos relativos às conquistas, aos recursos da economia colonial, a vida social dos grupos humanos, a fauna e flora existente nas colônias: as Exposições do Mundo Colonial¹⁸.

Em 1889, William H. Flowers, eleito presidente da *British Association for the Advancement of Science*, em seu discurso de posse, aponta que os museus de História Natural seriam espaços públicos vinculados ao Estado e que tinham como papel colaborar com a educação e com a investigação científica (LOPES, MURRIELLO, 2005). Para Flowers, “uma das funções da instituição era a preservação das coleções e particularmente dos materiais considerados imprescindíveis para a comparação e a descrição das formas da natureza”. (LOPES, MURRIELLO, 2005, p.25). Segundo Lopes e Murriello (2005, p.25), “essa função, uma vez que os museus se vinculam ao Estado, remetia diretamente as propostas de construção de identidades nacionais apoiadas em políticas de preservação e valorização de patrimônios naturais e culturais”

Seguindo os mesmos princípios de Flowers, João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional em 1895, declara que:

[...] temos enfim, quanto é preciso para compor um museu de História Natural de 1ª ordem. Mas devemos advertir que modernamente a missão dos museus não está reduzida, como outrora, a ser um simples repositório de objetos interessantes às vistas do público, que nem sempre sabe tirar vantagens para a sua instrução [...] O seu campo de ação é mais amplo, por isso que nele se incluem hoje a parte investigável da ciência, a pesquisa experimental, exercitada ao lado da sistematização, da coordenação e da classificação dos espécimes naturais e das coleções. (LACERDA, 1905, p.72)

Para Lopes (2009), os museus foram, enquanto espaços de “práticas colecionistas, de produção de novos objetos cognitivos” abertas ao público, as instituições “construtoras da História Natural moderna”, “consolidadoras das Ciências Naturais” e “como artefatos históricos, os museus de ciências naturais materializaram e institucionalizaram os contextos sociais, culturais, científicos, políticos em que se forjaram, no Brasil e na América Latina”.

Nas palavras de Castro Faria (2000, p. 12-13), “os museus de História Natural e de Etnografia são instituições do século XIX, e não teria sido possível criá-los e engrandecê-los sem as

¹⁸ Posteriormente classificadas como zoológicos humanos, expressão popularizada na França nos anos 2000 com a publicação de várias obras sobre este fenômeno cultural.

viagens de exploração científica. Criados pelo colecionismo, eles se tornam depois os grandes empresários do colecionismo”.

1.2. O Museu Nacional e a 4ª. Seção no século XIX e início do século XX: uma breve análise

Figueirôa (1998) relata que até meados do século XX a historiografia referente à interpretação do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil considerava como irrisórias as atividades científicas anteriores à criação dos grandes centros de pesquisas como o Instituto Bacteriológico (1892), Manguinhos (1899), Butantã (1901) e Pasteur (1903), ignorando as atividades desenvolvidas por qualquer outro meio. Ou ainda, particularizava somente o trabalho desenvolvido por naturalistas estrangeiros ou outro personagem que pudesse estar associado à ideia de “Gênio criador” ou “Pai” de algum campo científico. Ou seja, a produção do conhecimento científico praticada em museus, academias ou outras instituições científicas no decorrer do século XIX era classificada como atividade precedente à implantação da ciência moderna no País e que só viria a acontecer no século XX com a sistematização dos institutos de pesquisas e universidades. (LOPES, 2009)

A partir da década de 1980 cada vez mais estudos historiográficos se dedicaram a elencar as atividades científicas produzidas dentro de museus, de academias, institutos, sociedades e laboratórios, como forma de compreender o panorama concreto das práticas científicas e os mecanismos que atuaram sobre a institucionalização das ciências no Brasil e na América Latina dentro de uma dinâmica que ajudou, inclusive, a produzir as próprias instituições. E segundo Figueirôa (1998, pg. 111), “abandonando a via enganosa de buscar uma grande contribuição nacional a uma ciência supostamente também grande e universal”. Esses trabalhos apresentam em comum certos aspectos ao traçarem um panorama mais circunstanciado da produção científica brasileira como, por exemplo, a comprovação da existência de grande atividade no período anterior à implantação dos institutos de pesquisa; o incremento do número de instituições científicas¹⁹, sua manutenção e permanência; a crescente especialização e profissionalização desses espaços e a participação do Estado na promoção das atividades científicas, através da criação de instituições, no financiamento, reformas, fomento e valorização. (FIGUEIRÔA, 1998)

Dessa forma o processo de institucionalização das ciências pode ser compreendido, de forma mais ampla, como:

O processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas em um determinado espaço-tempo histórico. Tal processo, por conseguinte, implica o estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades, cujos elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas onde estão igualmente

¹⁹ Dentre os espaços de produção científica FIGUEIRÔA (1998) cita Jardim Botânico (fundado em 1808), Academia Real Militar (fundada em 1810), Museu Nacional (fundado em 1818) e Observatório Nacional (fundado em 1827), além dos vários museus regionais, escolas profissionalizantes, associações de cientistas, comissões de serviços, entre outros.

presentes os diferentes apoios e rejeições dos grupos sociais, a comunidade científica, os interesses privados e os do Estado e seus mecanismos de efetivação entre outros. (FIGUEIRÔA, 1992, p. 7 apud LOPES, 2009, p. 22)

Na obra *O Brasil descobre a pesquisa científica*²⁰, Lopes (2009) discute a institucionalização das ciências naturais no Brasil no século XIX, tendo como referência os museus de História Natural²¹ entendidos como parte fundamental para a compreensão desse processo. As instituições museais seriam os espaços especialmente concebidos para a materialização dos objetivos primordiais da História Natural de coletar, classificar e ordenar o mundo natural. Dessa forma, o Museu Nacional figura como elemento relevante enquanto expressão institucional desse processo.

Nesse trabalho Lopes (2009) indica que a prática de coleta e envio de produtos à Metrópole era exercida desde o tempo da chegada dos portugueses, mas foi incrementada a partir da segunda metade do século XVIII. A Casa dos Pássaros, “entreposto colonial” e “casa de História Natural” criada em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza, “por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa”. (LOPES, 2009, p. 26). A criação desse espaço corresponde ao período de reformas educacionais propostas pelo Marques de Pombal estabelecendo a consolidação das ciências modernas em Portugal, com a reforma da Universidade de Coimbra. A nova dinâmica proposta pela ciência determinava que a observação, por si só, já não bastava, esta deveria ser aliada à experiência e associada a outros tipos de conhecimentos e a outras ciências para melhor compreensão e classificação dos produtos da natureza. Além disso, nesse período verifica-se a tentativa de incremento econômico da Metrópole por conta da crise do antigo sistema colonial²². Como explica Lopes (2009), “o interesse crescente pela História Natural, particularmente a Botânica intimamente relacionada à Agricultura, Medicina e Química, se tornou uma preocupação explícita do governo português em relação as suas colônias e, particularmente, o Brasil”. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, a Casa dos Pássaros é extinta²³. Esse traslado da Corte Portuguesa para o Brasil, juntamente com uma série de medidas de ordem econômica, de caráter cultural aliado a uma nova realidade política integraram o conjunto de projetos de modernização que nas primeiras décadas do século XIX incluía a implantação de academia, escola, biblioteca, imprensa, museu, horto etc.

Assim sendo, foi criado pelo decreto de 6 de junho de 1818 o Museu Real do Rio de Janeiro que tinha como objetivos, segundo o próprio decreto assinala: “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer como grandes mananciais de riqueza.”(LOPES, 2009).

²⁰ Primeira edição em 1997

²¹ Dentre as instituições abordadas estão o Museu Nacional, Museu Paulista, Museu Emílio Goeldi, Museu Paranaense, Museu Botânico do Amazonas, além de uma análise do cenário do Movimento de Museus no Brasil e no contexto internacional

²² Lopes cita alguns fatores dessa crise: declínio da mineração de ouro no Brasil, demanda de matérias primas cobradas pela Revolução Industrial, concorrência com produtos antilhanos.

²³ Em 22 de junho de 1813, pelo Decreto no. 20, são extintos os cargos da antiga casa de História Natural e seu acervo é transferido para a Academia Militar (LOPES, 2009, p.25) e posteriormente para o Museu Real.

Nesse novo espaço²⁴ localizado no Campo de Santana (ver Figura 1), foram acolhidas as coleções da antiga Casa dos Pássaros²⁵, a coleção de Mineralogia, conhecida como coleção Werner²⁶, que pertencia a Academia Militar e através do Decreto de criação da nova instituição ficava também autorizada “a transferência de instrumentos, máquinas e gabinetes já existentes dispersos em outros lugares.” (LOPES, 2009)

Em 1825, João da Silveira Caldeira²⁷ declara que uma das formas de ampliar o acervo seria a de “exigir que todos os presidentes remetessem de suas províncias todos os objetos dos reinos vegetais, animal e mineral, bem como da produção dos índios.” (LOPES, 2009, p. 60) Dessa forma as coleções do Museu foram sistematicamente ampliadas através da remessa de peças enviadas pelos governadores de província; do intercâmbio com outros países e da permuta com outras instituições; coleta de naturalistas viajantes; doações de cunho diplomático; doações da Família Real, da elite, de associações, entre outras.

Segundo Lopes (2009, p. 46), o Museu Real, atualmente Museu Nacional, diferentemente da Casa dos Pássaros, reproduzia os moldes dos museus europeus, ou seja, um “museu metropolitano de caráter universal”, que tinha como vocação recolher produtos naturais que representassem todas as ilhas e possessões portuguesas e do mundo todo, conforme indicava a Instrução de 1819²⁸.

Para Lopes, o estudo dos regimentos, instruções e regulamentos estabelecidos nos museus ajudam no entendimento e percepção das concepções vigentes ao longo de cada época.

A 4ª Seção do Museu Nacional, que corresponde hoje ao atual Setor de Etnologia, nomeado internamente como Setor de Etnologia e Etnografia (SEE)²⁹, teve sua criação ligada ao regulamento no. 123 de 1842³⁰ através de uma reforma administrativa – 4ª. seção de numismática, artes liberais, arqueologia, uso e costumes das nações antigas e modernas. A reforma pretendia organizar as atividades da instituição visando melhorar a conservação, a classificação e as práticas científicas. (BRASIL, 1842). Cada seção ficou a cargo de um diretor que tinha como atribuição:

cuidar da disposição e classificação adequada dos objetos de suas respectivas seções; formar um catálogo de todos esses objetos; indicar os produtos a serem trocados com Museus e naturalistas estrangeiros; prestar informações sobre os objetos da sua especialidade administrativa, e proferir anualmente um curso de ciências relativas às suas seções (CASA DE OSWALDO CRUZ, s/d).

²⁴ Ocupou um terreno composto por um conjunto de casas pertencentes a João Rodrigues Pereira de Almeida (1781-1830), comerciante português e futuro Barão de Ubá e que foi vendido por 32 mil réis.

²⁵ Na época do encerramento de suas atividades e da transferência de seu acervo para a Academia Militar, contava com mais de mil peles de pássaros, muitos insetos e alguns mamíferos

²⁶ Era composta de 3.326 exemplares e foi classificada por Abraham G. Werner. Foi comprada em 1805 primeiramente para o Museu de Lisboa e depois trazida para a Academia Militar no Brasil. (LOPES, 2009, p. 27-28)

²⁷ Médico e químico (1800-1854), foi responsável pela criação do Laboratório Químico do Museu Nacional em 1823, cargo que ocupou até 1827.

²⁸ Citada anteriormente na p. 9

²⁹ Apesar de “Setor de Etnologia” ser o nome oficialmente inscrito no último regimento interno do Museu Nacional datado de 1971, observa-se que, desde esta data os responsáveis pelas suas coleções referem-se à este como Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) (VELOSO, 2019)

³⁰ Regulamento nº 123 de 03/02/1842 delibera sobre os termos de organização do museu. Foram criadas quatro seções: 1ª seção de Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª seção de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; e 4ª Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, usos e costumes das Nações modernas. (BRASIL, 1842, p. 143)

Figura 1 - Museu Nacional no Campo de Santana em 1862



Foto 49. Campo de Sant'Anna: lado do museu.

Fonte: foto Castro y Ordoñez. Coleção Thereza Cristina. Biblioteca Nacional

Em 1876, com o decreto no. 6116 o regimento do Museu é reorganizado através do então diretor Ladislau Netto³¹ e o objetivo da instituição era o estudo das ciências, da “História Natural, principalmente a do Brasil”, além de sua divulgação e ensino. (BRASIL, 1876) Dessa forma, as seções foram reestruturadas em: 1ª. Seção de Antropologia³², Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada e Paleontologia animal; 2ª seção de Botânica geral e aplicada e Paleontologia vegetal; 3ª seção de ciências físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia geral e a seção anexa³³ de Arqueologia, Etnologia e Numismática. Nesse período os cargos existentes no organograma da instituição eram de diretor geral, diretor de seção, subdiretor de seção, secretário, escrevente, bibliotecário, porteiro, auxiliar, assistente, preparador e naturalista viajante. (BRASIL, 1876). Nesse

³¹ Botânico. Foi funcionário do Museu Nacional desde 1866 na gestão de Freire Alemão (1866-1874) e diretor do Museu Nacional de 1874 a 1893. Durante sua gestão (1892) o museu foi trasladado do antigo prédio no Campo de Santana para o Palácio da Quinta da Boa Vista. Dedicou-se também ao estudo da Antropologia e da Arqueologia.

³² Referente à Antropologia física que se dedicava ao estudo físico, comportamental e biológico do homem, sua origem, variações raciais etc. Aparece junto a Zoologia, Anatomia e Paleontologia pois seus fundamentos baseavam-se no estudo biológicos do homem pertencente ao mundo animal e relativo as ciências naturais, acompanhando os pressupostos vigentes da Sociedade de Antropologia de Paris. (KEULLER, 2008)

³³ Nesse regulamento a 4ª seção aparece como uma seção anexa: “enquanto não se realizar a criação de um estabelecimento especial para o estudo da arqueologia, Etnologia e numismática, constituirão estas matérias uma seção anexa ao Museu Nacional”. (BRASIL, 1876, p. 206)

período as coleções passam a ser registradas em um livro de aquisições³⁴, instituído por Ladislau Netto em 06/01/1876 abrangendo as quatro seções. Além disso, foi criada a revista *Archivos do Museu Nacional*³⁵, importante meio de diálogo e divulgação científica dedicada a apresentar as coleções do museu e publicar estudos relativos às ciências naturais. (KEULLER, 2008)

No período vigente entre os dois regulamentos, de 1842 a 1876, o Museu Nacional assume o papel de órgão consultivo do Estado e centro de atividades científicas, ampliando e organizando suas coleções, implementando uma biblioteca própria e especializada, estabelecendo redes de intercâmbios e fomentando a educação através de seus cursos.

O curso livre de Antropologia no Museu Nacional começou a ser ministrado em 1876, por João Batista de Lacerda, que posteriormente seria o diretor da 1ª. seção de Antropologia, Zoologia geral e aplicada, Anatomia comparada e Paleontologia animal. Foi o primeiro curso de Antropologia do País e abordava temas como Anatomia, Fisiologia, estudo de raças da América, incluindo questões como herança, mestiçagem, além de assuntos relacionados com monogenia, poligenia e transformismo. (LOPES, 2009)

A oferta de cursos livres e gratuitos com temas relacionados às ciências naturais sempre foi constante no Museu Nacional. Segundo Spary, no século XIX a educação era entendida como um instrumento para o progresso e a instrução pública e se apoiava na concepção da aprendizagem por meio da percepção visual. Desse modo, a observação direta seria uma fonte de conhecimento. (SPARY, 1997, *apud* LOPES, MURRIELLO, 2005, p.24).

Para Ladislau Netto, as práticas científicas estariam divididas em: análise, comparação e classificação. Segundo ele, a primeira poderia ser desenvolvida dentro dos gabinetes e através do estudo da bibliografia, mas as duas outras somente seriam possíveis através da “observação constante das coleções públicas³⁶.” (NETTO, 1870, p.1)

O Laboratório de Fisiologia³⁷, constituído como uma seção anexa e criado em 1880, era dedicado aos estudos experimentais das propriedades e do uso de plantas alimentícias, principalmente o café, o mate e a cana, no tratamento de venenos, como por exemplo o curare, de plantas tóxicas, de doenças humanas e de animais, assim como da fisiologia do cérebro, etc. (LOPES, 2009) Ficou a cargo do fisiologista francês Louis Couty até 1884 e de João Baptista de Lacerda³⁸ a partir de 1886 (LOPES, 2009).

³⁴ Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional (06/01/1876-26/12/1892), conhecido informalmente como “Livro do Porteiro”. Será abordado com mais detalhe no Capítulo 2

³⁵ Para maiores informações ver AGOSTINHO, 2014

³⁶ É interessante notar que as exposições, nesta época, com salas apinhadas de objetos baseavam-se nesses pressupostos.

³⁷ Constituindo uma seção anexa ao Museu Nacional, foi o primeiro Laboratório de Fisiologia do País.

³⁸ Foi diretor do Museu Nacional no período de 1895-1915. Formou-se em Medicina, mas se dedicou à Antropologia. Dirigiu o laboratório de fisiologia experimental a partir de 1886, onde estudou o curare, venenos de ofídios e anfíbios e doenças como o Beribéri e a febre amarela. Se interessou pelo estudo das “raças” sendo um dos principais expoentes da “tese do embranquecimento” entre os brasileiros, tendo participado, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres (LOPES, 2009).

Em 1882 foi inaugurada a Exposição Antropológica Brasileira³⁹ (ver Figura 2), idealizada por Ladislau Netto e considerada como um marco na história do Museu. (CASTRO, 1949; LOPES, 2009; ALCANTARA, 2012). Em correspondência com o Ministério da Agricultura em 1881, Netto evidencia o interesse científico da exposição para o

estudo do homem americano não somente quanto a sua origem antropológica, mas também em relação as evoluções físicas e morais por que há passado na adaptação dos climas e das necessidades dos países que habitou e na fusão ou contágio dos vários povos que provavelmente lhe disputarão o solo pátrio em épocas anteriores à invasão europeia e parecendo ser a grande guarano-tupy, habitante da América austraisandina, a que maior interesse deve despertar ao mundo científico, por menos estudada que tem sido até o presente pelos americanistas (...) que somente pelos estudos dos esqueletos dos nosso aborígenes ou pelo exame de seus artefatos e idiomas é possível obter sobre tais homens conhecimento cabal de sua natureza e de seu desenvolvimento físico (...) (MN DAE 10/09/1881 apud KEULLER, 2008, p. 101)

Da mesma forma, Pedro Eunápio Deiró⁴⁰ (1829-1910), no texto introdutório da Revista da Exposição Antropológica Brasileira, discursa sobre a importância de tal exposição:

Estudar o homem nas diversas manifestações de sua personalidade – selvagem ou civilizado; pedir a Antropologia o segredo da natureza; à Etnografia a filiação, ou o parentesco das raças, é trabalhar pela solução do difícil problema. Uma exposição antropológica tem esse grande alcance, e é a mais fecunda lição, que devem desejar e aplaudir os cultores da ciência. (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1882, p.1)

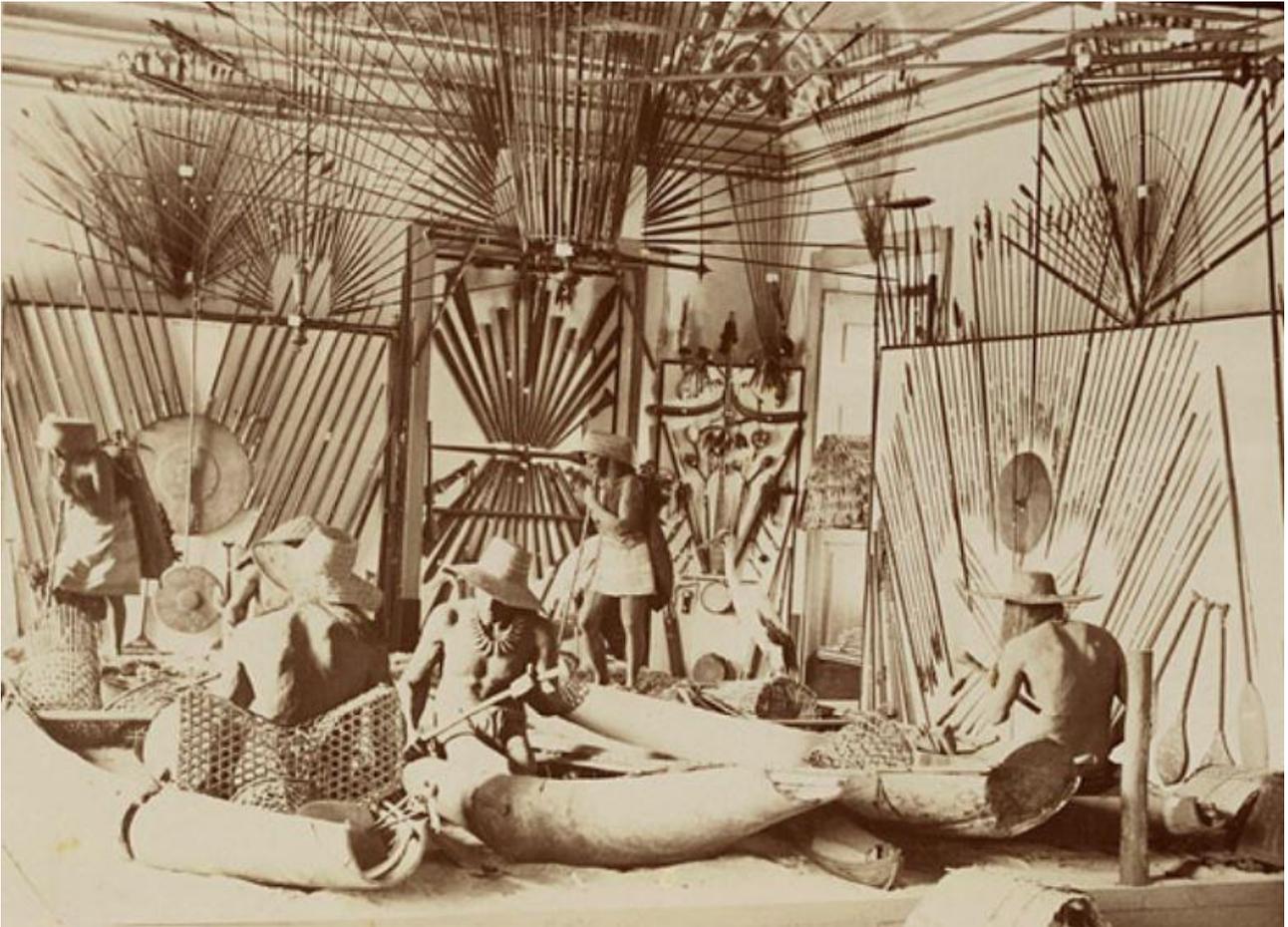
A exposição, que compreendia três áreas de conhecimento, a Antropologia, a Arqueologia e a Etnologia, foi distribuída em oito salas da antiga sede do Museu Nacional no Campo de Santana, onde foram expostos esqueletos, ossos, múmias, ornatos, armas e artefatos indígenas, fotografias, quadros, gravuras, documentos e livros, além de índios Botocudos do Espírito Santo e Cherentes, que vieram especialmente para a exposição⁴¹. (KEULLER, 2008; ALCANTARA, 2012). O acervo para exposição foi adquirido por meio de doações, envio de outras províncias, empréstimos e expedições como a realizada por Ladislau Netto às províncias do Norte em 1881. Contou ainda com a publicação de um Guia e uma Revista que continha além de artigos científicos, poemas.

³⁹ Inaugurada em 29 de julho de 1882

⁴⁰ Filósofo, literato e jornalista

⁴¹ Para mais informações ver AGOSTINHO, 2017 e AGOSTINHO, 2019

Figura 2 - Exposição Antropológica de 1882



Fonte: foto Marc Ferrez. Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígena, 1882. Coleção Brasileira Fotográfica. Acervo Biblioteca Nacional

Em 1888 a 4ª seção é denominada seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. (BRASIL, 1888). Mesmo que a Antropologia ainda mantivesse as características dos estudos do homem inserido no contexto das ciências naturais, nesse novo regulamento separa-se formalmente dos domínios da Zoologia, constituindo-se em uma seção independente e associando-se à Etnologia e à Arqueologia. Ladislau Netto percebia o crescente interesse das comunidades científicas europeias pelas questões relativas à pré-história do homem e ao continente americano. (KEULLER, 2008). Tinha a pretensão de transformar a seção em um museu de Arqueologia e Etnologia independente acompanhando as ideias de Ernest Hamy (1842-1908)⁴² que impulsionou a Antropologia Biológica para uma esfera mais histórica e etnográfica, o que levou em 1878, à criação do Museu de Etnografia do Trocadero em Paris inaugurado em 1882, a partir das coleções do Louvre, do Museu Nacional de História Natural e da Biblioteca de Paris (CASTRO, 1949; KEULLER, 2008; LOPES, 2009). Cada vez mais, Ladislau Netto se dedica à Antropologia, que na época tinha como principal preocupação recolher aos museus os objetos produzidos pelas populações indígenas

⁴² Antropólogo francês, foi assistente de Armand Quatrefages no Museu Nacional de História Natural em Paris. Fundador e curador do Museu de Etnografia do Trocadero e da revista de Etnografia. Participou como membro de várias associações de letrados, como a Sociedade de Tradições Populares (presidente em 1895), a Sociedade de Americanistas (membro fundador em 1892), Sociedade de Antropologia e Sociedade de Geografia de Paris.

que estavam sendo dizimadas. Segundo a concepção da Antropologia da época, o desaparecimento dos indígenas era algo iminente. Segundo Netto, a Arqueologia, a Etnologia e a Antropologia

são ciências que tendo como objetivo o estudo da raça americana, assim que da arte dos povos selvagens primitivos ou modernos do novo continente, deve assumir, sem delongas, o maior desenvolvimento no Brasil: brevemente, com efeito, os últimos vestígios que restam de nossas tribos indígenas não serão mais visíveis. Um grande número dessas antigas e nobres nações cujos caracteres étnicos, as crônicas e as lendas quase milenares poderiam nos guiar no estudo de seus antepassados, já desapareceu completamente” (NETTO, 1889, p.19 apud LOPES, 2009, p. 174)

A Etnologia⁴³ se propunha a conhecer e descrever as populações indígenas, classificando-as como selvagens ou civilizadas, tendo como critérios a organização social, a religião, aspectos da língua, da tecnologia, entre outros. Por isso, nesse período, o mapeamento das grandes famílias indígenas no Brasil foi um importante fator de conhecimento científico. (KEULLER, 2008) Em meados do século XIX, aparece em língua inglesa as denominações “Etnologia e Etnografia” como áreas dedicadas ao estudo das tradições históricas, física, civil e morais, relacionadas ainda com questões de raça e sua distribuição pelo mundo através do estudo da língua. Segundo Keuller (2008),

preocupavam-se em explicar como uma mesma espécie de homens originou tribos e nações distintas, com diferentes costumes, características físicas e crenças. Seguindo os estudos das línguas antigas, como sânscrito, eles acreditavam que esta seria a chave para o entendimento da história da humanidade. (KEULLER, 2008, p. 38)

Veloso (2013, p.15) narra que a tentativa de homogeneização no âmbito dos debates sobre raças da época juntamente com o desejo da construção de um ideal de Nação, tinham um contexto político: “o apagamento de marcas de coletividade” e diversidades étnicas, através da busca de um passado, cultura e povo únicos e o “estabelecimento de identidades unívocas, ditas nacionais”. Ainda segundo Veloso:

Baseadas nos pensamentos do Iluminismo, as elites coloniais latino-americanas operavam com ideias de progresso e civilização, e as populações indígenas e africanas não se encaixavam neste modelo desejado, gerando mecanismos multifacetados de invisibilidade. [...] no campo intelectual, assim como a literatura indianista, a geração de cientistas do romantismo brasileiro vai se apropriando do indígena enquanto tema de observação e estudo, construindo discursos e atribuindo-lhe valores, interpretações e significados. Imagens e narrativas faziam representações como símbolo de uma unidade até então inexistente. Construía sentimentos identitários de uma nação imaginada, atribuindo ao indígena o lugar do exótico. (VELOSO, 2013, p.16 e 17)

Ainda no regimento de 1888, Lopes (2009, p.161) evidencia a preocupação com a proteção do patrimônio através “da proibição da retirada de qualquer objeto do museu, salvo para exposições científicas ou industriais e mediante autorização do ministro⁴⁴.” Essa medida será mantida nos próximos regimentos e reproduzida por outras instituições brasileiras. (LOPES, 2009, p.161)

As expedições científicas promovidas pelo Museu Nacional eram instrumentos de aquisição de novas coleções e meio para estudos, cujos resultados eram publicados na revista *Archivos do Museu Nacional*. Para Keuller (2008), o levantamento dessas expedições praticadas pelo Museu

⁴³ Para maiores informações sobre os primórdios da Etnologia e seu campo de estudo ver VELOSO, 2013, p. 10-19

⁴⁴ Decreto nº 9.942, de 25 de abril de 1888, sobre o regulamento de 1888, Capítulo VI, Disposições Gerais, Art. 18 (BRASIL, 1888)

desde 1850, é importante no sentido de compreender quais seus objetivos, qual material era preferivelmente coletado, como eram selecionados, transportados e classificados.

Dessa forma, indicações sobre normas de registro de campo e de coleta aparecem no regulamento de 1890⁴⁵ sendo assim, o documento propõe que os cadernos e diários de viagem deveriam conter notas, esboços, dados estatísticos das localidades, perfis geológicos, entre outras “informações úteis”. Essas cadernetas deveriam ser reunidas pela diretoria do Museu, sendo então organizadas por estados ou zonas geográficas e posteriormente constituiriam uma coleção denominada *Arquivos de Viagens do Museu Nacional*⁴⁶. Além disso, os objetos coletados nas expedições teriam que ser acompanhados de etiquetas de identificação contendo data, proveniência e numeração correspondente aos números existentes na caderneta. (BRASIL, 1890, p.2542) O regulamento também cita a maneira como estariam organizados os livros de registro de acervos de cada seção, sendo a página par destinada à inscrição da entrada de objetos e a ímpar a da saída de objetos por permuta com outras instituições. Caberia ao subdiretor de cada seção a inscrição dos objetos no livro, bem como sua “denominação científica, proveniência, nome do doador ou vendedor, estado de conservação e data da aquisição”. (BRASIL, 1890, p.2544)

Em 1892, nos primeiros anos da República, o Museu Nacional é transferido para o Palácio de São Cristóvão, que para Neves (2010, p.32) “parece ser um período que evidencia a intenção do Estado em atrair os homens de ciência e o fazer científico, legitimando, por meio da ciência, a ação do Estado”.

Em 1899⁴⁷, no regulamento correspondente ao Decreto 3211, aparece a figura do professor⁴⁸ na lista de cargos administrativos em substituição ao cargo de diretor de seção, sendo designado um para cada seção onde tinham, entre outras atribuições, a incumbência de:

classificar, segundo os métodos e sistemas mais conhecidos nos principais museus, os objetos contidos em suas seções, organizando o respectivo catálogo com toda a minuciosidade, mencionando a origem, valor e aplicação de cada espécime, bem como quaisquer outras informações úteis, dadas por convenções gráficas ou por cores explicativas, etc.; fazer conferências públicas sobre assumptos científicos que se relacionem com a sua seção. (BRASIL, 1899)

Nesse regulamento é extinto o cargo de naturalista viajante do Museu Nacional, cabendo aos assistentes a realização das viagens de coleta. O cargo de naturalista viajante só foi restaurado em 1910 através do decreto nº 7.862 (BRASIL, 1910)

Ainda em 1895, João Batista de Lacerda⁴⁹ assume a direção do Museu Nacional. Formado em Medicina, Lacerda se dedicou ao estudo da Anatomia, Fisiologia, Microbiologia e da Antropologia. Na área das ciências experimentais como a Fisiologia e a Anatomia, desenvolveu pesquisas sobre a toxicidade de certas plantas e processos de envenenamento, além do estudo de

⁴⁵ Decreto 810 de 4 de outubro de 1890 que revoga o decreto 379 A de 8 de maio do mesmo ano (BRASIL, 1890)

⁴⁶ Isso nunca chegou a ser efetivado. (LOPES, 2009, p. 165)

⁴⁷ Decreto 3211 de 11 de fevereiro de 1899 (BRASIL, 1899)

⁴⁸ No Decreto 11896 de 14 de janeiro de 1916 esse cargo passa a ser nomeado “professor chefe de seção” (BRASIL, 1916)

⁴⁹ Para mais informações sobre a biografia de Lacerda ver BENCHIMOL, 1999, pp. 169-221

doenças⁵⁰, como visto anteriormente. Foi ainda diretor da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, no período de 1885 a 1890 e se dedicou ao estudo das raças. Dessa forma, questões como a miscigenação e suas consequências eram temas constantemente debatidos nos meios científicos e em congressos internacionais. Conforme aponta Keuller (2008), “o pensamento antropológico se voltava para a questão da miscigenação, pois percebia que a hibridação das espécies ou a mistura de raças era um fenômeno que deveria ser evitado, para não causar a degradação à sociedade e à nação”. Compartilhando desse pensamento Lacerda, representando o Brasil, apresenta em 1911 no Congresso Universal das Raças em Londres, sua teoria de “embranquecimento através das gerações”. Esse trabalho intitulado “Os mestiços no Brasil”, tratava-se do “fato etnológico” e segundo ele fundamentado na observação e na ciência, do “desaparecimento do Negro e do Índio no Brasil daqui a um século e do predomínio da raça branca latina sobre outras raças brancas no Brasil”. (LACERDA, 1912). Para ele o ambiente tinha uma importante função dentro do processo de variação do ser humano já que:

não há raças superiores e inferiores, sim raças adiantadas e atrasadas. As diferenças entre as raças no ponto de vista físico, moral e intelectual pensa a maioria do Congresso que são devidas às influências do meio físico, às condições sociais sob as quais têm vivido as raças atrasadas de outro continente. (LACERDA, 1912, p. 7 apud GUALTIERI, 2003, p. 86)

Nas palavras de Schwarcz (2011), a miscigenação foi assunto controverso discutido tanto no meio acadêmico, quanto entre a elite tendo como “pano de fundo um determinismo racial, mais conhecido, nesse contexto, como darwinismo social” que, presente desde o final de 1870 no Brasil, “pressupunha a correlação fixa entre características biológicas, traços culturais ou sociais”, baseando-se em uma releitura distorcida do livro de Darwin e que teve vários seguidores no Brasil, entre eles, Silvio Romero e Nina Rodrigues. (SCHWARCZ, 2011, p.233)

Lacerda apresenta suas teorias no Congresso Universal das Raças utilizando para ilustrá-las uma cópia do quadro de Modesto Brocos intitulado “A Redenção de Cam”⁵¹ de 1895 (ver Figura 3), onde lia-se “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (SCHWARCZ, 2011). Utilizou ainda uma tabela demonstrativa, produzida pelo professor Edgar Roquette Pinto⁵² (1884-1954), indicando as estatísticas propostas até 2012.

Keuller (2008, p.27) chama a atenção de que o entendimento da história humana como uma sucessão de estágios a serem galgados através do progresso em direção a civilização e a uma sociedade científica e moral, já existia no século XVIII através do pensamento dos iluministas. Hofbauer (2006) relata que

Buffon, mesmo reconhecendo e lamentando certos excessos no trato dos escravos e acusando os senhores de cometer o pecado da violência, defendia a ideia que a vida dos africanos escravizados seria melhor que aquela dos selvagens nórdicos

⁵⁰ A partir de 1886, com as descobertas de Pasteur sobre a associação de agentes biológicos como causa de doenças, o estudo das doenças humanas e dos animais desperta o interesse dos cientistas (LOPES, 2009)

⁵¹ Para mais informações ver LOTIERZO, 2013

⁵² Médico, etnólogo e arqueólogo, ingressou no Museu Nacional em 1905 como professor-assistente da 4ª Seção. Colaborou com a Comissão Rondon e em 1916 publicou um trabalho intitulado Rondônia, sobre essa experiência. Foi diretor do Museu Nacional entre 1926-1935.

condenados ao isolamento e que por meio do tráfico os negros seriam arrancados de sua inércia e obrigados a se policiar (civilizar). (HOFBAUER, 2006, p. 113)

Figura 3 - Quadro a Redenção de Cam de Modesto Brocos de 1895



Fonte: Wikipedia.

Desse modo, não se admitia que as culturas não europeias fossem capazes de “contribuir para o progresso da ciência moderna”. Esse pensamento colaborou com a concepção da existência de uma única ciência moderna, com origens na Europa.

Segundo Keuller (2008), na passagem do século XVIII ao XIX, o romantismo europeu se mostrando contrário aos pressupostos igualitários e de perfectibilidade das sociedades pregados pelo iluminismo, buscou na diversidade um grande potencial, mas não o isentando das implicações raciais⁵³. A desigualdade entre o modo de vida dos “selvagens” e a sociedade europeia, considerada o mais alto patamar dentro das hierarquias das concepções de nação civilizada, revelou que as origens dos povos e da diferença entre grupos humanos não poderia ser somente explicada pelo passado, mas também através de aspectos e escalas baseados em teorias raciais. Da mesma forma, Keuller (2008) explica que

A divisão entre europeus civilizados e primitivos refletiu também na divisão presente neste período entre: ciência moderna universal e conhecimento local; entre sociedades históricas e pré-históricas; entre sociedades progressivas e estáticas. Tal concepção de ciência estava pautada na superioridade do homem branco e no modelo civilizatório europeu. (KEULLER, 2008, p.29)

⁵³ Para maiores informações ver Stocking Jr, 1982

Nesse período, todo progresso, fosse ele técnico ou social, teria como parâmetro e estava subordinado ao desenvolvimento da ciência.

Em 1902, Lacerda, em seu mandato como diretor do Museu Nacional, adquiriu ao naturalista viajante Albert Mocquerys um conjunto de objetos⁵⁴ entre espécimes de zoologia e objetos etnográficos provenientes da África.

Em 1905, em suas propostas para reformas administrativas, destaca a importância do cargo de naturalista viajante nos quadros do o museu:

[...] como sem eles seria possível explorar as riquezas naturais do País, e aumentar as coleções do Museu, onde essas riquezas devem estar depositadas e guardadas? [...] uma medida, que carece de ser atendida como condição de progresso do Museu Nacional, é restabelecer no quadro do pessoal do Museu, a classe de naturalistas viajantes. Se o governo não tomar a esse respeito uma deliberação pronta, teremos que lamentar em breve tempo a decadência do nosso museu, que manteve até agora, a primazia dentre os museus da América do Sul.” (LACERDA, 1905, p. 73-74 e p. 141)

Conforme aponta Lopes (2009, p. 14 - 15), os museus enquanto instituições de produção e disseminação de conhecimento, centralizaram o entusiasmo pela classificação articulando-o com o olhar dos naturalistas “nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções”.

1.2.1. A documentação na 4ª. Seção

As informações contidas nos livros de registro da 4ª. Seção variaram muito e em alguns momentos se limitavam à simples nomeação do objeto enquanto em outros casos existia um detalhamento maior, como por exemplo localização geográfica, povo, tipo de aquisição etc. Como exemplo disso temos algumas entradas de objetos onde na descrição aparece somente “africanos” ou “negros africanos”. Esse tipo de prática acabou por dificultar a identificação posterior das peças, como é o caso do registro de objetos inscritos como “africanos” que pode se referir tanto a objetos “vindos da África como de objetos produzidos ou obtidos de africanos ou seus descendentes no Brasil”. (SOARES e LIMA, 2013, p. 340).

No século XIX, os objetos obtidos por “apreensões policiais nas casas de candomblé da cidade do Rio de Janeiro eram encaminhados ao Museu Real pela Polícia da Corte, principalmente na década de 1880” (SOARES e LIMA, 2013, p. 340). Esses objetos “aparecem nos documentos e livro de entrada como “objetos apreendidos em casas de dar fortuna”⁵⁵ como eram denominados os antigos candomblés” e, portanto, com pouca ou nenhuma informação. (SOARES e LIMA, 2013, p. 340)

Como destaca Ewbank e Lima Filho (2017, p.2), as coleções museológicas, como mediadoras do visível e invisível:

⁵⁴ O capítulo 3 é dedicado à relação e à identificação desse material

⁵⁵ Para maiores informações sobre a formação dessas coleções ver ALMEIDA, 2017

dialogam com os espectadores, mas também com os contextos históricos e sociais em que foram formadas e o controle de significados que reverberam (Pomian 1984; Gonçalves 2007; Price 2007) encerrando na sua genealogia atributos históricos, geográficos, sociais e estéticos, mas também simbólicos, oriundos das experiências de compartilhamento nos ecossistemas que integram.

As expedições exploratórias no século XIX geralmente se utilizavam de percursos já preestabelecidos através das rotas fluviais e comerciais e em outros casos acompanhavam a instauração de linhas ferroviárias e telegráficas ou ainda a demarcação de territórios. Certo é que uma das finalidades dessas viagens era a coleta de objetos para formação de coleções destinadas aos museus.

As classificações de objetos nesses museus variaram de acordo com a época e com os objetivos de suas coletas. Constantemente estavam relacionadas às práticas de classificação em campo priorizando por vezes áreas geográficas (ex: índios da Amazônia) e rotas fluviais (ex: índios do Rio Negro). O grande volume de objetos coletados no campo e o envio destes sem identificação, muitas vezes gerou “séries de objetos sem descrição pormenorizada, fazendo com que as coleções já ingressem nos museus com parte de sua potencialidade documental perdida” (NACIMENTO, 2009, p.73).

Conforme aponta Pereira (2019):

movimentos internos aos processos de colecionamento e extensão, e de estabilização de séries, tipos e conjuntos etnográficos de reservas técnicas e complexos expográficos, indiciam situações, redes e campos de interação complexos de vida artefactual, dos ‘primeiros contatos’ ao estabelecimento de mercados etnográficos e artesanais de circulação de objetos. Se acompanhamos a geração de coleções em quadro histórico situado e de duração, assistimos aos trânsitos entre regimes de valor (Appadurai, 1986) que vão de objetos diplomáticos (como depositar armas apresentando-as ao inimigo) a bens de consumo de mercados especializados de arte e etnografia em redes locais e de intermediação, na (por vezes longa e tortuosa) cadeia que une produção, colecionamento, salvaguarda e exibição (para usar termos gerais da atividade ordinária museal). (PEREIRA, 2019, p. 18)

A interpretação antropológica da cultura material, segundo narra José Reginaldo Gonçalves (2007) passa, não somente, pela descrição etnográfica de seu contexto sociocultural, mas também pela inserção destes em sistemas classificatórios:

A interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Seja no contexto de seus usos sociais e econômicos cotidianos, seja em seus usos rituais, seja quando reclassificados como itens de coleções, peças de acervos museológicos ou patrimônios culturais, os objetos materiais existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. Esta condição lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socioculturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007, p. 8)

Para Gonçalves (2007):

Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos (dentro dos museus, por exemplo), é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. Mas ao longo da história da disciplina nem sempre os antropólogos estiveram voltados para o estudo dos objetos materiais enquanto tema específico de descrição e análise. Acompanhar as interpretações antropológicas produzidas sobre os objetos materiais é até certo ponto

acompanhar as mudanças nos paradigmas teóricos ao longo da história dessa disciplina (GONÇALVES, 2007, p. 15 – 16).

No século XIX a descrição e análise dos objetos tinham como foco suas formas, matéria e técnica de fabricação. Essa forma de percepção estava preconizada no entendimento de que a humanidade, como um todo, passaria por estágios de evolução e como tal, os objetos da cultura material dos povos serviriam de indicadores desses estágios. Através da comparação dos objetos das várias culturas, observando certos aspectos como composição material, estética, complexidade e tecnologia empregada, podiam então classificá-las segundo seus vários estágios mais ou menos avançados (GONÇALVES, 2007, p.16). Os objetos seriam os meios para “reconstituir esses processos”. Na concepção do século XIX, “ao longo dos trajetos de difusão os objetos sofriam modificações, tornavam-se mais complexos” (GONÇALVES, 2007, p.17). O conhecimento, para eles, era transmitido ou difundido e só então transformado. Os museus da época propagavam através de suas exposições esses conceitos e “a antropologia nessa época era de certo modo produzida nos limites institucionais dos museus” (GONÇALVES, 2007, p.18).

Ainda em 1896, Franz Boas (1858-1942) faz uma crítica a esse tipo de postura uma vez que não priorizava os usos e significados nas relações sociais de seus produtores. (GONÇALVES, 2007, p.18)

A partir do século XX, os antropólogos começam a se preocupar também em descrever as funções e significados em seu contexto social específico.

Hoje os estudos dos objetos materiais partem de suas relações com os processos sociais, institucionais e políticos de apropriação por parte das sociedades ocidentais, através das coleções dos museus e patrimônios culturais. (GONÇALVES, 2007, p.19)

Segundo Ewbank e Lima Filho:

As informações que podemos extrair do objeto estão condicionadas por valores sociais, científicos, históricos, comportamentais e até burocráticos, não somente dos observadores e estudiosos dos fenômenos como daqueles que vivenciam e perpetuam práticas, procedimentos, crenças, ritualísticas, etc. Essa característica não apenas condiciona a apreensão de determinadas informações que são pertinentes em relação aos fatos, como também sua forma de registro e, por consequência, determina o esquecimento ou descarte de outros dados: aqueles que não ‘interessam’. (EWBANK e LIMA FILHO, 2017, p.289)

Ao analisar a documentação do setor de etnologia, tendo como base as fichas catalográficas podemos perceber como seu desenvolvimento se articulou com as práticas do trabalho científico ali desenvolvido em seus vários momentos. Assim, ao olharmos para a maneira como foi tratada e pensada a documentação no setor de etnologia percebemos também como o campo da antropologia e etnologia é percebido e entendido pelos diversos atores sociais envolvidos. E como isso transita e permeia as fronteiras do estudo das ciências, da sociedade e da preservação do patrimônio material e imaterial. Nota-se ainda como a prática de campo da antropologia acabou por moldar a forma de pensar, classificar e categorizar o acervo dentro do setor. Isso porque é a partir dos objetos, entendidos aqui, como documentos portadores de informação, transmitidos às outras gerações que se formam pontes de diálogo constante entre presente e passado mediadas pelos significados que

ao longo do tempo passam a ser incorporados a esses objetos. Além disso, as experiências, interesses, formação específica dos professores e técnicos que passaram pela seção influenciaram também na maneira como o acervo foi pensado, classificado e registrado. Deixando muitas vezes uma marca pessoal nessas práticas ao longo do tempo.

O conjunto de livros de registro do setor de etnologia era composto por 22 volumes onde estavam elencados os objetos que faziam parte da extinta 4ª seção incluindo as coleções que pertenciam aos setores de arqueologia e antropologia biológica⁵⁶. O Setor utilizava o sistema de um único número, sucessivo e sequencial para a inscrição dos objetos. Segundo Nascimento (2009, p.33) o uso desta metodologia, provavelmente, está associado à primeira listagem feita das coleções antropológicas do museu, para a publicação dos relatórios e guias da Exposição Antropológica de 1882 e posteriormente foi adotada como sistema de numeração.

A partir de 1889 o Museu Nacional começa a publicar no *Almanak Laemmert* (1889, p. 1629) uma série de chamadas incentivando o envio de “qualquer animal morto que não pertençam ao grupo dos animais domésticos” com o pagamento do envio assegurado pelo museu. Nos anos seguintes a chamada é ampliada para os objetos etnográficos:

O Museu recebe com o maior reconhecimento e pagará o transporte de qualquer animal morto que não pertença ao grupo dos animais domésticos. Recebe igualmente com a mais viva satisfação artefatos indígenas, quer de pedra (pedras de coriscos ou raio), quer de qualquer outra natureza, como arcos, flechas, tecidos, vestimentas, ornatos de penas, ou de outra espécie, cestas de pesca, redes, instrumentos de trabalho, de uso doméstico, de vestimenta, de pesca e de caça, etc., peculiares aos nossos aborígenes e aos sertanejos e habitantes do campo.” (ALMANAK LAEMMERT, 1905, p.487)

Segundo Moura (2015), no século XIX, a coleta livre feita por amadores (coleccionadores particulares, naturalistas amadores, curiosos) sem uma metodologia científica e sem o registro ou levantamento de informações acaba por gerar lacunas informacionais que se perpetuam.

1.3. Albert Mocquerys (1860 – 1926): coletor comercial ou naturalista viajante?

O Naturalista viajante francês Albert Mocquerys⁵⁷ (1860-1926) (ver Figura 4) passou sua vida dedicado à coleta de espécimes de história natural para grandes museus e para outros naturalistas

⁵⁶ O conjunto de volumes constituía o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do MN, que começou a ser elaborado em 1906 e elencava os objetos pertencente as áreas da Antropologia Biológica, Etnologia e Arqueologia. Segundo Veloso (2019), a partir de 1943 as coleções de Antropologia Biológica passam a ser registrada em livro próprio e independente, bem como as coleções de arqueologia, a partir da segunda metade do século XX.

⁵⁷ Naturalista viajante francês (1860-1926) e cirurgião dentista responsável pela aquisição de acervos para vários museus, outros naturalistas e colecionadores. Coletava espécimes de Botânica, Entomologia e Zoologia. Era membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris e de outras sociedades relacionadas ao estudo da Entomologia e da Geografia Comercial. Fez coletas na África, Brasil, Venezuela, entre outros locais.

no período de 1893 a 1910 (DORR, 2017). Proveniente de uma família de entomólogos⁵⁸, viajou pela Venezuela, Brasil (MT), Serra Leoa, Congo, São Thomé e Príncipe, Gabão, Madagascar, Angola, Laos, entre outros. A maior parte de suas coletas era de insetos e plantas, mas também coletou aves e alguns objetos etnográficos. (DORR, 2017)

Figura 4 - Alberto Mocquerys na Venezuela (sentado ao centro)



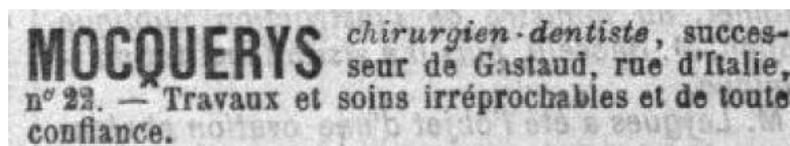
Fonte: ZIMMER, PHELPS, 1954

Albert Mocquerys nasceu em 19 de setembro de 1860 em Evreux, França, mas viveu parte de sua vida na Tunísia atuando como cirurgião-dentista, profissão de seu avô, pai e irmão. Através de anúncios de jornais (ver Figura 5) sabemos que atenderam nas cidades de Sfax e de Tunís na Tunísia, em Bône (atual Annaba) e em Bougie (atual Bèjaïa) na Argélia (LA DÉPÊCHE TUNISIENNE, 1899). Não foi possível resgatar a formação de Albert Mocquerys, mas através de

⁵⁸ Seu avô Simon (1792-1879) e seu pai Emile (1825-1916) eram entomólogos. Simon publicou em 185? na França o livro *Recueil de coléoptères anormaux*, que foi reimpresso em 1880, após sua morte, pela Societe des Amis des Sciences Naturelles de Rouen.

relatos⁵⁹ podemos traçar a formação de seu irmão George Mocquerys (1865-1948), que além de cirurgião-dentista também se dedicou à coleta e ao estudo da entomologia. Em 1892, George foi aluno no Hospital de Paris e aluno livre na *L'Ecole Dentaire de Paris*, onde mais tarde obteve o diploma em prótese dentária e cirurgia (LAMBERT,1912). Nesse período, o governo francês através do decreto de 25 de julho de 1893⁶⁰, relativo à obtenção do Diploma de Cirurgião Dentista, fixa a duração dos estudos em 3 anos, tendo como pré-requisito bacharelado ou certificado de estudo fundamental superior; aprovação em três exames teóricos entre eles Anatomia, Fisiologia e patologia da boca, além de um exame clínico prático com a realização de protese dentária. A banca examinadora deveria ainda ser formada por um professor da Faculdade de Medicina e dois cirurgiões dentistas do hospital. No decreto de 31 de dezembro de 1894⁶¹ são estabelecidas, formalmente, as escolas livre e de ensino superior nessa área, definindo o conteúdo programático e caracterizando o perfil dos professores. Seria obrigatória a contratação de pelo menos três professores com formação em Medicina, e todas as instituições deveriam conter instalações de histologia, laboratório de bacteriologia, dissecação anatômica, bem como todos os equipamentos necessários. (FACULTÉ D'ODONTOLOGIE DE NANCY, 2017)

Figura 5 - Anúncio em Jornal de 1899 com propaganda dos serviços de cirurgião dentista



Fonte: La Depeche Tuniniene, 1899

O avô de Mocquerys, Simon⁶² (1792-1879), nasceu em Troyes na França. Como soldado e depois sargento, serviu no exército nas lutas que marcaram o final do Primeiro Império Napoleônico. Foi feito prisioneiro durante a Batalha das Nações em Leipzig, mas escapou conseguindo retornar à França e durante o período do Governo dos Cem Dias obtém a patente de segundo tenente. Com o exílio final de Napoleão, Simon passa vários anos na Alemanha, voltando tempos depois à França e fixando-se em Rouen, onde viveu a maior parte de sua vida. No princípio exerce a profissão de ourives, mas em 1835 se estabelece como cirurgião-dentista. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN, 1879, p. 38) A partir daí se dedica ao estudo da entomologia, colecionando espécimes do mundo todo. Graças a suas muitas conexões e às coletas feitas por seu filho Emile Mocquerys⁶³ (1825-1916), também entomologista, esta coleção em pouco tempo foi considerada uma das mais notáveis da província, tendo sido vendida algum tempo depois para um rico colecionador parisiense. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN, 1879, p. 38) Sua atenção se volta então para o estudo da entomologia

⁵⁹ LAMBERT, 1912

⁶⁰ FACULTÉ D'ODONTOLOGIE DE NANCY, 2017

⁶¹ Ibidem

⁶² A biografia de Simon Mocquerys utilizada aqui foi feita por M. J. Bourgeois, secretário da *Société des Amis de Sciences naturelles de Rouen-Messieurs* em 1879, por ocasião de sua morte e publicada em seu Boletim.

⁶³ Pai de Albert e George Mocquerys

local, publicando uma série de suplementos⁶⁴ para o livro *Enumération des Coléoptères de la Seine-Inférieure* escrito por seu filho Emile Mocquerys em 1857. Nessa obra são propostas duas categorias de classificação: uma fixa onde são relacionadas as espécies locais e outra variável onde são elencadas as espécies exóticas, que segundo o autor eram provenientes do considerável comércio de madeira e sementes que vinham de outras localidades. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DES SCIENCES NATURELLES DE ROUEN, 1872, p. 56)

Outra área da ciência que chamou sua atenção foi a Teratologia⁶⁵, muito estudada por Saint-Hilaire, mas tratada esparsamente pela entomologia. Simon colecionou, classificou, descreveu e desenhou vários exemplos de anomalias observadas em besouros compilando uma obra composta por 11 fascículos intitulada *Recueil de Coléoptères anormaux*⁶⁶. Através de suas redes científicas conseguiu a colaboração de outros entomólogos, que trouxeram contribuições ao trabalho com o envio de espécimes ou com relatos de observações. Nesse livro as anomalias são classificadas de acordo com a natureza das deformidades, dividindo-as em 4 classes: 1. Anomalias gerais incluindo os casos de excessos (por exemplo antenas, mandíbulas e élitros a mais); 2. Anomalias especiais ou particulares incluindo os casos de desenvolvimentos incompletos e falta de partes; 3. Pseudo-hermafroditismo e 4. Anomalias sem causas aparentes. (MOCQUERYS, 1880)

Em 1879, com a morte de Simon, seu filho doa para a *Société des Amis de Sciences Naturelles de Rouen* uma coleção de trinta e três crânios de mamíferos pertencentes a seu pai. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN, 1879, p. 29)

Longe de ser apenas um amador devotado ao colecionismo, Simon era antes de tudo um cientista entomólogo. Com suas articulações com outros entomólogos, criando redes científicas e reuniões de estudos em seu escritório, na *Rue Grand-Pont* em Rouen, que ao mesmo tempo funcionava como consultório dentário e laboratório de entomologia, Simon contribuiu para a afirmação da entomologia enquanto ciência, classificando e sistematizando os estudos dentro de uma perspectiva de pesquisa mais ampla. A contribuição de Simon Mocquerys para o desenvolvimento da entomologia é descrita por Bourgeois:

Simon Mocquerys foi um dos poucos sobreviventes e primeiros adeptos que, no início deste século, testemunharam o nascimento de uma entomologia sistemática, definitivamente fundada após o trabalho de nosso ilustre Latreille. Os livros da época eram poucos; as coleções, longe de alcançar a riqueza que possuem hoje; meios de comunicação e troca, raros e difíceis; daí o culto da ciência exigir, ainda mais do que em nossos dias, uma devoção inabalável e um ardor capaz de resistir às mais amargas decepções. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN, 1879, p. 37)

⁶⁴ Total de 3 suplementos em 1872, 1874 e 1879. (BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ENTOMOLOGIQUE DE FRANCE, 1916)

⁶⁵ Ramo da ciência médica preocupado com o estudo dos mecanismos e padrões do desenvolvimento anormal, como por exemplo as anomalias congênitas e malformações de desenvolvimento.

⁶⁶ Sua obra completa foi reeditada em 1880 pela *Société des Amis de Sciences Naturelle de Rouen*. A introdução foi escrita por J. BOURGEOIS, que descreve as teorias que embasaram a obra de Simon Mocquerys sobre Teratologia e os autores que o influenciaram. Simon Mocquerys deixou inacabada a descrição de um grupo de espécimes que foram incluídas nessa publicação completando a série de 11 fascículos.

Da mesma forma que seu pai, Emile Mocquerys era cirurgião-dentista e se dedicou ao estudo da entomologia. Nasceu em 21 de maio de 1825 em Rouen, tendo passado grande parte de sua vida em Evreux, na França e em Sfax, na Tunísia, onde faleceu em 1916.

Como dito anteriormente, publica em 1857 a obra *Enumération des Coléoptères de la Seine-Inférieure* que recebeu atualizações periódicas, como por exemplo as inclusões das coletas de 66 espécies descritas por M. Leboutteiller e publicadas em 1866 nos anais da *Société des Amis de Sciences Naturelle de Rouen*. Em suas observações o autor atesta que apesar de muitos insetos serem de grande utilidade ao homem, os insetos exóticos, depois de bem aclimatados, eram em sua maioria nocivos destruindo ou pelo menos alterando os materiais onde ocorriam.

Emile Mocquerys era membro da *Société des Amis de Sciences Naturelle de Rouen*, juntamente com seu pai, desde 1865⁶⁷, membro correspondente da *Société Linnéenne de Normandie* desde 1857⁶⁸ e da *Société Entomologique de France*⁶⁹ desde 1844.

Durante os meses de agosto a setembro de 1865, a *Société Centrale d'Apiculture* organizou em Paris uma exposição de insetos instalada no *Palais d'Industrie*. Uma parte dessa exposição era dedicada a apresentação de insetos benéficos e seus produtos e aos insetos nocivos e seus danos. E. Mocquerys, expõe 14 caixas entomológicas e o júri concede medalha de ouro a seu trabalho. (COMITÉ CENTRAL D'AGRICULTURE DE LA CÔTE-D'OR, 1865, p.231) Sua coleção estava dividida em: coleópteros utilizados na Medicina; que atacam os cereais; que atacam as vinhas; prejudiciais às instalações industriais; nocivos à fruticultura; pragas florestais; que atacam madeira; úteis à agricultura e horticultura e um conjunto de madeiras e frutos atacados por insetos.

Em 1867, Emile figura novamente como expositor, desta vez na Exposição Universal de Paris na classe de "Instrumentos e Equipamentos de Precisão de Ensino de Ciências"⁷⁰ dentro da categoria de Coleções para o ensino de ciências naturais (instrumentos da Entomologia aplicada), novamente com uma coleção de estudos de insetos úteis e nocivos. Segundo descrição de Maurice Girard⁷¹ (1822-1886):

[...]Na galeria II, o Sr. Mocquerys, de Évreux, já conhecido nas exposições precedentes por mostras similares, expondo preparações anatômicas e uma série de caixas (entomológicas) dedicadas a ordem dos coleopteros[...]contendo ainda pragas florestais, insetos prejudiciais a nossas vinhas e as árvores frutíferas. A parte desta exposição que é mais importante para nós é a dos besouros úteis, cuja propagação deve ser incentivada. Uma das caixas (entomológica) contém as séries de todas as espécies francesas, que destroem em si muitos insetos prejudiciais às nossas culturas.

⁶⁷ BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN, 1879, p. 285

⁶⁸ BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ LINNÉENNE DE NORMANDIE, 1873, p. 397

⁶⁹ ANNALES DE LA SOCIÉTÉ ENTOMOLOGIQUE DE FRANCE, 1844 p. XCVIII

⁷⁰ Correspondia a Classe 12 onde estavam inseridos também: Instrumentos de geometria prática - bússola, planímetros, calculadoras, etc. Aparelhos e instrumentos para topografia, levantamento topográfico, geodesia e astronomia. Material de vários observatórios. Aparelhos e instrumentos das belas artes. Pesos e medidas dos vários países. Moedas e Medalhas. Balanças de precisão. Aparelhos e instrumentos de física e meteorologia. Instrumentos ópticos usuais. Material de ensino das ciências físicas, geometria elementar, geometria descritiva, mecânica. Modelos e instrumentos para educação tecnológica em geral. Coleções para o ensino de ciências naturais. Figuras e modelos para o ensino de ciências médicas.

⁷¹ Entomólogo francês e presidente da *Societe Entomologique de Paris*, escreveu um artigo intitulado *Exposition Universelle de 1867. Entomologie appliquée. Les insectes utiles (ves à soie et abeilles). Les insectes nuisibles*, em uma publicação especial dedicada a exposição e editada pela *Société Impériale Zoologique d'Acclimatation*. (GIRARD, 1867)

Eu gostaria de ver uma caixa como esta em cada uma das nossas escolas primárias, para ensinar as crianças o respeito que é devido a esses protetores de nossas plantações, bem como os ninhos de pássaros insetívoros. (GIRARD, 1896)

A última parte de sua exposição Mocquerys chama a atenção de Girard (1896) ao apresentar uma caixa entomológica com besouros que poderiam ser usados para reconhecer a pureza da lã:

informando misturas fraudulentas de lãs de valor inferior de outras procedências. Foi apresentado um grupo de besouros misturados a lãs da Rússia, Austrália, Marrocos, Espanha e Buenos Aires e como nestas localidades a fauna é bastante distinta, entendemos imediatamente seu uso como perícia. (GIRARD, 1896)

Por volta dos anos 1840's, conforme relato de M. Reiche ao Boletim da *Société Entomologique de France* (1844), E. Mocquerys visitou o Brasil, onde observou vagalumes (*Elateridae* do gênero *Pyrophorus* e *Nyctophanes*), besouros do gênero *Passalus* e formigas *Oecodoma cephalotes*⁷². Também observou como alguns nativos do Brasil utilizavam as cabeças da formiga para fazerem suturas em feridas:

Deixam-se picar por essas formigas na junção da ferida retirando depois o abdômen e o tórax e deixando apenas a cabeça, o que mantém as extremidades da ferida juntas. Não é incomum ver os indígenas brasileiros com cicatrizes feitas a partir de 7 ou oito cabeças dessas formigas (ANNALES DE LA SOCIÉTÉ ENTOMOLOGIQUE DE FRANCE, 1844, p. LXVII).

Através do relato da *Excursion au Muséum d'Histoire Naturelle de Rouen* feito pela *Société Zoologique de France* em 1902 com o intuito de visitar a nova organização do Museu de História Natural desta cidade, sabemos que, ao menos parte da coleção entomológica de Simon e de Emile estavam nesse museu (SOCIÉTÉ ZOOLOGIQUE DE FRANCE, 1902). O Museu, constituído administrativamente em 1897⁷³, teve sua origem no gabinete de história natural do Marquês de Martainville, composto de ricas coleções de aves, moluscos e mamíferos. Em 1899, o espaço do museu é ampliado e incorporadas novas galerias de exposição. Em relação à exposição geral de insetos descreve:

[...] uma coleção de coleópteros do Sena Inferior de E. Mocquerys, 70 caixas, 2.640 espécies, 9.494 indivíduos, a qual serviu a Simon Mocquerys e seu filho na elaboração da obra *Énumération des Coléoptères de la Seine-Inférieure* e uma coleção muito curiosa de coleópteros anormais⁷⁴ (Coleção E. Mocquerys, 12 caixas). Cada indivíduo é acompanhado por um desenho representando a monstruosidade da qual ele é o objeto. Esta coleção, muito original, serviu ao pai do Sr. Mocquerys, para a publicação de sua interessante coleção de coleópteros anormais, ilustradas com xilogravuras feitas pelo autor. A coleção dessas matrizes em madeiras foi doada ao Museu, em 1896, por Emile Mocquerys ilustre entomologista de Evreux. (SOCIÉTÉ ZOOLOGIQUE DE FRANCE, 1902, p. 192)

Percebemos que a dedicação ao estudo da Entomologia, através da sistemática e da classificação presente no trabalho de seu pai é acrescida, no caso de Emile Mocquerys, pelo interesse do estudo de sua aplicabilidade, seus usos e benefícios tanto no campo comercial, na agricultura e horticultura, quanto em seu uso na divulgação científica entre os pares e como instrumento na educação do público em geral, verificado através das participações em exposições.

⁷² Formiga conhecida vulgarmente como Saúva

⁷³ Através de decisão municipal de 13 de outubro de 1897 (SOCIÉTÉ ZOOLOGIQUE DE FRANCE, 1902)

⁷⁴ Segundo relato de J. Bourgeois, em 1880, a coleção de espécimes anormais montada por S. Mocquerys para o desenvolvimento de sua obra foi adquirida pela cidade de Rouen para compor as coleções de seu Museu de História Natural. (MOCQUERYS, 1880, p. XVI).

As informações sobre a vida, redes científicas e itinerário de coletas de seu filho Albert Mocquerys (1860-1926) eram esparsas e confusas, mas a partir de 1997 e nos anos seguintes o trabalho do Dr. Lawrence Dorr⁷⁵ trouxe uma nova perspectiva ao assunto⁷⁶. Sua pesquisa baseada nas correspondências trocada por Mocquerys e seus patrocinadores, além do levantamento de relatos de época em anais e boletins de várias associações de cientistas, possibilitou criar um maior entendimento de seus mecanismos de coleta e das redes que então existiam na Europa para adquirir e mesmo distribuir espécimes de História Natural no final do século XIX, muitas vezes representados por grandes museus, outros naturalistas e colecionadores particulares.

Seguindo os mesmos passos do avô e de seu pai, A. Mocquerys era cirurgião dentista e passou sua vida dedicado à coleta de espécimes de História Natural no final do século XIX e início do século XX⁷⁷. O patrocínio de suas viagens era feito por associações de intelectuais ligados ou não ao governo⁷⁸, por museus⁷⁹ e pela iniciativa privada representada por Lionel Walter Rothschild (1868-1937)⁸⁰, Alexandre Godefroy-Lebeuf (1852-1903)⁸¹, Emmanuel Drake del Castillo (1855-1904)⁸², entre outros. Rothschild foi um importante patrocinador e Mocquerys figurava entre os coletores de seu Museu em Tring⁸³ na Inglaterra (DORR, STAUFFER e RODRÍGUEZ, 2017). A natureza exata das relações financeiras com Rothschild não é totalmente clara, para Dorr, Stauffer e Rodríguez (2017), Rothschild às vezes disponibilizava uma taxa fixa e/ou um salário para seus coletores, ou custeava as despesas, ou até mesmo oferecia pagamento através de permuta de espécimes. Ainda segundo Dorr, Stauffer e Rodríguez:

Mocquerys possuía uma rede paralela de colecionadores que recorriam as suas coletas. Para o francês Alexandre Godefroy-Lebeuf, coletou orquídeas em Angola entre os anos de 1889 a 1891 e enviou vários espécimes de *Eulophiella* (Orchidaceae) para A.A. Peters em Bruxelas coletadas em Madagascard nos anos de 1897 e 1898 (DORR, STAUFFER, RODRÍGUEZ, 2017, p.21).

Em 1913, o herbário de Drake foi adquirido pelo Museu Nacional de História Natural (MNHN) de Paris (DORR, STAUFFER, RODRÍGUEZ, 2017) e, como consequência, as espécies coletadas por Albert Mocquerys na Venezuela⁸⁴ e depois vendidas a Drake, estão hoje naquele Museu.

⁷⁵ Botânico e curador do Herbário do *Smithsonian National Museum of Natural History* em Washington.

⁷⁶ A breve biografia aqui apresentada utiliza como base os trabalhos de Dorr sobre o naturalista.

⁷⁷ Entre 1893 e 1910 trocou correspondência com outros naturalistas e patrocinadores. Esta correspondência se encontra hoje no Arquivo do Museu de História Natural de Londres.

⁷⁸ Através da Associação Tunisiana de Letras, Ciência e Artes; Sociedade de Geografia Comercial de Paris, entre outras.

⁷⁹ *British Museum of Natural History*, adquiriu vários espécimes de Zoologia de Mocquerys por intermédio de M. R. Oldfield Thomas (1858-1929); o Museu de História Natural de Berlim adquiriu espécies de insetos por intermédio de Otto Staudinger (1830-1900) (DORR, STAUFFER e RODRÍGUEZ, 2017)

⁸⁰ Banqueiro, zoólogo e político inglês, 2º Barão de Rothschild, que dedicou a vida ao estudo da Zoologia. Patrocinava uma extensa lista de naturalistas viajantes, dentre eles Mocquerys. Sua coleção privada deu origem ao Museu de Tring em Hertfordshire, Inglaterra. Em 1892 Rothschild abriu ao público sua coleção e em 1937, após sua morte o edifício que abrigava seu museu e sua coleção foram integrados ao *British Museum of Natural History* em Londres.

⁸¹ Botânico e horticultor francês, especialista e colecionador de orquídeas.

⁸² Botânico francês, que se dedicou ao estudo da flora da Polinésia e de Madagascar. Depois de sua morte em 1904, seu herbário foi incorporado ao Museu Nacional de História Natural de Paris. Mocquerys coletou espécimes de Botânica para Drake.

⁸³ A partir de 1937 esta instituição passa a fazer parte do Museu de História Natural de Londres

⁸⁴ Ver DORR, STAUFFER e RODRÍGUEZ, 2017 para maiores informações sobre o material e mapas das coletas na Venezuela.

Posteriormente, o MNHN através de permuta distribuiu os espécimes em duplicata por vários museus, entre eles o Jardim Botânico do Rio de Janeiro⁸⁵. As aves coletadas por Albert Mocquerys no Brasil na região do Mato Grosso entre 1902 e 1903, em sua maioria, estão no mesmo Museu. Já suas coletas ornitológicas feitas para Rothschild na Venezuela encontram-se hoje no *American Museum of Natural History*⁸⁶, em Nova York

Até agora não foi possível traçar o itinerário preciso das coletas de Albert Mocquerys, pois as informações contidas em seus recibos e etiquetas são muito vagas, não se referindo ao local exato da coleta, mas a uma região. Segundo Dorr, Stauffer e Rodríguez (2017), podemos compreender, embora de modo geral, seu itinerário e os tipos de coletas, através das cartas trocadas com seus patrocinadores, de suas coleções em museus e seus poucos relatos de viagens. Dessa forma Mocquerys percorreu⁸⁷ a África Ocidental de 1889-1891, onde esteve no Senegal, Gambia, Serra Leoa, coletando insetos e plantas; na África Central esteve no Congo, onde passou quase 4 anos⁸⁸, no Gabão, São Tomé e Príncipe e Angola (1899-1900), onde coletou principalmente insetos; em Madagascar coletou insetos e orquídeas de 1897-1898. Na América do Sul, Mocquerys coletou vários espécimes de História Natural além de pássaros, plantas, insetos, peixes e pequenos vertebrados na Venezuela (1893-1894) e no Brasil esteve entre 1902-1903 e 1908-1910. Coletou aves em Cáceres (MT) de março a setembro de 1909 e de dezembro de 1909 a janeiro de 1910 (LOPES *et al*, 2016, p. 143) e em Cambará em outubro de 1908 e outubro de 1909. Pelo menos 90 exemplares estão hoje no MNHN de Paris (LOPES *et al*, 2016, p. 143). No Boletim do MNHN de 1912, por intermédio de seu pai Emile Mocquerys, na época correspondente dessa instituição conforme diz o texto, menciona o acréscimo de uma pequena coleção de beija-flores (*Trochilidae*) coletados em 1908-1909 em Poconé (MT), Cáceres (MT) e Cambará (MT) (BULLETIN DU MNHN, 1912). Não foi ainda possível determinar o exato percurso de Mocquerys no Brasil. Sabemos que em outubro de 1902⁸⁹ ele esteve no Rio de Janeiro no Museu Nacional onde vendeu uma coleção de aves, lepidópteros, aracnídeos e um conjunto de material etnográfico e em novembro de 1903 em Mossamedes (GO), onde envia correspondência a Rothschild⁹⁰. Em 1909 Mocquerys encontra-se em Cuiabá como sua esposa de onde parte, no pacote Xingu, com destino a São Luiz de Cáceres, segundo nota no jornal Correio do Estado de Mato Grosso. No livro de registro de aves do MN constavam dois envios ao Museu Nacional de Cáceres (MT) de coletas de Mocquerys ainda em

⁸⁵ O Jardim Botânico do Rio de Janeiro possui cerca de 11 exsicatas coletadas por Mocquerys na Venezuela em seu Banco de Dados. Disponível em: <<http://jabot.jbrj.gov.br/v2/consulta.php#RESULTADO>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

⁸⁶ Segundo Dorr, Stauffer e Rodríguez (2017), no final de 1931 Rothschild, enfrentando dificuldades financeiras por causa de um escândalo, decidiu vender a maior parte de sua coleção ornitológica que foi comprada pelo AMNH

⁸⁷ Percurso e coletas de Mocquerys baseado nos artigos de DORR, STAUFFER e RODRÍGUEZ, 2017 e das datas de sua correspondência no Arquivo do Museu de História Natural em Londres

⁸⁸ MOQUERYS, 1902

⁸⁹ Documentos Diretoria, Pasta 43, Doc. 91 de outubro de 1902. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

⁹⁰ Arquivo do Museu de História Natural de Londres TR1/1/24/303

1909⁹¹. E em 1910 Mocquerys envia correspondência a Rothschild de Paris, indicando que nesse período já havia retornado a França.

Apesar de ser membro ativo de várias associações, como por exemplo, a Sociedade de Geografia Comercial de Paris, a Sociedade Francesa de Entomologia, Instituto Carthage⁹², poucas publicações suas foram até agora encontradas. Entre elas, figura um discurso sobre a colônia do Congo francês⁹³ que proferiu na Seção Tunisiana da Sociedade de Geografia Comercial de Paris e depois apresentado em seus anais em janeiro de 1902. Nesse artigo, relata sua experiência (4 anos) de exploração no Congo, onde descreve detalhadamente o clima, as doenças, os tipos físicos da região, os principais povos e expectativas futuras de extinção de certos grupos, as categorias de trabalho e capacidade produtiva da comunidade nas missões religiosas, os hábitos, costumes, rituais religiosos e temas relativos a aclimatação de espécies para a agricultura e riquezas a explorar. (MOCQUERYS, 1902)

Ao descrever a população local Mocquerys (1902) explica que a região é composta “por várias “raças”, sendo os dois principais o gabonês propriamente dito ou *M'Pongoués*, e os *Pahouins* ou *M'Fans*, vindo do interior.” E continuando sua análise diz que:

Os gaboneses são geralmente dóceis, indolentes, bastante assimiláveis. A maioria adquiriu, em missões católicas e protestantes, noções de marcenaria, carpintaria, serralheria etc. ou seja, as tradições mais comuns, de modo que um trabalho importante pode ser feito no local, sem a necessidade de trazer trabalhadores especiais da Europa. Mas o problema é que, como em todos os lugares, apesar dos longos anos passados em contato com os brancos encarregados de formá-los, eles ainda mantem certos instintos ruins que lhes são próprios e aos quais se somam aos defeitos e vícios que aprendem e retem de nós. Mas alguns podem ter qualidades. O mulato, por sua vez, é o mais formidável porque é ao mesmo tempo o inimigo dos negros e dos brancos e é capaz de tudo. (MOCQUERYS, 1902)

Relata ainda a maneira de vestir das mulheres gabonesas:

[...] a pequena tanga dos antepassados foi relegada a muito tempo, para dar espaço a pedaços de pano com cores tão vistosas quanto possível. [...] os anéis, os brincos, os pentes nos cabelos, os xales coloridos e o guarda-chuva especialmente, tornaram-se para elas objetos absolutamente indispensáveis”. (MOCQUERYS, 1902)

Mocquerys coletou também peças etnográficas, mas poucas referências se têm sobre o assunto. No Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR), no recibo de venda de 1902 escrito pelo próprio viajante, listava “1 lote de curiosidades etnográfica (27 peças)”, que só em 1909 depois de regularizada a compra, foram registradas no livro de entrada do Museu e descritas de maneira mais detalhada (SOARES, LIMA, 2013). Outra instituição que recebeu peças dessa natureza é a Sociedade de História Natural de Colmar (FR) (KOENIG, 1900). Em 1900, A. Mocquerys enviou um conjunto de objetos do Congo com uma nota onde descrevia os *Pahouins* ou *Fans* como tribos guerreiras e canibais, pertencentes a grande família de negros Bantos e que se estendiam pela

⁹¹ Correspondência de Mocquerys para Museu Tring de 13 de novembro de 1903. TR1/1/24/303, Fundo Tring/Walter Rothschild. Arquivo do NHM de Londres.

⁹² Fundado em 1893 em Tunísia, é uma academia de artes e letras, ciência e história. Editava a Revista Tunisiana desde 1894. Mocquerys aparece nos anais de membros desse instituto em 28 fevereiro 1903.

⁹³ Colônia francesa que compreendia, na época, as áreas dos atuais Gabão, Congo e República Centro Africana.

bacia norte do Rio Ogoué. Dentre os objetos enviados e descritos no Boletim da Sociedade, constavam:

Uma bengala de ébano; um machado em ferro, cujo sistema de encaixe é idêntico ao utilizado no primeiro período da idade do bronze; dois instrumentos musicais: uma espécie de bandolim e um par de sinos de ferro forjado, semelhantes aos relatados pelo Sr. Dybowski de Upper Oubanghi; dois punhais, um dos quais, em sua bainha de pele sauriano, é adornado com pelagem de animais; três pontas de lança de Alto Oubanghi; uma colher de pau dos Pahouine; uma pulseira de marfim, de uma peça; um colar de latão maciço e uma corda Pahouine." (KOENING, 1900)

Da mesma forma que seu pai, A. Mocquerys também participou de exposições, como por exemplo a Exposição do Mundo Colonial de Marseille em 1906 (ver Figura 6). Esse tipo de exposição tinha como apelo expor o exótico, retratando ainda assuntos relativos às conquistas, aos recursos da economia colonial, à vida social dos grupos humanos, à fauna e flora existentes nas colônias. Foram muito populares principalmente na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália e perduraram por cerca de 70 anos - de 1883 a 1950. (BLANCHARD, 2008)

A Exposição Colonial de Marseille foi idealizada por Edouard Heckel⁹⁴ e inspirada na Exposição Universal de Paris de 1900⁹⁵. Marseille é, nesse período uma das grandes cidades francesas que se beneficiam da expansão do Império francês a partir do final do século XIX, com o incremento do comércio em seu porto. Inaugurada em 14 de abril de 1906, recebeu cerca de 1.8 milhão de visitantes de abril a novembro de 1906 em cerca de cinquenta pavilhões em vinte hectares no campo de manobra da rotunda do Prado, hoje *Parc Chanot*. Destaques foram dados à Indochina, com a reconstrução do templo de Angkor Wat, à África com a impressionante *Tata*⁹⁶ Sudanesa e ao norte da África, com enormes pavilhões da Tunísia e da Argélia, construídos em estilo arquitetônico árabe. Juntamente com os pavilhões tradicionais, uma novidade: a primeira exposição oceanográfica organizada na França. Também a exposição de pessoas, "os selvagens", em ambientações que reproduziam seu local de origem, era comum nesse tipo de evento. Concomitantemente à exposição realizaram-se vários congressos, exposições de belas artes e dos grandes museus. (DEPINCÉ, 1908)

Dentre os ilustres visitantes⁹⁷ na exposição estiveram o rei do Camboja, o rei Behanzin⁹⁸ do Dahomé (atual Benin), uma marajá e várias personalidades militares, artísticas e literárias, como Auguste Rodin.

⁹⁴ Médico e botânico francês (1843-1916) diretor do Jardim Botânico de Marseille e professor de História Natural em Nancy. Dedicou-se ao estudo de plantas tropicais para uso Medicinal e criou a cadeira de patologia tropical na escola de Medicina Pharo. Membro da Sociedade Geográfica de Marseille, fundou em 1893 o Instituto Colonial e Museu de Marseille

⁹⁵ Através do êxito do empreendimento de Jules Charles-Roux, que dirigira em 1900 a seção colonial da Exposição Universal de Paris

⁹⁶ Antiga fortificação

⁹⁷ AILLAUD, s/d

⁹⁸ Em 17 de abril de 1906, Behanzin chegou pela primeira vez na França. Ele chega sob os aplausos de uma multidão de jornalistas e curioso. Vindo de Bordeaux por trem, ele se instala em um hotel para ir, no dia seguinte, à Exposição Colonial de Marselha.

Representando a Seção Tunisiana da Exposição de Marseille e como membro do Instituto Carthage, A. Mocquerys, inscrito no grupo 1, classe 2⁹⁹, recebe uma menção honrosa pela exposição de uma caixa de insetos. (INSTITUT DE CARTHAGE, 1906)

Figura 6 - Cartaz da Exposição Colonial de Marseille de 1906



Fonte: Wikipédia

Mocquerys era em primeiro lugar um explorador, um naturalista-viajante como ele mesmo se descreve, mas distinto do naturalista de gabinete ou naturalista cientista. Segundo Knight (2001), o explorador é o observador atento que anota fatos incomuns, tira medidas, examina tudo que lhe parece interessante. Da mesma forma Humboldt, que considerava a viagem uma experiência insubstituível, defende que “impressões estéticas experimentadas pelo viajante em cada região fazem parte da própria atividade científica”. (KURY, 2001; BARBOZA, 2010) No caminho oposto, Cuvier assume que seu local de produção de conhecimento é o gabinete “tendo à disposição as mais completas coleções de História Natural”. (KURY, 2001; BARBOZA, 2010)

Em 1946, Dr. Jeannel, nos *Annales de la Société Entomologique de France* (1946, p. 30 *apud* Viette, 1962, p.12) cita Mocquerys não como naturalista-viajante, mas como “caçador e negociante de insetos” (“*Chasseur et marchand d'Insectes*”). Para Dorr, Stauffer e Rodríguez (2017), Mocquerys era um coletor comercial e esse aspecto refletiu no tipo de coleta feito, por exemplo, dando preferência a herbáceas e arbustos em detrimento a árvores, ou seja, “quando alguém é pago pela

⁹⁹ Não foi possível ter acesso ao conteúdo do catálogo da exposição de 1906, portanto não sabemos a que categoria se referia o Grupo 1 e a classe 2

peça coletada então qualquer coisa pode chamar a atenção. Um foco ou esforços maiores na coleta de árvores poderia ter produzido resultados mais interessantes para um botânico”. (DORR, STAUFFER, RODRÍGUEZ, 2017, p. 22).

Certo é que Mocquerys ajudou a compor coleções dos grandes museus europeus em uma época marcada pela proliferação desse tipo de instituição. No final do século XIX, como narra Keuller ocorreu

o nascimento de uma série de museus no mundo, e por isso esse período foi caracterizado como o Movimento dos museus ou a Era dos Museus¹⁰⁰. Definido como um movimento científico de maior dimensão tinha como objetivo, explicitamente, recuperar a memória coletiva das nações pela constituição de grandes coleções e por meio de exposições. (KEULLER, 2008, p. 49)

No caso dos museus etnográficos, estes se articularam e se beneficiaram com o imperialismo, dentro de um contexto de recriação do mundo extra europeu acabando por “fetichizar” o “outro” (SCHWARCZ, 2001, p. 36). A principal preocupação dos naturalistas dedicados à Etnologia nesse período era com a classificação, uma vez que a ideia vigente era que as culturas estudadas se extinguiriam, “estando os ‘vestígios’, segundo a visão desses cientistas, mais bem preservados em museus metropolitanos”. (SCHWARCZ, 2001, p. 36)

Para Keuller:

A história dos museus de uma forma geral está associada à constituição das grandes coleções que enriqueceram os acervos dos museus ocidentais e que se tornaram mais tarde os arquivos de pesquisa dos antropólogos, no sentido atribuído por eles de “cultura material”. Ao serem reunidos, identificados, classificados e expostos, aqueles objetos, tais como os relatos de viagem produzidos pelos missionários, comerciantes, funcionários coloniais ou viajantes, serviam para demonstrar ou ilustrar as ideias desses cientistas (STOCKING JR., 1986 apud. KEULLER, 2008, p.49-50)

Como dito na seção 1.1, o estudo das sociedades e culturas tendo como base as coletas de objetos de diversas naturezas permitia estabelecer seu “grau de civilização”, de acordo com a concepção do século XIX. Dessa forma a retirada dos objetos de seus contextos originais e sua reclassificação nos espaços dos museus tinha como objetivo traçar e reconstituir uma “história da humanidade”. (KEULLER, 2008). Os cientistas convencidos de sua superioridade cultural e tecnológica tentavam classificar e indicar estágios hierarquizados dos mais simples aos mais complexos: “criava-se assim um vínculo entre museus, Antropologia e coleções”. (KEULLER, 2008, p. 49-50).

Como foi apresentado anteriormente, o naturalista viajante desempenhou um importante papel na constituição e no estudo das coleções de museus em sentido amplo. Através dos regulamentos adotados no Museu vimos como essa atividade se desenvolveu e como era compreendida na época, por intermédio das regras de coleta, de registro apoiados pelo pensamento científico vigente.

As várias formas de priorizar esta ou aquela informação referente ao objeto, a maneira de descrevê-los, bem como o destaque ou mesmo as lacunas e “esquecimentos” dessas informações, como nos relataram Ewbank e Lima Filho (2017, p.289), refletem os valores dos vários sujeitos que

¹⁰⁰ O termo foi primeiramente utilizado pelo antropólogo Sturtevant em 1969.

de uma forma ou de outra estudaram fenômenos, vivenciaram experiências e perpetuaram práticas, procedimentos e concepções dentro de um determinado espaço e período. Da mesma forma o espírito nacionalista, o desejo de aproximação com o perfil universal vigente nos museus europeus, como nos mostrou LOPES (2009, p.46), ou ainda a preocupação de preservação de valores culturais através da cultura material ou mesmo a necessidade de comparação entre elas para um melhor entendimento, pode nos ajudar a compreender o motivo de tal coleção ser priorizada em detrimento a outra apoiando-se nas escolhas feitas em nome da ciência e dos mais diferentes escopos.

O próximo capítulo é dedicado ao referencial teórico associado às questões sobre coleção, musealização e preservação, bem como reflexões sobre os novos paradigmas e perspectivas referentes a especificidade dos acervos etnográficos. A ampliação dos conceitos de patrimônio e as teorias que embasaram este entendimento, acabaram por propiciar o aparecimento de novos questionamentos e conseqüentemente novos paradigmas que hoje definem as práticas da preservação do patrimônio.

CAPÍTULO 2

Referencial Teórico: patrimônio, preservação e novos paradigmas

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO E NOVOS PARADIGMAS

Este capítulo apresenta o referencial teórico adotado neste estudo. Serão tratados os principais conceitos utilizados, como o de coleção, musealização, preservação e suas diferentes abordagens, bem como o processo de transformação de mercadoria em objeto singular dentro do contexto da musealização e o entendimento do objeto como documento portador de informação. O intuito é traçar uma possível trajetória do objeto, partindo-se do princípio de que a história dos museus pode ser contada através do estudo da trajetória dos objetos em suas coleções e suas relações com outros objetos e pessoas. (cf. ALBERTI, 2005)

Entendemos ainda que a documentação, exposição, divulgação e conservação fazem parte do processo de musealização. Todos esses conceitos aqui apresentados são fundamentais para se traçar a biografia de uma coleção, ajudando a compreender os vários movimentos sociais e relacionais que fizeram e fazem parte dessa trajetória.

Outra questão tratada diz respeito ao conceito de preservação, entendido de forma mais abrangente, baseada na reunião de visões, valores e escolhas de forma integrada e que compreende ainda a gestão de acervo, a conservação-restauração, a difusão da informação e a pesquisa.

A apresentação de algumas cartas patrimoniais nesta dissertação visa a compreensão de que as concepções de preservação, conservação e restauração estão intimamente ligadas às transformações dos conceitos de patrimônio e bens culturais no decorrer do tempo, marcadas por pensamentos filosóficos e discussões teóricas que buscavam a consolidação e afirmação da conservação-restauração como campo de conhecimento e como ciência embasada em diretrizes relacionadas à gestão patrimonial, sintetizadas nesses documentos.

Abordaremos ainda questões que se relacionam com categorias de objetos e valores, significância, autenticidade e integralidade e outros conceitos como ressignificação. E por fim discutiremos os novos desafios e perspectivas na preservação de acervos etnográficos e seus possíveis desdobramentos.

2.1. Coleções e objetos musealizados

Para Pomian, coleção é “todo conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, submetido a uma proteção especial em um espaço, mantido com este propósito, e exposto ao olhar” e por isso passível de ser preservado (POMIAN, 1984, p.53). O autor caracteriza a coleção levando em conta seu valor simbólico, uma vez que o objeto se torna portador de outros sentidos e significados. Pomian denomina “semióforo” esses objetos portadores de significado.

Seguindo o mesmo conceito, Desvallées e Mairesse (2008, p. 32) consideram coleção:

como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2008, p. 32).

Esta concepção mais ampla nos permite considerar que este agrupamento de objetos é reunido de maneira intencional a partir de uma seleção e lógica específicas, conservando, porém, sua individualidade. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2008, p. 32 a 35)

Nas palavras de Pomian (1984), as coleções “são formadas por objetos homogêneos sob um certo aspecto: eles participam no intercâmbio que une o mundo visível e o invisível”. (POMIAN, 1984, p. 66). Funcionam como pontes de ligação entre o espectador que as observa e um leque de possibilidades e de camadas temporais da história do objeto. Se, de um lado, temos as coisas, os objetos utilitários que usamos no dia a dia, de outro temos os semióforos, objetos singularizados, dotados de significado e quanto mais significado menos utilidade lhe é atribuída.

Da mesma forma, Metzger (2006, p. 48-49) entende coleção como o “produto” de uma seleção intencional de “objetos semelhantes ou complementares” que despertem o “interesse estético, científico, cultural ou simplesmente informativo” e que segue uma “certa coerência” dando-lhes significado. Essa estrutura acaba por servir de base para a “curiosidade, a pesquisa, a descoberta e a interpretação”. E complementa dizendo que:

Uma coleção, por assim dizer, pode ser considerada como um espaço onde os objetos são distribuídos; espaço artificial e abstrato onde os objetos são posicionados em relação uns aos outros. As grandes coleções geralmente têm forte valor cultural, uma vez que combinam objetos raros ou únicos cuja reunião resulta de um longo trabalho de investigação e de análise. (METZGER, 2006, p. 48-49, tradução nossa)

As funções da coleção, para esse autor, seriam: patrimonial, de conservação, de assistência ao acesso e de assistência à identificação. A função patrimonial é inerente à coleção, uma vez que esta carrega forte valor cultural; a função de conservação é considerada pelo seu papel de preservação dos itens que a compõem, sejam eles objetos materiais, que eventualmente possam “desaparecer da memória dos homens e sofrer os ultrajes do tempo” ou imateriais, como os dados, declarações, imagens, sons; a função de assistência ao acesso relaciona-se com a capacidade de facilitar o acesso independentemente de ser pública ou privada; e finalmente a função de assistência a identificação, onde a coleção atua como elemento facilitador à descoberta e à identificação dos itens que a compõem.

Benjamin (2009, p. 239) considera que o ato de colecionar funcionaria como um instrumento que desconecta o objeto de sua função original, para reconectá-lo a uma nova relação íntima e particular, “diametralmente” oposta à sua função utilitária e dentro da “categoria singular da completude”. E complementa esclarecendo:

O que é esta “completude”? É uma grandiosa tentativa de superar o caráter totalmente irracional de sua mera existência através da integração em um sistema histórico novo, criado especialmente para este fim: a coleção. E para o verdadeiro colecionador, cada

uma das coisas torna-se neste sistema uma enciclopédia de toda a ciência, da época, da paisagem, da indústria, do proprietário do qual provém. (BENJAMIN, 2009, p. 239)

Segundo Baudrillard (2006), os objetos teriam duas funções, a primeira refere-se a seu caráter utilitário e a outra à sua posse:

Todo objeto tem dessa forma duas funções; uma que é a de ser utilizado a outra de ser possuído. Estas duas funções se acham na razão inversa uma da outra. Em última instância o objeto estritamente prático toma o estatuto social: é a máquina. Ao contrário o objeto puro privado de função ou abstraído de seu uso, toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção. Cessa de ser tapete, mesa, bússola ou bibelô para se tornar objeto. (BAUDRILLARD, 2006, p. 94)

Para Maroevic (2004), uma coleção museológica seria:

[...] um conjunto multidimensional de objetos de museu. Mais frequentemente, funciona como uma unidade composta por objetos individuais, acumulando e transferindo o valor documentário do objeto de museu para um nível mais alto. A coleção não é mera soma de objetos de museu, porque por sua própria natureza pode ser ampliada ou mesmo reduzida em escopo. É um organismo vivo que, em certas situações, (...) pode desempenhar o papel de um objeto de museu e, vista como um todo, tem significado e o valor de um documento. Nesse caso, os valores documentários dos objetos individuais são somados ao valor da coleção como um todo. (MAROEVIC, 2004, p.26, tradução nossa)

Para Pearce (2003, p.128) a reunião de objetos nas coleções acaba seguindo um padrão, onde cada peça se relaciona entre si objetivamente, se enquadrando em grupos com características compartilhadas formando conjuntos e é “nossa responsabilidade usar a percepção para revelarmos esses conjuntos”. Segundo a autora apesar das coleções serem basicamente determinadas pela natureza dos valores atribuídos aos objetos, é a idéia de séries ou classes que cria a noção de coleção. Conclui que “talvez a grande questão é que uma coleção só é entendida assim a partir do momento que pensamos nesses termos”. (PEARCE, 2003, p.158, tradução nossa)

O objeto de museu é uma “coisa” musealizada e, portanto, foi selecionado como testemunho e portador de informações. Para Pearce (2003, p.10), “A ideia crucial é a da seleção, e é esse ato que transforma uma parte do mundo natural em um objeto e uma peça de museu”.

A diferença de um objeto de museu e uma coisa, segundo Desvallées e Mairesse (2013):

consiste no fato de que a coisa se tornou uma parte concreta da vida, e que nós estabelecemos com ela uma relação de simpatia ou de simbiose (uma ferramenta é uma coisa). Por contraste, o objeto será sempre aquilo que o sujeito coloca em face de si como distinto de si; ele é, logo, aquilo de que se está “diante” e do qual é possível se diferenciar. [...] Os naturalistas e os etnólogos, assim como os museólogos, selecionam geralmente aquilo que eles já intitulam como “objetos” em função de seu potencial de testemunho, ou seja, pela qualidade das informações (indicadores) que eles podem trazer para a reflexão dos ecossistemas ou das culturas que se deseja preservar. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p.68-69)

Esses conceitos são importantes ao traçar a biografia de uma coleção. A musealização é um marco na trajetória dos objetos e inclui várias frentes, como o processo documental, a inclusão em exposições, divulgação, conservação e restauração, bem como os demais procedimentos aos quais os objetos foram submetidos em sua “vida” no museu.

O processo de musealização não é apenas uma ação de retirada de um objeto de sua realidade e contexto transferindo-o para o interior de um museu, mas consiste em um processo que abarca sua seleção, apresentação e consequente mudança de seu contexto e de seu estatuto por

meio de sua transferência para o museu, independentemente se sua tipologia como objeto para fruição, religioso, utilitário, até mesmo espécimes animais ou vegetais ou ainda “algo que não seja claramente concebido como objeto”, e que “uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica”: a de objeto de museu. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011) De forma inversa, o neologismo “museificação” se refere a uma crítica, ou seja, a ideia de imobilidade e inercia decorrente de um processo alusivo à “ideia de musealização do mundo”. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011)

Segundo Loureiro e Loureiro (2013), o termo musealização foi cunhado na década de 1970 por Zbynek Stránský, que ao longo dos anos foi ampliando seu conceito. Para Stránský, o caráter museal das coisas seria a “musealidade”, onde:

A natureza do objeto de museu viria de uma certa relação entre o homem e a realidade, cuja especificidade seria motivada por um esforço para preservar, contra a natureza da mudança e extinção, objetos da realidade natural e social passíveis de representar valores cuja conservação seja de interesse para a sociedade. (LOUREIRO, LOUREIRO, 2013, p.6)

Portanto a musealização é um processo científico que se processa nos museus e que compreende as seguintes etapas:

separação (Malraux, 1951) ou suspensão (Déotte, 1986) dos objetos ou das coisas (objetos autênticos) [...] de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p.56)

Dessa forma, os objetos devem ser selecionados, documentados e pesquisados, conservados, apresentados (expostos) e divulgados. Todo esse processo cria uma imagem que funciona como um modelo de realidade construído, selecionado e com agregação de valor específico, valor de testemunho e documento e que se distingue da realidade primordial. Dessa forma:

o objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu. [...] O ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p.58)

Assim sendo, é através da dinâmica do processo de musealização que os objetos ganham novos significados adquirindo um papel de evidência material e/ou imaterial, transformando-se em fonte de informação (documento), e tornando-se objeto de preservação.

A musealização é também uma “estratégia de preservação” e como tal deve ser entendida de forma ampla no sentido da “preservação física e da preservação informacional” (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, p. 6). Conforme Loureiro (2012):

[...] a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objetos de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2012, p 93)

2.2. Objetos como documentos

Em 1934, em seu *Traité de Documentation*, Paul Otlet¹⁰¹ considera objetos como documentos: “objetos podem ser considerados ‘documentos’ uma vez que reunimos informações a partir da observação dos mesmos”. (OTLET, 1934, p.217 *apud* BUCKLAND, 1997, p. 805). Portanto o objeto é retratado como um documento cujas informações intrínsecas e extrínsecas podem ser obtidas através da pesquisa científica. Seguindo o mesmo preceito de Otlet, Suzanne Briet¹⁰² em 1951 salienta que o documento é evidência de um fato e o registro é a comprovação do fato e pode ser preservado. Dessa forma a documentação não deve ser entendida simplesmente como algo apenas textual, mas como o acesso à evidência. (BUCKLAND, 1997)

Buckland (1997) em seu artigo “What is a “document”?” resgata o pensamento de Paul Otlet, e sobretudo de Briet (1951), acerca do objeto-documento e o compara com a relação existente entre os antropólogos e a cultura material, onde os artefatos representam importantes evidências na documentação e interpretação de fatos. (AMES *et all*, 1985, p. ix *apud* BUCKLAND, 1997, p.807).

Porém, MacGregor (2013, p.21) ressalta que “o objeto se torna um documento não apenas do mundo para o qual foi feito, mas também dos períodos posteriores que o alteraram”.

Segundo Jean Meyriat (1981, p.51), documento “pode ser definido como um objeto que dá suporte a informação, serve para comunicar e é durável”¹⁰³ e possui duas naturezas, uma material e outra conceitual, já que este serve tanto de suporte, quanto de “conteúdo de comunicação, ou seja, de informação”. (MEYRIAT, 1981, p. 51).

Apesar do documento escrito ser mais comumente elegido como meio de comunicação, Meyriat (1981) entende documento de forma muito mais ampla, uma vez que para ele qualquer objeto pode ter a função de transmitir uma mensagem e esta tem sentido tanto para quem quer transmitir quanto para quem recebe. Dessa forma todo objeto pode se tornar documento:

os esqueletos de animais de um museu de História Natural, que conservam e fornecem informações sobre a fauna da era quaternária; os trajes camponeses do Museu de Artes e Tradições Populares, sobre os modos de vida e os costumes da França rural no século XVIII, mas também sobre técnicas de tecelagem, sobre o clima de diversas regiões à época [...] (MEYRIAT, 1981, p. 52)

Destaca ainda que existem documentos que já nascem com o propósito de informar, como por exemplo um cartaz, e outros que recebem este propósito posteriormente, sendo “transformados em documento por aquele que busca a informação e que lhe atribui um significado, erigindo-o assim como suporte de mensagem” (MERYAT, 1981, p.52). Portanto, a busca da informação é um fator importante na transformação de um objeto em documento.

¹⁰¹ Paul Marie Gislain Otlet (1868-1944) desenvolveu estudos no campo da documentação, escrevendo vários ensaios sobre a organização do conhecimento. Na obra *Traité de Documentation* conceitualiza o campo da documentação através da sistematização de teorias, métodos e técnicas a fim de registrar e divulgar a informação e o conhecimento.

¹⁰² Suzanne Briet (1894-1989) foi uma bibliotecária francesa que se dedicou ao estudo da documentação tendo como obra principal o tratado *Qu'est-ce que la documentation?* de 1951

¹⁰³ “No sentido de que essa comunicação pode ser repetida”. (MEYRIAT, 1981, p.51)

O significado atribuído ao objeto-documento pode ser alterado pelo receptor várias vezes com o passar do tempo, mesmo que a vontade de seu criador possa ter sido outra. Como afirma o autor, **“o documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar – sendo que pelo menos o segundo é sempre necessário”** (MEYRIAT, 1981, p. 54, grifo do autor)

Quanto aos objetos de museus, Maroevic os define como: [...] um objeto da realidade, uma parte do patrimônio cultural, móvel. Transferido para o museu, o objeto se torna um **documento** daquela realidade da qual foi selecionado.” E complementa:

O valor documental de um objeto de museu é expresso no eixo temporal, porque durante seu tempo de vida o objeto acumula os traços do tempo e eventos em sua estrutura material e formal. Ao mesmo tempo, por sua estrutura material e forma, ele transfere os valores preservados para o futuro. (MAROEVIC, 2004, p. 24-25 *apud* LOUREIRO, 2019, p. 22)

Para Loureiro (2019, p. 28), o entendimento dos objetos de museus como documentos não significaria buscar uma individualização ou diferenciação destes em relação aos “demais documentos, mas simplesmente em reconhecê-los, tratá-los e pensá-los a partir dessa premissa”.

Dessa forma, a documentação museológica pode ser entendida como um conjunto de normas, códigos apoiados por valores e preceitos com o intuito de ordenar o conhecimento, a fim de garantir e preservar o acesso à informação. É uma construção ordenada e formal baseada em valores atribuídos e representativos de um dado grupo social em um espaço determinado e temporalmente definido. Parte de sistemas socioculturais e contextos históricos em que foram geradas e difundidas, portanto, não existiria neutralidade nesse processo. (LOUREIRO, 2008, p.24)

A documentação é também uma forma de preservação que trabalha com a dimensão do objeto-informação e possui uma dinâmica própria: enquanto os objetos tendem a perder suas características originais, a informação referente a eles pode ser incrementada.

O estudo da trajetória dos objetos e do seu entendimento como fonte informacional, segundo Loureiro (2015) nos faz pensar em algumas questões:

Ao abordarmos objetos como documentos, algumas questões se colocam: O que eles documentam? O que eles representam? Que evidências fornecem? Como a capacidade informativa de um objeto/documento jamais se esgota, a resposta provisória pode ser: eles fornecem informações sobre eles próprios, sobre sua presença concreta e material; sobre sua trajetória que, direta ou indiretamente, pode incluir instituições, pessoas e eventos. Podem, ainda, representar e dar visibilidade a conceitos e questões por si invisíveis (LOUREIRO, 2015, p.18).

2.3. Objetos e suas trajetórias

Segundo Appadurai (2008, p. 17), os objetos têm vida social e estão impregnados pelas relações sociais. O estudo e análise da trajetória das “coisas”, bem como de suas interações com os vários agentes sociais, ajudaria a nos aproximar da compreensão de seus significados, uma vez que as coisas não possuem significado por si só, mas por atribuição:

Para isso temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida as coisas” (APPADURAI, 2008, p. 17)

Esse mesmo autor salienta que através da dinâmica dessas interações sociais o *status quo* das coisas não é imutável, podendo se transformar durante sua vida:

Assim, o presente de hoje é a mercadoria de amanhã; a mercadoria de ontem é o objeto artístico de amanhã; o objeto de arte de hoje é o lixo de amanhã; e o lixo de ontem é a relíquia de amanhã (APPADURAI, 2006, p. 15 *apud* LOUREIRO, 2018, p. 179)

Kopytoff (2008) classifica as coisas dentro de dois grupos qualificando-as em mercadoria, que compreende as coisas comuns e com valor de mercado e as coisas singulares, que se distanciam da esfera mercantil ganhando um *status* especial e aproximando-se da singularidade. Salienta ainda, que esta condição pode ser temporária, transitória e subjetiva. Desse modo, “a mesma coisa pode ser tratada como mercadoria numa determinada ocasião, e não ser em outra e (...) ao mesmo tempo pode ser vista por uma pessoa como uma mercadoria e como uma outra coisa por outra pessoa” (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

Para ele, o processo que se opõe à “torrente potencial de mercantilização” é a cultura: “A cultura assegura que algumas coisas permaneçam inconfundivelmente singulares, e resiste à mercantilização de outras coisas. Por vezes, ela singulariza o que foi mercantilizado” (KOPYTOFF, 2008, p. 100). Vale lembrar que uma coisa que não esteja incluída no mercado, uma “não-mercadoria”, pode por um lado ser uma coisa “valiosa” e por outro “particularmente sem valor” (KOPYTOFF, 2008, p. 102). Apesar das mercadorias serem itens com “valor de uso” e de “troca” sua produção é, do ponto de vista cultural, um “processo cognitivo e cultural” (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

Assim sendo, Kopytoff (2008) propõe uma biografia cultural das coisas, levando em consideração que, ao se produzir uma biografia, é possível desvendar questões e aspectos até então desconhecidos de uma coisa. O que a tornaria uma biografia cultural não é o assunto, mas a perspectiva adotada, para isso deveríamos tratar o objeto como uma “entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas” (KOPYTOFF, 2008, p. 94). Ressalta ainda que não existe somente uma biografia, mas podem existir várias possibilidades.

Conforme Bourdieu (1986), a biografia é uma construção intencional, uma criação artificial de sentido, limitada pelo seu contexto de tempo-espço e variando de acordo com a característica social do mercado no qual está inserida. Desse modo o relato biográfico seria a produção e construção de uma história de vida, através de relato coerente de uma sequência de acontecimentos, selecionando eventos significativos.

Não se pretende nesse trabalho escrever “A Biografia” da coleção ou dos objetos aqui referenciados, mas uma possível biografia ou trajetória. Kopytoff (2008) nos indica que para se fazer uma biografia das coisas podemos fazer os mesmos questionamentos que faríamos ao traçar a biografia de uma pessoa. Perguntas estas:

Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse “status”, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem fabricou? Qual foi sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as idades e fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 68-72)

Alberti (2005, p. 560) salienta que a história dos museus pode ser contada através do estudo da trajetória dos objetos em suas coleções e suas relações com outros objetos e pessoas, sejam elas curadores, museólogos, visitantes etc. Cada vez mais pesquisadores se interessam em traçar uma história através das coisas, utilizando-as como fonte primária. Desta forma, “a cultura material ganha, assim, uma ‘vida’ ou ‘carreira metafórica”.

A abordagem biográfica em museus partiria de várias frentes, sendo assim:

Podemos traçar a trajetória de coisas de museus desde a aquisição até o arranjo da exposição, através de diferentes contextos e das muitas mudanças de valor decorrente desses movimentos. Ao fazer isso estudamos uma série de relações em torno de objetos, primeiro em seu caminho para o museu e, em seguida, como parte da coleção. Trata-se de relação entre pessoas e pessoas, entre objetos e objetos, e entre objetos e pessoas. (ALBERTI, 2005, p. 561-562)

Em uma biografia das coisas, apesar de partirmos da perspectiva dos objetos, o que estamos realmente retratando são as várias relações sociais que estes ocasionam. “As coisas não agem por si só, mas, sim, a cultura material sofre a ação. Pessoas imbuem coisas de valor e sentido, manipulando e contestando o seu significado ao longo do tempo” (ALBERTI, 2005, p.561). Os objetos seriam os meios para essas relações.

Em seu artigo *Objects and Museum* de 2005, Alberti (2005, p.561) estrutura sua pesquisa de acordo com três fases da vida de um objeto de museu. A primeira fase representa a mecânica do movimento deste objeto desde sua fabricação, coleta, aquisição, as várias mudanças de significado e status. A segunda fase representa sua chegada ao museu, seu uso, processamento técnico de classificação, pesquisa e exposição e finalmente a terceira fase seria a natureza da relação do objeto com o espectador, visitantes e público.

Ainda para este autor o ato da coleta tem um diferencial, uma vez que o objeto é retirado de seu contexto original e, primeiramente através do coletor, ganha novos significados que no decorrer de sua vida podem se transformar:

O seu contexto original, muda radicalmente quando ele é coletado. Poderíamos presumir que, neste posto de sua “descoberta”, o coletor conferiu ao objeto um significado estável que perdurou por toda sua carreira no museu. Mas para muitos objetos, este foi apenas o primeiro de uma complexa série de mudanças de significado e contexto. Além disso, as motivações para a coleta raramente foram simples (...) na história da ciência, estudos biográficos (de pessoas, mais que de objetos) há muito incluíram a análise detalhada e sofisticada de coletores e coleta científica. (ALBERTI, 2005, p. 562)

Através desses estudos biográficos conseguimos ter uma ideia do intrincado fluxo de coletores e “do tráfico de espécimes e outros objetos usados como ‘capital cultural’ para azeitar redes de patronagem e a construir carreiras” (ALBERTI, 2005, p. 562), como por exemplo, no caso abordado nessa pesquisa sobre a atuação de Albert Mocquerys.

Informações acerca da vida do objeto antes de sua musealização podem ser obtidas através de registro de campo, recibos, catálogos, correspondências, publicações etc. criando um mapa da movimentação e “rede de aquisição para e entre indivíduos e museus” (ALBERTI, 2005, p. 562). A biografia do objeto não termina com sua incorporação à coleção, embora este evento represente um importante marco na sua trajetória.

Existem ainda objetos que, antes de sua musealização, não tinham uma história de importância, mas acabam por ganhar novo *status* e se destacar quando são incorporados à coleção (ALBERTI, 2005). Como exemplo disso podemos citar alguns itens do Museu Nacional, entre eles, o elefante taxidermizado, o caranguejo gigante, o esqueleto da baleia, que ganhou uma sala que levava seu nome (Sala da Baleia), o celacanto, réplica em gesso que veio de Paris etc. Todos eles tornaram-se “objetos emblemáticos¹⁰⁴” para a instituição e para o público. Vale lembrar que os significados e *status* atribuídos aos objetos não são estáticos. (APPADURAI, 2008; ALBERTI, 2005)

Waldisa Rússio, em sua comunicação de 1984, *Collecter aujourd'hui pour demain* levanta algumas questões sobre a seleção de objetos de museus: “se não coletamos todos os objetos, quais são os critérios que nos fazem eleger objetos e desprezar outros? Por que a coleta não é total, mas seletiva?” (RÚSSIO, 1984, p. 51). Para a autora, dois pontos devem ser observados: o tempo social e contexto e a revisão do passado. A seleção, incluindo a coleta, preservação e comunicação, estaria condicionada ao tempo social, histórico e cultural, e também ao valor que atribuímos àquele objeto vinculado ao espaço e ao tempo, bem como ao contexto atual. Os critérios utilizados variaram, desde propósitos emocionais e subjetivos à sacralidade, o raro, o exótico, etc. Assim, “séries de objetos, coletados dessa forma e sob critérios hoje considerados arcaicos, adquirem um notável vigor quando reinterpretados à luz de novas formas de discernimentos” (RÚSSIO, 1984, p. 53, tradução nossa). Propõe uma constante revisão do passado, não com o intuito de

questionar os critérios de seleção, mas rever os objetos coletados, sob um novo prisma, atualizando e lhes agregando valor, sobretudo, admitindo que os velhos critérios de seleção nos fornecem ensinamentos sobre o tempo, o ambiente e a sociedade nos quais as pessoas fizeram a coleta. (RÚSSIO, 1984, p. 53, tradução nossa)

2.4. Alguns conceitos sobre preservação de coleções

Para Peter Van Mensch (1992), o processo de seleção estaria ligado à preservação e atrelado a perguntas básicas como: quais objetos devem ser preservados? Quais aspectos devem ser preservados? Como devem ser preservados? Quais informações devem ser preservadas? (MENSCH, 1992). Em sua tese *Towards a methodology for Museology* considera a pesquisa e comunicação como partes importantes do processo de preservação, uma vez que asseguram a “continuação do valor cultural do objeto”. Na visão do autor, preservação “implica salvaguardar no

¹⁰⁴ Termo retirado de ALBERTI, 2005.

sentido mais amplo da palavra, e compreende coleta, conservação, restauração e documentação”, além da divulgação e da pesquisa com vistas a gerações futuras. Além disso, declara que quando coletamos ou selecionamos objetos estamos coletando informações. Portanto, a documentação completa dos objetos faz parte dos princípios da preservação e “ajudaria a entender o valor documental do objeto, suas associações com pessoas e situações históricas”. (MENSCH, 1992, tradução nossa).

Ao citar Washburn (1984), Mensch desafia os critérios da preservação, centrados na materialidade dos objetos reproduzindo sua pergunta: “é necessário preservar os objetos ou a informação pode ser preservada de outras maneiras?” (WASHBURN, 1984 *apud* MENSCH, 1992). Declara que, embora esse pensamento seja refutado por alguns, poderíamos preservar ideias, transcendendo o objeto para outras mídias, recorrendo às premissas de Maroevic que afirma que:

[...] a comunicação de um item de museu e a transferência de informação que esse item pode emitir para um usuário em potencial são, desde o momento de entrada no museu, lentamente direcionadas para outros portadores de informação. [...] Assim, existe em museus uma lista de itens, inventários, catálogos, arquivos de cartões, livros e uma série de outros recursos de informação que são usados e desenvolvidos (MAROEVIC, 1983, p. 242 *apud* MENSCH, 1992, tradução nossa)

Apesar dessa argumentação parecer impactante, por outro lado, se pensarmos no caso do incêndio do MN, essa afirmação ganha um novo sentido. Os objetos resgatados se encontram transformados pelo fogo, mas as informações foram transportadas de catálogos, inventários, fichas, fotografias e dos próprios objetos, para outros meios portadores de informação, aqui no caso, uma dissertação, que para Mensch (1992) seria parte do processo de preservação denominado por ele de preservação por documentação.

O termo preservação utilizado neste trabalho se alinha com o contexto do programa de pós-graduação em preservação de acervos de ciência e tecnologia (PPACT) do MAST que considera preservação de forma ampla:

Abordando todas as iniciativas para o prolongamento de vida dos bens produzidos pela ciência e tecnologia (documentos textuais, iconográficos, cartográficos, audiovisuais, digitais, artefatos em geral, como instrumentos científicos, aparelhos, objetos, edificações, etc.), no que se refere à identificação, processamento documental, tratamento e conservação física, ambiental, histórica e contextual. Nesse sentido engloba ações de controle ambiental [...], documentação, além de levantamento histórico e iniciativas de educação para a ciência, bem como a utilização de acervos como prática para a divulgação da ciência e da tecnologia. Além de estudos aplicados a acervos de C&T, estão incluídos estudos e reflexões teóricas relacionados ao tema. (PPACT/MAST)

O trabalho de Bojanoski, Michelon e Bevilacqua (2017) utiliza os princípios da terminologia para compreender o uso de termos como preservação, conservação, restauração e conservação preventiva. Segundo as autoras esta disciplina, do campo da linguística, ajudaria a interpretar os “processos dinâmicos da comunicação” baseando-se nos termos vigentes de uma determinada área de conhecimento, uma vez que estes “[...] refletem posições sociais, conceitos e representações sobre os agentes sociais que deles se apropriam e os utilizam [...]” (BOJANOSKI; MICHELON ; BEVILACQUA, 2017, p. 444).

Para as autoras, atualmente, o termo conservação refere-se à realização de “ações e tratamentos, incluindo as medidas preventivas e ambientais, concebidas principalmente para prolongar a vida útil de um objeto”. Porém, a restauração, teria como objetivo, “a recuperação de características dos bens quando o dano já ocorreu”. Conservação e restauração seriam, portanto, áreas complementares e interligadas, mas não excludentes. (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 446-447).

François LeBlanc, ex presidente do ICOMOS Canadá, apresenta um glossário de definições de termos na área da conservação. Nele encontramos um rol de nove definições da palavra “*preservation* - preservação” veiculadas a várias instituições internacionais, entre elas: *American Institute of Conservation AIC*, *Heritage Canada Foundation*, *Getty Conservation Institute* etc. Dessa forma, a AIC considera preservação como “a proteção da propriedade cultural através de atividades que minimizem a deterioração e danos químicos e físicos e que impeçam a perda de conteúdo informativo. O principal objetivo da preservação é prolongar a existência dos bens culturais” (LEBLANC). Já a definição utilizada pela *The Heritage Canada Foundation* é mais abrangente: “parte da manutenção contínua de um lugar histórico. Envolve proteger, manter e estabilizar a forma existente, material e integridade de um local histórico ou componente individual, enquanto protege seu valor patrimonial”. (SCHULTE, 2017, p.11)

Em 2008, na conferência de Nova Deli, o ICOM-CC adotou uma resolução referente à terminologia na área da conservação/restauração com o intuito de “facilitar a comunicação nos foros internacionais, profissionais e públicos e na literatura, uma vez que a mesma palavra pode atualmente ter diferentes significados em diferentes lugares” (ICOM-CC, 2008, tradução nossa). A resolução foi adotada em inglês, em francês e espanhol e referia-se aos bens patrimoniais móveis. Dessa forma foram elegidos quatro termos: *preventive conservation* - IN¹⁰⁵ (*conservación preventiva* - ES¹⁰⁶, *conservation préventive* - FR¹⁰⁷), *remedial conservation* - IN, (*conservación curativa* - ES, *conservation curative* - FR) *restoration* - IN (*restauración* - ES, *restauration* - FR) e *conservation*¹⁰⁸ - IN (*conservación* - ES, *conservation-restauration*¹⁰⁹ - FR). Este último com conotação ampla, abarcando todos os outros termos e relacionando-se à preservação do patrimônio. Apesar de não termos uma versão desses termos no português, uma das formas de traduzi-los livremente poderia ser: conservação preventiva, conservação curativa, restauração e conservação.

Ainda segundo a resolução do ICOM-CC (2008), os termos se diferenciariam “de acordo com os objetivos das medidas e ações que abrangem”. Segundo as premissas do ICOM-CC:

Conservação - todas as medidas e ações destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural tangível garantindo a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação engloba a conservação preventiva, conservação curativa e restauração.

¹⁰⁵ IN – Inglês;

¹⁰⁶ EM – Espanhol;

¹⁰⁷ FR - Francês

¹⁰⁸ Em inglês é proposto a palavra conservação como termo mais abrangente ao invés de preservação, mas atualmente no Brasil é comum a utilização da palavra preservação como termo mais amplo.

¹⁰⁹ Interessante notar que diferentemente do inglês e do espanhol, que se utilizam da denominação conservação, no francês o termo usado é conservação-restauração.

Todas as medidas e ações devem respeitar os valores e as propriedades físicas do bem cultural.

Conservação preventiva - todas as medidas e ações que visam evitar e minimizar a futura deterioração ou perda. É realizada dentro do contexto ou no ambiente em que está inserido o item e mais frequentemente um conjunto de itens, qualquer que seja sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – elas não interferem com os materiais e estruturas dos itens. Elas não modificam sua aparência.

Conservação curativa - todas as ações aplicadas diretamente a um item ou grupo de itens que visam deter processos danosos ou reforçar sua estrutura. Essas ações só são executadas quando os itens estão em condições tão frágeis ou se deteriorando a uma taxa tal que poderiam ser perdidos em um tempo relativamente curto. Essas ações às vezes modificam a aparência dos itens.

Restauração - todas as ações aplicadas diretamente a um bem cultural singular e estável¹¹⁰ destinadas a facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Essas ações são executadas somente quando o item perdeu parte de seu significado ou função através de alteração ou deterioração. Eles são baseados no respeito pelo material original. Na maioria das vezes, essas ações modificam a aparência do item. (ICOM-CC, 2008, tradução nossa)

Segundo Bojanoski, Michelon e Bevilacqua¹¹¹ (2017), ainda em 1985, Pamela Darling, bibliotecária e conservadora escreveu um artigo intitulado *Conservation vs preservation*, onde relacionava o termo preservação a um contexto mais amplo e voltado para a realidade das bibliotecas “englobando todas as ações que servem para prolongar a vida útil dos materiais e/ou o seu conteúdo informacional, o que inclui os cuidados preventivos, a substituição de itens e a reformatação como, por exemplo, a microfilmagem” (DARLING, 1985 *apud* BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p.452).

Solange Zúñiga, em seu artigo “A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados” de 2002, utiliza a mesma terminologia proposta pelo ICOM-CC e menciona uma palestra em que Lisa Fox comparou a preservação a um grande guarda-chuva “[...] sob o qual se abrigariam tanto as atividades preventivas quanto interventivas, que se propõem a retardar a deterioração dos acervos e possibilitar o pleno acesso do público [...]” (ZÚÑIGA, 2002, p. 71)

Mais recentemente, em publicação da seção promovida pelo ICOFOM e ICOM-CC na 25ª Conferência Geral do ICOM em 2019 em Kyoto, o termo preservação é definido, na introdução dos anais, em seu sentido mais amplo englobando ações de “aquisição, gerenciamento de coleções, e todas as etapas do processo de conservação, além de outras atividades do museu”. (ICOFOM; ICOM-CC, 2019, p.9).

Apesar do termo conservação ser o mais utilizado internacionalmente em detrimento ao termo preservação, conforme vimos anteriormente, utilizaremos nesta dissertação para fins objetivos o termo preservação em sua conotação mais ampla baseada nas premissas do ICOFOM e do ICOM-CC em 2019.

¹¹⁰ O uso do termo “estável” aqui é meio controverso, mas se refere a premissa de que, a restauração só deve ser aplicada quando o bem estiver com seu significado de algum modo comprometido. Portanto, segundo esta perspectiva com forte conotação conceitual, o objeto deveria ter sido estabilizado e mantido estável anteriormente pelas ações contínuas da conservação preventiva e conservação curativa.

Poderíamos então definir o termo preservação em seu aspecto amplo como ações de cunho multidisciplinar, com conotação administrativo-gerencial que visam a preservação física e conceitual e o acesso continuado aos acervos. É polissêmica e se baseia em uma convergência de visões, valores e escolhas voltados à estratégia e ações integradas que também incluem a gestão de acervo, a conservação-restauração, a difusão da informação e a pesquisa.

Salvador M. Viñas (2005), em seu livro *Teoria Contemporânea da Conservação*, aborda as várias questões que figuram atualmente nas discussões sobre conservação¹¹². Para ele a conservação hoje prioriza o sujeito e não mais o objeto, baseando-se na subjetividade, nas sensibilidades, na natureza simbólica do objeto, na sustentabilidade e na atribuição de valores.

Sobre os critérios que norteiam a seleção e a orientação da preservação na perspectiva de Viñas, Granato e Campos (2013) comentam:

Nessa “teoria contemporânea” a noção de verdade é substituída pela comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais. A verdade deixa de ser o critério de orientação da conservação. O conservador não deveria impor a verdade, mas sim facilitar a leitura do objeto para melhor compreendê-lo e para favorecer seu potencial de comunicação. (GRANATO; CAMPOS, 2013, p.4)

Os conceitos de preservação, conservação e restauração estão associados a outros conceitos como por exemplo os de patrimônio e bens culturais. O conceito de patrimônio foi ampliado no decorrer dos anos e atualmente é considerado, pela UNESCO, em seu duplo aspecto cultural e natural¹¹³, remetendo “as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos.” (UNESCO, 2017). Dessa forma:

Patrimônio significa qualquer bem ou grupo de bens, natural ou cultural, tangível ou intangível, que uma comunidade reconheça por seu valor como testemunha de história e memória, enfatizando a necessidade de salvaguardar, proteger, adotar, promover e disseminar tal herança. (GROUP CONSIEL MONTRÉAL, 2004, p. 4)

Portanto o patrimônio cultural nos confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que nos reconheçamos como comunidade, inspirando valores e estimulando o exercício da cidadania, através de um profundo senso de pertencimento e de continuidade histórica.

A Convenção de Faro de 2005, artigo 2.º, declara que:

O patrimônio cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares, através do tempo” (BARRANHA, 2016)

Para Lia Motta (2003), a atribuição de valor de patrimônio é determinada por uma demanda social e é a base de sua preservação. A eleição ou seleção do que seria considerado patrimônio, ou não, estaria ligada ao significado que se desejaria dar e do uso que se quer fazer dele.

¹¹² Este assunto será retomado no decorrer do capítulo

¹¹³ Essa premissa se originou no Estados Unidos em 1965 através de uma conferência que buscava preservar também as áreas naturais e paisagens entendendo-as como parte do Patrimônio. (UNESCO, 2017)

Smith (2006) considera que patrimônio seja:

o processo cultural ou o resultado daquilo que remete aos modos de produção e de negociação ligados à identidade cultural, à memória coletiva e individual e aos valores sociais e culturais. O que significa que, se aceitamos que o patrimônio representa o resultado de um processo fundado sobre certo número de valores, isso implica que são esses mesmos valores que fundam o patrimônio. Tais valores justificam a análise, bem como – por vezes – a contestação do patrimônio. (SMITH, 2006 *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 76)

A importância da preservação do Patrimônio Cultural para uma sociedade, reside em sua capacidade de estimular a memória ligada historicamente a essa comunidade, garantindo e contribuindo assim, para a validação de sua identidade cultural, através da manutenção e continuidade das manifestações culturais representativas desta.

Apesar de antiga, a preocupação do homem em manter e preservar objetos designados como singulares, o entendimento e a noção de patrimônio e bens culturais são relativamente recentes. Na Europa, a partir da segunda metade do século XIV, a alteração da percepção do tempo e o interesse pelo passado intensificam-se e conseqüentemente os olhares e o entusiasmo se voltam para os objetos do passado, as antiguidades¹¹⁴ (POMIAN, 1984, p.75). Essas mudanças de paradigmas resultariam, muito tempo depois:

na elaboração das noções modernas de patrimônio, memória, bem como nos conceitos de conservação e restauração. Assim, determinados objetos passam a ser percebidos como “bens culturais”, que necessitam ser preservados, não somente por seus valores artísticos, mas também pelos seus valores históricos, culturais, sociais, dentre outros. (LOWENTHAL, 1998 *apud* BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 446)

2.5. O pensamento preservacionista

O termo Patrimônio Histórico só foi popularizado ao longo dos anos 1960: até então, o termo usado era Monumento ou Monumento Histórico. (CHOAY, 2011)

De acordo com Choay¹¹⁵ (2011), o termo “Patrimônio Cultural” aparece, na França, em 1959 através de André Malraux, ministro de Estado da Cultura e responsável pela gestão dos museus e monumentos históricos, quando redige o decreto de missão de seu ministério.

No século XX, as cartas patrimoniais de Atenas (1931) e de Veneza¹¹⁶ (1964) ainda utilizavam como termo chave a palavra Monumento Histórico.

Para Choay (2011), foi Alöis Riegl¹¹⁷ que primeiramente faz a diferenciação entre Monumento e Monumento Histórico em 1903, época em que já era presidente da Comissão de Monumentos

¹¹⁴ Nesse período, os profissionais que se responsabilizavam pela manutenção das antiguidades eram chamados de antiquários

¹¹⁵ É importante perceber que Choay refere-se à definição de patrimônio cultural baseando-se no surgimento do “**termo**” dentro de aspectos legais e de sua legitimação e não do “conceito”, como aparece em outros autores que se baseiam em um contexto mais amplo, ou seja, nos processos culturais e valores sociais.

¹¹⁶ A palavra patrimônio aparece esporadicamente, mas o termo Monumento Histórico é a palavra de ordem.

¹¹⁷ Alöis Riegl (1858-1905) foi um historiador da arte austríaco. Foi professor na Universidade de Viena a partir de 1894, e em 1902, foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos, onde organizou a legislação para a

Históricos da Áustria e encarregado de empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos. Neste sentido Monumento¹¹⁸ é entendido como uma obra criada com o intuito de conservar a memória viva de uma dita sociedade relacionando-a com seu espaço cultural e natural. Para Riegl, o Monumento Histórico é uma criação da sociedade moderna e se refere aos monumentos não-intencionais, onde: “Não é sua destinação original que confere à essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que à atribuímos”. (CUNHA, 2006, p.8)

Seguindo esta mesma direção, Le Goff (2003, p.525) define monumento como um legado à memória coletiva e um suporte à materialização dessas memórias para gerações futuras, mas introduz o conceito de documento, derivado do termo em latim *documentum* significando “prova”. Segundo ele, a utilização da palavra “documento” na linguagem jurídica, aparece na França no século XVII, mas somente no século XIX é que o termo se relaciona com a ideia de testemunho histórico. Com a Escola dos Annales, a concepção de prova liga-se à concepção positivista.

No século XV, na Itália, observa-se uma valorização das obras da antiguidade clássica Romana e Grega, não mais voltada para seu caráter grandioso ou como símbolo memorial, mas devido ao seu valor histórico. Segundo Rossi (1989, p. 32) é nesse período que a ideia do saber como processo de construção começa a se difundir culminando na primeira Revolução Cultural europeia. A contestação dos dogmas da Igreja e a conscientização do homem como ser criador e inventor ajudaram no surgimento de pensamentos diversos do antigo teocentrismo. Segundo Choay (2011), é nesse panorama que a História se desenvolve como disciplina autônoma e os interesses se voltam para as atividades humanas, sejam elas situadas no presente ou no passado.

A ambiguidade das ações preservacionistas durante o século XV pode ser percebida através do Papa Pio II Piccolomini, que redigiu uma Bula que se propunha a preservar e manter os antigos edifícios, sob pena de multas e excomunhão, mas por outro lado ele próprio promoveu o reaproveitamento dos materiais dos antigos monumentos para construção de novas edificações eclesiásticas. (CHOAY, 2011)

No século XVI, o saber ganha um caráter público e cooperativo, em oposição à sabedoria oculta e secreta sacerdotal. (ROSSI, 1989, p. 18). Como nos diz Choay (2011) é a partir daí que surgem as coletâneas de inventário e de estudo relacionado com as antiguidades. Mas apesar desses compêndios detalhados sobre o patrimônio, ainda é predominante a ausência de preocupação com a conservação. Essa postura se manterá até o começo do século XIX, apesar de poucas exceções, como é o caso dos ingleses em relação às igrejas Góticas e à Comissão dos Monumentos, mais tarde Comissão Temporária das Artes, surgida em decorrência da revolução francesa e que elaborou uma metodologia de conservação.

O século XVIII traz consigo a segunda revolução cultural, nascida na Inglaterra e conhecida com Revolução Industrial. Segundo Choay (2011), a preocupação com a conservação se manifesta

salvaguarda dos monumentos na Áustria. Dentre os trabalhos publicados destaca-se “*The modern cult of monuments: its character and origin*”, de 1903. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Alois_Riegl. Acesso em: 26 de set. de 2018

¹¹⁸ Termo em latim *Monumentum* derivado do verbo *monere* significando advertir, lembrar, ou seja, trazer a lembrança alguma coisa (CHOAY, 2011)

não só em decorrência do caos urbano e rural trazido por esta revolução, mas também pela ampliação no campo do saber, da técnica, da estética e das práticas sociais.

No Brasil, a primeira notícia que se tem em relação à preocupação da conservação de edificações antigas data de meados do século XVIII, quando o Conde de Galveias toma conhecimento das intenções do governador de Pernambuco, Luiz Pereira Freire de Andrade, na manutenção de edificações do período holandês. (SPHAN, 1980, p.13-17).

É ainda neste século que um conjunto de disciplinas, entre elas a Arqueologia e a História da Arte elaboram gradativamente seu novo estatuto. As descobertas arqueológicas despertam a curiosidade pela história. Surgem vários museus com suas coleções abertas ao público.

Após a Revolução francesa, em 1789, foram criados também os Arquivos Nacionais, voltando a atenção à ideia de atendimento às demandas do cidadão. O conceito de patrimônio se articula de forma mais próxima com a noção de público, coletivo e nacional (CHOAY, 2011). Segundo Hollós: “a inovação francesa, presente no acesso público à informação, tornou possível enunciar a informação, a memória e a pesquisa como direitos do cidadão”. (HOLLÓS, 2010, p. 16). Além disso a Revolução Francesa traz consigo a aniquilação, degradação, vandalismo e o desaparecimento de alguns monumentos. A intervenção do Estado e a promoção do interesse público através do incentivo ao nacionalismo fez com que em 1794 a Convenção Nacional Francesa promulgasse um decreto que declarava: “Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a Comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam a ciência e não respeitam as obras de arte. Os homens livres as amam e conservam”. (LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA, 2004, p. 33)

Nas palavras de Choay (2011), o século XIX é atravessado por um debate entre dois campos: intervencionista e não-intervencionista. O debate se trava entre o inglês conservador Ruskin e o francês progressista Viollet-le-Duc.

Viollet-le-Duc¹¹⁹ (1814-1879) teve sua formação em arquitetura (1830) justamente no período em que se iniciava a sistematização da profissão na França e quando a conservação/restauração começava a se firmar como ciência. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 9-24). A conservação/restauração, graças aos conhecimentos trazidos pelos saberes da História da Arte, da Arqueologia, da História das Técnicas, é agora a disciplina prática que pretende substituir as intervenções empíricas, marcada pelas épocas anteriores. (CHOAY, 2011)

Apesar do panorama cultural na França do século XIX ser ainda dominado pela estética e modelos clássicos, o interesse pela arquitetura medieval começava a se esboçar e aumentavam os estudos relacionados ao tema. Da mesma maneira, o interesse em preservar as edificações do passado propicia o surgimento de órgãos oficiais responsáveis pela conservação e estudo desses conjuntos. A Comissão dos Monumentos Históricos (1837) e, conseqüentemente, o surgimento do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, ajudou a delimitar o perfil do restaurador, além de controlar as intervenções feitas através de instruções técnicas e da criação de critérios formais.

¹¹⁹ Arquiteto francês, que trabalhou sobretudo em obras de restauro. Tinha grande interesse pela arquitetura medieval, principalmente a de estilo Gótico. Escreveu vários compêndios e dicionários sobre as técnicas francesas de arquitetura e elementos decorativos de edifícios.

Nesse sentido Viollet teve papel fundamental no estudo e difusão de conhecimentos. No verbete sobre restauração contido em sua obra principal *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle*, ressalta a importância dos estudos científicos e do levantamento fotográfico como meios para justificar as ações e propõe uma atuação baseada no respeito à especificidade de cada obra. Para ele a documentação era uma ferramenta importante para a preservação: “é, portanto, essencial, antes de qualquer trabalho de reparação, constatar exatamente a idade e o caráter de cada parte, compor uma espécie de relatório respaldado por documentos seguros, seja por notas escritas, seja por levantamentos gráficos.” (VIOLLET-LE-DUC, 2013, p. 47). Para ele é importante para a conservação de um edifício atribuir-lhe uma destinação e faz duras críticas aos acréscimos e substituições posteriores.

Mas apesar de sua grande contribuição para as bases do conceito moderno de Restauração, sua atuação como restaurador gerou muita discussão e polêmica, pois denotava seu apreço às grandes intervenções incisivas, reconstituições e correções do projeto original que julgasse “defeituoso”. (VIOLLET-LE-DUC, 2013, p.18-19): “Restauração, s. f. A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLLET-LE-DUC, 2013, p. 29).

Na França, no mesmo período, existiram outros autores que não partilhavam das ideias extravagantes de Viollet e que procuravam uma alternativa que respeitasse a concepção original da obra, como é o caso de Lassu ou ainda havia os que clamavam pela conservação das mesmas respeitando sua trajetória pelo tempo, como é o caso de Vitor Hugo. (VIOLLET-LE-DUC, 2013, p. 20)

Em oposição a Viollet, John Ruskin¹²⁰ (1819-1900), na Inglaterra, publicava sua obra *The Seven Lamps of Architecture* (1849), onde tecia pesadas críticas às restaurações. Fazia parte de um movimento que preconizava o respeito pela matéria original, levando em consideração as transformações feitas em uma obra no decorrer do tempo. Era adepto aos trabalhos de constante manutenção e conservação, para evitar a degradação: “[...]é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra”. (RUSKIN, 2013, p. 82).

Valorizava os artífices e os construtores, dando ensejo ao despertar do interesse e conservação da modesta arquitetura doméstica, considerando-a parte do tecido das cidades antigas. (CHOAY, 2011, p. 23). Defende a permanência da “mancha dourada do tempo”, como ele mesmo chama as pátinas, “como forma de preservar os sinais da passagem do tempo, possibilitando à obra arquitetônica comunicar àsavas sucessivas da humanidade as ligações entre os períodos da história”. (RUSKIN, 2013, p. 28).

¹²⁰ Escritor, crítico de arte e desenhista inglês. Valorizava os artífices e construtores e o trabalho manual em oposição a produção industrial.

Teve como principal seguidor Willian Morris¹²¹ (1834-1896), arquiteto e design, que inspirado em seu legado fundou em 1877 a Sociedade para Proteção dos Edifícios Antigos. (RUSKIN, 2013, p. 18).

Segundo Maria Lucia Bressan Pinheiro, que faz a tradução e a apresentação do livro “A Lâmpada da Memória”, as ideias de Ruskin tiveram grande repercussão nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Isso pode ser visto nos discursos de Ricardo Severo, Raul Lino, Mario de Andrade, Euclides da Cunha entre outros. (RUSKIN, 2013, p. 36-41).

Para Choay, foi Riegl que propôs uma interpretação relativista da restauração: “Ele demonstrou que em matéria de restauração não pode existir nenhuma regra científica absoluta, cada caso se inscrevendo em uma dialética particular dos valores em jogo”. (CHOAY, 2011, p. 25).

Baseando-se na reflexão de Riegl, a legislação italiana foi desenvolvida pelos trabalhos de Camillo Boito¹²² (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947). Boito ocupa uma posição moderada em relação a Viollet e Ruskin e reconhece Viollet como um grande teórico principalmente por seus conhecimentos sobre a arquitetura medieval. Em 1884, publica sua obra “Os Restauradores”, que sintetiza suas experiências e conceitos associados à restauração, estabelecendo os alicerces da futura teoria da conservação/restauração. (BOITO, 2014) Foi graças a ele que em 1902 a Itália possuía a mais completa lei de proteção e conservação de monumentos e obras de arte. (CHOAY, 2011)

Lança as bases do chamado restauro filológico ou científico, que privilegia o valor documental da obra, a mínima intervenção evitando acréscimos e remoções e respeitando as marcas da passagem do tempo. O registro documental e fotográfico também tinha grande importância. Em relação a intervenções, expunha: “É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje” (BOITO, 2014, p. 61)

Nos trabalhos de Gustavo Giovannoni¹²³ (1873-1947), após 1914, se observa uma nova perspectiva, o chamado restauro integrado, onde as cidades antigas eram consideradas monumentos históricos à parte, mas eram preservadas de forma integrada à vida contemporânea por meio de intervenções controladas e codificadas. Da mesma forma, a Inglaterra também lançava mão de uma reutilização viva e sistemática dos monumentos históricos. Diferentemente, na França, a lei relativa à salvaguarda dos setores urbanos, chamada de Lei Malraux, só foi instituída em 1964. (CHOAY, 2011). Conforme Granato e Campos (2013), apesar da conservação com bases científicas ter seu início ainda no século XIX, através dos trabalhos de Sir Humphery Davy (Inglaterra), C.J. Thompson (Dinamarca) e Friedrich Rathgen (Alemanha), o grande desenvolvimento do chamado

¹²¹ Crítico de arte inglês, seguidor de Ruskin. Iniciou o movimento “Arts and Crafts” e como Ruskin se interessava em conservar as características das atividades artesanais. Fundou em 1877 a Sociedade de Proteção de Edifícios Antigos. Participou do movimento Anti-Restauro (1877) em oposição a restauração feita na catedral de São Marco.

¹²² Arquiteto italiano, professor da Academia de Belas Artes em Milão

¹²³ Arquiteto e engenheiro italiano. Dedicou-se à História da Arquitetura e à Teoria do Restauro e lecionou a disciplina de Restauro de Monumentos Históricos na Escola de Arquitetura de Roma de 1925 a 1947. Teve grande influência na elaboração da Carta de Atenas de 1931. (KÜHL, 2013)

restauro filológico ou científico¹²⁴ se deu principalmente através do trabalho de Camilo Boito, Luca Beltrami e Gustavo Giovannoni. Privilegiava ações de conservação e tinha como base o uso de evidências documentais, apoiando-se em métodos e saberes das ciências humanas.

No Brasil dos anos 1920, com o aumento da industrialização e a aceleração da dinâmica social e econômica, cresce o interesse pela preservação das representações e produções culturais brasileiras. Os trabalhos de Mario de Andrade e Câmara Cascudo, entre outros, sobre cultura popular brasileira se caracterizaram por representar um primeiro esforço sistemático de coletas e inventários com o intuito de conhecer melhor a cultura brasileira e sua diversidade, com o foco na produção das camadas populares. Em 1927, na Bahia, e em 1928, em Pernambuco, são criadas as inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, mas as ações de preservação limitavam-se a inventariar os bens locais. (FONSECA, 2005)

Em 1934, medidas legais dão mais corpo às ideias preservacionistas quando a Carta da Constituição brasileira outorga ao Estado o dever de “[...] proteger os objetos de interesse histórico e artístico do país [...]” (BRASIL, 1934)

Requisitado por Gustavo Capanema, Mario de Andrade em 1936 elaborou um plano de tombamento do patrimônio artístico brasileiro, que mais tarde, daria ensejo à criação do SPHAN¹²⁵, agente responsável por atribuir valores, proteger e classificar o patrimônio artístico Nacional. Dessa forma o Patrimônio foi classificado como: arte erudita nacional e estrangeira; arte aplicada, arte popular (FONSECA, 2005). Apesar desse incremento nas ideias de preservação, os critérios ainda favoreciam as classes dominantes representadas pelo poder político, religioso e militar.

Na Europa, no segundo pós-guerra, verifica-se uma crise na compreensão da salvaguarda do patrimônio, frente à grande quantidade de edificações destruídas e de um possível restauro em massa, trazendo uma iminente necessidade de reavaliação das condutas anteriores¹²⁶. É nesse período que surgem os pressupostos do restauro crítico, que além de considerar as dimensões formais e documentais dos bens patrimoniais, promovem uma relação dialética entre elas.

O restauro assume ainda a denominação “crítico”, pelo fato de a ação ser entendida fundamentalmente como ato crítico – que perscruta a obra do ponto de vista formal, documental e material, respeitando suas várias fases e as marcas que a passagem do tempo depositou sobre a obra –, alicerçado nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do momento, em especial pela estética e pela história. (KÜHL, 2010, p. 295)

Em 1963, Cesare Brandi¹²⁷ (1906-1988) publica *La Teoria de la Restaurazione*, onde estabelece que “a restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. (BRANDI, 2014, p. 33). Considerava a obra de arte como “um produto ou testemunho da atuação humana em um certo tempo e lugar” e

¹²⁴ Também conhecido por restauro arqueológico, histórico ou filológico. (GRANATO; CAMPOS, 2013, p. 3)

¹²⁵ Art. 46 da Lei no. 378 de 13 de janeiro de 1937.

¹²⁶ Questionava-se os “[...] conceitos do restauro científico que exigia postura de quase neutralidade do arquiteto/conservador em relação ao bem cultural. (GRANATO, CAMPOS, 2013, p. 4)

¹²⁷ Dedicado a crítica e a história da arte e da estética, foi professor de História da Arte Medieval e Moderna na Universidade de Palermo e encarregado de fundar e dirigir o *Instituto Centrale del Restauro* de 1939 a 1960

portadora de duas instancias: a histórica e a estética, sendo o restauro um ato crítico. (BRANDI, 2014, p. 11). Desenvolve conceitos (que chama axiomas) como a “matéria da obra de arte” que seria “tudo aquilo que permite que a imagem se manifeste” (BRANDI, 2014, p. 36), ou ainda, o conceito de “unidade da obra” onde a “imagem é verdadeiramente e somente aquilo que aparece”, gozando de uma “singularíssima unidade pela qual não pode ser considerada como composta de partes” (BRANDI, 2014, p. 46). Dentre os princípios expostos por Brandi, considerava que a matéria de que resulta a obra de arte é insubstituível e a intervenção deveria sempre ser facilmente reconhecível, mas sem interferir na unidade, onde qualquer intervenção de restauro não tornasse impossível, mas facilitasse as eventuais intervenções futuras; as pátinas do tempo deveriam ser respeitadas e isso representaria o sedimentar do tempo sobre a obra e o traslado da obra no tempo. Para ele a obra possuiria três momentos: a formulação do artista; o intervalo entre o final do processo criativo e o momento da consciência atual do observador e a concretização do entendimento do objeto como obra de arte. É nesse momento que a intervenção deveria ser feita. (BRANDI, 2014)

Mais recentemente através do livro Teoria Contemporânea da Conservação de Salvador Viñas de 2003, a conservação discursa sobre categorias de objetos relacionados com valor social, “etno-história”, com valor sentimental e outros conceitos como ressignificação. (VIÑAS, 2005). Viñas “propõe uma teoria contemporânea da conservação onde o interesse primário está nos sujeitos não mais nos objetos”. (GRANATO; CAMPOS 2013, p. 5). Para ele, alguns objetos são portadores de significado que com o tempo podem ou não ser alterados. Isso porque, na maioria dos casos, sua função simbólica e comunicativa tem primazia sobre sua função material original. Essa vocação comunicativa depende da capacidade dos sujeitos e agentes envolvidos em decodificar sua mensagem. Mas para que o objeto seja um símbolo, deve ser primeiramente percebido socialmente como tal. Além disso, ele pode ter diferentes significados para diferentes sujeitos ou agentes. Conseqüentemente essas novas questões trouxeram, segundo o autor, uma maior subjetividade à conservação (VIÑAS, 2005)

2.5.1. Preservação e Patrimônio: as cartas patrimoniais

As cartas patrimoniais são documentos prescritivos ou indicativos, produzidos a partir de conferências e discussões internacionais com o intuito de fundamentar as práticas preservacionistas voltadas para o patrimônio. Porém, refletem princípios e convicções de “períodos distintos, elaborados por organismos e grupos diferentes e com finalidades diversas” (KÜHL 2010, p. 291).

são documentos que fornecem fundamentação teórica-crítica para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos, e, assim, atuem com o efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva e, também estabelecem bases deontológicas para os vários profissionais que trabalham no campo da preservação (KÜHL, 2010, p. 288 *apud* FARAH, s.d.).

Não pretendemos discorrer sobre todas as cartas patrimoniais, recomendações e declarações¹²⁸, mas expor de forma ampla e geral aquelas que nos parecem pertinentes ao entendimento do desenvolvimento do conceito de patrimônio e de preservação como estes se ampliaram através das diretrizes das cartas patrimoniais e se articularam com diversas discussões que emergiam em diferentes épocas e espaços. A preocupação crescente com o “outro” e pelo “coletivo”, a introdução de conceitos como museu integral, significação cultural, patrimônio cultural imaterial e uma maior integração com a sociedade são indicadores deste novo olhar.

2.5.1.1. Os primórdios

Durante o I Congresso Internacional de Arquiteto e Técnicos em Monumentos, em 1931, foi elaborada a Carta de Atenas, que discursava sobre problemas relacionados à salvaguarda do patrimônio de interesse “histórico, artístico ou científico, pertencentes às diversas nações”, destacando as principais preocupações vigentes naquele período. Privilegiava a conservação através da “manutenção regular e permanente” em detrimento às “reconstituições integrais”, e determinava que em caso da necessidade de restauração, esta deveria “respeitar a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época”. Além disso, recomendava a “utilização dos monumentos com o intuito de prolongar sua vida”, levando em consideração seu caráter histórico ou artístico. Reconhecia a prevalência do caráter coletivo em relação ao caráter particular, apresentando também assuntos como a valorização dos monumentos, os materiais de restauração, questões sobre degradação, técnicas de conservação e a utilização das disciplinas científicas em apoio ao trabalho, bem como cooperação técnica e o papel da educação patrimonial. (OIM, Carta de Atenas de 1931)

Este documento representou um importante marco referencial para as discussões sobre a salvaguarda do patrimônio desencadeando outras ações similares por parte de outros países. Exemplo disso é a Carta Italiana do Restauo de 1932 reproduzida por Giovannoni no “Boletim de Arte” do Ministério da Educação Nacional da Itália. (LUSO; LOURENÇO; ALMEIRA, 2004)

Segundo Kuhl (2010, p. 295), a Carta de Veneza de 1964 é “herdeira direta do restauro crítico e, indiretamente da teoria brandiana”. Para a autora, o momento integrou várias frente:

A organização do congresso, que deu origem à Carta de Veneza, o próprio texto da Carta e, ainda, a criação do ICOMOS, fazem parte de um esforço cumulativo de várias nações (e também de seus serviços de preservação e de profissionais do campo) para estabelecer um sistema de cooperação internacional que auxiliasse na resolução das numerosíssimas questões envolvidas na preservação de bens culturais, de modo a

¹²⁸ Recomendações e Declarações são instrumentos gerados nas conferências internacionais dos Estados participantes sob os auspícios da UNESCO. As “**Recomendações**” são recursos nos quais “a Conferência Geral formula princípios e normas para a regulamentação internacional de uma determinada questão e convida os Estados-Membros a tomarem quaisquer medidas legislativas ou outras que possam ser necessárias em conformidade com a prática constitucional de cada Estado e a natureza da questão”; “**Declarações**” são outro meio de definir normas, que “não estão sujeitas a ratificação”. “Como as recomendações, elas estabelecem princípios universais aos quais os Estados desejam atribuir a maior autoridade possível e dar o mais amplo apoio possível”. Desta forma, uma “declaração” é um instrumento formal e solene, enquanto uma “recomendação” é menos formal”. (UNESCO – Portal UNESCO)

enfrentá-las com rigor metodológico e coerência de critérios e de princípios. (KÜHL, 2010, p. 290)

Na carta de Veneza é definido o conceito de “Monumento Histórico”:

Compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964, p. 1-2).

Quanto ao entendimento da disciplina de conservação e restauro dos monumentos, declara que é “uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental” e ainda visa a salvaguarda do monumento tanto como testemunho artístico quanto como testemunho histórico (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964, p. 2).

Nas diretrizes apontadas pela Carta de Veneza estão o respeito aos acréscimos históricos; estabelecimento de novas regras para a restauração de monumentos, com a ampliação do conceito de monumento¹²⁹; levantamento científico; reversibilidade dos materiais e das técnicas construtivas e estruturais de intervenção; manutenção deve ser integrada à uma atribuição funcional socialmente útil (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964).

Palavras como autenticidade, significação cultural e integridade são referenciadas na carta. A palavra autenticidade aparece como sinônimo de integridade referindo-se à preservação de obras monumentais como legado às gerações futuras, sendo a humanidade “responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”. (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964, p. 1) Entende ainda que tanto as “grandes criações” como as modestas são aptas de serem preservadas uma vez que tenham adquirido “significação cultural” e que os sítios monumentais devem ser preservados a fim de “salvaguardar sua integridade”. (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964, p.3) E em seu artigo 9º, ao definir os parâmetros de restauração, afirma que: “[...] tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. (ICOMOS, Carta de Veneza de 1964, p.2)

No Brasil, apesar da Carta de Veneza ter grande importância, as ações de preservação ainda ignoravam a realidade e demandas locais. (FONSECA, 2005)

Ainda em 1964, a recomendação de Paris, define o que seriam “bens culturais”:

Bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada País, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluído os arquivos musicais (UNESCO, Recomendação de Paris, 1964, p. 2).

¹²⁹ Além dos conjuntos urbanos são incluídos os conjuntos rurais ou qualquer outra obra mesmo que modesta com valor cultural, envolvendo também o entorno e local onde se encontra. Mas o desenvolvimento de um conceito mais elaborado de conservação integrada só aparecerá na Declaração de Amsterdã de 1975. (LUSO, LOURENÇO, ALMEIRA, 2004)

Esta recomendação se refere ao risco de exportação ilícita de bens patrimoniais sugerindo a elaboração, por parte de cada país, de inventários nacionais e de cooperação conjunta para restituição e repatriamento.

Em 1967, as Normas de Quito¹³⁰ mencionam a salvaguarda do patrimônio relativo à América Latina, onde o apoio e tutela do Estado e de órgãos internacionais eram fatores de importância, além da utilização do turismo como ferramenta de valorização. Os bens integrantes de seu patrimônio cultural, “representariam um valor econômico e por isso constituiriam instrumentos de progresso”. (OEA, Normas de Quito, 1967, p. 1). Neste documento, a paisagem, lugares pitorescos e as belezas naturais não eram considerados monumentos nacionais, para isso deveriam ter “a marca histórica ou artística do homem” para serem considerados como tal. Por outro lado, o espaço e seu entorno, eram considerados inseparáveis do conceito de monumento.

A Carta do Restauo italiana de 1972 define como salvaguarda “qualquer medida de conservação que não implique intervenção direta sobre a obra” e restauração como “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro.” (ITÁLIA, Carta do restauo italiana, 1972, p. 1-2). Os bens culturais, aqui denominados “obras de arte”, elencados por essa carta são bem mais abrangentes e incluem: os monumentos arquitetônicos, pintura, escultura, fragmentos arqueológicos, expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea “pertencente a qualquer pessoa ou instituição”, conjuntos de edifícios de “interesse monumental, histórico ou ambiental”, centros históricos, suas decorações e coleções artísticas e os jardins e parques, vestígios subterrâneos e subaquáticos. Nota-se uma ampliação considerável dos bens a serem salvaguardados, com destaque aos bens móveis. Mais tarde, essa carta será revista, ampliada e substituída pela Carta de conservação e restauo italiana de 1987.

Em 1972, a Recomendação de Paris, determina que os bens de interesse “excepcionais” deveriam ser preservados como “elementos do patrimônio mundial da humanidade” (ITALIA, Carta do restauo italiana de 1972, p. 2). Para tanto, seriam considerados patrimônio cultural: monumentos, obras arquitetônicas, de escultura e de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; grupos de construção isoladas ou reunidas, integradas a paisagem, lugares notáveis tanto obras do homem como em conjunto com a natureza, lugares arqueológicos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico. As palavras “valor excepcional e universal” aparecem várias vezes no discurso.

A preocupação de preservar o chamado “Patrimônio Mundial”, nominado nessa carta, tem seus antecedentes ligados à decisão da construção da represa de Assuã que inundaria a área onde se localizava o Templo de Abu Simbel no Egito. Dessa forma, em 1959, a UNESCO, inicia uma campanha internacional de salvamento do conjunto, que foi desmontado e trasladado para outro

¹³⁰ No Brasil, as Normas de Quito influenciaram o governo Castelo Branco na criar a EMBRATUR (FONSECA, 2005)

sítio. Em 1972 foi instituída a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural com a finalidade de discutir maneiras de se constituir regras de preservação para o Patrimônio Mundial (UNESCO, 1977), criando ainda uma lista do patrimônio mundial¹³¹. A partir de 1977, a UNESCO passa a exigir o “teste de autenticidade” para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial:

A propriedade deve, inclusive, passar no teste de autenticidade em relação a seu projeto, material, técnicas construtivas e entorno. Autenticidade não se limita a consideração da forma e estruturas originais, mas inclui todas as modificações subsequentes e adições, ao longo do tempo, as quais possuem um valor histórico e artístico. (UNESCO, 1977, p.3).

As mudanças gradativas dos aspectos e abrangência do patrimônio, segundo Castriota (2011, p. 103-104), têm seu fundamento no argumento de que o patrimônio é realmente cultural, pois é o “meio no qual e através do qual as identidades, o poder e a sociedade são continuamente produzidos e reproduzidos”.

2.5.1.2. Novos paradigmas

Assim como o conceito de patrimônio se dinamiza, paulatinamente a preservação passa a ser compreendida como “um processo fluido onde são trabalhadas questões sociais e altamente politizadas; e não mais como um conjunto estático de objetos ideais com significados fixos”. (CASTRIOTA, 2011, p. 103-104)

Dessa forma, a Carta de Burra de 1980 faz referência ao termo “significação cultural” que define como um conjunto de valores, sejam eles, “estéticos, históricos, científicos ou sociais de um bem para as gerações, passadas, presentes e futuras”. Estabelece como objetivo da conservação a preservação da significação de um bem, determinando que suas ações partam do “conjunto de indicadores de significação cultural” (ICOMOS, Carta de Burra de 1980, p.2)

Questões como cultura e identidade cultural aparecem na Declaração do México de 1985, além dos conceitos de patrimônio, e suas relações com educação, ciência e comunicação. Portanto considera que:

Cultura é um conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba além das artes e das letras, os modos de vida, direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças [...] Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo (ICOMOS, Declaração do México de 1985, p. 1-2)

E afirma que a identidade cultural é dinâmica e indissociável da diversidade cultural, admitindo a importância de se preservar e defender a “identidade cultural de cada povo”, respeitando as minorias e outras culturas. (ICOMOS, Declaração do México de 1985)

Na Carta de conservação e restauro italiana de 1987 o elenco de bens é aumentado incluindo “todos os objetos de qualquer época e área geográfica que detenham interesse artístico, histórico e

¹³¹ Os critérios de autenticidade e integridade eram fatores importantes para a inclusão do bem na lista do patrimônio mundial

cultural” entre eles, obras de arquitetura e conjuntos urbanos, ambientes naturais de especial interesse antrópico, faunístico e geológico, ambientes "construídos", como parques, jardins e paisagens agrárias, instrumentos técnicos, científicos e de trabalho, livros e documentos, testemunhos de uso e costumes de interesse antropológico, obras tridimensionais e obras bidimensionais em qualquer suporte (mural, em papel, tecido, madeira, pedra, metálico, cerâmico, vítreo, entre outros), fragmentos arqueológicos e paleontológicos isolados ou inseridos em largo contexto. Essa carta ainda contava com vários anexos, cada qual referente a uma tipologia de bens. Assim temos: instruções para tutela de centros históricos, obras arquitetônicas, conservação e restauração de antiguidades, artes em geral, livros e bens arquivísticos. (CONSIGLIO NAZIONALE DELLE RICERCHE, 1987)

Temas relacionados à cultura tradicional, popular, incluindo ainda as tradições orais, são discutidos pela Recomendação de Paris de 1989 que julga como um meio de aproximação de grupos sociais e de afirmação de identidades culturais. Define cultura tradicional e popular como:

um conjunto de criações que emana de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressa por um grupo ou por indivíduos que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e valores se transmite oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO, Recomendação de Paris de 1989, p. 2)

Propõe como forma de conservação, o levantamento documental e a pesquisa, bem como a divulgação dos dados com o objetivo de servirem como referencial para o futuro, facilitando o acesso junto a essas populações e como meio de proteção das tradições¹³².

No Brasil dos anos 1980, através dos movimentos sociais e comunitários, se reivindica mudanças nas ações de preservação do patrimônio de maneira a abarcar esses “novos aspectos e manifestações da cultura” (FONSECA, 2005, p.26). Dessa forma:

“[...] a carga afetiva que pressupõem as noções de identidade [...], assumem uma dimensão não apenas conceitual, mas também política [...]” (FONSECA, 1997, p. 227 *apud* FONSECA, 2005, p. 27)

Nesse período, as políticas voltadas ao patrimônio brasileiro não se importam mais exclusivamente com os estilos artísticos, mas também com os modos de vida e memórias coletivas. A constituição federal de 1988, estabelece que: “[...] constituem patrimônio cultural brasileiro os bens [...] portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988 *apud* CAVALCANTI, 2008, p. 14). E afirma ainda que: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988 *apud* CAVALCANTI, 2008, p. 14).

Podemos notar que as modificações e ampliações do conceito de patrimônio influenciaram também a abertura e inclusão de novos agentes participativos (“*stakeholders*”¹³³), refletindo uma

¹³² Aqui a preocupação principal é a salvaguarda das práticas tradicionais em oposição a cultura “industrializada” e a comunicação em massa.

pluralidade de atores nas ações de preservação. Segundo Castriota (2011, p. 102-103), nos anos 1980, as discussões sobre conservação se encaminham para um “novo arcabouço conceitual”: “o debate da conservação se desloca do eixo estético-histórico para o antropológico-cultural”, bem como seu foco se transfere do “aspecto material para o aspecto imaterial do patrimônio”.

Em 1993, a República da Coreia pede a inclusão nas políticas de preservação da categoria “Tesouro humano vivo”, que se refere a pessoa que possui alto grau de conhecimento e habilidade necessários para a atividade ou recriação de aspectos específicos relacionados ao Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2002). Segundo a UNESCO (2002), esse tipo de estratégia teria como objetivo assegurar a sustentabilidade da salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Seguindo todas essas novas perspectivas, a Conferência de Nara (1994) foi realizada com o intuito de discutir, debater, buscar consensos e rever os critérios de autenticidade da UNESCO, que a partir de 1977 exigia o teste de autenticidade como critério de seleção¹³⁴ para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Isso gerou uma série de problemas na aplicação do teste, uma vez que os conceitos de autenticidade e integridade além de vagos eram muitas vezes compreendidos de forma diversa por outras culturas. Ainda em 1985, o geógrafo David Lowenthal, em seu livro *The past is a foreign country*, questionava a visão ocidentalizada de patrimônio difundida pela UNESCO. Para ele:

[...] preservar objetos materiais não é a única maneira de conservar um bem cultural. O maravilhoso Templo de *Ise Shinto* no Japão é desmontado a cada vinte anos e substituído por uma réplica fiel construída com materiais similares exatamente como antes. A continuidade física significa menos para os japoneses do que a perpetuação das técnicas e rituais de recriação [...]” (LOWENTHAL, 1985, p. 384 *apud* LIRA, 2009, p.95).

A manutenção dessa forma de conservação impedia que alguns monumentos do Japão fossem incluídos na lista do patrimônio mundial, uma vez que não atendiam aos critérios de autenticidade e integridade.

A Declaração gerada a partir dessa Convenção reflete o fato que os conceitos de preservação se deslocaram das bases do eurocentrismo para uma abordagem pós-moderna, caracterizada pelo reconhecimento das diversidades culturais. Dessa forma os conservadores deveriam compreender o conceito de autenticidade através da perspectiva de sua própria esfera cultural. Ou seja, o entendimento do conceito de autenticidade deveria levar em consideração o contexto cultural de cada bem e não poderia ser verificado a partir de critérios preestabelecidos, cabendo a cada sociedade definir os termos para a efetuação do julgamento da autenticidade¹³⁵.

¹³³ Termo utilizado em administração e que se refere a todas as partes interessadas em um determinado projeto, podem ser constituídos por pessoas ou grupos que legitimam as ações e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados de uma organização.

¹³⁴ Esses critérios seriam referentes ao projeto, o material, técnicas construtivas e entorno, incluindo as modificações e adições que o bem sofreu ao longo do tempo. (UNESCO, 1977)

¹³⁵ No Brasil a partir de 1984, o tombamento de terreiros de candomblé colocou em dúvida os antigos conceitos de autenticidade e integridade, uma vez que esses espaços são dinâmicos e vivos. O processo de renovação e de reelaboração praticado nesses espaços dificultaria a manutenção da autenticidade e integridade concebidas dentro das antigas concepções. (ANDRADE JUNIO, 2011, p. 159)

Apesar da declaração não apresentar uma definição para a palavra “autenticidade”, acaba por incorporar a seus aspectos a natureza imaterial e dinâmica do patrimônio e complementa:

A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. [...] O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como a sua transformação ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade [...] considerada dessa forma [...] como principal fator de atribuição de valores. (ICOMOS, Carta de Nara de 1994, p. 2)

A partir desse debate outros trabalhos foram desenvolvidos, entre eles a Carta de Brasília (1995), que traz as discussões de valor e autenticidade para os Países do cone sul. A autenticidade é considerada como parte indivisível do conceito de identidade, tendo como característica a mutabilidade e a dinâmica podendo “adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nossos patrimônios” (ICOMOS, Carta de Brasília de 1995).

A Declaração de San Antônio (1996) compreende que a autenticidade é um conceito muito maior que a integridade material e que os dois conceitos não podem ser tomados como equivalentes, embora muitas vezes se confundam por sua proximidade. Uma das preocupações era ampliar as perspectivas e incluir aos debates as relações entre a autenticidade e identidade, o valor social, os sítios dinâmicos, seus usos e função.

Da mesma forma que as cartas anteriores, a Declaração de Sofia de 1996 chama a atenção para a mutabilidade e dimensão social do conceito de patrimônio cultural, bem como do conceito de conservação, destacando o pluralismo e especificidade cultural. E reivindica uma definição de autenticidade baseado nesse contexto. Menciona ainda, que as atividades turísticas devem ser praticadas de forma consciente a fim de preservar a “ecologia social” e tendo como “objetivo explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõe”. (ICOMOS, Declaração de Sofia de 1996, p. 2)

No ano 2000, a carta de Cracóvia discute parâmetros de conservação dentro do contexto da União Europeia reconhecendo a complexidade, especificidade e diversidade da seleção de valores para fins de preservação. “A identificação e especificação do patrimônio é, portanto, um processo relacionado à escolha de valores” (ICCROM, 2000) O termo autenticidade é entendido como “a soma de características historicamente determinadas; do original até o estado atual, como um resultado das várias transformações que ocorreram ao longo do tempo” (ICCROM, 2000). E conservação é definida como conjunto de ações que contribui para a perpetuação do patrimônio e seus monumentos, tendo como referência os significados e valores atribuídos a estes.

Nesse mesmo ano, o Brasil institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” e o “Programa Nacional de Patrimônio Imaterial”, através do Decreto no 3551 de agosto de 2000.

Vincent Defourny (2008) afirma que:

O processo que antecede este advento se origina na década de 1930, tendo Mario de Andrade como um dos protagonistas no tratamento do patrimônio cultural como um tema complexo e abrangente, passível de ser apreendido em sua totalidade pelo viés antropológico. (DEFOURNY, 2008, p. 7)

Apesar das discussões sobre o patrimônio cultural imaterial e o próprio termo terem surgido muito antes (década de 1970 – 1980), em 2003 a UNESCO instituiu a “convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”, que elencava as tradições orais e expressões; as artes performáticas; práticas sociais, rituais, eventos festivos; conhecimento e práticas relacionadas com a natureza e o universo; técnicas tradicionais e incluía tanto objetos quanto espaços associados a ele. Na definição da UNESCO, Patrimônio Cultural Imaterial:

consiste em práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades, bem como os instrumentos, objetos artefatos e espaços culturais integrados, que as comunidades, grupos e em alguns casos indivíduos reconhecem como parte de seu Patrimônio Cultural”. (UNESCO, 2003)

A salvaguarda do PCI constituía medidas e ações que tinham como objetivo “prorrogar sua viabilidade, incluídos a identificação, a documentação, pesquisa, preservação, proteção, divulgação, incentivo e educação formal ou não, assim como a revitalização de seus vários aspectos”. (UNESCO, 2003)

Em 2004, uma nova reunião em Nara reafirmou a importância da Carta anterior de 1994, no entanto, questionou o uso do termo autenticidade na avaliação do patrimônio cultural intangível e tangível de forma análoga, embora fosse reconhecida sua interdependência. Um dos pontos destacados era a percepção da mutabilidade de valores atribuídos às práticas tradicionais. (JOKILEHTO, 2006) Segundo Jokilehto (2006) em decorrência dessa revisão, os parâmetros de autenticidade, que anteriormente, eram relativos a questões da materialidade como o projeto, o material, técnicas construtivas e entorno, agora também incluíam: “tradições, técnicas, linguagem e outros aspectos do patrimônio imaterial, bem como do espírito e sentimento ou outras questões, mostrando um reconhecimento muito mais amplo dos diferentes aspectos da cultura e do patrimônio”. (JOKILEHTO, 2006, p. 8)

A carta de Burra de 2013 debate sobre a conservação e a gestão de espaços com significação/significância cultural que compreendem locais naturais, indígenas, históricos com valores culturais, retomando a carta de Burra de 1989. A diferença é que a abordagem aqui é mais prática propondo um modelo de gestão de informação e ações que apresenta uma sequência ou passo a passo de investigação, decisões e ações a serem tomadas, com orientação de constantes e contínuas atualizações devido à sua natureza dinâmica. Apoiar a participação da comunidade e de todos os agentes que de alguma forma estejam envolvidos com a área e com sua relação de significação/significância. Lembrando que para muitas culturas, os valores naturais e culturais são indivisíveis. (ICOMOS, Burra Charter de 2013)

A conservação teria, neste caso, como objetivo preservar a significância/significação cultural do espaço. O documento define significância/significação como valores estéticos, científicos, sociais ou espirituais atribuídos pelo passado, presente ou futuro, abrangendo tanto o espaço, os usos, os significados, as relações quanto os objetos. Reconhece que o termo não é estático, uma vez que seu entendimento pode variar como resultado de novas concepções.

A conferência de Kyoto, que será em setembro de 2019, abordará a perspectiva dos museus no futuro. Com o título “Museus como polos de cultura: o futuro das tradições” discutirá como os museus se voltam para o futuro, respeitando as tradições. Os museus enquanto polos de cultura poderão ajudar a construir um futuro mais rico agregando as perspectivas da cultura tradicional (ICOM, 2019). O programa ainda abrangerá temas como sustentabilidade, decolonização, repatriação, além de propor uma nova definição de museu.

Autenticidade e integridade

Etimologicamente, o termo autêntico refere-se a algo verdadeiro, legítimo e genuíno. Esse conceito, como vimos anteriormente, é apresentado em várias das cartas patrimoniais. O termo autenticidade aparece em 1977 atrelado aos critérios de avaliação do Patrimônio Mundial, onde a intenção era de que fossem registrados somente sítios comprovadamente genuínos, com valor estético, material original, representativos de importantes períodos históricos, excluindo as reconstruções, embora fossem aceitas as modificações e adições feitas ao longo do tempo

Como vimos anteriormente, a partir das discussões ocorridas na Conferência de Nara em 1994, autenticidade passa a ser entendida¹³⁶ como: critério de avaliação no qual os valores de um bem patrimonial são interpretados por seu caráter genuíno, verdadeiro e legítimo [...] (STOVEL, 2004, p. 3)

A partir daí o conceito obtém novos contornos e acréscimos em seus pressupostos. Dessa forma:

a diversidade do patrimônio cultural deve ser contextualizada no tempo e espaço; todos os valores atribuídos ao patrimônio (valores diferentes para cada comunidade) e os conceitos de autenticidade devem ser reconhecidos como legítimos; o patrimônio deve ser considerado e avaliado levando em conta os contextos culturais a qual pertence. (KULEVIČIUS, 2014, p. 5)

Outros conceitos importantes passaram a figurar nesse debate. Questões como estas foram levantadas na reunião do *Great Zimbabwe*, organizada pela UNESCO/*World Heritage Center* em 2000, onde autenticidade e integridade foram abordadas dentro do contexto africano, incluindo ainda questões sobre língua, sobre o importante papel das comunidades locais no processo de gestão do desenvolvimento sustentável além de outras formas de patrimônio imaterial. Esses casos serviram ainda para chamar a atenção de que muitas vezes a noção de integridade e autenticidade de conjuntos culturais, sejam eles materiais ou imateriais, está relacionada diretamente à preservação associada não só ao estilo de vida e sentido cultural, mas também ao entorno e preservação da natureza, do território e espaço onde estão inseridos. Como exemplo disso, a noção de “cultura viva”, baseada na concepção de dinâmica cultural e seus processos de reelaboração, foi associada aos conceitos de autenticidade e integridade, dentro dos atributos patrimoniais. A característica indissolúvel entre natureza e cultura, próprio das comunidades tradicionais, está refletida no modo de pensar e preservar o patrimônio dentro do contexto religioso e social dessas comunidades –

¹³⁶ Apesar de bastante debatido, o termo não foi definido na Carta de Nara, mas o documento chama a atenção para a necessidade de fazê-lo.

como entender o conceito de autenticidade dentro da dimensão espiritual, mental e das práticas religiosas? – isso implica em considerar como patrimônio também o meio cultural das comunidades e “suas complexas teias de cultura viva”. (SAOUMA-FORERO, 2000, p.7)

Para Kulevičius (2014) o desenvolvimento do conceito de autenticidade esteve atrelado a vários paradigmas, entre eles: o paradigma do material original, o paradigma da visão histórica, do universalismo e mais recentemente o do relativismo.

Apesar do tema ser bastante debatido, o conceito ainda está em desenvolvimento. Segundo Castriota (2011):

[...] autenticidade vem sendo definida atualmente como um qualificador para atribuição de valores (operador de valor), às vezes como um operador da veracidade de uma fonte particular de informação referente a vários atributos do bem cultural, como o processo criativo, a evidência documental e o contexto social (JOKILEHTO, 2006); às vezes como a ‘habilidade de um bem cultural de transmitir sua significância através do tempo’” (STOVEL, 2007) [...] (CASTRIOTA, 2011, p.107-108)

No livro “Patrimônio Cultural: conceitos e critérios fundamentais” editado pelo ICOMOS em 2016, no capítulo referente à autenticidade, são relacionadas várias definições dispostas cronologicamente, entre as últimas:

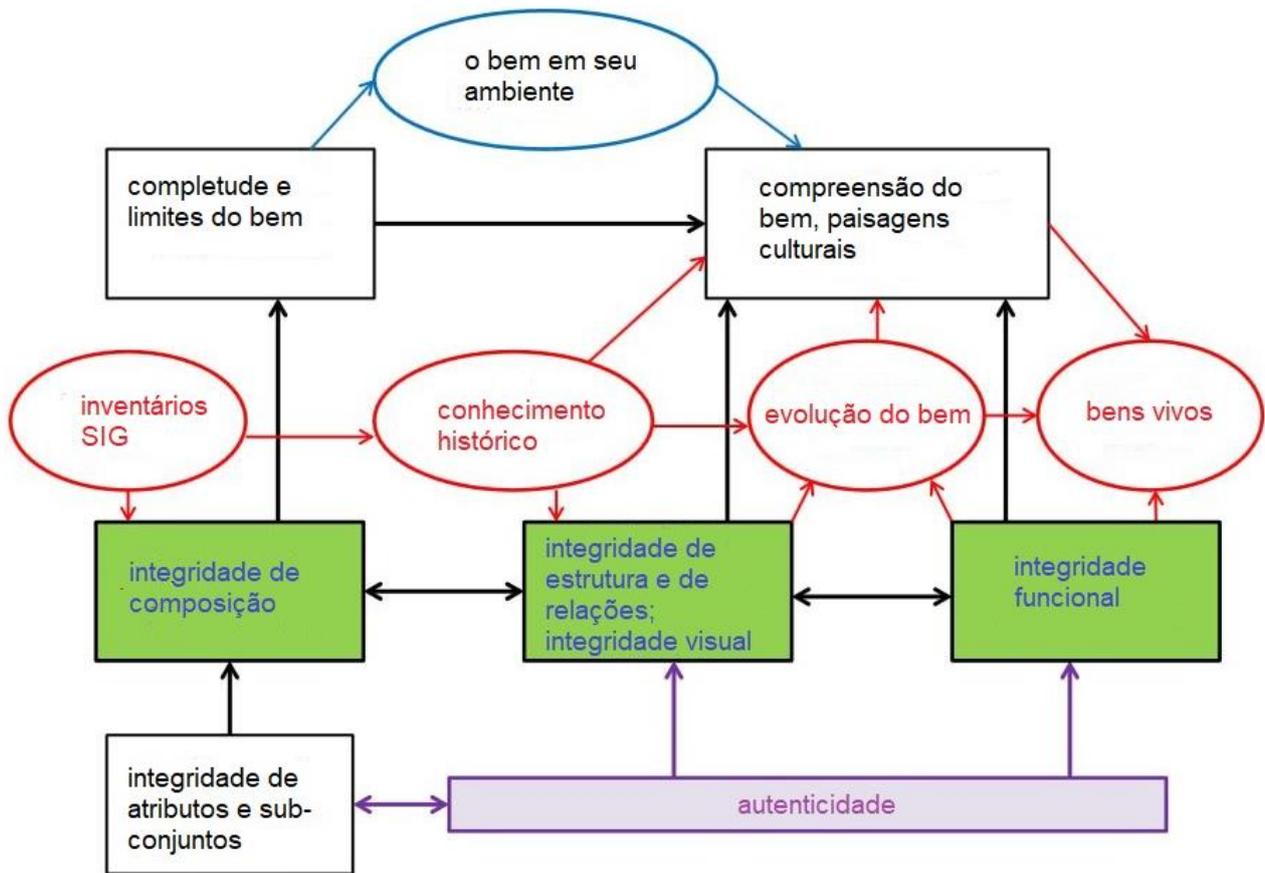
Autenticidade: Significa o conjunto de características fundamentais, historicamente determinadas, do original ao estado atual, como resultado das várias transformações que ocorreram ao longo do tempo.” (Conferência Internacional sobre Conservação Carta de Cracóvia 2000 – *Princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído*, Anexo – Definições)

Autenticidade: é a qualidade de um bem patrimonial de expressar os seus valores culturais, através dos seus atributos materiais e dos seus valores intangíveis, de uma forma verdadeira e credível. Depende do tipo de patrimônio e do seu contexto cultural. *Documento de Madrid 2011 - Critérios para a Conservação do Patrimônio Arquitetônico do Século XX*, Glossário (BARRANHA, 2016, p. 47)

Em geral o conceito de autenticidade aparece juntamente com o conceito de integridade, mas estes não devem ser tomados como equivalentes, embora muitas vezes se confundam por sua proximidade. No esquema proposto por Michel Cotte, apresentado na Figura 7, podemos perceber as relações e conexões entre os vários aspectos do patrimônio e os conceitos de integridade e autenticidade.

Etimologicamente, integridade refere-se ao estado ou característica de algo inteiro, pleno e que não sofreu qualquer diminuição. Em 2005, a UNESCO, através do *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* considerava integridade como “parâmetro de totalidade ou integridade do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos”. (UNESCO, 2005, p. 22). Na Carta de Nova Zelândia (2010) para a conservação de locais de valor de cultural, integridade “significa o carácter completo ou intacto de um lugar, incluindo o seu significado e o seu sentido, conjuntamente com todos os atributos materiais e imateriais inerentes ao respectivo significado cultural.” (ICOMOS, 2010, p. 10)

Figura 7 - Esquema proposto por Michel Cotte com os vários aspectos da integridade e autenticidade e suas relações



Michel Cotte – ICOMOS, mars 2012

Fonte: UNESCO, 2012, p. 15 (tradução nossa)

No glossário do Documento de Madrid - Critérios para a Conservação do Patrimônio Arquitetônico do Século XX (2011):

Integridade é a medida da conservação do estado original na sua totalidade, do patrimônio construído e seus atributos e valores. A análise do estado de integridade requer, portanto, uma avaliação de até que ponto o bem:

- 1 – Inclui todos os componentes necessários para expressar o seu valor.
- 2 – Assegura a completa representação das características e processos que transmitem o significado do bem.
- 3 – Sofre efeitos adversos de intervenções e/ ou negligência. (BARRANHA, 2016, p. 50)

No caso de sítios sagrados, a preservação desses espaços deve levar em consideração seu espaço físico e material, mas também os rituais associados, muitas vezes ainda em funcionamento, ou ainda, como no caso de rituais de iniciação, sua estrutura social e conotação secreta que se inter-relacionam ao espaço privado e ao sagrado. Nesse sentido podemos então falar de “integridade funcional” (SAOUMA-FORERO, 2000, p.7). Para Jokilehto (2006, p. 14) a integridade socio-funcional também se refere à “identificação das funções e processos em que se baseou o seu desenvolvimento ao longo do tempo, tais como relações sociais, respostas espirituais, utilização de recursos naturais e migração de povos”.

Clavir (1996) argumenta que para muitos conservadores a integridade de um objeto ainda se baseia em sua evidência física apoiada por atributos específicos e inerentes dos objetos e respaldada por sua documentação, contudo outros admitem que a integridade é uma questão de interpretação e que mesmo fatos comprovados, como data, fabricante, não são verdades absolutas sobre o objeto e que somente através da interpretação é que ganham significado. Para ela “interpretação significa que os valores culturais são aplicados e o resultado é lido como verdade” (CLAVIR, 1996, p. 107). Os questionamentos sobre a natureza da “integridade” refletem também sobre questões práticas acerca da natureza da conservação:

[...] como um conservador prossegue ao trabalhar em um objeto de outra cultura quando os valores da cultura de origem estão em aparente conflito com os valores de conservação? [...] Significados culturais mudam, no entanto, e dar primazia à integridade cultural significa aceitar que possam existir diferentes "verdades" em diferentes momentos (CLAVIR, 1996, p. 107).

Ainda segundo a autora, as práticas de conservação não devem comprometer a integridade cultural dos objetos ou a viabilidade da comunidade em acessá-los.

Segundo Viñas (2005), a busca pela “verdade” do objeto, através da procura por sua natureza verdadeira e autêntica, foi, com o tempo, alterada pela preocupação da eficiência na comunicação, assim como a objetividade, trazida pelo restauro científico, foi sendo substituída pela subjetividade nas relações com o patrimônio. Essa comunicação, para Viñas (2005, p. 147), não é um “fenômeno físico ou químico e nem uma característica intrínseca ao objeto, mas depende da capacidade do sujeito de obter uma mensagem ou informação do objeto”.

Se as discussões, anteriormente, categorizavam os valores patrimoniais baseados na materialidade e na crença de uma verdade embasados em sua autenticidade e integridade, atualmente estas abordagens estão cada vez mais perdendo terreno.

Através dos vários questionamentos trazidos pelo debate, constatou-se que autenticidade e integridade não podiam ser consideradas categorias fundadas em valores universais, uma vez que são construções fictícias e ideológicas, relativas e mutáveis, apoiadas em escolhas e contextualizadas no espaço e no tempo. (VIÑAS, 2005)

Valor e significância/significação

Valores podem ser definidos como as características ou propriedades (reais e potenciais) de um bem cultural, atribuídos e identificados por um grupo de indivíduos. (TORRE; MANSON, 2002) Têm caráter dinâmico, limitados por seu contexto de tempo, espaço, relações sociais e são seletivos, baseados em escolhas e podem ainda ser divergentes.

Os valores sempre nortearam, direta ou indiretamente, as questões relativas à conservação do patrimônio. (TORRE; MANSON, 2002).

Para Castriota (2011):

As políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento a outros,

iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Assim, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o **que** se conservar [...] bem como para determinar **como** conservar [...] (CASTRIOTA, 2011, p. 50-51, grifo do autor)

Este tema cada vez mais ganha vulto dentro dos debates sobre conservação do patrimônio. Vários artigos e projetos vêm sendo desenvolvidos nesse sentido e trabalhos como o *Reviewing Significance* (2018) do *Collections Trust*, *Significance* (2009) do *Collections Council of Australia* e o *The Agora* (1998) do *Getty Conservation Institute*, são apenas alguns dos exemplos.

Segundo Hannesch e Granato (2015), no século XIX os critérios de valores aplicados se referiam aos aspectos administrativos, funcionais, probatórios e legais.

Riegl, ainda no início do século XX, em seu livro “O culto moderno dos monumentos” de 1903 propõe categorias de valor baseando-se na atribuição dada a estes levando em consideração seu aspecto dinâmico e percebendo a relatividade e seu aspecto contraditório. Para Riegl todo valor é dado pelos indivíduos e por isso, imbuído de subjetividade. Constata que as diversas classes sociais demonstram valores simultâneos e opostos em relação aos monumentos. Assim sendo, divide os valores em: valor de antiguidade ou idade; valor de arte; valor de atualidade ou atual; valor de memória ou de comemoração; valor de novidade; valor histórico; valor utilitário ou de uso. (RIEGL, 2014)

Se nos séculos anteriores os valores eram baseados principalmente em aspectos estéticos, econômicos e históricos, hoje a ampliação de seu conceito torna mais complexas suas categorias, na medida em que incorpora novos agentes participativos ou *stakeholders*. Para Torre e Manson (2002) os valores aplicados ao patrimônio podem ser divididos em valores sócio-cultural (valor cultural/simbólico; valor histórico; valor social; valor político; valor espiritual/religioso; valor estético) e valores econômicos (valor de uso; valor não comercial; valor de existência, valor de legado; valor de escolha)

Tabela 1 - Resumo da tipologia de valores desenvolvida por vários autores e organizações

Autor	Riegl (1902)	Lipe (1984)	ICOMOS - Carta de Burra (1998)	Frey (1997)	English Heritage (1997)
Valor	Antiguidade	Econômico	Estético	Monetário	Cultural
	Histórico	Estético	Histórico	Escolha	Educacional e acadêmico
	Memória ou comemorativo	Associativo-simbólico	Científico	Existência	Econômico
	Uso	Informacional	Social (incluindo espiritual, político, nacional, cultural)	Legado	Pesquisa
	Atualidade			Prestígio	Recreacional
				Educacional	Estético

Fonte: TORRES; MANSON, 2012 (tradução nossa)

Ao propor o desenvolvimento de uma trajetória da vida dos objetos, Barbara Appelbaum em seu livro *Conservation Treatment Methodology* (2007) utiliza as seguintes categorias de valores: valor de arte, estético, histórico, de uso, de pesquisa, educacional, de idade, de inovação, sentimental, econômico, associativo/simbólico, de memória ou comemorativo e de raridade.

Mais recentemente Viñas aponta para novos significados dos bens culturais, por ele chamados de objetos de conservação, entre eles: significados de intelectualidade, que representariam os valores históricos, artísticos, científicos etc.; significados de identidade coletiva que se relacionam com a cultura de modo geral; significados ideológicos referentes à política, moral; significados sentimentais caracterizados por memórias e sentimentos.

Outro termo muito recorrente nos debates atuais é significância, que se refere aos elementos que contribuem para dar significado a um objeto, incluindo todos seus aspectos e seu contexto, história, usos e seus valores sociais e espirituais que são reconhecidos pelas gerações passadas, presentes e futuras. Esse aspecto não é estático, pois pode mudar (aumentar ou diminuir) conforme o passar do tempo. (PAINE, 2013)

Nesse sentido, a significância:

Produz complexas redes de significado e sua força simbólica contribui para seu reconhecimento como bem cultural relevante e digno de preservação. As abordagens contemporâneas consideram que o patrimônio cultural não é preservado por causa dos valores, funções ou significados que tiveram no passado, mas pelas mensagens e simbolismo que eles comunicam atualmente e para as futuras gerações. Talvez por isso as abordagens teóricas mais recentes venham admitindo que o objetivo da conservação-restauração não sejam a preservação do bem em si, mas a preservação dos valores e significados que são importantes para as pessoas envolvidas com esse bem cultural. (CASTRIOTA, 2011, p. 109-110)

2.6. Reflexões sobre novos desafios e novas perspectivas

Apesar da pouca menção ao termo “patrimônio etnográfico” nas cartas patrimoniais, elas nomeiam outros conceitos que se afiliam a este: material, imaterial, identidade cultural e significação cultural são apenas alguns deles.

Gonçalves (2015) destaca que segundo o IPHAN:

a indivisibilidade do patrimônio cultural faz com que a definição material/imaterial no patrimônio etnográfico do IPHAN seja uma classificação de ordem administrativa, uma vez que todo patrimônio etnográfico material pode também ser considerado em sua dimensão imaterial, assim como os bens de natureza imaterial resguardam relação com as materialidades que lhes são referentes. (GONÇALVES, 2015)

Para a autora, existe uma outra característica do patrimônio etnográfico que seria a simbiótica, onde as instâncias material e imaterial seriam “imprescindíveis à compreensão e transmissão do bem como tal, mantendo uma relação de interdependência, onde as “integralidades da matéria e da representação sobre a matéria concorrem para um único objetivo, que é dar significado ao próprio bem cultural”.(GONÇALVES, 2015)

Bouchenaki (2004) afirma que o patrimônio imaterial deve ser entendido em seu aspecto mais amplo, no qual o patrimônio material assume sua forma e significância/significação. (BOUCHENAKI, 2004 *apud* FROMM, 2016, p. 93)

Cavalcanti e Fonseca (2008) apontam para a proximidade entre o patrimônio cultural imaterial e as culturas tradicionais assinalando que o aspecto etnográfico é apenas uma de suas facetas:

Verifica-se no país a tendência ao seu entendimento e à sua aplicação aos ricos universos das culturas tradicionais populares e indígenas. Tal tendência encontra sua base de apoio em relevantes razões interligadas. Esses universos culturais abrigam circuitos de consumo, produção e difusão culturais organizados por meio de dinâmicas e lógicas próprias que diferem em muito dos demais circuitos consagrados de produção cultural e, ao mesmo tempo, a eles articulam-se importantes questões relativas ao desenvolvimento integrado e sustentável. (CAVALCANTI; FONSECA, 2008, p, 12)

A partir da Convenção para a salvaguarda do PCI, em 2003¹³⁷, sucederam-se vários debates questionando a atual natureza do patrimônio. Nos discursos atuais sobre a questão do patrimônio “[...] a ênfase tem sido posta no seu caráter ‘construído’ ou ‘inventado’. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória” (GONÇALVES, 2005, p. 19)

Para Bendix (2009), o patrimônio etnográfico é uma construção do observador, do pesquisador, do antropólogo/etnólogo. (BENDIX, 2009, p. 225 *apud* FROMM, 2016, p. 91) No início do século XX, os curadores/especialistas documentavam e criavam suas próprias histórias, apresentadas ao público em forma de exposição. Desse modo, até o final do século XX, as bases de conhecimento associadas às coleções eram moldadas, em sua maioria¹³⁸, pelos curadores e a partir do ponto de vista deles.

O século XXI trouxe mais discussões sobre os trabalhos curatoriais cooperativos em relação às comunidades, seguindo uma abordagem mais participativa e reconhecendo seus membros representantes, também, como especialistas (KURIN, 2004, p. 7 *apud* FROMM, 2016, p. 92).

Os museus etnográficos hoje são abertos ao diálogo. Essa nova realidade pautada na participação, onde os agentes sociais não são mais simplesmente “tradutores de mundos culturalmente diferenciados”, transforma o museu em um ambiente onde os saberes e práticas vão sendo ressignificados, recontextualizados, constituindo-se em um lugar de reflexão, de produção de novos conhecimentos, de troca de diferentes saberes.

O envolvimento cada vez maior com os membros dessas comunidades possibilitou uma redefinição dos papéis e responsabilidades, juntamente com o estabelecimento de novos compromissos (FROMM, 2016). Conseqüentemente, mudou também a forma como as coleções estão sendo obtidas, gerenciadas e utilizadas.

Portanto, os agentes envolvidos na produção do conhecimento dentro dos museus de etnologia não são mais apenas antropólogos, historiadores ou museólogos, são também os grupos que, através de seu patrimônio cultural, contribuíram, voluntariamente ou pela violência contra eles, para a formação dos acervos hoje existentes. Para Regina Abreu,

as chamadas “sociedades tradicionais”, bem como os diferentes grupos sociais que enriquecem o panorama da sociedade brasileira já não constituem apenas o “outro” de um discurso acadêmico. Hoje, cada vez mais, estes povos falam em seu próprio nome, reivindicam seus próprios interesses (ABREU, 2008, p. 19).

¹³⁷ Para a definição de PCI proposta pela UNESCO em 2003 ver p. 66

¹³⁸ Podemos citar alguns museus no Brasil e no mundo que não seguem essa premissa por terem a gestão em suas próprias comunidades. O Museu Magüta dos Ticunas em Benjamin Constant, no Alto Solimões, Amazonas e o museu Yamanas em Ushuaia, Argentina (atualmente fechado) são exemplo disso.

Os objetos etnológicos não são mais objetos produzidos por figuras distantes no tempo e no espaço, são objetos de memória, história e leis, inseparáveis de seus mitos e com força política. São bens de propriedade, precisam ter permissão e serem preservados para a posteridade. (CLIFFORD 1997). Como resultado desse novo entendimento do lugar dos objetos etnográficos nas coleções dos museus criou-se uma nova demanda social que recai sobre os museus de etnologia: o escopo dessas coleções já não é apenas contemplativo, mas cooperativo, participativo e também reflexivo.

O aspecto dinâmico do Patrimônio etnográfico em sua expressão tangível e intangível, propicia a constante manutenção de seus valores. Os membros das comunidades revitalizam e mantem vivos os conhecimentos culturais que trazem vida às coleções.

Beltrão (2003) considera coleções etnográficas como testemunhos materiais com valor documental, histórico e simbólico e esses valores são reconhecidos

[...] não apenas pelos estudiosos, mas pelos produtores dos artefatos, na medida em que é possível repassar às novas gerações, através da socialização, o saber específico que diz respeito à fabricação das peças, saber este que não se resume ao saber técnico, mas é referenciado pelas origens mitológicas e cosmológicas dos objetos. (BELTRÃO, 2003).

Clifford (1997, p. 192) afirma que “quando os museus são vistos como ‘zonas de contato’, sua estrutura organizacional enquanto coleção se torna uma relação atual, política e moral concreta – um conjunto de trocas carregadas de poder, com pressões e concessões de lado a lado”. Chama atenção, porém, que dentro da concepção de museus como espaços de colaboração, temos que ter em mente que nenhuma comunidade é homogênea: um mesmo grupo pode concordar com uma questão ou discordar entre si.

Vários sentidos podem conviver em um mesmo objeto, que pode ser interpretado de forma diversa por diferentes comunidades ou ainda por setores variados de uma mesma comunidade. Exemplo disso são as comunidades religiosas de candomblé, onde uma autoridade de um terreiro pode autorizar a exposição de um item e outro terreiro pode não concordar com essa resolução. No caso indígena, uma liderança de um grupo pode autorizar uma exposição de um determinado objeto enquanto outra liderança do mesmo grupo pode contestar.

Fatos assim são muito frequentes em relação a objetos culturalmente sensíveis ou restritos, como é o caso de objetos de cunho religioso e sagrados que muitas vezes só podem ser vistos ou manipulados por determinadas pessoas ou gênero. (CLAVIR, MOSES, 2019). Para Clavir e Moses (2019):

o termo ‘culturalmente sensível’ amplia conceitos relacionados a sagrado e sacro para incluir quaisquer objetos que exijam respeito especial devido a sua significância/significação dentro de seu contexto cultural. As associações do objeto com um indivíduo ou grupo particular invocam protocolos reconhecidos por toda a comunidade, o que é, novamente, uma demonstração de respeito. (CLAVIR; MOSES, 2019, p. 4, tradução nossa)

É importante destacar que acervos africanos são muitas vezes reconhecidos como legado por comunidades ou grupos afro-brasileiros, mesmo que não tenham relação direta com estes. “Se

as diásporas aparentemente aniquilam identidades, as culturas diaspóricas tendem a reconstruir o que foi perdido”. (SIMAS, 2017)

Além desses valores atribuídos dentro de seu contexto cultural, existem ainda categorias de objetos que são considerados, por essas comunidades, como tendo poderes inerentes. Uma máscara, por exemplo, pode ter poder por ser a representação viva de uma entidade. Ela não só representa a entidade como é a própria entidade independentemente de ser ou não vestida por uma pessoa. Já, para outros grupos, a mesma tipologia de objeto, máscara, só exprime poder através de um intermediário, ou seja, ganha poder ou se traveste na entidade quando alguém a veste. (CLAVIR; MOSES, 2019). Segundo esses mesmos autores,

para alguém não familiarizado com as crenças específicas, os objetos podem parecer semelhantes porque ambos são máscaras. Ambos são cerimoniais e culturalmente significativos. Cada comunidade, no entanto, precisa ser entendida em seus próprios termos. Ambas as máscaras estão associadas a protocolos culturais particulares que os museus são solicitados a respeitar. (CLAVIR; MOSES, 2019, tradução nossa)

Paine (2013) considera que os objetos religiosos podem ter vários atributos: são sagrados; têm personalidade; têm vida; têm deveres; pedem por atenção; promovem ou ilustram sua causa religiosa e ainda apoiam a luta política de suas comunidades de origem.

Em uma visão antropológica, Gonçalves salienta que em alguns casos esses objetos:

Não são desse modo meros objetos. Se por um lado são classificados como partes inseparáveis de totalidades cósmicas e sociais, por outro lado afirmam-se como extensões morais e simbólicas de seus proprietários, são extensões destes, sejam indivíduos ou coletividades, estabelecendo mediações cruciais entre eles e o universo cósmico, natural e social. [...] Essa categoria de objetos não apresenta assim fronteiras classificatórias muito definidas, sendo ao mesmo tempo objetos e sujeitos, materiais e imateriais, naturais e culturais, sagrados e profanos, divinos e humanos, masculinos e femininos, etc. (GONÇALVES, 2005, p. 18)

Essa categoria de objetos pode ter diferentes percepções de significância/significação e ainda pode mudar seus valores culturais ao longo do tempo. O machado *gano*, abordado nesse trabalho no capítulo 3, teve seus atributos alterados de arma para matar elefantes, para insígnia de poder, símbolo nacional nas guerras de independência do Zimbábue nos anos 1970 e mais recentemente, para objeto ritual representando o meio de comunicação com um antepassado.

Mas conforme destacam Vestheim *et al.* (2001):

[...] nenhum valor é absoluto. Objetos e seus valores mudam com o tempo. Eles têm sua própria história, existem e se transformam dentro de seu próprio contexto social e geográfico. Atribuir valor a um objeto, mesmo em um sentido econômico ou político, é um caminho para manter a compreensão de seu significado sociocultural em relação ao que está sendo conservado. (VESTHEIM *et al.*, 2011, p. 221-222 *apud* HENDERSON; NAKAMOTO, 2016, p. 68, tradução nossa)

Porém, Clavir e Moses (2019) lançam uma questão: pode o poder considerado inerente a alguns objetos afetar alguém fora desse sistema de crenças? Para eles, apesar da resposta não ser simples, “respeitar os protocolos culturais, no entanto, não é pedir às pessoas que acreditem, mas pedir-lhes que respeitem quem as faz”. Esse argumento se relaciona à Ética, e às cartas patrimoniais mencionam o respeito às tradições e comunidades que as representam. Desse modo, os museus têm responsabilidade para com a sociedade de forma geral.

Paine (2013, p. 3) indaga: quais são as implicações para os conservadores, curadores e museólogos dos vários princípios e tabus que os objetos religiosos podem portar? Algumas vezes uma simples conservação preventiva pode ser vista de forma conflituosa entre conservadores e membros de comunidades tradicionais. O controle ambiental pode ser considerado inadequado, por esses últimos, pois alguns objetos devem ter contato com o ar natural, ou com o sol, por motivos específicos.

Para Wolfe e Mibach (2014), usando como exemplo as comunidades tradicionais americanas e sua relação como os museus, existem hoje três dúvidas importantes na área da conservação. Primeiramente questões complexas sobre a propriedade legal das coleções, que atualmente se traduzem em pedidos de repatriação por parte das comunidades tradicionais muitas vezes devido aos conflitos de sistemas de valores. Em segundo lugar, a preocupação de que os tratamentos atuais possam de alguma forma prejudicar alguns desses valores por eles atribuídos, ou mesmo inviabilizar futuros tratamentos mais adequados. E por último, o receio de que algumas facetas dos objetos sagrados, especificamente os aspectos imateriais sejam negligenciados no ambiente do museu. As autoras argumentam ainda que atualmente a integridade do objeto não passa apenas pela preservação das características físicas dos objetos, mas também pela sua integridade espiritual, baseada também no acesso e na futura utilização do objeto por parte das comunidades. A consulta com representantes das comunidades, pode ajudar a compreender melhor, não só a natureza do objeto, como também eleger o melhor tratamento em termo gerais ou o tratamento mais adequado que menos interfira em seu uso espiritual futuro. Ainda segundo as autoras, nesse caso a palavra “cuidado” seria mais adequada que “conservação”, uma vez que muitos objetos sagrados exigem manutenção cerimonial periódica. Essa manutenção cerimonial varia desde orações, limpezas, fumigação com substâncias aromáticas, até cuidados específicos quanto ao acondicionamento. No Museu Nacional experiências similares ocorreram¹³⁹. Ao se indagar sobre a conservação das lâminas das espadas Samurais, foi aconselhado o uso de uma série de produtos e instrumentos tradicionais do Japão e formas específicas de acondicionamento. E em uma visita de uma comitiva Maori, foi entoada uma oração frente a um manto, como forma de homenagem aos ancestrais.

Muitos dos métodos de conservação praticados pelas comunidades tradicionais se assemelham com as técnicas da conservação preventiva e podem ser uma possibilidade de ação quando nossos métodos habituais não são os mais adequados (WOLFE; MIBACH, 2014). Para Wolfe e Mibach (2014), a pesquisa sobre métodos tradicionais de conservação tem trazido novas perspectivas como por exemplo o estudo das propriedades fungicidas e inseticidas de materiais tradicionais como a casca da bétula ou ainda o uso de certas madeiras e têxteis que possam ser incorporados no acondicionamento em museus.

Mas existem ainda outras categorias de objetos que muitas vezes não têm relação com o sagrado, mas que fazem parte das coleções etnográficas, que são os objetos de uso cotidiano e

¹³⁹ As experiências aqui apontadas foram vivenciadas por mim juntamente com a equipe do SEE

ainda os objetos de arte. Em se tratando de objetos de arte contemporânea produzidos por artistas de comunidade tradicionais, Hornbeck¹⁴⁰ (2013) observa que estes compartilham aspectos similares às tendências da arte contemporânea, como por exemplo em relação aos materiais e mídia, mas por outro lado também compartilham similitudes com os aspectos tradicionais da cultura. Salienta ainda a característica da grande variedade de materiais existentes nas coleções etnográficas e que muitas vezes obriga o conservador a procurar assistência não só de especialistas da própria comunidade, mas também de entomólogos, ornitólogos etc.

Segundo Veloso (2017), James Clifford analisou a arte inserida dentro do contexto antropológico (arte-cultura):

Para o autor, recuperar a história das coleções é fundamental para que se compreenda a apropriação das “coisas exóticas, dos fatos e significados” por parte da antropologia e da arte moderna. Desde a virada do século XIX para o XX, objetos coletados estariam classificados sob duas grandes categorias: “artefatos culturais (categoria científica) ou obras de arte (categoria artística)”, sendo-lhes destinados lugares específicos de salvaguarda (museus etnográficos e museus de belas artes). No decorrer do século XX, [...] objetos tidos como “exóticos”, “primitivos”, “arcaicos” passaram também a ser vistos como “arte”, equiparados esteticamente e moralmente às obras ocidentais, conformando ideais de “arte primitiva”. (CLIFFORD, 1994, p.69-89 *apud* VELOSO, 2017, p. 10)

Ainda segundo esse autor, Heloísa Fenelon¹⁴¹ foi uma articuladora entre valor artístico e cultura tradicional, a exemplo disso sua pesquisa sobre as bonecas Karajá foi baseada nessa perspectiva. Aplicando o método antropológico foi “pioneira na construção de uma antropologia da arte”, pois seu trabalho se fundamentara em ‘observação participante’, no ‘colecionamento teoricamente esclarecido, na identificação dos autores e dos seus papéis sociais’” (FARIA, 1997, p.267 *apud* VELOSO, 2017, p. 12)

Cada vez mais, as sociedades tradicionais buscam sua participação nas decisões de como sua herança cultural é tratada e representada nos museus estimulando mudanças de concepções e práticas nessas instituições. Essas atividades podem se manifestar em vários níveis: em forma de consultorias relativas à conservação, acondicionamento, classificação; empréstimo de objetos para as comunidades; maior acesso às coleções; repatriação física¹⁴², simbólica¹⁴³ ou digital¹⁴⁴ etc.

Para os museus representa uma profunda mudança de paradigma, uma vez que o foco passa da preservação da cultura material para a preservação da cultura viva. E isso evidencia um novo desafio às práticas da conservação convencional. (CLAVIR, 1996)

Dessa forma, a conservação se confronta com questões de dimensões dinâmicas que afetam a percepção dos objetos. Brown (1992), Mellor (1992), Toledo de Paula (2008) e Welsh (1992) preconizam a necessidade de uma mudança de atitude também por parte do conservador frente a

¹⁴⁰ Trabalhou com conservação de arte no Smithsonian Institution’s National Museum of African Art em Washington

¹⁴¹ Heloísa Fenelon ocupou os cargos de naturalista, antropóloga, curadora das coleções do SEE e professora titular do Museu Nacional de 1958 até 1996 (data de seu falecimento). Estagiou no Musée de l’Homme, em Paris com Georges Henri Rivière. Dedicou-se ainda ao estudo de coleções africanas. (VELOSO, 2017)

¹⁴² Quando os objetos retornam fisicamente as comunidades

¹⁴³ Quando a tutela dos objetos continua com o museu, mas a comunidade tem a gestão total ou parcial sobre os bens

¹⁴⁴ Quando os objetos são reunidos e disponibilizados digitalmente. O uso da imagem, da informação e a gestão podem ser feitas pela comunidade.

essas novas abordagens. Para eles entramos em uma era na qual os conservadores não podem mais ignorar os valores e suscetibilidades das pessoas sobre as quais o museu fala e cujas heranças fazem parte dos acervos. Essa constatação gera uma nova postura onde não existe mais um só ponto de vista, mas vários pontos de vistas legítimos para a conservação das coleções.

2.6.1. Preservação: sustentabilidade e suscetibilidades

A conservação praticada no ocidente tem seu foco voltado para a materialidade dos objetos. Essa abordagem talvez se justifique pela tendência observada no século XX ao predomínio da objetividade e princípios da conservação baseados nas práticas científicas (WHARTON, 2005; CLAVIR, 1998; PYE, 2001).

Para Wharton (2005) isso pode ser constatado através do *ethos* da conservação baseado na salvaguarda física do objeto, onde o principal objetivo é manter a longevidade da materialidade e alcançar a máxima preservação física, através de controle ambiental, intervenções, estabilização etc. Além disso, a busca pela autenticidade, originalidade, pela real intenção do artista ou produtor e pela natureza intrínseca que se traduz na essência do objeto vão de encontro com as novas perspectivas sobre a natureza dinâmica e contestatória da cultura material. Uma vez que, a autenticidade não se encontra apenas em um momento ou em um estágio original e genuíno, mas em cada estágio da vida do objeto, inclusive em suas representações e sua relação com seu ambiente e agentes sociais. (WHARTON, 2005)

Clavir (1996) compreende que esses novos desafios estão transformando as atitudes dos conservadores, como por exemplo, o método e conclusões embasados principalmente em fundamentos científicos estão dando lugar a outras prioridades que incluem abordagens mais subjetivas; a ampliação dos códigos de ética da profissão e inclusão de conceitos como significância e integridade conceitual como parâmetros; o questionamento da autoridade única do conservador como especialista na guarda, manuseio, preservação de objetos com a inclusão de novos agentes com o mesmo grau de legitimidade, no caso, os membros das comunidades sobre as quais o museu discursa. Mais do que afetarem sua prática diária, essas transformações afetam a própria estrutura conceitual da conservação.

Paula (2008, p. 242) argumenta que os conservadores se ocupam em discutir “mais sobre critérios, meios, técnicas e problemas físico-estruturais do que pensar/repensar a natureza de sua atividade e extensão, num contexto social mais amplo”

Os códigos de ética da profissão de conservador foram sendo ampliados com relação ao respeito às diversidades culturais e sociais e passaram a incluir conceitos como integridade conceitual, significância etc. Exemplo disso é o Código de ética do *Australian Institute for Conservation of Cultural Material* de 2002, onde a preocupação com a significância cultural e espiritual dos objetos sagrados, bem como a prática da consulta aos membros das comunidades envolvidas, se juntam com a atenção com a integridade física, estética, histórica e cultural do objeto.

(VASCONCELOS; GRANATO, 2017). Seguindo a mesma linha, as diretrizes profissionais da *European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations* de 2002, também fazem referência a significação cultural como norma de ação.

O código de ética para os museus do ICOM elaborado em 1989 e atualizado em 2004, discorre sobre os “materiais culturais ‘sensíveis’ ou que podem ferir sensibilidades”, referindo-se a acervos de caráter sagrados ou remanescentes humanos e também reconhece a importância do trabalho em cooperação e respeito às comunidades “de onde provém seus acervos” e às quais servem”. (ICOM, 2004)

Mais recente, o código de ética de conservação do Canadá¹⁴⁵ de 2009, também aponta as questões nomeadas pelos códigos anteriores, como a preocupação com o respeito à integridade física, histórica, estética e conceitual¹⁴⁶ e “consulta às partes envolvidas, inclusive, quando possível, ao autor do objeto”. (VASCONCELOS; GRANATO, 2017, p. 102)

Para Sease (1998), integridade é um termo amplo que pode ser definido como algo inteiro, intacto, ileso e não violado, mas os códigos não indicam explicitamente o que significaria tal condição, deixando a palavra aberta para interpretações.

Atualmente as comunidades exigem cada vez mais participação em questões sobre os cuidados, a maneira de expor, acondicionar e manipular os objetos musealizados produzidos por elas. A introdução desses novos agentes como *stakeholders*, faz com que cada vez mais os conservadores reavaliem suas prioridades e propósito de conservação. Para Henderson e Nakamoto (2016), em conservação, os *stakeholders* podem ser definidos como pessoas que ajudariam na atribuição de valores a um objeto ou coleção permitindo que o conservador tenha acesso ao complexo e dinâmico arcabouço de valores sociais e culturais utilizando-os nas ações de tomada de decisão. Essa interação permite que reconheçamos que pessoas ligadas culturalmente aos objetos podem ter valores e prioridades que diferem significativamente da forma como praticamos conservação (SEASE, 1998).

A inclusão de novos *stakeholders* na gestão da conservação proporciona a amplitude da equipe envolvida, levando-a para uma dimensão multidisciplinar, interdisciplinar e por que não transdisciplinar, expandindo as responsabilidades das decisões. Japiassu (2006, p. 2-3) aponta que o “espírito interdisciplinar nos permite tomar consciência de que uma verdade acabada e dogmática impede o exercício cotidiano da liberdade de pensar”, possibilitando “enfoques novos e o gosto pela combinação das perspectivas”. A interdisciplinaridade trabalha nas fronteiras e nos pontos de contato entre as diversas perspectivas e culmina na produção e reunião de novas perspectivas. Por outro lado, a transdisciplinaridade traria, segundo Japiassu (2006), novos paradigmas ou novos modos de coexistência. Diferentemente da característica multidisciplinar, onde o somatório de

¹⁴⁵ *Code of Ethics and Guidance for Practice da Canadian Association for Conservation of Cultural Property and of the Canadian Association of Professional Conservators*

¹⁴⁶ O termo integridade conceitual aparece no código de ética do Canadá desde 1989, em sua segunda edição, incluído os aspectos intangíveis e seus atributos culturais ou contextuais (CLAVIR, 1998 apud VASCONCELOS; GRANATO, 2017, p. 102)

disciplinas se refere a um único objeto em sua própria esfera; ou mesmo da interdisciplinaridade, onde o mesmo tema é abordado por disciplinas diversas que dialogam entre si. Na transdisciplinaridade o que é colocado em xeque é a disjunção entre as disciplinas, valorizando pesquisas capazes de atravessar os diversos domínios. É desse processo que surgem as novas ideias. O objeto não é comum às disciplinas, mas é gerado um novo objeto, um novo discurso e novas práticas de pesquisa.

Apesar de ideal, devemos ter em mente que a transdisciplinaridade, na prática pode ser um exercício extremamente difícil. Desse modo, como nos aponta Clavir (1996), o ideal é que o conservador mantenha sua posição de técnico especialista nos assuntos referentes à conservação, mas sua responsabilidade reside em usar esse conhecimento para conscientizar outros frente a determinadas situações ao invés de permitir que esse conhecimento seja arbitrário e absoluto.

Estudo realizado em 2016 por Henderson e Nakamoto, tendo como base a literatura especializada¹⁴⁷, para traçar um perfil quantitativo e qualitativo das ações cooperativas em gestão e conservação de coleções de museus feitas com membros¹⁴⁸ de comunidades, mostrou que os aspectos predominantes foram em relação à identificação e avaliação de objetos, sendo seguida das consultas sobre formas de exposição das coleções e por último aspectos de tratamento ou conservação.

O entendimento dos museus como *loci* de diálogo e colaboração com as comunidades e suas coleções desafiam os conceitos tradicionais da conservação baseados na priorização da conservação da materialidade do objeto, entendidos como entidades físicas e não como entidades culturais. (CLAVIR, 1996) Como vimos anteriormente, o significado de um objeto repousa em uma complexa estrutura conceitual e não apenas em sua materialidade. Dessa forma, o sistema de valores atribuído aos objetos é acrescido pelos valores conferidos pela comunidade de origem, ampliando sua significância.

Clavir (1992), coloca algumas questões: quem determina o que é importante em relação a um objeto em particular? Por que e para quem estamos preservando os objetos do museu? Para ela, a resposta imediata seria: "estamos preservando essas coleções para a nossa sociedade ou país como um todo, para as gerações futuras", embora isso seja uma verdade, devemos perceber que ao colocarmos todos "no mesmo saco" - o público, nossa sociedade – estamos priorizando e favorecendo apenas um grupo específico e dominante, o qual o museu, ao longo de sua história, sempre priorizou. (CLAVIR, 1992, p. 21)

Segundo Kühl (2006), a conservação **não** é um ato imparcial, e os profissionais que lidam com a preservação deveriam ser capazes de reconhecer o interesse culturais, sociais e individuais nos vários momentos históricos, independentemente de apreciação pessoal.

A conservação como praticamos hoje tem uma conotação ocidentalizada sendo apenas um aspecto de uma gama de possibilidades, ou seja, uma questão de escolha. Como resultado disso

¹⁴⁷ Artigos de conservadores e curadores sobre suas experiências

¹⁴⁸ Entre grupos religiosos, comunidades tradicionais, artistas e profissionais

alguns conservadores percebem e aceitam que a conservação em um museu como conhecemos pode não ser a única forma ética de conservação (SEASE, 1998, p. 108)

Para Welsh (1992), “é bastante inquietante ouvir o Dr. Edmund Ladd¹⁴⁹ - um colega de profissão - afirmar: tudo para fins cerimoniais, religiosos e rituais que minha cultura faz é para se desintegrar ... para voltar ao solo. A conservação é um desserviço para a minha cultura”. (WELSH, 1992, p. 13)

A afirmação acima nos remete às experiências trazidas pela conservação de obras de arte contemporâneas, em alguns aspectos e guardadas as respectivas proporções, onde a consulta aos artistas/autores¹⁵⁰ sobre formas de conservação de suas obras pode indicar a não preservação material do objeto. Segundo relato de Fernanda Porto (2015, p. 146) a instalação de 1991/2010 *Ecco Narcisus* de Hudinilson Jr (1957-2013)¹⁵¹, pela concepção do autor, “deveria existir uma vez e depois acabar definitivamente”.

Para Carvalho (2015) a conservação de arte contemporânea trabalha com a dimensão simbólica, com a intenção do artista, onde o que prevalece é uma ideia, um conceito e muitas vezes não é possível conservar a obra em sua totalidade:

Dessa forma, a possibilidade de fruição de uma obra a partir de seus índices – ou seja, por meio de fotografias, projetos, documentos, vídeos e resíduos – conserva o conceito, o conhecimento do artista; pois a matéria que representa o trabalho, em muitos casos, é impossível de ser restituída ao seu estado íntegro, de modo a manter seu valor simbólico. (CARVALHO, 2015, p. 27)

Em alguns casos, o trabalho do museólogo ou do conservador de arte contemporânea se assemelha ao trabalho de campo do etnólogo, ao registrar uma obra performática ou instalação de arte onde o que é mais importante é a relação entre as pessoas, como em um ritual: “os elementos visuais, os objetos, são meros pretextos para garantir a relação entre os visitantes” e onde “os registros fotográficos, os projetos e toda sorte de técnicas de registro fornecem os índices de que a relação aconteceu, contribuindo para a conservação da obra”. (CARVALHO, 2015, p. 28)

Vellosillo (2015) explica que o trabalho colaborativo com o artista, bem como as entrevistas e registros do processo criativo, são importantes no que tange à conservação das referências conceituais. Além disso, criam um arcabouço de novos conhecimentos que orientam a elaboração de critérios de conservação, identificando o que “devemos preservar ou como devemos fazê-lo”:

Na arte contemporânea, a possibilidade de nos relacionarmos diretamente com os artistas e conhecer seu contexto de criação, torna possível acessar a informação relevante para pôr em prática estratégias de conservação adaptadas às necessidades de cada proposta e contribuir para sua transmissão a gerações futuras. [...] A colaboração com artistas para articular e documentar quais são as prioridades de suas propostas, com o objetivo de compreender seus argumentos, respeitar suas propostas e garantir a preservação do significado de seu trabalho. O objetivo desta informação é produzir novos conhecimentos, o que se reflete no sentido original da palavra *documento*, que vem do latim *docere* e significa mostrar, informar, instruir, ensinar. (VELLOSILLO, 2015, p. 111)

¹⁴⁹ Dr. Ladd é do povo zuni

¹⁵⁰ A consulta ou entrevista com o autor para buscar as possibilidades de conservação ou restauração de sua obra é largamente praticada pelos conservadores de arte contemporânea.

¹⁵¹ A instalação era composta por três imagens de grande formato impressas em papel termográfico composto de tiras de fax símile. (BALDINI e PONTES, 2015, p. 141)

Porto (2015, p. 146-147) levanta alguns questionamentos:

uma vez que o artista doou a obra para a instituição, que poder de decisão ainda lhe compete? Qual o papel da instituição nesse processo?" [...] "Devemos conservar a obra sob condições ideais para que sua duração seja prolongada; ou respeitar o desejo do artista e deixar que as mesmas desapareçam?" (PORTO, 2015, p. 146-147)

Para ela, juridicamente, o artista teria o poder de controle sobre sua obra, tanto a nível moral, como autoral. Velloso (2015) afirma que cada vez mais as legislações abarcam temas relacionados com os cuidados dos aspectos materiais e imateriais, ampliando a proteção dos direitos autorais. Isso nos leva a pensar que se a consulta aos artistas/autores e o desejo de efemeridade de suas obras é respeitado, por que o mesmo não acontece com relação as comunidades tradicionais e aos objetos etnográficos¹⁵²?

Segundo Valente e Freitas (2017), a lei de direitos autorais brasileira se baseia no sistema de direito continental que tem sua origem na França (*droit d'auteur*)¹⁵³. Dessa forma a lei sobre direitos autorais (lei nº 9.610/1998) atesta que:

Art. 7º. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...] Toda pessoa que em função de seu talento, habilidades e conhecimentos cria uma obra de caráter estético no campo da literatura, artes ou ciências (por exemplo: uma música, um poema, uma pintura, uma escultura, um espetáculo de dança, um artigo científico etc.) tem direitos sobre a sua criação (BAPTISTA; VALLE, 2004, p. 13)

Mas existe ainda uma categoria chamada de direito moral, que assegura ao autor:

o direito de ter sempre reconhecida como "sua" uma obra por ele criada, **bem como de ter controle sobre o seu destino**, com todas as consequências daí derivadas, dentre elas a de defender sua obra **contra usos impróprios por terceiros, alterações em suas características e a integridade da obra** (artigos 24 a 27). É o direito que o autor tem de exigir que sua obra permaneça como ele a concebeu, **proibindo qualquer mudança ou alteração por terceiros. O autor tem também o direito de proibir qualquer ato que prejudique a obra ou o desrespeite.** (BAPTISTA; VALLE, 2004, p. 25, grifo nosso)

Baptista e Valle (2004, p. 9) destacam que esses pontos estão estruturados de forma a proteger o Direito individual e ao se tratar da concepção de coletividade a questão se torna mais complexa. Em relação ao Direito dos povos Indígenas a noção vem se "consolidando desde a promulgação da Constituição de 1988 (art. 231 e 232)".

Através da Portaria nº 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006, a FUNAI com o objetivo de salvaguardar o "patrimônio material e imaterial relacionados à imagem, criações artísticas e culturais indígenas" (RODRIGUES, 2013), determinou que:

Art. 2 Direitos autorais indígenas - § 1º. O autor da obra, no caso de direito individual indígena, ou a coletividade, no caso de direito coletivo, detêm a titularidade do direito autoral e decidem sobre a utilização de sua obra, de protegê-la contra abusos de terceiros, e de ser sempre reconhecido como criador. [...]
Art. 3 – [...] i - o respeito à vontade dos titulares do direito quanto à autorização, veto, ou limites para a utilização de suas obras; (BRASIL, 2006)

¹⁵² Não é objetivo desse trabalho responder a essas indagações, mas sim propor algumas provocações e reflexões que contribuam para futuras pesquisas sobre o tema.

¹⁵³ A lei europeia referente aos direitos autorais é orientada de forma mais específica aos direitos do artista, enquanto a lei americana de direitos autorais é guiada em favor aos direitos dos proprietários e ao interesse público em preservar a propriedade cultural (BEUNEM, 1999, p. 227; ROBINSON, 2000, p. 1935-36 *apud* HORNBECK, 2013, p. 223).

Os direitos indicados pela LDA brasileira serão os mesmos para obras estrangeiras¹⁵⁴ que estejam em território nacional, uma vez que o Brasil é signatário da Convenção de Berna¹⁵⁵.

Já as obras consideradas “expressões culturais tradicionais”, referentes aos “conhecimentos étnicos e tradicionais”, não são bem detalhados pela LDA, mas aparecem protegidas pela lei no. 13.123/2015 que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica. Em seu Art. 2, inciso IV, define como comunidades tradicionais¹⁵⁶:

O grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição; (BRASIL, 2015)

A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003)¹⁵⁷ destaca a importância na preservação desse aspecto do patrimônio, define o que seria e salienta a importância de seu inventário mas, segundo Valente e Freitas (2015), não especifica regras para o uso ou apropriação dele. Ainda segundo essas autoras, “na falta de um marco legal, abusos podem ser coibidos com referência a própria Constituição Federal, que prevê proteção a esse tipo de patrimônio”:

Na arena internacional, existem disputas há décadas de como tratar esse tipo de patrimônio, do ponto de vista do direito autoral. A estrutura individualizante do direito autoral, tal como regido nas sociedades ocidentais, parece pouco afeita à proteção de criações cuja origem não é traçada até um sujeito individual. A pergunta que é feita, principalmente pelos países em desenvolvimento, nessa discussão, é se é razoável que as produções de populações indígenas sejam de domínio público, enquanto todas as outras não o são. (VALENTE; FREITAS, 2015, p. 41)

A responsabilidade que recai sobre as práticas dos conservadores em relação à sociedade de um modo geral nos leva a um outro ponto presente nas discussões atuais, que seria a sustentabilidade. Segundo o Relatório Brundtland¹⁵⁸ de 1987 da ONU, sustentabilidade seriam as ações pautadas nas necessidades atuais, que não comprometeriam a “capacidade das gerações futuras em atender suas próprias necessidades e aspirações”. (ONU, 1991, p. 46) Essas preocupações têm sua origem nos movimentos ambientalistas ligados às questões sobre o desequilíbrio ambiental e o futuro da humanidade, mas tiveram também reverberação sobre os museus. Segundo Castriota (2011), essas questões, na área da conservação-restauração tiveram início nas décadas de 1970 e 1980 baseadas, em princípio, em uma abordagem econômica. Hoje o debate recai não somente sobre as dimensões econômicas e ambientais, mas também sobre as dimensões culturais e sociais. Para John Hawkes (2001, p. vii *apud* AURELIANO; COAN; ROMEIRO, 2016, p. 27), o papel da cultura é um fator importante para o desenvolvimento sustentável e um de seus pilares. Os museus enquanto espaços de trocas sociais, locais de

¹⁵⁴ De países também participantes da Convenção de Berna.

¹⁵⁵ Convenção Realizada em 1886 e atualizada várias vezes. Vários países da África também fazem parte como países signatários, como por exemplo, o Benin, o Zimbábue, Moçambique etc.

¹⁵⁶ Estão inseridos nesses grupos as populações indígenas, mas também os quilombolas, agricultores tradicionais e qualquer outro grupo que se identifique como comunidade tradicional.

¹⁵⁷ Ver Seção 2.5.1.2

¹⁵⁸ O documento final foi denominado Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum apresentado em 1987.

divulgação de conhecimentos e informação, são chamados a afirmar seu engajamento com a sustentabilidade social:

[...] a sustentabilidade social é o que dá ânimo ao museu e para firmar seu compromisso com a sustentabilidade, as instituições devem se tornar socialmente responsáveis, se comprometendo e agindo em favor de questões sociais existentes em suas localidades. O trabalho nele realizado é capaz de repercutir nos indivíduos, tornando-os participativos e responsáveis pela construção de novos cenários. (MORIGI, 2013, apud AURELIANO; COAN; ROMEIRO, 2016, p. 28)

Os debates sobre responsabilidades referentes à sustentabilidade social, na maioria das vezes, incidem sobre questões expositivas¹⁵⁹ e repatriação, mas também se referem às de conservação. Embora, o conceito e aplicabilidade da sustentabilidade social e cultural não tenham sido, dentro da realidade da conservação-restauração, totalmente desenvolvidos, estes delimitam padrões admissíveis e prudentes “quando a prática se torna mais complexa, os agentes sociais mais exigentes, as questões econômicas mais desafiadoras” e “os conceitos e paradigmas mais flexíveis” (CASTRIOTA, 2011, p. 114)

Atualmente os valores atribuídos ao patrimônio, de um modo geral, foram ampliados e contextualizados, bem como a autenticidade de um objeto não é mais avaliada e nem se refere a apenas sua história ou singularidade. Como vimos anteriormente, a utilização de uma equipe transdisciplinar, com a inclusão de vários *stakeholders*, o conhecimento dos possíveis valores dentro de seus vários contextos, são alguns dos aspectos para se desenvolver uma gestão da conservação sustentável.

Para Castriota (2011), dentro dessas perspectivas, alguns importantes questionamentos se apresentam:

Quando há conflito entre os agentes participantes dos processos de negociação e de tomada de decisões, quais interesses e opiniões devem prevalecer e quais devem ser relevados? No caso de conflitos de valores (por exemplo, valores econômicos e de uso contra valores artísticos e simbólicos), como decidir quais valores devem prevalecer? (CASTRIOTA, 2011, p. 113)

As soluções para este tipo de embate, em relação a conflitos de interesses e de valores na gestão de coleções, não são simples e dependem de grande número de variáveis, inclusive do contexto institucional. A utilização de ferramentas de avaliação em combinação com ferramentas mais específicas que evidenciam valores e a significância dos objetos pode, em alguns casos, ajudar a prever possíveis conflitos e a escolher parâmetros para a tomada de decisão.

2.6.2. A utilização de ferramentas auxiliares¹⁶⁰

Método é um conjunto de passos ou sequências lógicas pré-estabelecidos, que tem como meta atingir um determinado objetivo. Os recursos utilizados para a aplicação dos métodos são as

¹⁵⁹ Muito comumente sobre exposição de remanescentes humanos

¹⁶⁰ Ressaltamos aqui que não é intenção deste trabalho abranger todas as ferramentas e métodos, mas serão apresentados alguns para fins de exemplificação para análise da significância em coleções

ferramentas. Diferentemente do método, as ferramentas podem ser adaptadas de acordo com a necessidade, realidade e contexto do acervo.

Dessa forma existem vários métodos para avaliar a significância dos objetos, ou ainda organizar em categorias os valores a eles atribuídos. Os métodos antropológicos e etnográficos e as ferramentas de avaliação usadas nessas disciplinas, bem como os métodos trazidos das disciplinas de administração e economia, também vem sendo largamente utilizados no processo de identificação de valores. Ferramentas dessa natureza estão sendo adaptadas para o uso no domínio do patrimônio cultural, reconhecendo o caráter multidisciplinar da conservação-restauração, através da colaboração de outras disciplinas. (TORRE; MASON, 2002)

A perspectiva antropológica, diferentemente da antiga visão, que valorizava somente aspecto artístico e históricos, ajuda a entender toda a gama de valores dentro dos processos ligados ao campo do patrimônio. Segundo Torre e Mason (2002), metodologicamente, a avaliação dos valores patrimoniais é um campo repleto de dificuldades, onde a profusão de valores muitas vezes se "sobrepõem ou competem, além do fato de que os valores se transformam com o tempo e são fortemente moldados por fatores contextuais, tais como forças sociais, oportunidades e tendências culturais [...]”(TORRE; MASON, 2002, p. 7). Ainda segundo Torres e Mason (2002, p. 7), para se conseguir uma avaliação ampla de valores, é preferível a combinação de métodos, uma vez que “nenhuma disciplina ou método único produz uma avaliação eficiente de valores”. Em resumo:

- gestão e planejamento da conservação devem empregar uma estratégia de inclusão, chamando diferentes disciplinas e trazendo os pontos de vista de ‘insiders’ e ‘outsiders’ no processo de planejamento;
- uma avaliação mais abrangente do patrimônio e integração destes diferentes valores, conduzirão para um planejamento de conservação melhor e mais eficaz;
- o teste de um planejamento de conservação mais eficaz é a sua capacidade de resposta às necessidades das partes interessadas, comunidades, e sociedade contemporânea. (TORRE; MASON, 2002, p. 7)

Algumas ferramentas¹⁶¹ podem ajudar a organizar e racionalizar o trabalho. Umas têm sua aplicação de forma mais generalizada como o desenvolvimento e aplicação ou o uso de “checklists”, enquanto outras, como o desenvolvimento de declaração de significância são mais específicas para a compreensão da gama de valores atribuídos aos objetos, facilitando a tomada de decisão da conservação. Além disso, ferramentas complementares como a elaboração de mapa conceitual, traçar a biografia do objeto e sua trajetória de vida também ajudam nessa tarefa.

Partindo de ferramentas mais abrangentes, temos o *Spectrum 5.0*¹⁶² que foi desenvolvido pela *Collection Trust*¹⁶³, uma organização de apoio ao setor cultural com sede na Inglaterra. Essa

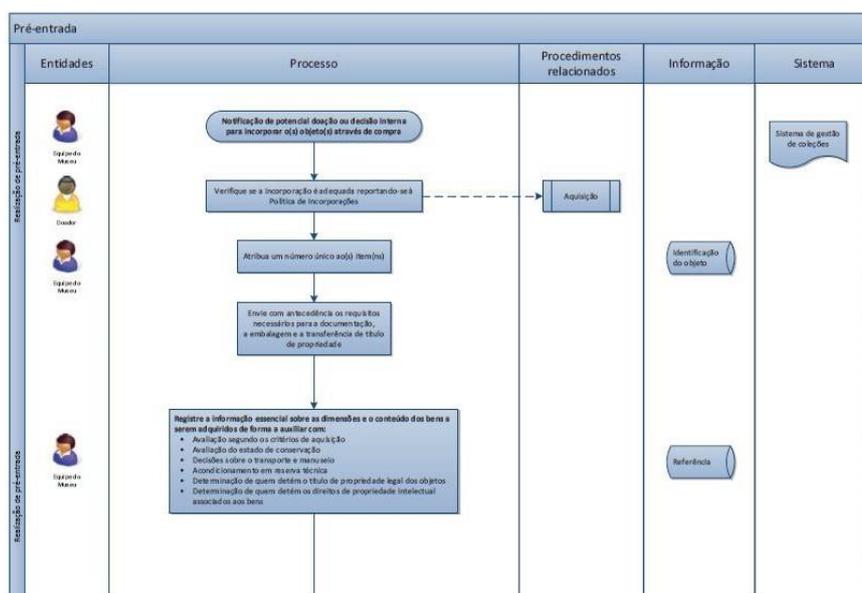
¹⁶¹ Apesar de muitas das ferramentas aqui apresentadas possam ser utilizadas como um guia de procedimentos, elas vão além, uma vez que possuem uma aplicação prática, resultando em um produto individualizado e que auxilia nas tomadas de decisões e na gestão.

¹⁶² Apesar do nome, não é um software e sim um conjunto de normas escritas e passo a passo com perguntas baseadas em um fluxograma de caráter dinâmico para consulta. Foi publicado em setembro de 2017. Disponível em: <<https://collectionstrust.org.uk/spectrum/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

¹⁶³ Organização de apoio ao setor cultural com sede na Inglaterra que tem como missão auxiliar na política de gestão de coleções em sua forma mais ampla, ajudando no desenvolvimento de padrões, na criação de novas estratégias e

ferramenta é composta por um conjunto de normas de forma gratuita e aberta que possui tradução em várias línguas, inclusive em português¹⁶⁴, que promove e define “as melhores práticas na gestão e utilização das coleções de museus” e instituições afins. (MATOS, 2018) (ver **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Entre as áreas de abrangência, às quais o *Spectrum*¹⁶⁵ denomina “procedimentos”, estão: aquisição, empréstimo, inventário, localização, catalogação, conservação, gestão de risco, descarte, documentação etc. Todos os procedimentos estão divididos em três partes: objetivo, padrão e procedimentos sugeridos¹⁶⁶. Em relação aos procedimentos de conservação das coleções, sua aplicação é de cunho abrangente, prático e não prescritivo e facilita o entendimento das várias etapas de ação, dentro do contexto geral das políticas de gestão do museu, inclusive de conservação, ajudando na racionalização do trabalho.

Figura 8 - Aspecto visual do Spectrum 4.0 em português



Fonte: COLLECTIONS TRUST, 2014.

Outra ferramenta de ampla abrangência é o *Benchmark in Collections Care 2.1*¹⁶⁷, que serve para análise, verificação e autoavaliação, definindo referências claras e realistas, bem como o progresso no gerenciamento das coleções e sua conservação. É baseado em padrões de referência onde se pode comparar ou avaliar as ações da gestão. É dedicado a museus, arquivos e bibliotecas e parte auxiliar do *Spectrum 5.0*. Possui uma versão em planilha Excel que ao ser completada,

planejamento de informação principalmente em museus. O grande objetivo, desse projeto, seria o de conectar as informações das coleções de diferentes museus, criando uma plataforma on-line de acesso.

¹⁶⁴ Disponível em sua versão anterior 4.0. A tradução do Spectrum em língua portuguesa foi elaborada em parceria com Portugal e Brasil por intermédio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://spectrum-pt.org/2014/09/spectrum-4-0-versao-digital-em-portugues-ja-disponivel/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

¹⁶⁵ Apesar de seu uso ser relativamente fácil, em 2018, o COMCOL/CIDOC/FGV promoveu no Rio de Janeiro um workshop sobre o uso do *Spectrum* ministrado pelo museólogo português Alexandre Matos da Universidade do Porto, durante o Seminário Internacional “Construindo Coleções para o Futuro”

¹⁶⁶ Em forma de fluxograma

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://collectionstrust.org.uk/resource/benchmarks-in-collections-care-2-0/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019

produz estatísticas em gráficos para melhor avaliação de cada seção. O Formulário é composto de perguntas que devem ser respondidas com certa frequência e os fatores chaves são: política institucional, edificação, reserva técnica e depósito, manutenção, manuseio e uso do acervo, monitoramento ambiental, controle ambiental, conservação, reprodução. São usados parâmetros de avaliação em três níveis distintos: básico, bom e ótimo. O nível básico se refere ao padrão mínimo, o bom equivale ao padrão aceitável e o ótimo trata-se do mais alto padrão. Os parâmetros descrevem a qualidade e a extensão das atividades de conservação, independentemente do tamanho do acervo e de sua natureza. O *Council for museum, archives and libraries* da Inglaterra também tem uma ferramenta traduzida para o português como Museologia: roteiro práticos no. 5¹⁶⁸ editada e traduzida pela EDUSP desde 2004.

Dentre as ferramentas com o foco mais específico voltado para avaliação da significância e valores nas coleções podemos citar o *Significance 2.0*¹⁶⁹ e o *Ethics Checklist*¹⁷⁰, sendo o primeiro desenvolvido pelo *Collections Council* da Austrália e o segundo pelo *Victoria and Albert Museum* de Londres. O guia do Significance 2.0, além de explicar como se faz uma declaração de significância e dar vários exemplos, define seu conceito:

a Significância se refere aos valores e significados que os objetos e coleções possam ter para as pessoas e as comunidades. Ela ajuda a revelar o potencial das coleções criando oportunidades de uso e acesso a elas, permitindo ainda conhecer e entender a história, cultura e ambiente [...] (RUSSEL, WINKWORTH, 2009, p. 1 tradução nossa)

A declaração de significância proposta pela ferramenta pode ser aplicada em um objeto ou em uma coleção e é baseada em quatro critérios de valores propostos: histórico; artístico ou estético; potencial científico ou de pesquisa; social ou espiritual. A avaliação de significância é um processo dinâmico, transparente e colaborativo e deve agregar todo tipo de conhecimento e pesquisa como forma de alcançar a ampla gama de valores dos objetos ou coleções. E envolveria, portanto, cinco principais etapas: análise do item ou coleção; pesquisa histórica, proveniência, contexto etc.; comparação com itens semelhantes; entendimento de seus valores e critérios; e finalmente o resumo dos conteúdos em uma declaração de significância. (RUSSEL, WINKWORTH, 2009). (ver Figura 9)

Russel e Winkworth (2009) ressaltam que:

[...] é uma ferramenta vital na gestão sustentável de coleções. Boas decisões sobre a conservação e gerenciamento de itens e coleções depende da compreensão do seu significado e importância. Uma vez que, avaliar a significância identificando os valores atribuídos a um item ajuda a garantir um melhor controle e conservação de seus valores no presente e no futuro. (RUSSEL, WINKWORTH, 2009, p. 12 tradução nossa)

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro5.pdf>. Acesso em 24 de janeiro de 2019

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://155.187.2.69/heritage/publications/significance2-0/index.html>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

¹⁷⁰ Ver p. 104

Figura 9 - Ações em Significance 2.0



Fonte: RUSSEL, WINKWORTH, 2009, (tradução nossa)

Uma declaração de significancia pode ter muitos pontos em comum com uma ficha de catalogação, mas a primeira vai muito mais além que a última, com etapas adicionais que ajudam na identificação e preservação de valores e significados

O processo de elaboração de uma declaração de significancia facilita o entendimento dos valores e significados da coleção em todos os seus aspectos, portanto a inclusão das consultas com as pessoas ou comunidades envolvidas com a coleção é uma das etapas do processo, orientando dessa forma, futuras decisões sobre os vários aspectos da gestão de coleções, entre eles: aquisições, preservação, avaliação de risco, acesso, interpretação e repatriamento. (ver Figura 10)

Faz sentido entender como e por que um item é importante antes de tomar decisões ou implementar medidas que possam afetar sua conservação ou significado [...] que o significado do objeto ou coleção seja entendido corretamente e preservado no futuro". (RUSSEL, WINKWORTH, 2009, p. 43, tradução nossa)

Figura 10 - Etapas para elaboração de declaração de significância



Fonte: RUSSEL, WINKWORTH, 2009 (tradução nossa)

Lins (2014) considera que:

A Declaração de Significância tem sido compreendida entre os teóricos da Conservação Contemporânea como um instrumento de gestão, uma vez que objetiva condensar em um documento o conjunto de valores atribuídos, julgados e validados por uma comunidade específica, a partir de instrumentos próprios, em um determinado período, e que devem ser mantidos ao longo do tempo, respeitando os princípios de integridade e autenticidade. [...] configura-se num documento de caráter dinâmico e mutável, em razão das variáveis presentes nos distintos contextos social, econômico, ambiental e patrimonial dos agentes sociais envolvidos à época da sua construção, sendo necessária sua reavaliação e revisão com certa periodicidade. [...] funciona como uma forma de controle e de monitoramento, uma vez que permite identificar as continuidades e mudanças dos atributos dos bens culturais valorados ao longo do tempo e as transformações desses valores, de forma a nortear as estratégias e ações de conservação. A noção de valor, portanto, torna-se a diretriz que norteia a elaboração da Declaração de Significância e poderá variar a partir do contexto institucional ao qual é vinculada. (LINS, 2014, p. 3)

Portanto, para que todo esse processo seja sustentável, os conservadores e gestores devem:

compreender as necessidades e sentimentos das sociedades atuais; ponderar suas expectativas e necessidades; e agir preventivamente, de modo a evitar que as questões futuras sejam prejudicadas em sua capacidade de usar e entender o legado cultural. (CASTRIOTA, 2011, p. 113-114)

Os conservadores-restauradores deveriam evitar todos os procedimentos que, de alguma forma, possam reduzir a significância do objeto, representando risco de compreensão ou uso para as gerações futuras. (CASTRIOTA, 2011)

O Ethics Checklist¹⁷¹, proposto pelo *Victoria and Albert Museum* de Londres é um rol de perguntas que deve ser respondido com o intuito de possibilitar uma visão geral sobre o assunto e facilitar a organização, acompanhamento, verificação e listagem de todas as etapas a serem seguidas relativas às questões de ética relacionadas à conservação. O intuito é de levantar questões para reflexão e não necessariamente fornecer respostas diretas. É composto de dezesseis perguntas:

- A. Por que a ação é necessária?
- B. Eu consultei registros?
- C. Eu consultei partes interessadas, colegas, outros especialistas?
- D. Considerarei e ponderei os fatores que contribuem para a identidade e importância do objeto (s)?
- E. Quais são as minhas opções de ação que produzirão um resultado adequado com um mínimo de intervenção?
- F. Que efeito terá minha ação sobre a evidência dos fatores que contribuem para a identidade e significado do (s) objeto (s)?
- G. Tenho informações e habilidades suficientes para avaliar e implementar as ações?
- H. Quais são os benefícios / riscos de cada curso de ação e como vou continuar a avaliar estes ao longo do curso de ação?
- I. O uso ou ambiente pode ser adaptado em vez de intervir no (s) objeto (s)?
- J. Minha ação (ões) pretendida é o melhor uso dos recursos e é sustentável?
- K. Os cursos estabelecidos de ação precisam ser adaptados ou novos devem ser desenvolvidos?
- L. Como minhas ações afetarão a (s) ação (ões) subsequente (s)?
- M. Eu levei em consideração o uso futuro e a localização do (s) objeto (s), e eu fiz recomendações em conformidade?
- N. As minhas ações serão totalmente documentadas para um padrão conhecido e aceito?
- O. As informações resultantes de minhas ações estarão acessíveis?
- P. Como vou avaliar o sucesso da (s) ação (ões) e como obtenho feedback das partes interessadas e dos colegas? (VICTORIA AND ALBERT MUSEUM, tradução nossa)

A biografia do objeto¹⁷², como uma ferramenta complementar também pode auxiliar no desenvolvimento da declaração de significância e vice-versa. Uma das diferenças entre uma declaração de significância e uma biografia é que na primeira seu principal objetivo é elencar os valores, compreendê-los, contextualizá-los e aplicá-los nas mais diversas áreas da gestão de coleções, sendo este um processo dinâmico, avaliativo e periódico. Como dito anteriormente na seção 2.3, segundo Appadurai (2008), o estudo e a análise da trajetória dos objetos nos ajudariam a delinear o contexto de suas interações sociais com outros aspectos, ajudando na compreensão das atribuições de significados.

¹⁷¹ Foi apresentado em 1994 em uma conferência no *British Museum* intitulada *Restoration: Is It Acceptable?* e revisado em 2004.

¹⁷² Ver Capítulo 3 para exemplo de biografia

Outra ferramenta complementar seria o mapa conceitual¹⁷³ que possibilita uma visão ampla sobre o objeto ou coleção estudado, de forma visual¹⁷⁴, além de propiciar o entendimento dos vários fatores externos e internos que são relativos e afetam o tema. São estruturados a partir de conjunto de palavras chaves ou conceitos que se relacionam entre si através de setas ou linhas, tendo palavras e frases de ligação que explicam a natureza das relações entre eles. Novak e Cañas (2010) definem os mapas conceituais como:

[...] ferramentas gráficas para a organização e representação do conhecimento. Eles incluem conceitos, geralmente dentro de círculos ou quadros de alguma espécie, e relações entre conceitos, que são indicadas por linhas que se interligam. As palavras sobre estas linhas, que são palavras ou frases de ligação, especificam os relacionamentos entre os dois conceitos. (NOVAK; CAÑAS, 2010, p. 10 *apud* LOUREIRO, 2018, p. 184)

O mapa conceitual pode ser construído usando o Microsoft Word ou ainda programas específicos como o Cmap¹⁷⁵ da Ihmc. O Mapa conceitual se distingue do fluxograma pois, este último é um modo representativo de um processo contendo os vários procedimentos para se atingir um resultado, seguindo um determinado ordenamento ou fluxo.

O incremento das técnicas de gestão, levou ao desenvolvimento e ampliação de modelos e teorias relativos à tomada de decisão. Hoje essas ferramentas foram adaptadas de acordo com as grandes discussões da área da preservação e versam sobre questões como sustentabilidade, ética, suscetibilidade e aspectos mais subjetivos como significância, valor etc., conforme indica a tabela 2, onde podemos visualizar algumas das ferramentas aqui citadas e suas especificidades.

¹⁷³ Esta ferramenta foi desenvolvida por Joseph Novak na Universidade de Cornell na década de 1970.

¹⁷⁴ Ver exemplo em Anexos

¹⁷⁵ Pode ser baixado gratuitamente, bastando apenas fazer o registro. Disponível em: <<https://cmap.ihmc.us/>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

Tabela 2 - Algumas ferramentas

Ferramenta	Conceito	Aplicabilidade	Fonte/exemplo
Spectrum 5.0	Conjunto de procedimentos para auxiliar na gestão de coleções. Possui tradução em português da versão anterior 4.0. Tem forma de fluxograma com questões objetivas e indicação dos procedimentos e suas relações com outros procedimentos	De ação abrangente. Ajuda a ter uma visão geral dos procedimentos, inclusive os de conservação para uma gestão sustentável das coleções	https://collectionstrust.org.uk/spectrum/spectrum-5/
Benchmark in Collections Care 2.1	Checklist com padrões de referência relativo à conservação de coleções	De ação abrangente. Ajuda na avaliação da gestão da conservação. Possui versão digital em planilha Excel que gera gráficos com resultados de avaliação	https://collectionstrust.org.uk/resource/benchmarks-in-collections-care-2-0/
Museologia: Roteiros práticos 5 - Parâmetros para a conservação de acervos	Checklist com padrões de referência em versão em português	Ajuda na avaliação da gestão da conservação. Amplamente divulgado em sua versão em pdf	http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro5.pdf
Ethics Checklist	Checklist com 16 perguntas referentes a questões éticas	Pode ser utilizado como guia na tomada de decisão em conservação, ajudando a criar conjuntos de critérios embasados na ética.	http://www.vam.ac.uk/content/journals/conservation-journal/issue-50/appendix-1/
Significance 2.0	processo dinâmico, transparente e colaborativo que agrega todo tipo de conhecimento e pesquisa como forma de alcançar a ampla gama de valores dos objetos ou coleções	Auxilia no entendimento dos valores e significados da coleção, incluindo também consultas as pessoas ou comunidades envolvidas com a coleção, orientando futuras decisões sobre os vários aspectos da gestão de coleções e da conservação	https://www.arts.gov.au/what-we-do/museums-libraries-and-galleries/significance-20
Mapa conceitual	Gráfico visual com conceitos ou palavras chaves para a organização e representação do conhecimento	Organiza as ideias e sua forma visual facilita o entendimento do todo. Torna mais claras as questões que se relacionam e afetam o assunto estudado	https://geeksbrasilblog.wordpress.com/2015/06/29/arquivo-e-i/ Ver anexos
Biografia/trajetória	Descreve fatos pontuais de forma seletiva da trajetória da vida dos objetos ou coleções	Auxilia no entendimento pormenorizado dos conhecimentos sobre o assunto. Pode ser organizada por tópicos ou até mesmo cronologicamente.	Ver capítulo 3

Fonte: autora

Mas novas questões emergem:

Como saber se a negociação para o uso atual prejudicará ou não a capacidade das futuras gerações de vivenciar um bem cultural em sua mais completa significância, se partirmos do pressuposto de que os valores e significados estão em um perpétuo fluxo de mudança? Como poderão os conservadores-restauradores saber o que, como e por que as futuras gerações valorizarão no patrimônio cultural em geral ou em relação a um bem cultural específico? A expectativa sobre as necessidades de usuários e valores futuros é sempre um exercício prospectivo e representa, em certo sentido, uma inversão de expectativas, pois nós tendemos a projetar nossas próprias necessidades e valores nos outros e no futuro. (CASTRIOTA, 2011, p. 113-114)

No próximo capítulo será apresentado o conjunto de objetos vendidos em 1902 por Mocquerys ao Museu Nacional, composto de um grupo de “armas” de origem africana entre outros objetos de História Natural. Para tanto, tentou-se elaborar uma trajetória biográfica como forma de compreender a relação entre os objetos e os vários grupos sociais que de uma forma ou de outra interagiram com eles e perpetraram uma dinâmica relacional, levando em conta ainda, “os vários

trânsitos e mudanças de sentido que um objeto pode ter em todas as fases da sua vida na coleção”, uma vez que a “vida do objeto não se encerra quando é admitido na coleção de um museu; é ressignificado e passa a construir outras histórias que podem ser contadas sob vários aspectos e relações”. (LOUREIRO *et al*, 2016, p.8)

CAPÍTULO 3

Coleção Mocquerys do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional

3. COLEÇÃO MOCQUERYS DO SETOR DE ETNOLOGIA DO MUSEU NACIONAL

Este capítulo é dedicado à coleção propriamente dita, abordando uma possível biografia, que parte da sua fabricação, de seu local de coleta, passando por sua vida no Museu, até as consequências do incêndio do Museu Nacional.

O conjunto de peças aqui estudado totalizava 27 objetos¹⁷⁶ e era composto de zagaias¹⁷⁷, machados, arco, flechas e apoio de cabeça. Sua proveniência era possivelmente a região do rio Zambeze na África e sua forma de aquisição foi a compra realizada pelo Diretor do Museu, Baptista de Lacerda, do naturalista viajante Mocquerys em 1902. Toda a documentação, entre cartas, ofícios, recibo de compra e venda, livros de registro se encontrava no Arquivo Histórico do MN (SEMEAR).

A documentação de entrada de duas das peças aqui estudadas, um machado e uma lança grande¹⁷⁸, não foi localizada, por isso não foi possível estabelecer sua forma de aquisição, data ou mesmo o coletor. Apesar disso, foram incluídas nesse estudo e tratadas como parte do conjunto por atribuição, devido a proveniência (rio Zambeze) e à similaridade das características da decoração com o restante da coleção.

3.1. Notas para uma possível biografia da coleção

A biografia dos objetos, segundo Appadurai (2008), nos ajudaria a compreender a dinâmica das relações e interações sociais, em todas as instâncias, bem como a atribuição de significado e mudanças de status estabelecidos durante a vida do objeto.

Em outubro de 1902, Albert Mocquerys vende ao Museu Nacional um conjunto de objetos de História Natural e etnográficos. João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional recomenda que: “[...] os objetos zoológicos e etnográficos, da coleção comprada ao viajante Mocquerys Jr., sejam depositados nas respectivas seções sob a guarda do assistente e preparador até que, regularizada a compra, possam ser incorporados às coleções do Museu.”¹⁷⁹ (ver Figura 11) Aqui a mercadoria, ao ser selecionada, passa a atuar no caminho da singularização, conforme relata Kopytoff (2008)

¹⁷⁶ Informação contida no livro de entrada e saída de objetos da 4ª Seção, no recibo de venda e em ofícios da diretoria

¹⁷⁷ Pequena lança

¹⁷⁸ Ver ANEXOS

¹⁷⁹ Nesse período o professor responsável pela Seção era Domingos S. de Carvalho, que ocupou essa posição de 1899 a 1912, sendo substituído posteriormente por Edgard Roquette-Pinto (1905-1912). Seu assistente era Públio de Mello (1899-1904) (KEULLER, 2008)

Figura 11 - Recomendação feita por Baptista de Lacerda em 1902

1902
Outubro 27
Museu Nacional do Rio de Janeiro
Doc. n.º 91
Em 7 de Outubro de 1902.
Pasta 43

Recomendo que os objectos
Zoológicos e etnographicos, e Collecções
compradas ao viajante Muequays, por
seus depositados nas respectivas secções,
sob a guarda do assistente e prepara-
rador de que, regularizada a
compra possam ser incorporadas
as Collecções do Museu.

Com o Secretario transmitta este recommendação.
O Director

Baptista de Lacerda

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR)

De fato, esta coleção só aparecerá descrita nos livros de entrada de objeto do Museu Nacional em 1909¹⁸⁰. Os trâmites da “regularização” da compra ainda não estão claros. Ao que parece, em 1903, Mocquerys envia correspondência para a Inglaterra de Mossamedes¹⁸¹ (GO) e em 1909 aparece embarcando no paquete Xingu¹⁸² com sua esposa saindo de Cuiabá e se dirigindo a Cárceres (MT), indicando assim alguns dos locais visitados por ele em sua estada no Brasil¹⁸³.

¹⁸⁰ Livro de Entrada e Saída de objetos da 4ª Seção, 1893-1933, D213. SEMEAR/MN

¹⁸¹ Archives catalog of NHM, 1903

¹⁸² Correio do Estado do Matogrosso, 1909

¹⁸³ No Brasil, coletou principalmente aves no Pantanal.

Figura 12 - Recibo da venda das peças por Mocquerys ao Museu Nacional em 1902

Collection Albert Mocquerys. -
Fourni au "Muséum
National" de Rio-de-Janeiro:
Une peau de lion
— — — lionne
2 Crocodilus Niloticus
1 Tête de Delphinium Delphis
1 Dent d'éléphant, fossile
1 Aigle pêcheur du Zambèze
2 Grands échassiers
Un lot Oiseaux divers
Une boîte Arachnides & Lépidoptères
1 lot Curiosités ethnologiques
(23 pièces)
2 canines de Phyceler Macrocephalus
Total 1.000.000-

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR)

No recibo de venda apresentado na Figura 12, escrito por Mocquerys¹⁸⁴ em francês constam:
Coleção Albert Mocquerys¹⁸⁵.

Fornecido ao "Museu Nacional" do Rio de Janeiro:

1 pele de leão

1 pele de leoa

2 *Crocodilus niloticus*¹⁸⁶

1 cabeça de *Delphinus delphis*¹⁸⁷

1 dente de elefante fóssil

1 águia pesqueira do Zambeze

¹⁸⁴ Fundo Diretoria - Avisos e ofícios 1895-1915, Pasta 43, Doc. 91 de 27/10/1902. SEMEAR/MN

¹⁸⁵ Em seu recibo de venda Mocquerys intitula o conjunto de itens como "Coleção Albert Mocquerys", esta característica de coleção será mantida e reproduzida nos livros de registro do Setor de Etnologia do MN.

¹⁸⁶ Crocodilo do Nilo

¹⁸⁷ Delfim

2 grandes aves aquáticas¹⁸⁸
um lote de pássaros diversos
uma caixa de aracnídeo e lepidóptera
1 lote curiosidades etnológicas (27 peças)
2 dentes de *Phyceter macrocephalus*¹⁸⁹

Total 1.000.000

Em levantamento feito nos livros de entrada e saída¹⁹⁰ de objetos¹⁹¹ referente às 1ª Seção e à 4ª Seção foi possível especificar algumas das peças compradas. Dessa forma em 1909 os objetos etnológicos¹⁹² (27 peças) e os objetos de História Natural foram registrados em seus respectivos livros de entrada e saída de objetos tendo como proveniência a região do Zambeze¹⁹³ na África. Não foi possível determinar até aqui as circunstâncias da coleta, mas várias possibilidades podem ser elencadas. A primeira delas seria como consequência da tomada de despojos de guerra ou a prática de desarmamento, uma vez que corresponde à época das guerras coloniais na África. Mas devemos atentar para o fato de que a decoração metálica que recobria totalmente o cabo dessas armas, possivelmente dificultaria o uso como armas ofensivas. Nessa época, como veremos a seguir, esse tipo de arma decorada também era usado como insígnia de poder¹⁹⁴. Outra possibilidade seria a comercialização desse tipo de objeto. Paul Guyot, Hendrik Müller e Jon Snelleman¹⁹⁵, descrevem em suas publicações, como esse tipo de decoração era praticada e rentável à época, sendo produzida visando o mercado consumidor europeu.

Sobre as organizações de redes e mercados de consumo de “curiosidades” Pereira (2019) aponta que vários autores levantam questões sobre a articulação social dos circuitos de negociação desse tipo de bem:

quais objetos foram passíveis de serem trocados em primeiros encontros? Quem pode trocar? O que cada ator envolvido carregava nos primeiros (e posteriores) encontros que passou de bem de uso a bem de troca? Ou, quando objetos religiosos entram nos circuitos, passando de bens inalienáveis a bens de consumo? O que era passível de ser trocado (por diplomacia, por mercado) no convés do navio, na praia, ou em aldeias e casas cerimoniais? (PEREIRA, 2019, p. 19)

Duas das armas, aqui estudadas e incluídas nesse conjunto, o machado e uma lança grande¹⁹⁶, apesar de terem decoração muito semelhantes às outras do conjunto, exibiam uma maior complexidade em relação às outras. Como veremos mais tarde na seção 3.1.2, essas duas peças

¹⁸⁸ Aves pernaltas

¹⁸⁹ Cachalote

¹⁹⁰ Ver Tabela 3 - transcrição do Livro de Registro de entrada e saída de objetos da 4ª. Seção” do ano de 1909 e Figura 27

¹⁹¹ Nome dos livros de registros do MN. Cada Seção possuía um.

¹⁹² Até agora, só foram localizadas duas coletas de material etnográfico por parte de Mocquerys. Na maioria das vezes suas coletas priorizavam, ao que parece, espécimes de História Natural. Sabe-se, entretanto, que em 1900 foi enviado por ele para a Sociedade de História Natural de Colmar (KOENIG, 1900) coleta de material etnográfico do Congo e descrita pela publicação do Boletim da Sociedade desse ano.

¹⁹³ Comentaremos mais adiante sobre esta região

¹⁹⁴ Ver p. 124

¹⁹⁵ Ver p. 128

¹⁹⁶ Ver ANEXOS

não figuravam no livro de registro do SEE como peças da coleção Mocquerys. O machado, por exemplo, era identificado no livro como “arma de matar elefante”.

Em relação às aves compradas de Mocquerys tínhamos um *Larus cirrhocephalus vieillot*¹⁹⁷ indicado no “livro de registro das coleções de vertebrados” de 1913 como proveniente do Zambeze e em mau estado de conservação¹⁹⁸. Segundo o curador da atual Seção de Ornitologia do MN, o Dr. Marcos Raposo (em 2018), a coleção¹⁹⁹ prioriza as aves brasileiras e peças muito antigas de outras provêniecias que estavam em mau estado eram postas de lado ou descartadas. Mas, também estavam listadas nos livros de registro três peças coletadas por Mocquerys em Cárceres (MT) e registradas em 22 de fevereiro de 1909. Não sabemos se essas peças foram vendidas ou depositadas²⁰⁰ no museu.

O lote de curiosidades etnológicas citado no recibo escrito por Mocquerys e pormenorizado no “Livro de Entrada e Saída de Objetos” da 4ª Seção totaliza 27 peças, conforme Tabela 3²⁰¹.

¹⁹⁷ Gaivota de cabeça cinza atualmente denominada *Chroicocephalus cirrocephalus*

¹⁹⁸ Provavelmente foi dado baixa

¹⁹⁹ A coleção científica de ornitologia foi poupada do incêndio, uma vez que se localiza no prédio do Horto Botânico do Museu Nacional

²⁰⁰ Desde o século XIX, através de leis, regimentos e outros expedientes, pedia-se aos exploradores e naturalistas viajantes que depositassem no Museu Nacional exemplares em duplicata coletados no Brasil e que seriam enviados para o exterior

²⁰¹ Informação contida no “Livro de Registro de entrada e saída de objetos da 4ª. Seção” no ano de 1909 (SEMEAR/ D213, 1893-1933) e transcrita aqui exatamente como aparece no livro.

Tabela 3 - transcrição do Livro de Registro de entrada e saída de objetos da 4ª. Seção” do ano de 1909

ENTRADA				
Data		Natureza do Objeto	Procedência	Observações
1909	Março	1 arco de madeira e fio de cobre	Zambeze	Adquirido do viajante Mocquerys
		1 travesseiro de madeira	Zambeze	
		5 zagaias de 1 ponta	Zambeze	
		4 ditas grandes de 2 pontas	Zambeze	
		4 ditas pequenas de 2 pontas	Zambeze	
		1 lança	Zambeze	
		4 flechas (envenenadas ?)	Zambeze	
		5 armas (machados) de ferro e fios de cobre	Zambeze	
		1 dita com cabo de madeira nua	Zambeze	
		1 garra de leão encastoadada em ouro	Zambeze	

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR)

A maior parte desses objetos eram aparentemente armas, como zagaias²⁰², arco, machados, flechas, lança, que possuíam em comum um trabalho minucioso de decoração feito no cabo, com finíssimos fios de liga metálica formando intrincados padrões de decoração na forma de correntes e trançados. Essa decoração ora aparecia recobrimdo todo o cabo da peça, ora apenas como detalhes em vários pontos do cabo. A espessura dos fios nesses objetos era de aproximadamente 1mm.

Outro ponto em comum era a indicação da procedência dada por Mocquerys: Zambeze. O rio Zambeze (ver Figura 13) se localiza na região da África Austral e possui aproximadamente 2.700 km de extensão (PIKIRAYI, 2001). Nascendo na Zâmbia, percorre um longo caminho compreendendo Angola, Zimbábue, e desagua em um grande delta em Moçambique, no Oceano Índico. Vários europeus desde o século XVI percorreram partes deste grande rio em busca de rotas de comércio e possível locais para o escoamento de ouro. Entre eles o português Antônio Fernandes²⁰³ que, entre 1506 e 1515, explorou essa região e adjacências, descrevendo como funcionava o comércio do ouro. Contou ainda, “que ouviu falar de um grande rio ao norte do reino de Monomotapa, no qual o povo dos “*Mobara*” trocava cobre por tecido, cruzando o rio em canoas para

²⁰² Pequena lança.

²⁰³ Carpinteiro, foi exilado na África como criminoso no início do século XVI. (BRITANNICA, 2008)

comerciar com os árabes” (UNESCO, 2010). Mas foi no século XIX que David Livingstone²⁰⁴, através de várias expedições, percorreu toda a extensão deste rio fazendo um mapeamento geográfico preciso da região.

Figura 13 - Rio Zambeze



Fonte: Wikipédia

Não foi possível determinar o local exato de provênicia desse conjunto de armas coletadas por Mocquerys, mas através de mapas, relatos de viajantes e de etnólogos no final do século XIX e início do XX podemos ter uma ideia da região de coleta desses objetos.

Do século XV ao século XIX toda a região drenada pelo rio Zambeze, apresentada na Figura 14, era conhecida por Zambezia²⁰⁵, Zambezie ou ainda simplesmente Zambeze (NEWITT, 2018; PIKIRAYI, 2001; MAUND, 1890). Édouard Foà²⁰⁶ e Paul Guoyt²⁰⁷ no século XIX, indicaram essa região em seus mapas de exploração (FOÀ, 1897; GUYOT, 1895). Pikirayi (2001) nos aponta que geograficamente a Zambezia refere-se a todas as regiões dominadas pela drenagem do rio Zambeze, mas culturalmente representa um conceito muito mais amplo, englobando todo o contingente político que dominava o Sul, centro-sul e centro-leste da África. A partir do século XIX, a região passa a ser denominada Rodésia²⁰⁸, em homenagem a Cecil Rhodes²⁰⁹, que através de sua companhia a *British South Africa Company* explorou as riquezas da região. Grande parte da Zambezia, com exceção de Moçambique, eram possessões do governo britânico.

O explorador e oficial do exército britânico, Frederick Courteney Selous (1851-1917) no século XIX relata:

Zambesia, um dos nomes propostos para os territórios da *British South Africa Company* antigamente compreendia todo o planalto a leste, nordeste e sudeste de Matabililand e Mashunaland [...] Zambesia e a Rhodesia são os dois nomes que eu

²⁰⁴ David Livingstone (1813 – 1873) explorador, médico e missionário escocês. Explorou várias regiões da África.

²⁰⁵ Não confundir com a província atual de Zambezia em Moçambique.

²⁰⁶ Geógrafo francês (1862 – 1901) que participou de várias expedições na África fazendo o reconhecimento topográfico de várias regiões e relatos etnográficos, incluindo o vale do Zambeze e o antigo reino do Daomé. Publicou vários relatos e mapas sobre suas viagens entre 1891 e 1901.

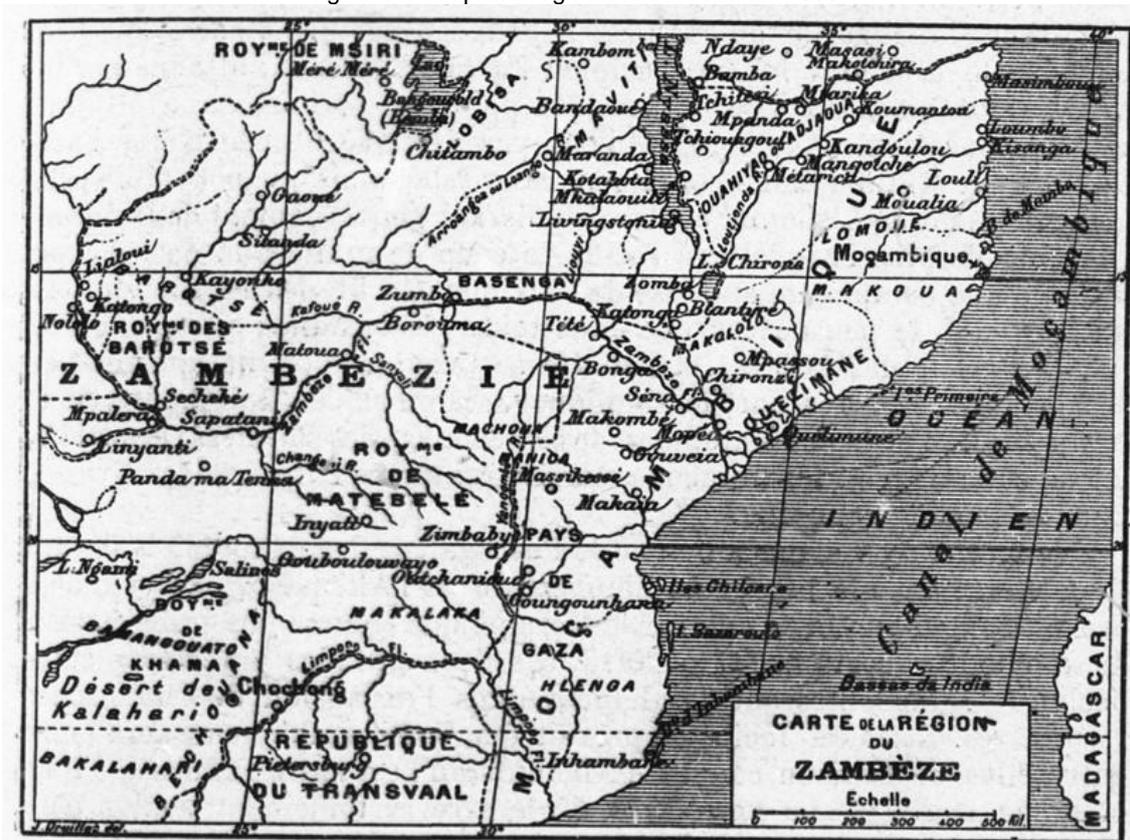
²⁰⁷ Químico, membro da missão J. Carlos de Paiva de Andrada ao Zambeze de 1881.

²⁰⁸ Hoje corresponderia às áreas do Zimbábue, da Zâmbia e Malawi.

²⁰⁹ Cecil John Rhodes (1853-1902), político, empresário e magnata da mineração de diamantes e ouro na África.

ouvi falar, sendo o último dado em homenagem ao Sr. Cecil Rhodes. (SELOUS, 1893, p. 327-328)

Figura 14 - Mapa da região do Zambeze em 1898



Fonte: GUYOT, 1898

Peças similares²¹⁰ foram encontradas na base de dados das coleções de outros museus, como por exemplo, o *Brooklin Museum*, *Metropolitan Museum*, *American Natural History Museum* (NY), *Pitt Rivers Museum*²¹¹, *Musee du Quai Branly*, *Smithsonian Museum*, sendo atribuídas ao povo Shona. Contudo, nas bases de dados desses museus, essa indicação não aparece como sendo precisa ou exata, mas provável. Isso porque a Etnografia dos povos que ocupavam essa região nos séculos XIX e início do XX baseada nas convenções europeias é extremamente confusa, muitas vezes incompleta e imprecisa. Em sua dissertação de 1894, o etnólogo Hendrik P. N. Müller²¹², explica que:

Em geral, os nativos do nosso país²¹³ pouco povoado são chamados de Kaffirs, derivação da palavra árabe كافر (incrédulo) e pelo qual os árabes os designaram. Todos eles pertencem, como eu disse, à grande raça dos bantos. No entanto, se alguém quiser dividir esses grupos etnicamente diversos entre si, encontrará dificuldades porque não há material etnológico suficiente disponível. O diretor do Museu Nacional

²¹⁰ Similares em aspectos incluindo configuração, decoração, tamanho, etc.

²¹¹ Parte de Oxford University Museum of Natural History

²¹² Muller (1859-1941) foi um empresário, diplomata e etnólogo holandês que em 1890 partiu para a Alemanha para estudar Etnologia e geografia produzindo uma dissertação intitulada *Land und Volk zwischen Zambesi und Limpopo* (Terras e pessoas do Zambeze a Limpopo) além de outros livros e artigos sobre as várias regiões da África. (MULLER, 1894)

²¹³ Referindo-se a Rodésia que atualmente corresponde a Zâmbia, Zimbábue e Malawi.

Holandês de Etnologia de Leiden, Dr. Lindor Serrurier²¹⁴, escreveu-me recentemente: "A Etnografia dessa área é extremamente confusa". Greswell se refere a ela como "um incomum quebra cabeça". E isso é fato confirmado. Quase todo viajante menciona outros nomes e dá outros domicílios às nações conhecidas. Isto se justifica pelo fato de que nossa área ainda está longe de ser etnologicamente pesquisada. Mas há outras razões, como a migração incessante dos povos, a mudança de seus nomes tribais, o fato de que muitas vezes se auto denominam de outra forma das quais os chamamos por diferenças de ortografia, as guerras em curso, através do qual troncos linguísticos inteiros são perdidos, às vezes outros são divididos em vários ou vice-versa, finalmente, que nossos nativos dificilmente são diferentes fisicamente; todos eles são pessoas altas e com bonitas feições". (MULLER, 1894, p. 78)

Os Shona são grupos do tronco linguístico Banto que no início do século XX, viviam ao sul do rio Zambeze, principalmente no Zimbábue e em parte de Moçambique (KUPER, HUGHES, VELSEN, 2017). Segundo esses autores, nunca formaram uma única nação, mas se mantiveram unidos sob o domínio da dinastia Rozvi ou Roswi e suas características culturais e linguísticas fizeram com que se distinguíssem de outros povos como os Nguni²¹⁵ (Zulu e Ndebele) e os Sotho da África do Sul e dos povos do norte do Zambeze. Na verdade, a designação "Shona"²¹⁶ foi extraída do Império Monomotapa²¹⁷ (ver Figura 15). Já a denominação "Mashona" era a referência dada pelos europeus a todos os povos do tronco linguístico Banto que habitavam o atual Zimbábue e que falavam o grupo de línguas oficialmente reconhecidas como Shona. (KUPER, HUGHES, VELSEN, 2017)

No século XIX e início do XX, a área era dividida administrativamente pelos europeus em "Mashonaland", onde os Shonas preferencialmente se concentravam e "Matabeleland" área dos Matabele ou Ndebele. (KUPER, HUGHES, VELSEN, 2017)

²¹⁴ Lindor Serrurier (1846 - 1901) foi um antropólogo holandês e de 1880 a 1896 diretor do Museu Nacional de Etnografia em Leiden. Também foi professor de Etnologia geral, língua e literatura japonesa na Universidade de Leiden.

²¹⁵ As línguas Nguni formam um grupo de língua do tronco linguístico Banto falada pelos Zulus e os Matabele ou Ndebele.

²¹⁶ Os Manica, Ndau, Zezuru, inclusive os Karanga falam vários dialetos relacionados, cuja forma normalizada é conhecida como Shona ou Xona. (NEWITT, 2018)

²¹⁷ Estados que floresceram na área imediatamente ao sul do rio Zambeze a partir do século XV ao século XIX. Foram governados por dinastias Karanga e foram os herdeiros culturais do complexo do "Great Zimbabwe". O mais importante desses estados foi Mocaranga, cujos governantes recebiam o título de Monomotapa. (NEWITT, 2018)

Figura 15 - Rei Monomotapa



Fonte: The British Museum

O tratado de 1891²¹⁸ entre ingleses e portugueses que dava um fim às disputas por território e delimitava oficialmente suas possessões, alargaram as fronteiras de Angola e de Moçambique, dividindo também as áreas de Mashonaland e deixando uma parte da população Shona em Moçambique.

Certo é que várias camadas de povos ocuparam, em épocas diversas, essa mesma região. Documentos portugueses²¹⁹ do século XVI e XVII associam o império Monomotapa à região sul do Rio Zambeze entre o planalto do Zimbábue até o Oceano Índico, onde vários grupos habitavam sob

²¹⁸ Tratado posterior a Conferência de Berlim (1884-1885). A Conferência de Berlim dividiu a África entre as potências europeias.

²¹⁹ No século XVII, os portugueses através do comércio e da procura por ouro, gradualmente expandiram sua presença nessa área através da instituição dos “prazos”, que eram extensas áreas cujos proprietários adquiriram jurisdição e que anteriormente eram governadas pelos Karanga. Em 1693, os portugueses foram expulsos do planalto do Zimbábue, pela elite dominante dos Rozvi. (NEWITT, 2018)

seu domínio. Da mesma forma o império Rozvi²²⁰ floresceu na mesma região tendo seu poder político diminuído por uma série de agravantes como períodos de seca, guerras civis e as migrações²²¹ Nguni no século XIX. A penetração mais efetiva feita por viajantes, caçadores, comerciantes e missionários europeus é contemporânea à expansão Nguni na região. Tanto assim que, em 1859, foi instalada uma missão em Inyati, certificando dessa forma a colonização inglesa na região. (KUPER, HUGHES, VELSEN, 2017)

As peças etnográficas vendidas por Mocquerys ao Museu Nacional foram coletadas no período das guerras coloniais. O interesse por ouro e riquezas minerais por parte dos europeus, “a possibilidade de transformação das sociedades africanas em reservatórios de mão de obra para as empresas britânicas e em potenciais mercados para os produtos da metrópole”, exacerbaram o desejo pela sujeição dos africanos. (AJAYI, 2010, p. 202). Dessa forma, os territórios dos Zulu, Ndebele e Shona, entre outros, foram anexados pela conquista ou sob a forma de protetorados pela coroa britânica.

Os ingleses inventaram pretextos para interferir nos negócios internos africanos oferecendo “libertação” ou “proteção” aos oprimidos, “aliança” aos reinos menos poderosos e invadindo os impérios militares. Aplicaram sistematicamente a tática destrutiva de “dividir para reinar”. Dessa forma, souberam explorar as rivalidades, medos e fraquezas dos africanos em seu pleno favor. (BOAHEN, 2010, p.225)

Aproveitando-se da grande convulsão social, conhecida como *Mfecane* que ocorria nessa região, entre 1815 e 1835, os britânicos consolidaram sua ocupação efetiva estabelecendo-se permanentemente na região.

A resistência contra a dominação europeia gerou um desejo de unidade, aproximando lideranças anteriormente rivais e levando aos primeiros conflitos pela liberdade e independência. Essa insurreição ficou conhecida como *Chimurenga* dos Ndebele-Shona, de 1896-1897. Apesar do movimento de desarmamento e proibição de venda de armas às populações locais, “os africanos estavam armados com carabinas Martini-Henry e Lee Metfords, fuzis para elefantes, mosquetões e bacamartes, além das tradicionais zagaias, lanças, clavas, arcos e flechas” (BOAHEN, 2010, p. 244).

Com a derrota dos Ndebele nessa insurreição, alguns Shona se refugiaram em Moçambique fazendo alianças e continuando a *Chimurenga* junto à população de Moçambique que também estava em luta contra o colonialismo português (BOAHEN, 2010).

A *Chimurenga* dos Shona continuou até 1903 e teve a participação dos sacerdotes chamados de *svikiro*²²², que também exerciam as funções de professor, intelectual e dirigente. “Esses sacerdotes desempenharam um importante papel, uma vez que dispunham de uma rede extensa, mas secreta, de comunicações”. (BOAHEN, 2010, p. 246)

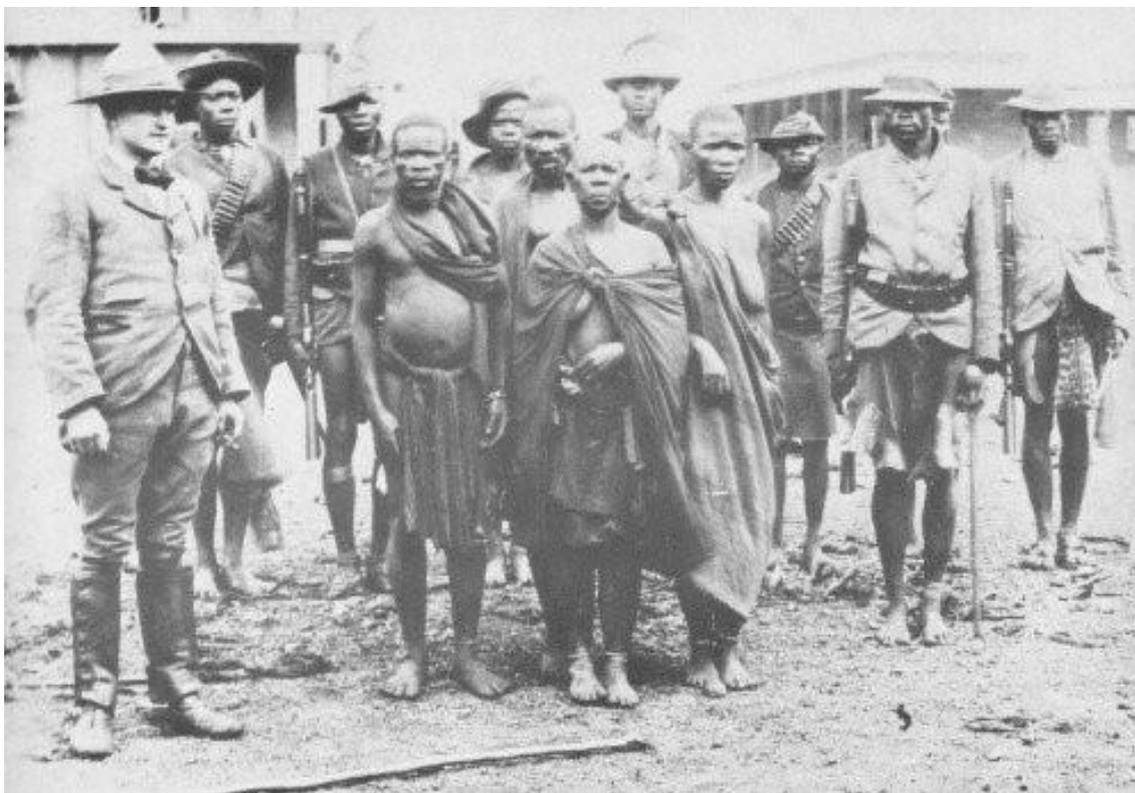
²²⁰ O Império Rozvi era formado inclusive por vários estados Shona. Eram uma elite de líderes Karanga.

²²¹ Mzilikazi, líder dos Matabele ou Ndebele fugindo dos exércitos de Shaka (rei dos Zulu) conduziu uma migração para os territórios do império Rozvi. Estabelecendo assim o reino dos Matabele. Esse período de transformação política e social ficou conhecido como *Mfecane*

²²² Significa o instrumento ou o meio pelo qual os espíritos se comunicam (BOAHEN, 2010)

Derrotados pelos europeus, o grupo capturado de líderes²²³ foi decapitado e suas cabeças levadas para a Inglaterra, tornando-se assim os primeiros heróis das lutas de independência do Zimbábue (ver Figura 16). Em 2015, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, pediu o seu repatriamento, uma vez que estariam em um museu britânico²²⁴.

Figura 16 - Alguns dos heróis da resistência capturados pelos ingleses



Fonte: This is Africa

Como já foi mencionado na seção 2.3, a musealização é um marco significativo na biografia de alguns objetos, mas, como observa Alberti (2005), não é o final de sua trajetória. A biografia da coleção é tema das duas próximas seções, em que são abordadas as fases dos “contextos de uso” e da “vida no museu”. A primeira fase, apresentada a seguir, é também denominada pelo autor como “pré-história do objeto” ou “contexto original”, e acompanha os objetos desde sua fabricação até sua aquisição para o MN.

²²³ Mbuya Nehanda, Sekuru Kaguvi, Chingaira Makoni, Chinengundu Mashayamombe, Mapondera, Mashonganyika e Chitekedza Chiwashira, entre outros.

²²⁴ Em 2019, o processo de repatriação ainda estava em tramite. Segundo Dr. Godfrey Mahachi, diretor executivo do *National Museums and Monuments of Zimbabwe* (NMMZ) esses remanescentes foram levados para Londres por volta de 1898, período correspondente ao final da primeira *Chimurenga*. Ainda segundo ele, a negociação está em fase final. (NEWSDZEZIMBABWE, 2019)

3.1.1. Contextos de uso²²⁵

Exploradores europeus do século XIX e início do XX descreveram exaustivamente sobre as técnicas da mineração e metalurgia da região da África subsaariana, mas o interesse pela dimensão cultural da metalurgia africana é muito mais recente. E os estudos antropológicos dos aspectos cognitivos e simbólicos da metalurgia nas sociedades africanas pré-industriais são ainda mais contemporâneos (CHILDS, KILLICK, 1993)

Segundo Walker (2015, p.10): “A produção, distribuição e consumo de metais cumpriu várias funções, aspectos socioculturais, em diferentes contextos, atribuindo diferentes status sociais tanto aos produtores quanto aos usuários ao longo do primeiro e segundo milênios”. No entanto, de acordo com Campos (2008, p.23): “Para essas culturas, o poder estava relacionado com o conhecimento da metalurgia, pois, através do fabrico desses artefatos metálicos, obtinham-se melhores condições de trabalho nas suas atividades agrícolas e domésticas, assim como nas práticas militares, pela utilização de armas mais potentes e eficazes, objetivando a defesa de seus territórios”.

A gama de metais encontrada e utilizada pelos grupos culturais em época pré-colonial na África Subsaariana inclui pelo menos quatro elementos: ferro, ouro, estanho, cobre e suas ligas (WALKER, 2015; CHIRIKURE, 2015). Estudos de arqueometalurgia na região no *Great Zimbabwe*²²⁶ revelaram que o ferro e o cobre foram os primeiros metais utilizados nessa região. Com o florescimento do comércio com o mundo Swahili²²⁷, o estanho, ouro, bronze e latão também foram introduzidos na África Austral no início do segundo milênio A.D. (KILLICK 2009; BANDAMA *et al*, 2015; BANDAMA *et al*, 2016).

O ferro era utilizado sobretudo para uso cerimonial, assim como para os mais variados fins utilitários e também ornamental (WALKER, 2015; CHIRIKURE, 2015; CHILDS & DEWEY 1996). Já o cobre, por ter maior ductibilidade²²⁸ que o ferro, foi empregado principalmente para fins ornamentais e cerimoniais. (WALKER, 2015; CHIRIKURE, 2015; BISSON *et al*, 2000; CHILDS, 1991; HERBERT, 1984).

Nesse contexto, Campos (2008) assinala a relevância da metalurgia do ferro para os bantos, uma tecnologia considerada sagrada para esses povos:

Os grupos africanos apresentavam uma relação especial com o metal, principalmente, o ferro. O valor atribuído a ele se distingue da cultura europeia que o considerava

²²⁵ Título baseado no artigo de LOUREIRO et all. Da vida de um foteheliógrafo: itinerários e memórias. Bahia: XVII ENANCIB, 2016. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3735/2365>. Acesso em: março de 2018

²²⁶ O *Great Zimbabwe* é um complexo amuralhado de pedra situado na região leste do Zimbabwe, perto da fronteira com Moçambique. Este complexo é considerado um monumento nacional e deu o nome ao país onde atualmente se situa. O "Monumento Nacional do *Great Zimbabwe*" foi inscrito pela UNESCO como Património Mundial em 1986. WIKIPEDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Zimbabwe>. Acesso em: 14/09/2018

²²⁷ Língua falada principalmente em Uganda, Quênia e Tanzânia

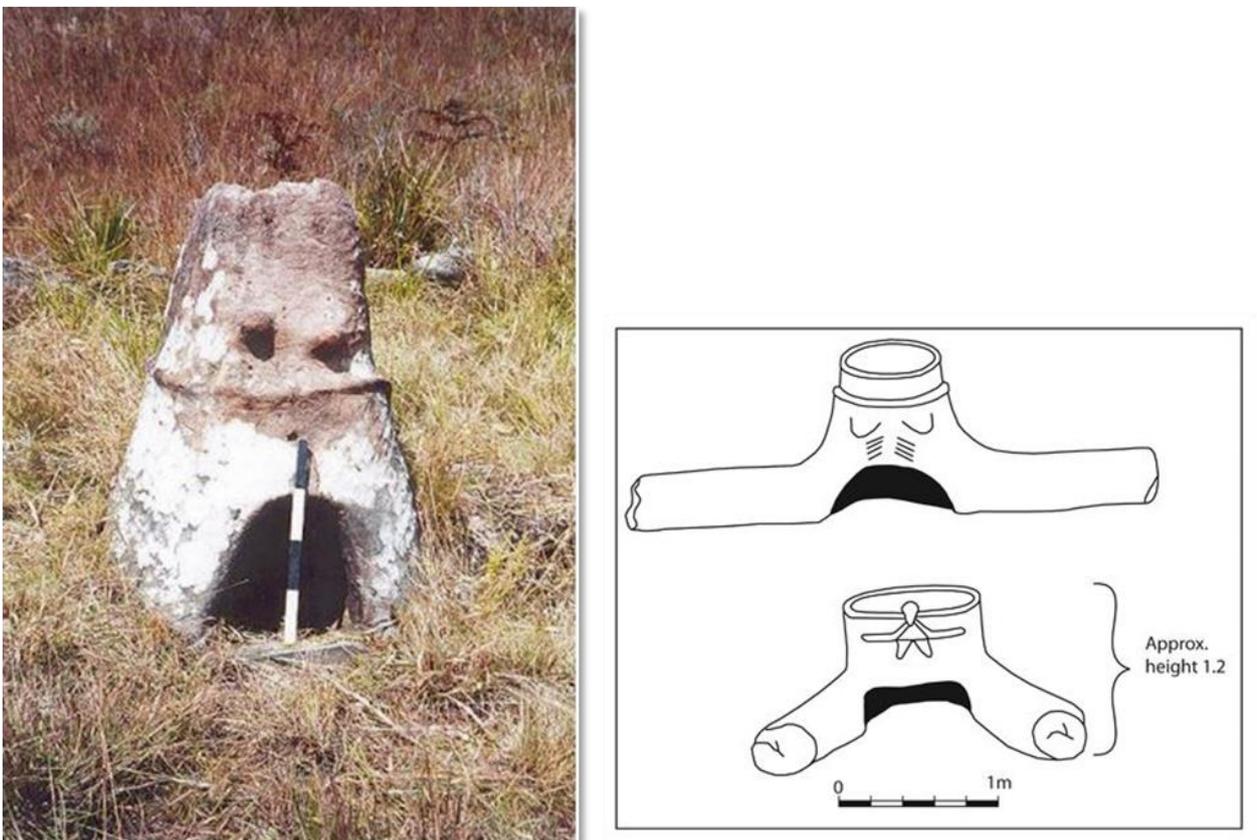
²²⁸ Ductilidade é a propriedade que representa o grau de deformação que um material suporta até o momento de sua fratura (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

unicamente utilitário, um material sem beleza estética. Vale notar que a África passou diretamente da Idade da Pedra para a do Ferro, sem passar pelo período denominado Idade do Bronze. Em outros locais e culturas, a tecnologia do bronze (formado por ligas de cobre com outros metais como estanho ou zinco) antecedeu a do ferro. Isso porque o cobre é encontrado na natureza pronto para ser trabalhado. O ferro, por sua vez, exige temperaturas de fusão muito mais altas e se encontra na natureza, quase sempre misturado a outros elementos, o que significa que precisa ser extraído e depurado para ser utilizado. No continente africano, o surgimento e desenvolvimento dessas duas tecnologias ocorreram no mesmo período. (...) Um dos prováveis motivos de o ferro estar relacionado a papéis sociais é que apenas alguns indivíduos escolhidos recebiam de seus antecessores os conhecimentos da metalurgia. Conhecimentos que acreditavam terem sido passados pelos próprios deuses aos ancestrais daquele grupo. (CAMPOS, 2008, p.22-23)

Dessa forma, os ferreiros para os povos Bantos, desfrutavam de alto prestígio e poder político. Dependendo do povo, estes podiam ser enterrados com suas ferramentas e equipamentos como também com lingotes de cobre e ouro. (BISSON et al, 2000).

Outro aspecto da metalurgia africana é a associação da fundição do metal com a reprodução humana. “A existência de fornos com características sexuais femininas como seios, marcas de escarificações na barriga, com pernas estendidas e oco na parte inferior” representando o útero, foram observadas em várias sociedades africanas como Shona e Barongo (ver figura Figura 17) (WALKER, 2015). Segundo Herbert (1993) e Walker (2015) “essa associação exigia que os profissionais que trabalhavam com fundição se afastassem das relações sexuais com suas esposas, a fim de se dedicarem exclusivamente à fornalha, assegurando assim um trabalho bem-sucedido”.

Figura 17 - Forno de fundição com formas femininas em Nyanga, Zimbábue



Fonte: CHIRIKURE, 2015

É extenso o trabalho científico elaborado por arqueólogos, etnólogos e historiadores contemporâneos com relação à obtenção do ferro pelos povos africanos. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de: Cline, 1937; Herbert, 1994; Miller E Van der Merwe; 1994; Schmidt, 1997; de Barros, 1997; Chirikure, 2006; Bandama, 2013; Chirikure 2015, Walker, 2015, entre outros. Segundo esses autores, o ferro era obtido através da transformação de minérios como a magnetita (Fe_3O_4), hematita (Fe_2O_3) e laterita²²⁹. A redução do metal era realizada pelo processo direto, em fornos primitivos carregados com o minério e carvão vegetal, com a utilização de foles manuais (CAMPOS, 2005). A redução ocorria através da remoção do oxigênio dos óxidos de ferro, por meio do monóxido de carvão, constituído na combustão do carvão vegetal; essa operação era realizada abaixo da temperatura do ponto de fusão do Fe a 1539°, resultando no ferro sólido (CAMPOS, 2005). Parte do óxido de ferro se combina com impurezas do minério de menor ponto de fusão, formando a escória, que corresponde à camada menos densa do processo (MILLER, 2002; MILLER, KILLICK, 2004; WALKER, 2015). O ferro obtido por esse processo era formado por uma bola no estado pastoso, no entanto, ainda com um número expressivo de impurezas. Por isso, a necessidade do trabalho mecânico após a retirada da bola de ferro do forno. O martelamento era realizado com objetivo de retirar as escórias presentes na bola de ferro, constituindo-a posteriormente, em uma barra de ferro de uma liga de Fe-C (CAMPOS, 2005). A partir da barra de ferro, de acordo com Walker (2015, p. 13), “O ferro consolidado e incandescente era repetidamente martelado até ficar frio e colocado no fogo novamente, esse processo era realizado novamente até que o objeto desejado fosse confeccionado. Itens como enxadas, lanças, facas, machados, pequenas ferramentas e enfeites corporais eram feitos desta maneira”. (WALKER, 2015, p. 13).

Diferentemente do ferro que era encontrado em abundância em várias partes da África, o uso do cobre era mais comum em áreas onde este material era encontrado mais facilmente, como por exemplo, no Zimbábue. A malaquita e a azurita eram alguns dos minerais empregados na obtenção do cobre. O metal fundido também poderia ser moldado em forma de lingotes ou através do ciclo de trabalho com o martelo, assim como no ferro, resultando em uma infinidade de objetos como placas, arames, miçangas, argolas, pulseiras etc. Em contraste com o ferro, o cobre é considerado altamente maleável e ainda pode ser trabalhado a frio.

O trabalho com fios de cobre, segundo Fangan *et all* (1969), Miller (2002) e Walker (2015) data do início da Idade do Ferro na África Austral. Para este propósito era utilizada uma placa de ferro estreita com vários furos de diferentes diâmetro, indo do maior ao menor²³⁰ e onde um fino pedaço de cobre era puxado com a ajuda de pinças (BISSON *et all*, 2000, CHIRIKURE, 2015, WALKER, 2015). Esse trabalho era repetido através da série de furos até alcançar o menor diâmetro. Estes fios eram principalmente usados na confecção de pulseiras e como ornamentação dos cabos de armas.

²²⁹ Rocha ferruginosa, que é resultado da transformação do solo através da ação das diferentes condições climáticas como vento e chuvas e de outras condições específicas. Com grande concentração de hidróxidos de ferro e alumínio, tem sua coloração vermelho-ferrugem, por causa da alta concentração de óxido de ferro.

²³⁰ Podiam alcançar até 1mm ou menos

Segundo Bisson *et all.* (2000) no período pré-colonial o cobre era frequentemente usado como indicativo de riqueza e status social, também sendo associado à realeza e às lideranças políticas. Locais de enterramento de indivíduos com alto status social na região do Zimbabué continham centenas de pulseiras formadas por finíssimos fios de cobre, como por exemplo em escavações feitas em *Danangombe*²³¹ (1680-1850) e *Mapungubwe*. (CHIRIKURE, 2015)

Selous (1893) através das narrativas de seu amigo George Wood observa que:

Ele costumava contar-me como vira os mashunas extraíndo ouro de quartzo; e ele ainda me disse que, depois de esmagar o quartzo queimado, usavam pequenos cadinhos feitos para esse propósito e derretiam o ouro em pequenos lingotes. [...] em Katanga a forma do molde no qual os nativos derretem seu cobre é quase idêntica em forma com o molde de pedra-sabão encontrado por Bent no Zimbábue²³². (SELOUS, 1893, p.336)

Em relação à proveniência do latão, no *Great Zimbabwe*, Bandama *et all* (2016, p.15) relata que “latão, uma liga de cobre e zinco, foi certamente importado da orla do Oceano Índico (KUSIMBA *et all*, 1994), mas foi trabalhado usando técnicas locais”. Destaca ainda que:

curiosamente, algumas inovações e adaptações foram feitas em relação ao trabalho com latão. A liga era trabalhada em cadinhos diferenciados da cerâmica local normalmente usada para o cobre, bronze e ouro. Apesar das diferenças nos tipos de cadinho, o latão foi forjado exatamente da mesma forma que os outros metais. (CHIRIKURE *et all*, 2015; BANDAMA *et all*, 2016).

Walker (2015, p.59) relata que no período pré-colonial e posteriormente, existiam oficinas para elaboração dos fios, contendo pinças e feiras (ver figuras Figura 18 e Figura 19). Entre os outros materiais utilizados por esses ferreiros da África Austral, destacam-se o fole, martelo de pedra e ferro, bigorna de pedra, ferramentas de corte e punção, cinzéis e cadinhos de pedra-sabão ou material cerâmico.

²³¹Área central do Zimbábue

²³² Refere-se as ruínas do *Great Zimbabwe* escavadas pelo arqueólogo James Theodore Bent em 1891

Figura 18 - Fieras e pinça usadas pelos ferreiros 1958



Fonte: foto Colletion Museé du quai Branly

Figura 19 - pinça, feira, diversos fios de ligas metálicas 1958



Fonte: foto Colletion Museé du quai Branly

Vários viajantes, exploradores, etnólogos e arqueólogos ainda no século XIX, observaram e descreveram a decoração de armas realizada com finíssimos fios constituídos de uma liga metálica ou de metal confeccionados pelos habitantes da região do Zambeze. Dessa forma Alice Bafour em seu diário de viagem *Twelve Hundred Miles in a Waggon* de 1895 relata que:

Em *Umtali*²³³[...] os nativos também costumam levar facas, muitas vezes com cabos e bainhas artisticamente decorados em padrões com fios de latão ou cobre (provavelmente feito na Alemanha²³⁴). Às vezes as clavas e zagaias são igualmente ornamentados. (BAFOUR, 1895, p. 215)

Rose Blennerhassett e Lucy Sleeman em suas memórias *Adventures in Mashonaland by Two Hospital Nurses*²³⁵ de 1893, descrevem seu encontro com a Rainha *Maquaniqua*:

Seu nome era *Maquaniqua*. A Rainha aproximou-se da grande figueira diante de nossa porta e se agachou sob ela, enviando um homem, levando seu curioso machado de batalha de madeira preta elaboradamente incrustado de latão, para anunciar a nós sua chegada. (BLANNERHASSETT e SLEEMAN, 1893, p.152).

Mais adiante em sua narrativa, mencionam que: “o trabalho em latão também em algumas de suas facas foi muito bem elaborado”. (BLANNERHASSETT, SLEEMAN, 1893, p.252).

O encontro com o Rei *M'Tassa* e seu séquito, também é descrito: “[...] um homem carregando um belo machado de batalha, feito de madeira polida preta, curiosamente incrustado com latão”. (BLANNERHASSETT, SLEEMAN, 1893, p.302). Ao perguntarem ao Rei *M'Tassa* sobre a possibilidade de uma troca por seu machado, este explica que não seria possível pois sempre deveria ser portado por um Rei e passado de pai para filho como herança. (BLANNERHASSETT, SLEEMAN, 1893, p.304)

O arqueólogo James Theodore Bent, em seu caderno de campo *The Ruined Cities of Mashonaland Being a Record of Excavation and Exploration in 1891*, evidencia que:

Umgabe é o nome dinástico do chefe cujo território inclui as ruínas do Zimbábue. Ele veio no dia seguinte à nossa chegada para nos visitar [...] na mão, carregava seu cetro de ferro, a insígnia de um chefe, e seu machado de batalha é ricamente decorado com fios de latão. (BENT, 1895, p. 66)

E continuando seu relato, apresenta algumas informações sobre o machado, que é apresentado na Figura 20:

Há evidentemente uma forte influência do Zambeze no país de Mtoko²³⁶; seus machados de batalha, suas zagaias e seus chifres de pólvora são muito mais elaborados, esculpidos e decorados com arame de latão do que os que vimos mais ao sul e têm uma grande semelhança com aqueles que as tribos do Zambeze produzem. (BENT, 1895, p. 321)

²³³ Cidade no Zimbábue conhecida atualmente como Mutare (a partir de 1983)

²³⁴ Curioso notar que Bafour acreditava que fossem feitos na Alemanha

²³⁵ Viagem de Salisbury, atual cidade de Harare capital do Zimbábue, até Beira em Moçambique

²³⁶ Região noroeste do Zimbábue, entre Harare (atual capital do Zimbábue) e o Lago Kariba (no Zambeze)

Figura 20 - Machado descrito por Theodore Bent



Fonte: BENT, 1895

Os holandeses Hendrik Müller²³⁷ e Jon Snelleman²³⁸ em 1893 publicam o livro *Industrie des Cafres du sud-est de l'Afrique, collection recueillie sur les lieux et notice ethnographique*, onde descrevem minuciosamente um conjunto de várias peças produzidas no sudeste da África, principalmente da região do Zambeze e de Moçambique coletadas entre 10° e 30° da latitude Sul. (MULLER, SNELLEMAN, 1893, p.4) Esse conjunto de peças foi obtido através de várias instituições e de colecionadores particulares, que as emprestaram para o trabalho. Entre as instituições que participaram com o empréstimo de objetos estão: Museu Nacional de Etnografia de Leyde²³⁹; Museu Etnográfico da Sociedade Zoológica *Natura Artis Alagzstra* de Amsterdam; Jardim Zoológico de Amsterdam e Museu Geográfico e Etnográfico de Rotterdam. As coleções particulares foram emprestadas por: MM. A. J. Remy, B. van Hees e M. de Heer. Segundo os autores o livro serviria para conservar para as futuras gerações o modo de fazer dos povos primitivos, como a “construção de armas, o corte de roupas, a forma dos utensílios”, cujo ofício é passado de pai para filho. Temiam ainda que esses ofícios “desaparecessem gradualmente, suplantados pelos produtos europeus” (MULLER, SNELLEMAN, 1893) Para eles em um futuro próximo somente os museus abrigariam tais testemunhos²⁴⁰:

Chegará o momento em que haverá apenas museus e coleções privadas de armas e utensílios de origem verdadeiramente indígena. No entanto, existem muito poucas pessoas que podem ir de museu em museu para dar uma olhada pessoalmente nos objetos de cada coleção, e pode-se dizer que isso só seria possível através da publicação de desenhos e descrições. Daí a nossa determinação em publicar, no interesse da ciência, este livro [...]. (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p.2)

²³⁷ Muller (1859-1941) foi um empresário, diplomata e etnólogo holandês que em 1890 partiu para a Alemanha para estudar Etnologia e Geografia produzindo uma dissertação intitulada *Land and People between Zambezi and Limpopo* além de outros livros e artigos sobre as várias regiões da África. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Hendrik_Pieter_Nicolaas_Muller. Acesso em 21 de maio 2018

²³⁸ Jon François Snelleman (1852-1938) foi um zoólogo, etnólogo, diretor do Museu Nacional de Etnologia de Leiden e do Museu etnográfico de Rotterdam. (MULLER; SNELLEMAN, 1893)

²³⁹ Cidade na Holanda

²⁴⁰ Como dito anteriormente no capítulo 1.1, esta era a mesma preocupação de Ladislau Netto com a produção do indígena brasileiro.

Como falamos anteriormente na seção 2.1, Desvallés e Mairesse (2017) consideram que os naturalistas selecionam coisas que previamente para eles já teriam um potencial de testemunho com o intuito de preservar as relações e as culturas da qual são representantes²⁴¹.

Müller e Snelleman (1893) se dedicam a apresentar objetos do Sudeste africano, concentrando-se principalmente na colônia portuguesa de Moçambique e nas inglesas e é a bacia do Zambeze que forneceu grande parte dos objetos representados. Citam ainda os povos que produziram os objetos selecionados, entre eles os Mashona ou Shona, os Matabele ou Ndebele e os Zulu, entre outros. Chamam a atenção de que as armas e vestimentas dos Matabele se confundem com as dos Zulu, por serem uma dissidência política destes, uma vez que os primeiros migraram para o norte fugindo do Rei Zulu *Shaka*.

O livro é dividido em duas partes, a primeira com um relato etnográfico detalhado sobre os habitantes da região além dos costumes, habitações, características físicas, modos, doenças, escarificações, comparações entre os povos, seus utensílios e adornos, história, organização social e política, divisão do trabalho, armas, etc. e a segunda parte é composta de inúmeras ilustrações detalhadas, algumas coloridas.

Segundo os autores, os habitantes dessa região tinham um talento nato para o trabalho com metais e eram excelentes ourives:

O ouro se encontra em diferentes formas na região do Zambeze e de Manica, se bem que em pequena quantidade. São as mulheres que o recolhe e os homens trabalham o metal. Também sabem, como os Zulu, transformar o cobre nos mais diversos objetos [...]. As forjas são muito simples. Usam um fole duplo, conforme descrito pelos viajantes. Retiram do solo o ferro de que precisam, como por exemplo em Tete²⁴² no Zambeze; mas eles empregam sobretudo aquele que os europeus trazem em forma de ferramenta chamada de enxada, a qual eles reforjam conforme suas necessidades (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p. 15-16)

Um desses viajantes citado por Müller e Snelleman que descreve o tipo de fole utilizado nas forjas africanas da região do Zambeze (ver Figura 21) é David Livingstone em seu diário de viagem intitulado *Viagens de exploração no Zambeze e na África Central* de 1860:

Na aldeia de Simariango²⁴³, encontram-se muitos ferreiros que empregam folles semelhantes aos que se usam em Madagascar. Compõem-se de duas caixas de pau, de forma circular e de pequena dimensão, cuja parte superior é coberta de coiro. Pareceriam tambores, se a pelle, em vez de estar distendida, não constituísse, ao contrário, um verdadeiro sacco. O folle compreende duas d'estas caixas; é adaptado um tubo a cada uma d'ellas e o ar é expelido pela pressão do coiro que se faz mover por meio de um pau collocado no meio do folle. (LIVINGSTONE, 1860, p. 55 *apud* SILVA, 2008, p. 113)

²⁴¹ Ver pag. 52

²⁴² Cidade no norte de Moçambique as margens do rio Zambeze.

²⁴³ Antiga vila localizada no Vale de Gwembe no Zambeze entre a atual Zâmbia e Zimbábue. Atualmente o vale se acha inundado por uma barragem que formou o Lago Kariba.

Figura 21 - Imagem de ferreiros do Zambeze usando o fole no livro de David Livingstone



FORGERONS A SIMARIANGO, SUR LA RIVE DU ZAMBÈZE.

Fonte: LIVINGSTONE, 1879

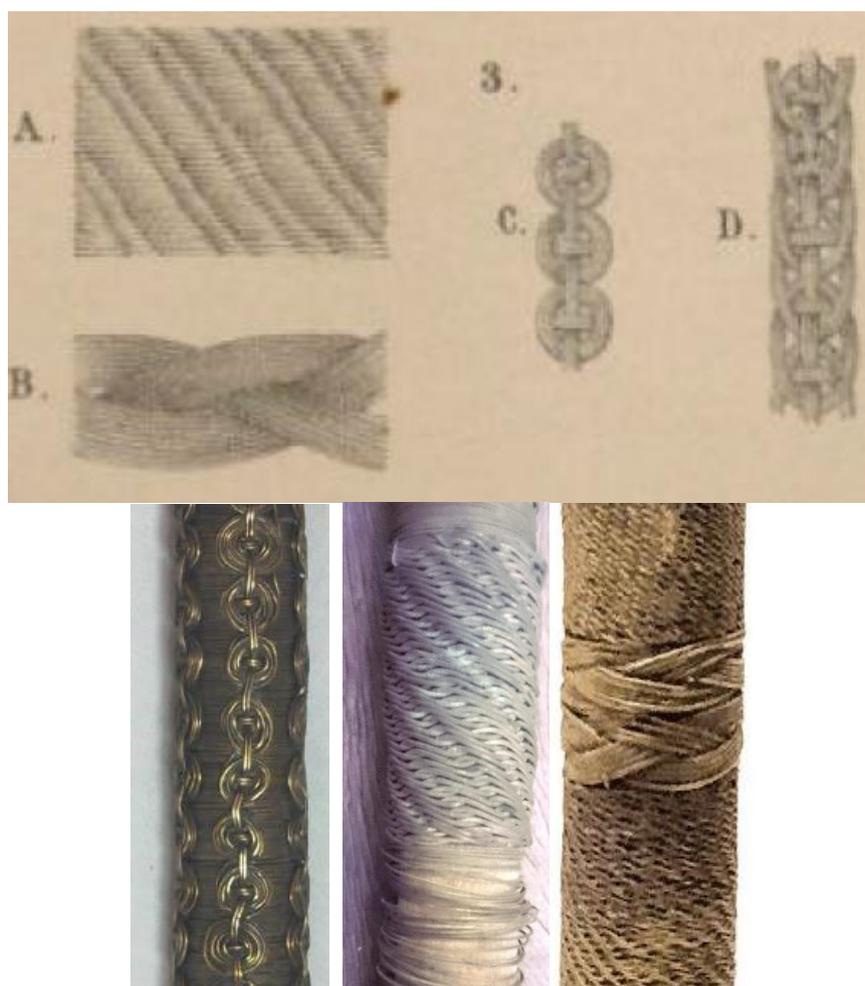
Outra questão que chama a atenção dos etnólogos Müller e Snelleman diz respeito à confecção de objetos para comercialização: “Encontraremos em nossas ilustrações a representação de vários objetos que os negros do Zambeze **não usam eles mesmos, mas fazem, ou pelo menos adornam à sua maneira, para vendê-los a estrangeiros**”. (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p.35, grifo nosso).

Müller e Snelleman (1893), ao analisarem os padrões de decoração com fios de liga metálica dos habitantes do Zambeze, observaram que estes diferem dos Zulu. Segundo eles, nas peças decoradas pelos habitantes do Zambeze era comum a utilização de cadeias de fios formando correntes e trançados bem elaborados, como se observa na Figura 22. No caso dos Zulu a decoração é mais simplificada; “o fio não é entrelaçado, mas enrolado em anéis contíguos”. E completam:

Nós representamos na prancha XXVII, fig.3, sob as letras A, B, C e D, quatro tipos principais de entrançamento feitos de arame de latão, cobre ou ferro. Eles diferem muito do padrão Zulu.[...] O fio de metal é importado²⁴⁴. Quando é muito grosso para o uso que os negros querem fazer, eles mesmos o refilam. (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p.36)

²⁴⁴ A prática da feitura de fios de cobre na região do Zambeze é atestada pela arqueologia, além da existência de quantidades consideráveis de minas de cobre na região do *Great Zimbabwe* (BISSON, 2000; CHIRIKURE, 2015). Possivelmente os autores se referem à importação do latão. (CHIRIKURE, 2015)

Figura 22 - Padrões de trançado dos fios de decoração das armas descritas por Muller e Snelleman em 1893 (Prancha XXVII, fig. 3) Abaixo a esquerda foto mostrando o padrão de decoração dos fios presentes na lança do Zambeze do acervo do MN aqui estudado, ao centro detalhe da decoração de uma zagaia da Coleção Mocquerys e a direita padrão de fios trançados do machado do Zambeze do acervo do MN aqui estudado



Fonte: acima - MULLER; SNELLEMAN, 1893; abaixo - foto Roosevelt Mota, 2013 / foto autora, 2018

De acordo com os autores o guerreiro levava sempre consigo:

[...] sua zagaia, seu machado de batalha²⁴⁵, freqüentemente seu arco e flechas, e às vezes sua clava, kiri. Esta última arma é muito rara em Moçambique, mas muito usada entre os negros da África do Sul. A zagaia, pelo menos as mais simples, não são raras; no Zambeze, estas armas, bem como os suportes para a nuca e os arcos e flechas são tão abundantes que podemos trocá-las, como dizem, por um pedaço de pão. (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p.37)

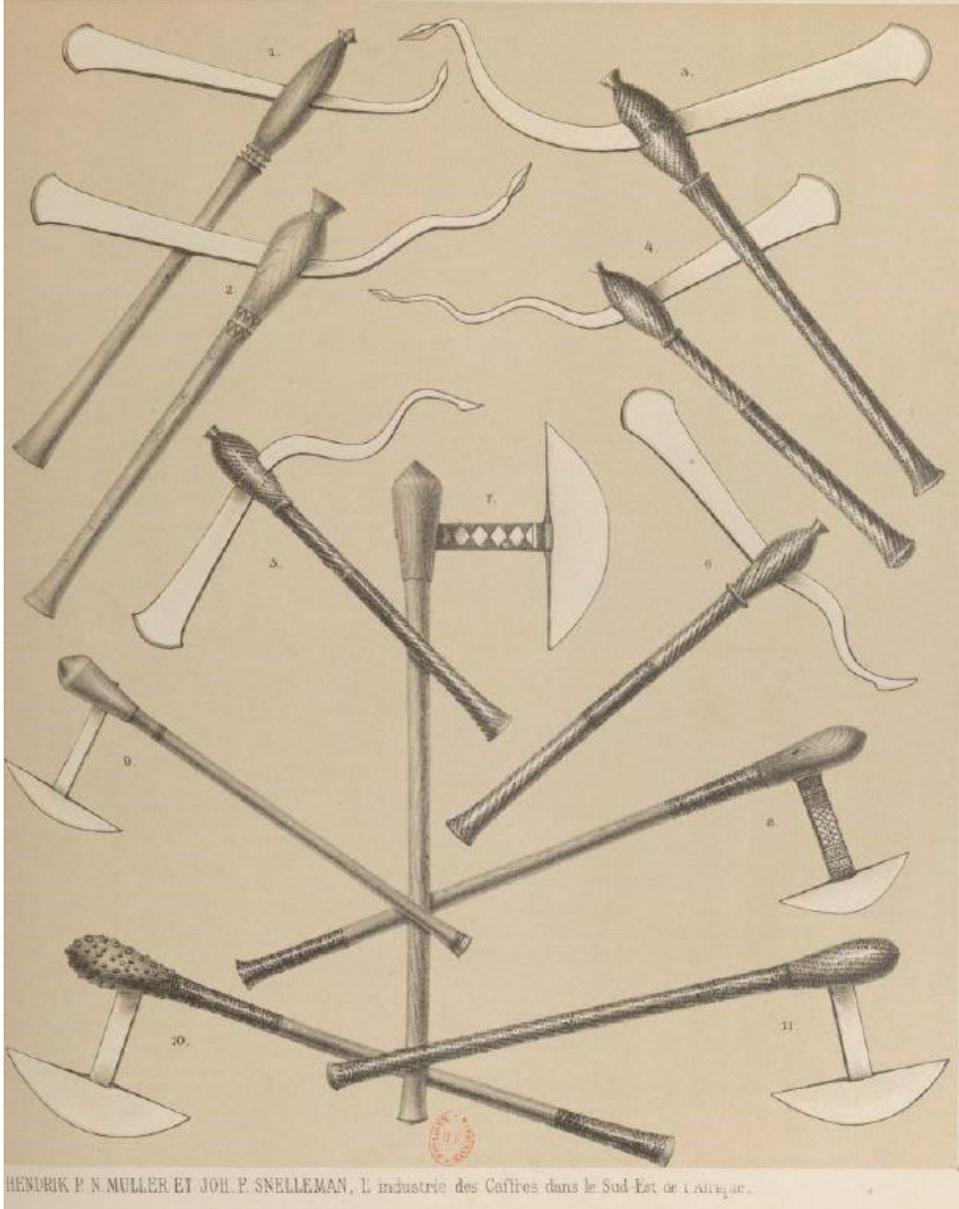
Uma característica das zagaias utilizadas no Zambeze, vistas na figura 24, é a existência de uma ponta de ferro em forma de losango na extremidade inferior:

No que diz respeito à zagaia, note que no Zambeze elas tem quase sempre na extremidade inferior uma ponta de ferro, que não encontramos por exemplo nas zagaias de Inhambane²⁴⁶ e nos países mais ao sul. Esta ponta é usada para apoiar a arma obliquamente contra o solo para receber à ferro um inimigo atacando, e também, quando são atacados por atrás, para golpear sem girar a arma. (MULLER; SNELLEMAN, 1893, p.37)

²⁴⁵ Ver figura 23

²⁴⁶ Região sul de Moçambique

Figura 23 - Machados e armas de propulsão descritos por Muller e Snelleman em 1893 seguido de fotos de algumas das peças do acervo do MN aqui estudadas





Fonte: acima - MULLER, SNELLEMAN, 1893; abaixo - foto autora, 2018 e SEMU, 2006

Figura 24 - Zagaias de uma e duas pontas com decoração de fios de liga metálica descritas por Muller e Snelleman em 1893 seguido de algumas das peças do acervo MN aqui estudadas





Fonte: MULLER, SNELLEMAN, 1893, foto autora, 2018 e foto Roosevelt Mota, 2013

Paul Guyot²⁴⁷, em seu livro *Voyage au Zambèse* de 1895, faz uma descrição mais detalhada não apenas da decoração dessas armas, mas também de seu uso e modo de fabricação:

Uma profissão que necessita certa habilidade é a de decorador de armas; geralmente é exercido por negros velhos. As armas são entregues ao decorador com um pedaço de latão do tamanho de um dedinho, do tipo encontrado em Tete²⁴⁸. Ele pega esse

²⁴⁷ Químico, membro da missão J. Carlos de Paiva de Andrada ao Zambeze de 1881

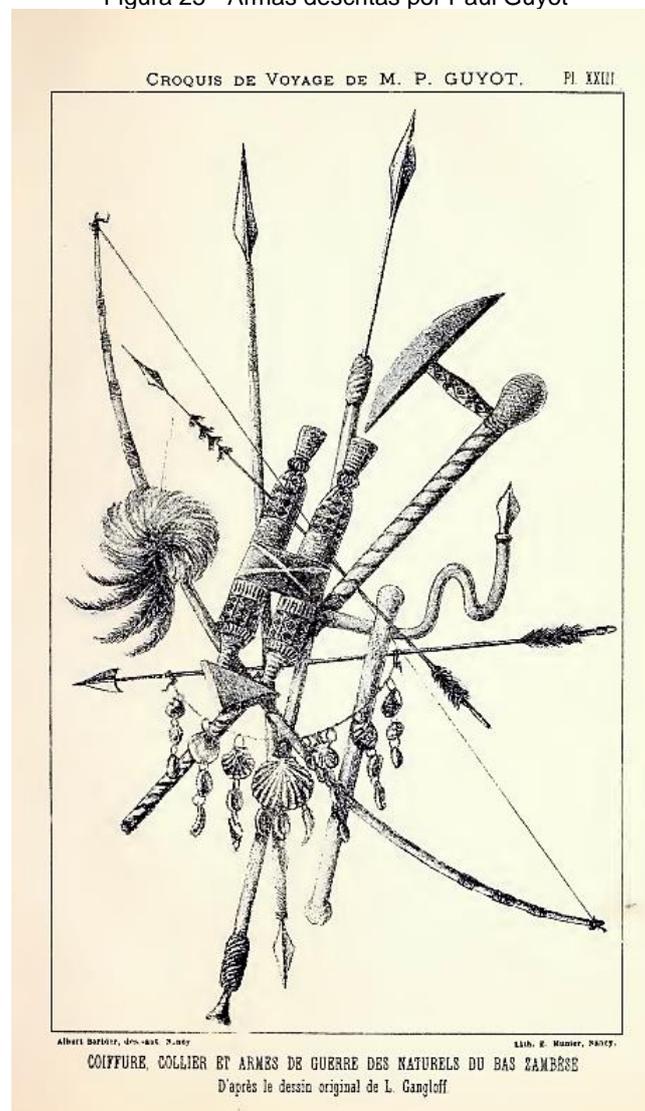
²⁴⁸ Cidade as margens do rio Zambeze na região norte de Moçambique

pedaço de latão, aquece, passa pelo refilador e puxa-o em um fio excessivamente fino, amarrando-o a uma estaca e rolando-o com dois pedaços de madeira dura que ele segura à mão e desliza ao longo do latão. Com esse fio tão trabalhado, ele decora as alças de machados, zagaia, arcos e bainhas das facas, e não contente em cercar a madeira, ele a cobre com um tecido de metal formando vários desenhos e em relevo. É uma das profissões mais lucrativas. (GUYOT, 1895, p. 144)

Sobre as características das armas, Guyot (1895) descreve tanto as defensivas, como escudos, quanto as armas ofensivas (ver figura 25):

Armas ofensivas são o machado, a faca, a zagaia ou lança e as flechas. Os arcos são primitivos, feitos de madeira dura, geralmente avermelhada, afinados em ambas as extremidades e possuem uma corda de intestino de peixe. São às vezes ornamentados com anéis de latão ou pelo de vários animais. [...] Os machados variam muito; há alguns cujo cabo é curto e o ferro largo e plano; outras, com 60 centímetros de comprimento, são atravessadas por um ferro do mesmo tamanho, curvado em sua porção não cortante. Em Moutankois, vimos um cujo ferro, várias vezes curvado sobre si mesmo, era encimado por um botão em forma de azeitona. Quase sempre esses instrumentos são esculpidos e diversamente ornamentados. (GUYOT, 1895, p.155 e 156)

Figura 25 - Armas descritas por Paul Guyot



Fonte: GUYOT, 1898.

Vale notar que o tipo de machado com lâmina em meia lua foi produzido e utilizado durante muitos séculos na região do *Great Zimbabwe*²⁴⁹ (DEWEY, 1994). Segundo DEWEY (1994), “Bent, que fez escavações em 1891 no *Great Zimbabwe*, escavou duas destas lâminas de machado (BENT, 1892, p. 181-182 *apud* DEWEY, 1994, p.8)” e Peter Garlake, em 1982, “conjecturou que elaborados machados de ferro também foram usados como insígnias de poder no *Great Zimbabwe* (GARLAKE, 1982, p.8 *apud* DEWEY, 1994, p.8). Se houve realmente um uso real desses machados no *Great Zimbabwe*, provavelmente nunca será conhecido com certeza; o fato de que “esse tipo de machado existia ali nos séculos XIV e XV é importante, pois indica [...] um uso contínuo pelo povo Shona”. (DEWEY, 1994, p. 8). Ainda sobre os machados com lâminas em meia lua, o autor relata:

Quando perguntava ao povo Shona²⁵⁰ sobre o uso específico desse tipo de machado em tempos remotos, eles geralmente lembravam seu uso como arma para matar elefantes. Arthur Pendered que coordenou uma caçada em 1930 relata como eram usados: ‘o caçador aproximava-se do elefante e cortava suas isquiotibiais²⁵¹ com seu machado’. [...] Esse método de caçar elefantes parece ser muito antigo. [...] . O português A. Fernandes, em uma carta de 1560 para um colega em Goa, descreve como caçadores se aproximavam do elefante e atacavam com seus machados em ambos os pés, com o ferimento o peso de seus corpos quebrava seus pés e eles caíam (DEWEY, 1994, p. 9)

Fato é que o trabalho com ferro e cobre teve grande influência no modo de vida e das práticas sociais dessas sociedades na época pré-colonial, porém a imposição do domínio colonial sobre as populações africanas, a instalação de missões cristãs, trouxeram grandes mudanças de paradigma. Da mesma forma, a cultura material representada por exemplo por machados e outros objetos sofreram ressignificação e tiveram múltiplas finalidades ao longo de sua história, incluindo funções práticas, de prestígio, religiosas e políticas.

No Zimbábue dos anos 1960 viu-se o surgimento de uma política nacionalista seguindo-se da guerra de libertação nacional nos anos 1970 e a independência em 1980. Wingfield (2000) e Dewey (1994) nos contam um episódio ocorrido em 1962 no aeroporto de Salisbury:

O líder nacionalista, Joshua Nkomo, foi presenteado com um *gano*²⁵² em seu retorno ao país por um veterano do primeiro Chimurenga (revolta) de 1896-97. O machado era um símbolo de resistência ao domínio colonial, e sua entrega marcou a transferência de autoridade para levar a guerra aos novos líderes. O machado, com sua associação à liderança política, demonstrou o reconhecimento de Nkomo como líder, e também o desejo de recuperar formas pré-coloniais de autoridade. (WINGFIELD, 2000, p.25)

Para entender a importância que o ferro desempenhou e ainda desempenha nos hábitos desse povo, talvez seja necessário levar em conta que suas relações, concepções e entendimento do passado sejam radicalmente diferentes das nossas. (WINGFIELD, 2000)

Wingfield (2000, p. 21) aponta que:

²⁴⁹ O *Great Zimbabwe* é um complexo amuralhado de pedra situado na região leste do Zimbabwe, perto da fronteira com Moçambique, supostamente construído a partir do século XI. Este complexo é considerado um monumento nacional e deu o nome ao país onde atualmente se situa. O "Monumento Nacional do *Great Zimbabwe*" foi inscrito pela UNESCO como Património Mundial em 1986. WIKIPEDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Zimbabwe. Acesso em: 14/09/2018

²⁵⁰ Desde a década de 1980, Willian Dewey, professor de história da arte e diretor do programa de estudos africanos do College of the Liberal Arts na Pensilvânia, faz entrevistas com a população Shona

²⁵¹ Conjunto de 3 músculos localizados na região posterior da coxa

²⁵² Machado de madeira escura e de lâmina em meia lua também conhecido como *humbwa* ou *tsohho*

[...] as maneiras pelas quais brancos e negros interagem com o passado são muito diferentes. Para os brancos, isso pode significar visitar museus e galerias, ler livros ou talvez visitar um sítio arqueológico. Este é o contato mais estreito com seu passado. O passado é apresentado e pode ser lido. Para muitos zimbabuanos e, em particular, das áreas rurais, o passado está sempre presente - naqueles que viveram no passado - os ancestrais. A comunidade não consiste apenas daqueles que agora vivem, mas inclui também aqueles que se juntaram à comunidade dos mortos. Rituais regulares reafirmam o contato com esses ancestrais.

Nos dias de hoje, na religião tradicional Shona, o curandeiro o *n'anga*, através de ritos de possessão constitui uma ponte de comunicação entre o passado e o presente, entre os ancestrais e seus descendentes, constituindo um importante repositório de conhecimento tradicional. No lar, a presença dos ancestrais é assegurada através de itens da cultura material que os representam. A disposição de itens que pertenceram aos ancestrais em altares dentro das cabanas fornecem o *locus* de sua presença. Nesses encontros com o passado os artefatos envolvidos são muitas vezes de ferro:

Para o *n'anga*, o *gano* (machado) junto com o *tsvimbo* (bengala) e o *nhekwe* (recipiente de rapé) "são insígnias de sua profissão" (Gelfand, et al. 1985, p.9). Da mesma forma durante as cerimônias de *bira*²⁵³, um médium (*svikiro*) dançará com um *gano* para ser possuído por um *mudzimu* (ancestral). O *gano* pode ter pertencido ao espírito que o médium representa, já que eles valorizam a herança, embora isso não seja necessário. (WINGFIELD, 2000, p. 21)

Atualmente existe a alternativa de comprar em mercados especializados o *gano* vendido para uso ritual. Nesse caso o *gano* é tão "autêntico" e "genuíno" como qualquer outro. A antiguidade do artefato não representa um aspecto importante, mas a forma do artefato é que é essencial, com seu aspecto característico com uma lâmina em meia lua e cabo de madeira escura. Dessa forma os machados rituais, além de pertencerem a indivíduos com representatividade política ou religiosa, são também incorporados à esfera das pessoas comuns, uma vez que todos podem ter acesso a estes. (WINGFIELD, 2000)

O *gano* como instrumento cerimonial é diferenciado linguisticamente de outros machados de uso cotidiano, chamados de *demo*. (WINGFIELD, 2000)

Os itens pessoais que não são enterrados com a pessoa, são distribuídos aos seus descendentes em uma cerimônia de herança²⁵⁴ após sua morte (DEWEY, 1994) (ver Figura 26).

Na década de 1990, Willian Dewey, professor de história da arte e diretor do programa de estudos africanos do *College of the Liberal Arts* na Pensilvânia, fez várias entrevistas com a população Shona para melhor compreender o significado e o uso desses conjuntos de objetos na cerimônia de *bira*²⁵⁵:

De acordo com Albert Choto (Dewey *et all.* 1997, p. 205), um fabricante de *bakatwa* (faca), 'eles agora são mantidos nas casas para refletir a presença dos espíritos ou mortos (ancestral) que costumava usá-los'. Quando algumas pessoas se dirigem a seus antepassados em rituais domésticos, eles apresentam itens hereditários ou heranças comumente como a *bakatwa* (faca), o *gano* (machado), *tsvimbo* (bengala), *pfumo* (lança), encosto de cabeça e *ndiro* (prato de madeira) e às vezes um arco e conjunto de flechas, para que os antepassados pudessem "ver suas coisas" (Dewey *et*

²⁵³ Cerimônia de possessão Shona

²⁵⁴ Essa prática se chama *kurongedza tsvimbo* (guardar os pertences).

²⁵⁵ Cerimônia de possessão

al. 1997, 207). Esse conjunto de coisas é conhecido como o *tsvimbo dza baba*, que se aproxima do significado de “coisas do pai”, no sentido da capacidade de um homem de defender e alimentar sua família. (Dewey *et al*, 1997, p. 205 *apud* WINGFIELD,2000, p.23)

Todo o ritual *tsvimbo* atesta o conceito de continuidade da vida e da família. De acordo com os Shona, a vida não deve acabar com a morte. (PEKESHE, 2014)

Figura 26 - Conjunto de objetos que podem compor o *tsvimbo dza baba*



Fonte: WINGFIELD, 2000

As *bakatwa* (faca) e os *gano* (machado) hoje podem ser encontrados em vários museus em todo o mundo, antigos e novos e independentemente disso as comunidades Shona continuam usando esses objetos em seus rituais e cerimoniais. Talvez devido ao forte cunho utilitário desses objetos, eles continuam, em alguns museus, sendo classificados como “armas e ferramentas”. Conforme dito anteriormente na seção 2.3, no ato da coleta o objeto, que foi retirado de seu contexto original, recebe a partir daí um novo significado que pode perdurar através de sua vida no museu (cf. ALBERTI, 2005). Dewey e Mvenge (1997) em seu artigo “Useful Objects or Religious Masterpieces?” discutem esses problemas classificatórios. Eles argumentam que no Ocidente, também temos categorias de armas que deixaram o espaço de origem e passaram para o espaço simbólico, como por exemplo a espada de tal general ou de tal monarca. Como foi dito anteriormente, Pomian (1984) classifica estes objetos como semióforos, sendo intermediários entre o espectador e o invisível e uma ponte com o passado. Não têm função utilitária, mas cunho religioso e estão fora do circuito das atividades econômicas e sujeitos a uma proteção especial, sendo expostos ao olhar e nesse caso também ao olhar dos antepassados.

3.1.2. Vida no museu

O “Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional”, conhecido informalmente como “Livro do Porteiro”, foi instituído a partir da reforma administrativa de 1876 feita por Ladislau Netto (MOREIRA, 2017). Era o Porteiro (cargo administrativo) que deveria fazer a inscrição dos objetos e coleções recebidos no Museu Nacional além de “abrir e fechar as portas do edifício, velar pela segurança e asseio deste e de suas dependências, expedir a correspondência e cumprir todas as ordens do diretor geral” (MOREIRA, 2017). Nesse período, o cargo de porteiro era ocupado por Carlos Leopoldo César Burlamaqui²⁵⁶, que acumulava também os encargos de preparador²⁵⁷ da 3ª seção²⁵⁸ (MOREIRA, 2017). Os campos descritivos do livro eram divididos em: data, natureza do objeto, proveniência e observações. O Decreto nº 1179 de 26 de dezembro de 1892 estabelece um novo regulamento onde cada seção passaria a ter um livro próprio para o registro das entradas e saídas de objetos²⁵⁹. (MOREIRA, 2017).

O estudo da Coleção Mocquerys e da discriminação das peças que a compõem nos fez perceber que um dos problemas para sua identificação se refere à dissociação, além da pouca informação contida nos livros de registro do setor. Assim, tínhamos várias peças sem numeração e/ou sem localização. Tanto no recibo de venda escrito por Mocquerys, como no registro das peças no “Livro do Porteiro”, constavam um total de 27 peças etnográficas: 1 arco de madeira e fio de cobre; 1 travesseiro de madeira; 5 zagaias de 1 ponta; 4 zagaias grandes de 2 pontas; 5 zagaias pequenas de duas pontas; 1 lança; 4 flechas (envenenadas?); 5 armas (machados) de ferro e fios de cobre; 1 machado com cabo de madeira nua; 1 garra de leão encastrada em ouro.

²⁵⁶Permaneceu no cargo de Porteiro de 1864 a 1889. Era filho de Frederico Leopoldo César Burlamaqui, botânico, geólogo, matemático e diretor do museu entre 1847 e 1866

²⁵⁷ Competia ao preparador executar experiências, preparar o acervo e os aparelhos conforme indicação dos professores e a conservação do laboratório e do material.

²⁵⁸ 3ª seção de ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral

²⁵⁹ Essa indicação já aparece no Decreto 810 de 4 de outubro de 1890, mas só foi efetivada como prática no Museu Nacional em 1892 depois do encerramento desse livro do Porteiro

Figura 27 - Livro de Entrada e Saída de Objetos da 4ª. Seção" no ano de 1909 (Livro do Porteiro)

DATA		Natureza do objecto	PROCEDENCIA	Observações
1909	Maio	1 arco de madeira e fio de cobre 1 machado de madeira 5 machados de 1 ponta 4 ditos grandes de 2 pontas 4 ditos pequenos de 2 pontas 1 lança 4 flecos (enunados?) 5 machos (machados) de ferro e fio de cobre 1 dita com cabo de madeira má 1 gama de led encastrada em ouro.	Zambeze " " " " " " " " "	afund do machado Mocquerys

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR)

Já no arquivo de fichas catalográficas e no livro de registro do SEE, constavam como sendo do coletor Mocquerys 16 peças, portanto 11 não estavam identificadas. Das 16 peças, foram localizadas na reserva técnica e na exposição 11 peças. Eram elas: 2 zagaias pequenas de duas pontas; 2 zagaias pequenas de 1 ponta; 5 machados pequenos com lâmina curva; 1 arco e 1 apoio para cabeça de madeira. Com exceção do apoio de cabeça, todas as peças localizadas aparecem no livro de registro do SEE com a descrição: "arma de ferro dos negros do Zambeze. Coll. Mocquerys²⁶⁰". Essas peças possuíam lâmina de ferro e decoração de fio de liga metálica em todo o comprimento de seus cabos, com exceção do arco que era decorado por fios apenas em alguns pontos. Existem duas peças que não figuravam no livro de registro como sendo da coleção Mocquerys, mas que possuíam o mesmo tipo de decoração e configuração das peças acima citadas: uma lança e um machado²⁶¹. O machado constava no livro de tombo como "arma de matar elefantes"²⁶². Devido à semelhança na decoração e possível proveniência²⁶³, observada na comparação com peças de outros museus, nas descrições e ilustrações de viajantes e nos trabalhos acadêmicos atuais, foram incluídas essas duas peças no conjunto estudado.

Como dito anteriormente na seção 2.3, o processo de musealização é muito mais abrangente e abarca outros nichos como a documentação, exposições, divulgação, pesquisa, conservação e

²⁶⁰ Livro de registro do SEE volume 3

²⁶¹ Ver Anexos

²⁶² Ver p. 132

²⁶³ Constava como proveniente do Zambeze nas fichas catalográficas do arquivinho do SEE

restauração, etc. Por assim dizer, transforma o objeto em evidência material ou imaterial e fonte de informação que pode ser acessada sempre que necessário.

Segundo Alberti (2005), a classificação, categorização, análise, comparação, também devem fazer parte da trajetória do objeto uma vez que podem dar novos sentidos ao objeto, assim como a exposição, que também representa um papel importante nesta trajetória:

Os sentidos de um objeto variam não apenas no tempo e espaço, mas também de acordo com quem o percebe. Ou seja, um objeto em exposição se relaciona não só com outros itens e com seus coletores, mas também com suas audiências. Espectadores observam e reagem aos objetos e isso são sintomas de relação entre coisa e observador. Objetos são assim investidos de um novo conjunto de sentidos e valores que muito frequentemente tem sido ignorado nas histórias da ciência e dos museus. Mudanças nas audiências e nas formas como os visitantes veem as coisas significam que objetos de museu nunca foram estáveis. (ALBERTI, 2005, p. 568-569)

As exposições de objetos no século XIX tinham como padrão ideal a quantidade e as peças eram escolhidas de acordo com o que era considerado belo, singular e raro. Segundo Lopes (2009, p.64):

as exposições-coleções do início do século XIX eram o aspecto mais evidente do museu, confundindo-se com o todo da instituição [...] isso porque noções de separação entre coleções de exposição e de estudo, reservas técnicas só muito mais tarde seriam incorporadas pelos museus. [...] O acervo, embora pudesse ser considerado volumoso para época, ficava todo exposto. E nesse sentido, tentar visualizar as exposições do museu, nesse início de século pode significar conhecer o conjunto do trabalho e do acervo existente.

Segundo Castro Faria (1949, p.6), o primeiro grande inventário das coleções do Museu Nacional foi feito em 1838 e nesta época já existiam as exposições de objetos “exóticos”, como por exemplo a africana.

Em uma publicação de 1870, Ladislau Netto descreve as exposições e coleções do Museu Nacional, entre elas a exposição dedicada à “África inculta”, que ocupava cinco armários. Referia-se aos objetos africanos, em algumas passagens, como sendo “admiravelmente preparados e ornados” ou ainda “elaborados com muita arte”, mas em outras, descrevia-os como toscos e grosseiramente cavados e esculpidos. Nessa mesma publicação, Netto (1870), ao se referir ao diretor do Museu João da Silveira Caldeira (diretor de 1823-1827) destaca que:

Ele compreendeu desde logo que o empenho mais elevado e mais profícuo desta instituição devia ser o encargo de ilustrar o povo, dando-lhe pela melhor classificação e disposição dos objetos que possuía uma ideia aproximada dos dons e magnitudes da natureza de sua pátria. (NETTO, 1870, *apud* FARIA, 1949, p.5)

Em 1890, Flower²⁶⁴, em sua conferência de posse no *British Association for the Advancement of Science* em Londres, discursa sobre o que considerava como ideal na exposição das coleções. Dessa forma, “o poder de atração dos objetos deveria ser um critério a se priorizar na seleção do

²⁶⁴ William Henry Flower (1831-1899) foi um cirurgião britânico que se dedicou ao estudo de anatomia de mamíferos, principalmente primatas. Foi diretor do Museu de História Natural de Londres e publicou, em 1898, o livro *Essays on museums and other subjects connected with Natural History*, onde discorria sobre assuntos como gestão de museus, história dos museus, a função dos museus de História Natural, pesquisa, exposições, coleções e uma infinidade de assuntos relacionados ao estudo dos museus, especificamente os de História Natural. Essa publicação juntamente com outras também de sua autoria, foram as bases para a consolidação do conceito de *new museum idea*, que serviria para impulsionar a concepção dos museus como instituições de divulgação científica e educação do público.

material a ser exposto, e sua disposição nas salas deveria realizar-se de forma a poderem ser apreciados pelo público” (FLOWER, 1890 *apud* LOPES, MURRIELLO, 2005, p. 25) e continua dizendo que “para as exposições públicas [...] recomendava-se especialmente não sobrecarregar as vitrines e de selecionar cuidadosamente os objetos a serem expostos” (FLOWER, 1890 *apud* LOPES, MURRIELLO, 2005, p. 26). A recomendação de legendas sucintas e o uso de catálogo e de guias complementavam seu discurso. Não lhe escapou também as recomendações relacionadas à conservação dos espécimes em exposição, que segundo ele, deveriam ter séries suplementares para rápida reposição. (FLOWER, 1890 *apud* LOPES, MURRIELLO, 2005, p. 26-27) Segundo Lopes e Murriello (2005, p. 27), sua frase celebre “Um museu se assemelha a um organismo vivo; exige atentos e constantes cuidados” foi usada também por “Batista de Lacerda na direção do Museu Nacional como argumento para defender a necessidade de renovação periódica das coleções”.

Tanto o Museu quanto as exposições foram constantemente renovadas²⁶⁵. Em 1910, Batista de Lacerda promoveu uma grande reforma incluindo galerias e reorganizando o espaço interno das salas expositivas, colocando os objetos ordenados por tipologia em grandes armários de madeira (ver Figura 28).

²⁶⁵ Para maiores detalhes sobre as várias reformas e as transformações das exposições do MN ver ARANHA FILHO, Jayme Moraes. **Guia da impermanência das exposições**: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos 1940. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011 (tese de doutorado)

Figura 28 - O Diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda no canto à esquerda em uma das salas de Etnologia



Fonte: Arquivo Histórico do Museu Nacional (SEMEAR)

Já na segunda década do século XX, Roquete Pinto faz novas reformas no palácio, retirando colunas e abrindo galerias tornando o espaço mais amplo e substituindo gradativamente os armários de madeira por armários padronizados de ferro (ver Figura 29) (FARIA, 1949, p. 12).

Figura 29 - Uma das salas de Etnologia (sala Castelnuau) depois da reforma de Roquete Pinto

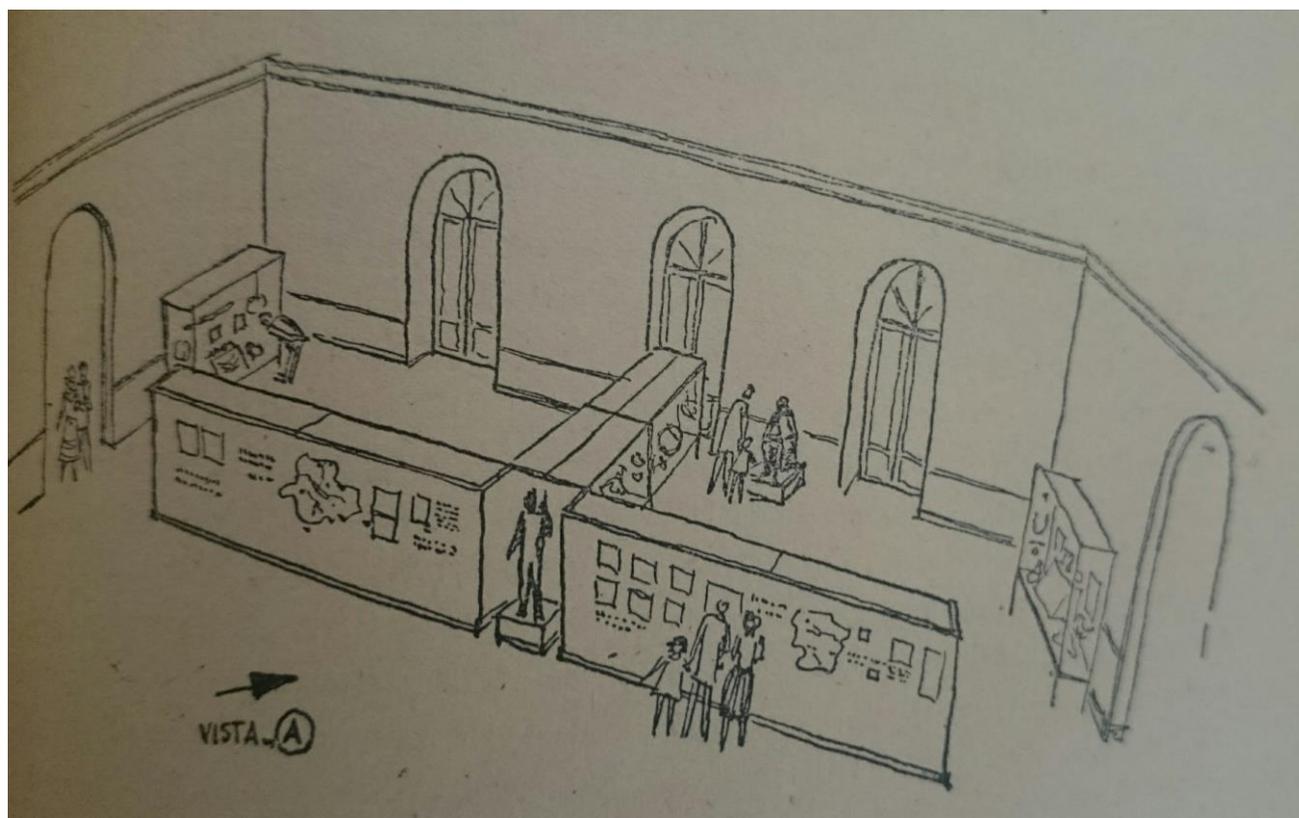
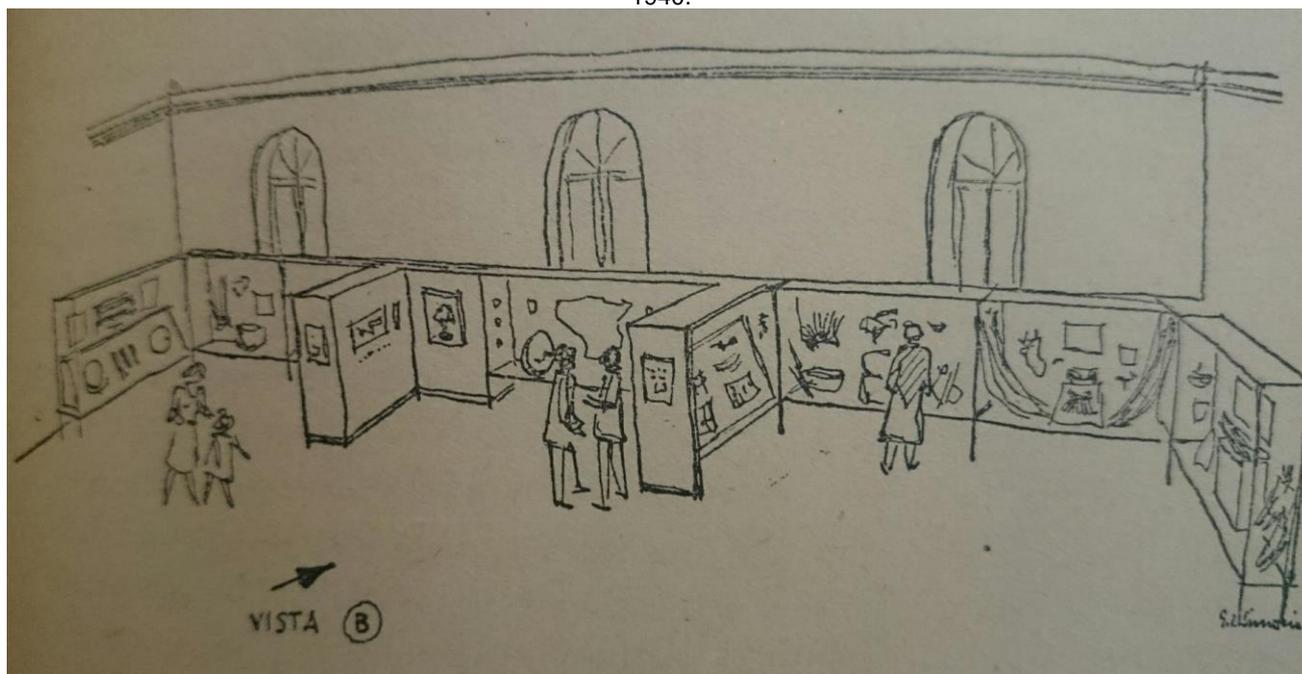


Fonte: CASTRO FARIA, 1949

Durante a direção de Heloisa Alberto Torres, Prof. Castro Faria²⁶⁶ reformula as exposições de antropologia e arqueologia, reabertas ao público em 1947, sendo o plano museográfico coordenado por George Julien Simoni (ver Figura 30) (FARIA, 1949, p. 18). Segundo Faria (1949, p.13), “como deveriam ser as exposições do século XX”, houve uma redução dos objetos expostos proporcionando uma melhor possibilidade de compreensão por parte do público, além da valorização e “planejamento adequados dos diferentes conjuntos, que se tornaram [...] mais atraentes e mais racionalizados”.

²⁶⁶ Castro Faria, além de antropólogo e arqueólogo, formou-se no curso de Museus (1937), realizado no Museu Histórico Nacional.

Figura 30 - Esquema museográfico das exposições na década de 1940.



Fonte: CASTRO FARIA, 1949

Nas palavras de Castro Faria:

Ninguém melhor que Rivet o idealizador do 'Museu do Homem' que definiu com mais clareza e simplicidade a função do museu moderno cuja existência deve estar a serviço da coletividade, e a técnica a ser empregada para atingir os seus objetivos: O seu fim será dar ao visitante ideias claras e precisas, desenrolara para ele os fatos essenciais sem o fatigar com uma documentação excessiva. As peças antropológicas e etnográficas serão escolhidas entre as mais típicas e se evitara cuidadosamente a apresentação de series numerosas onde a atenção se cansa e se dispersa (FARIA, 1949, p. 13)

Não sabemos se as peças da coleção Mocquerys, aqui estudadas, figuraram na grande reforma das exposições no século XX coordenada por Luiz de Castro Faria, mas através de seus relatos sabemos que foi dedicada uma área para os conjuntos de peças africanas (ver Figura 31).

Figura 31 - Aspecto de uma das vitrines dedicada ao continente africano na reforma de Castro Faria

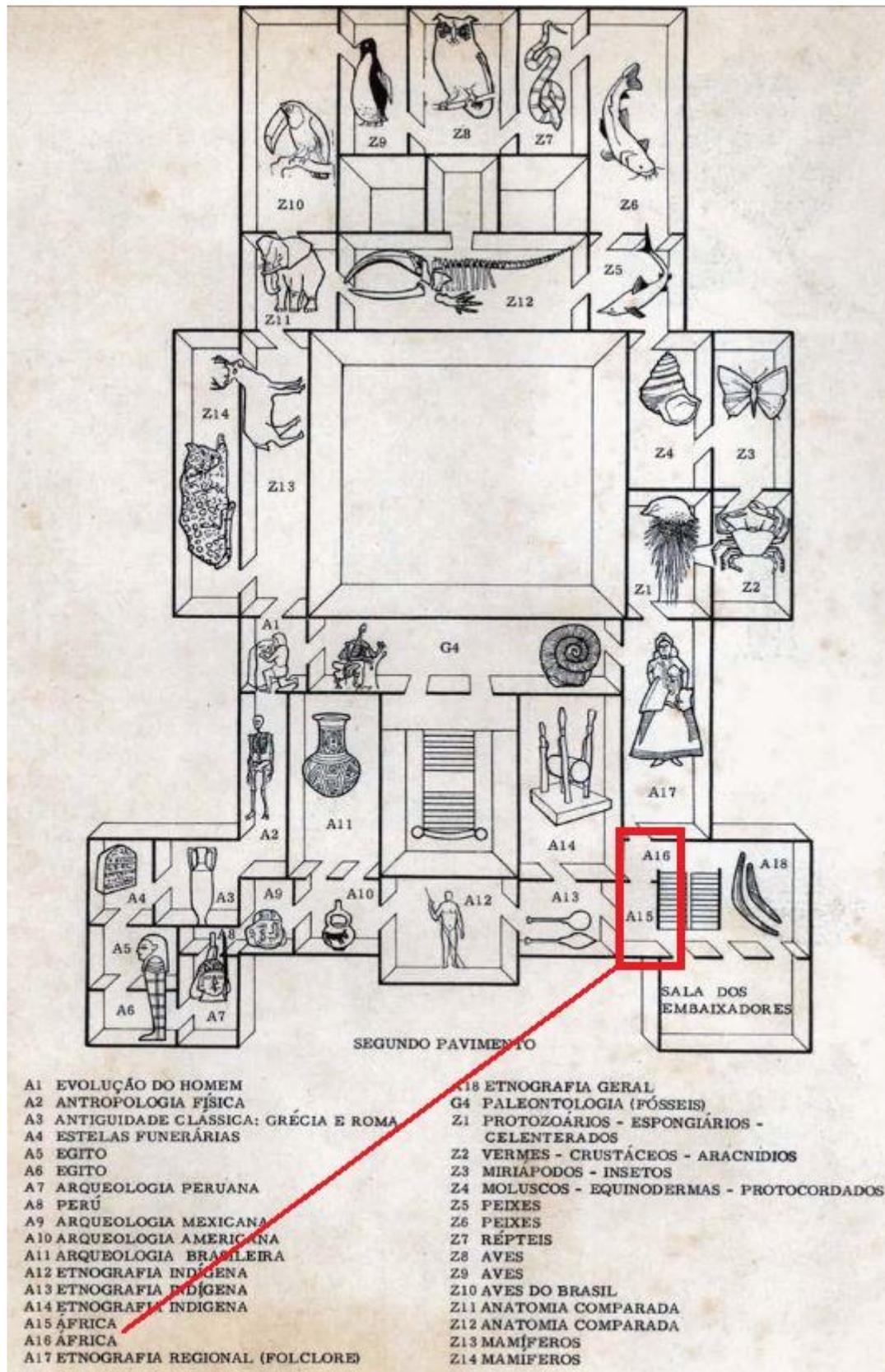


Fonte: CASTRO FARIA, 1949

O folheto “Museu Nacional: guia geral” publicado em 1963 pela Sociedade de Amigos do Museu Nacional (SAMN), nos aponta o local da exposição África dentro do circuito expositivo²⁶⁷. (ver figura 32)

²⁶⁷ Em 2014 foi inaugurada a exposição de longa duração referente ao acervo africano do MN denominada Kumbukumbu em uma nova sala.

Figura 32 – Planta baixa indicando as exposições do segundo pavimento do MN em 1963



Fonte: Museu Nacional: guia geral, 1963

Em 2006, através de museografia de Thereza de Barcellos Baumann Zavataro, a exposição africana foi reformulada incluindo algumas das peças da coleção Mocquerys, como alguns dos

machados, o arco, e zagaias, incluindo o machado e a lança do Zambeze em um total de 5 peças (Figura 33). Thereza Baumann reorganizou o conjunto de modo a destacar as peças da coleção africana do Museu. Portanto a exposição foi distribuída em duas salas pequenas²⁶⁸ (total de aproximadamente 29 m²), que continham 5 vitrines e um total de 68 peças expostas: vitrine de armas, vitrine de adereços, vitrine de instrumentos musicais, uma pequena vitrine com duas defesas de elefante esculpidas e a vitrine do trono do Daomé, junto com alguns outros objetos.

Figura 33 - Vitrine Armas da exposição de 2006 com algumas peças da Coleção Mocquerys.



Fonte: Relatório da Exposição África da Seção de Museologia, 2006

No ano de 2014, foi inaugurada a exposição de longa duração de África, denominada *Kumbukumbu*²⁶⁹ com museografia e curadoria de Mariza de Carvalho Soares com a perspectiva de decolonização das coleções coloniais africanas do Museu Nacional²⁷⁰, ocupando uma sala de,

²⁶⁸ Correspondiam as mesmas salas apontadas no folheto do Guia das exposições de 1963 (ver figura 32)

²⁶⁹ Em swahili significa memória

²⁷⁰ Para maiores informações ver SOARES, Mariza de Carvalho. A decolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção Africana do Museu Nacional. In: OLIVEIRA, João Pacheco de e MELO, Rita de

aproximadamente, 82 m² e contando com um total de 176 objetos expostos: vitrine África passado e presente, a guerra colonial; os povos da floresta equatorial, presa de elefante, angola depois da escravidão atlântica, a diplomacia da amizade, trono do Daomé, africanos no Brasil. (ver Figura 34)

Figura 34 - Exposição Kumbukumbu



Fonte: foto Lisy Salum, 2015

Algumas peças da coleção Mocquerys²⁷¹ figuravam na vitrine da Guerra Colonial (ver Figura 35). Eram elas: o arco, alguns machados e zagaias, incluindo o machado e lança do Zambeze, totalizando 6 peças.

Rabelo em seu texto, na publicação da exposição *Kumbukumbu*, apresenta essa vitrine:

Parte da coleção de armas africanas do Museu Nacional encontra-se atualmente exposta na sala *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio*. O estudo dessa coleção nos oferece possibilidades de abordagens e caminhos de reflexão que vão além do acesso imediato à ideia de funcionalidade inscrita numa dualidade “ataque e defesa”. Os objetos expostos, colocados sob a categoria armas, nos convidam a pensar nestas peças como portadoras de histórias de poder no contexto de sociedades africanas: o poder do homem frente a outro homem, frente à terra ou a animais. A arma é indissociável do poder; marca uma desigualdade que privilegia seu portador. É neste sentido que podemos concebê-las, não apenas como instrumentos de guerra, caça, pesca, defesa contra animais selvagens ou outras atividades ligadas à sobrevivência cotidiana dos membros de um grupo étnico. Algumas destas lanças e machados são objetos rituais ou denotam o status social de quem os possui. (RABELO, 2016, p. 75)

Cássia (orgs.). **De Acervos Coloniais aos Museus Indígenas**: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: EdUFPB, 2019

²⁷¹ Com o incêndio de 2018 todas as peças foram atingidas, incluindo as que estava na reserva técnica do SEE.

Atualmente algumas dessas peças (partes compostas por metal e ligas) já foram recuperadas. Ver Figura 36, Figura 37 e Figura 38

Figura 35 - Vitrine Guerras Coloniais da exposição Kumbukumbu de 2014 com algumas peças da Coleção Mocquerys



Fonte: foto da autora 2017

As exposições servem de pontes entre os objetos e o público transformando essa interação em mecanismos de construção de conhecimento. Os objetos eleitos e (re)contextualizados passam a fazer parte de uma narrativa: a exposição. Portanto ela promove a valorização, divulgação do patrimônio e torna acessível a informação sobre os bens patrimoniais. (OLIVEIRA, BAIÃO, 2015)

As pesquisas para montagem da exposição africana Kumbukumbu suscitaram a publicação de vários artigos e a edição de um *ebook* educativo que apresenta a exposição, as coleções que a compõem, além de propor atividades educativas para professores²⁷²; um artigo sobre uma das primeiras etapas do trabalho de pesquisa, apresentando a coleção africana, alguns doadores e desafios encontrados²⁷³; artigo sobre a coleção doada pelo Rei do Benin Adandozan a D. João

²⁷² SOARES, Mariza de Carvalho, AGOSTINHO, Michele de Barcelos e LIMA, Rachel Correa. Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional. Série livros digitais 4

²⁷³ SOARES, Mariza de Carvalho; LIMA, Rachel Correa. A Africana do Museu Nacional: história e museologia. In: Agostini, Camilla (org.) *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7letras, 2013

VI²⁷⁴; artigo sobre a coleção e doadora Celenia Pires²⁷⁵; artigo sobre comércio de marfim no Congo e Loango nos séculos XVI e XVII²⁷⁶; artigo sobre a proposta de decolonização das coleções e a experiência de curadoria desta exposição²⁷⁷; artigo sobre tecidos *mandês* do Daomé (1810)²⁷⁸; além um TCC e duas dissertações²⁷⁹.

Através de várias iniciativas e projetos, entre eles o “Acervos e exposições na rede: digitalização e disponibilização virtual do acervo etnográfico do Museu Nacional” e do “Documenta Etnológica”, sob coordenação do Prof. Edmundo Mendes Pereira, algumas coleções do setor de etnologia estavam sendo inventariadas, higienizadas, acondicionadas e seriam disponibilizadas em rede. Acompanhando esse processo, as exposições referentes a Etnologia foram apresentadas no site do museu constando algumas das peças da coleção Mocquerys, bem como o machado e a lança do Zambeze²⁸⁰.

3.1.3. Incêndio e sobrevida

Na noite do dia 2 de setembro de 2018, um grande incêndio assolou o Museu Nacional, destruindo grande parte de seu acervo. As peças referenciadas nessa pesquisa encontravam-se parte na exposição Kumbukumbu²⁸¹, localizada no 2º andar, e parte na reserva técnica do SEE localizada no 3º andar do Museu. Nessa área todos os pavimentos colapsaram sobre o restaurante que ocupava o andar térreo, mas o telhado se manteve intacto. Após o ocorrido, foi iniciado o escoramento da parte estrutural do prédio e começou-se um resgate preliminar. As peças recuperadas durante esse processo, passavam pelo trabalho da triagem que fotografava, registrava e encaminhava para o local de guarda provisória, contêineres climatizados, ou eram encaminhados para os laboratórios para tratamento emergencial.

A documentação produzida durante esta etapa referenciava-se a conjuntos de peças recuperadas, denominados lotes e não a itens individuais. Todo o processo aplicado no resgate foi feito seguindo técnicas de campo da Arqueologia.

²⁷⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. AFRO-ÁSIA (UFBA. IMPRESSO), p. 229-271, 2014.

²⁷⁵ SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A coleção ovimbundu do museu nacional, angola 1929-1935. MANA (RIO DE JANEIRO. ONLINE), v. 22, p. 493-518, 2016.

²⁷⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. 'Por conto e peso': o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XVI e XVII. Anais do museu paulista: história, cultura e material (impresso), v. 25, p. 59-86, 2017

²⁷⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção Africana do Museu Nacional. In: OLIVEIRA João Pacheco de e MELO Rita de Cássia (orgs.). De Acervos Coloniais aos Museus Indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: EdUFPB, 2019.

²⁷⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810). AbeÁfrica (Rio de Janeiro, On-line), v.01, n.01, p. 15 – 40, out.2018/março.2019

²⁷⁹ ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. Da Polícia ao Museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão, UFF, 2017

²⁸⁰ Ver <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/a-guerra-colonial.html>

²⁸¹ Sete das peças aqui estudadas: machado e lança do Zambeze, zagaia, dois machados de propulsão, arco e apoio de cabeça da coleção Mocquerys

As equipes formadas pelo resgate eram compostas de curadores, professores, alunos e técnicos das várias áreas de atuação do Museu e outras instituições sobre a supervisão da arqueóloga e coordenadora Prof^a. Cláudia Rodrigues Carvalho, ex-diretora do Museu.

Em meados do mês de janeiro, uma parte da coleção Mocquerys foi recuperada da área de exposição, juntamente com o machado e a lança descritos nesta pesquisa, totalizando as sete peças que se encontravam expostas.

A parte das peças composta de madeira foi totalmente destruída, mas as partes metálicas foram relativamente preservadas. As lâminas dos machados e lanças, apesar de terem sido provavelmente modificadas microestruturalmente, visualmente mantiveram sua integridade. E a decoração, embora fragmentada em partes e provavelmente modificada microestruturalmente, manteve sua morfologia parcialmente íntegra. (ver Figura 36, Figura 37 e Figura 38)

Com essa nova perspectiva, questionamentos surgem, como por exemplo: a partir de agora qual será o futuro da coleção? Voltará a integrar o acervo etnográfico ou constituirá uma nova dimensão? Quais seriam seus novos valores, novo status e novas categorias?

Dentro das perspectivas futuras do Setor de Etnologia e Etnografia, segundo as palavras do curador das coleções etnográficas, o Prof. João Pacheco de Oliveira em palestra proferida no *Royal Anthropological Institute* (RAI) em Londres (2018):

O nosso projeto de futuro, porém não é procedermos a reconstituição pura e simples do acervo da etnologia. Estamos pensando sobretudo em acervos digitais e em organização de novas exposições virtuais. Futuramente o nosso acervo, montado agora em bases digitais, poderia tornar-se uma referência para o estudo da cultura e da história dos povos indígenas no Brasil, não só refazendo as coleções que tínhamos, mas buscando reunir e tornar acessíveis todas as informações, imagens e narrativas diretamente relacionadas às suas culturas. Assim poderíamos continuar atendendo tanto aos pesquisadores e público interessado quanto aos próprios indígenas que com frequência nos consultam sobre essas coleções e sua documentação, que constituem bases materiais, tangíveis e amplamente acessíveis de suas memórias e identidades étnicas. (OLIVEIRA, 2018)²⁸²

Ainda conforme Oliveira (2018), seriam elaborados três passos, o primeiro buscaria a colaboração de museus internacionais com o intuito de obter arquivos digitais sobre povos indígenas brasileiros, tornando-os acessíveis em língua portuguesa e disponíveis para consulta dos próprios indígenas e do público; o segundo passo seria a obtenção de cooperação técnica na conservação dos objetos resgatados e o “terceiro passo seria a recomposição das coleções” que, segundo ele, “viria da aquisição de peças por meio de doações de pesquisadores e dos próprios indígenas”. Dessa forma:

Haveria uma mudança radical nos padrões de colecionamento. As peças que viriam a ser ali reunidas não corresponderiam mais ao amontoado de itens recolhidos pelo olhar estrangeiro do viajante nem pelo exotismo próprio ao mercado de coleções. Elas seriam selecionadas e identificadas pelas próprias populações que pretendem representar, ou pelos que as acompanham e estudam solidariamente, respeitando as peculiaridades de famílias e localidades, fazendo parte de suas estratégias políticas e culturais. (OLIVEIRA, 2018)

²⁸² Palestra proferida pelo Prof. João Pacheco de Oliveira, em outubro de 2018 em Londres no *Royal Anthropological Institute* (RAI)

Durante uma entrevista à revista *Anthropology Today*, João Pacheco de Oliveira foi questionado - “Como você vê o futuro no Museu Nacional depois do incêndio?”

“JPO - Acho que devemos sempre tentar nos afastar da armadilha da busca pela autenticidade de peças e coleções e substituir isso por uma narrativa de histórias e conexões com pessoas e comunidades vivas.” (OLIVEIRA, AELLAH, TURNER, 2019, p. 26, tradução nossa)

O incêndio do Museu Nacional impactou a pesquisa e em grande medida mudou seus rumos. A perda dos documentos digitalizados, transcritos e usados para seu desenvolvimento, assim como a sobrevivência de parte da Coleção Mocquerys, conferiu à pesquisa um estatuto não previsto, o de registro de um evento que destruiu parte do acervo, incluindo os documentos consultados, e causou danos nos objetos sobreviventes, que agora trazem em sua materialidade a marca de um triste capítulo na história da instituição. Mas, por outro lado, conforme ressalta Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho em entrevista para o documentário “Resgates” (2019), novas perspectivas de pesquisa e novas possibilidades de análises se abrem a partir do incêndio, levando a produção do conhecimento a novos patamares.

Figura 36 – Arma de propulsão da coleção Mocquerys depois e antes do incêndio



Fonte: foto autora 2019 e foto Roosevelt Mota (Museu Nacional) 2013

Figura 37 - Zagaia da coleção Mocquerys depois e antes do incêndio



Fonte: foto autora 2019 e Roosevelt Mota 2013

Figura 38 - Machado antes e depois do incêndio



Fonte: foto autora 2019 e Roosevelt Mota (Museu Nacional) 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX e início do século XX, os museus funcionaram como importantes centros de desenvolvimentos e divulgação de saberes baseados no colecionismo e na construção de identidades nacionais. Dentro desse contexto, as práticas de coleta dos naturalistas-viajantes contribuíram para a formação e o incremento das coleções.

A análise dos tipos e normas de coleta, envio e classificação praticadas no Museu Nacional nos ajudou a compreender as preocupações e prioridades da época e como estavam condicionadas ao pensamento científico vigente. Dessa forma, o cuidado com as descrições físicas, matéria e técnica dos objetos, tendo como base critérios estéticos e funcionais se apoiava na percepção de que a humanidade passaria por estágios de evolução e que os objetos da cultura material seriam os indicadores desses estágios. Além disso existia uma preocupação com a perda das características originais e tradicionais de fabricação desses objetos em face ao progresso e a coleta garantiria a preservação desses valores.

Embora, a historiografia tenha se dedicado à classificação dos perfis dos viajantes, poucos trabalhos se dedicaram à categoria do “coletor comercial”: aquele indivíduo que faz da coleta uma profissão e se dedica exclusivamente a ela; tem interesse no estudo e conhecimento em história natural, apesar deste não ser seu principal objetivo; participa de intrincadas redes de coleta, venda e de intermediários, trabalhando muitas vezes de forma autônoma. Apesar da conotação comercial de suas coletas, Albert Mocquerys contribuiu para formação de grandes coleções de história natural para vários museus em uma época em que esse tipo de instituição proliferava.

A constituição de uma coleção de museu, como um conjunto de objetos ordenados de forma intencional e fundamentada na natureza do valor atribuído aos objetos que a compõem, parte de um sistema de seleção ao transformar uma coisa em objeto de museu ou como Pomian denomina, em um objeto singular (semióforo). Percebe-se então, que esse processo não é imparcial, pois se apoia em um contexto social, espacial, histórico, cultural e está estreitamente vinculado à atribuição de valores.

A musealização, também entendida como um conjunto de processos que favorece a preservação física e informacional, é uma etapa importante dentro da trajetória de um objeto. Esta não se caracteriza apenas pela retirada do objeto dos sistemas de troca e circulação ou de seu contexto de origem para atribuir-lhe um novo significado dentro do espaço museológico, esse novo contexto e mudança de *status* também engloba a seleção, divulgação, pesquisa, exposição, documentação, conservação e todos os eventos que possam envolver o objeto em sua trajetória. Dentro dessa nova realidade criam-se valores e significados, transformando o objeto em fonte de informação (documento) e, portanto, passível de ser preservado, pesquisado e divulgado.

Como parte desse entendimento de que o objeto de museu é um documento, a documentação museológica funcionaria como um instrumento informacional apoiado por valores e preceitos com o intuito de ordenar o conhecimento e preservar o acesso a este, e como tal é

também delimitada por contextos sociais determinados por espaço e tempo. Portanto, essa abordagem pautada em valores acaba por induzir comportamentos de priorização de certas informações em detrimento a outras ou mesmo determina seu esquecimento ou rejeição.

Dessa forma, o estudo da documentação do SEE nos ajudou a perceber como a prática de campo da antropologia influenciou as ações de classificação e categorização do acervo. É através dos objetos, entendidos aqui como documentos portadores de informação, que se formam conexões constante entre presente, passado e futuro, mediados pelos significados que ao longo do tempo passam a ser incorporados a esses objetos. Além disso notamos que apesar de várias iniciativas e tentativas de sistematização da documentação do SEE, as lacunas ainda permaneceram, o que acarretou uma fragmentação das narrativas, criando barreiras ao acesso e a preservação das informações contidas nesses objetos-documento. Como exemplo disso, a dificuldade de identificação das peças da Coleção Mocquerys.

Como fonte de preservação, a documentação trabalha com a dimensão da informação e possui uma dinâmica própria: enquanto os objetos tendem a perder suas características originais, a informação referente a eles pode ser incrementada. Mas é importante percebermos que o objeto não transmite uma mensagem por si só, ele deve ser imbuído desta função, sendo necessário um sujeito que lhe atribua um significado e esse significado pode ser alterado com o passar do tempo e transmitido para as gerações futuras.

O conceito de preservação, hoje, tem caráter abrangente e baseia-se na concepção de valores e escolhas dentro de um quadro integrado que compõe ações de gestão, conservação-restauração, acesso e pesquisa. Deve ser entendido como uma ação não imparcial, refletindo as prioridades, escolhas, valores e interesses dos vários contextos históricos e sociais. Através das cartas patrimoniais e das transformações do conceito de patrimônio percebemos como a preservação se articula com esses contextos.

Se nos primórdios das discussões sobre o patrimônio imperavam questões sobre valor artístico, estéticos baseados em aspectos formais e técnicos, muitas vezes apoiados no cientificismo, com o passar do tempo outros pontos foram acrescentados aos debates. A ampliação do arcabouço conceitual do núcleo estético-histórico para o antropológico-cultural, a percepção da relevância do patrimônio imaterial e da preservação das identidades culturais, a inclusão de novos *stakeholders*, o reconhecimento da diversidade, pluralidade e especificidade cultural, a compreensão da mutabilidade e dimensão social do patrimônio cultural são apenas alguns desses aspectos.

Devido a essas novas concepções serem muito recentes, é comum a insistência na preocupação em priorizar ações de conservação-restauração baseadas somente em aspectos estético-histórico ou ainda no objetivismo científico, mesmo se tratando de acervos de cunho etnográfico.

A busca da preservação da autenticidade e integridade dos bens patrimoniais atrelados aos paradigmas de material original, visão histórica, evidencia física e outros atributos considerados inerentes aos objetos, ou mesmo interpretados como verdades, foi interpelada pela noção de que

todos esses paradigmas são baseados em construções estabelecidas por processos interpretativos, subjetivos e seletivos.

A “verdade” relacionada à objetividade nas práticas de conservação-restauração embasadas pelo restauro científico, conforme expõe Viñas, vem sendo substituída pela subjetividade e caráter informacional do objeto, lembrando que para tal, é necessário um sujeito ou receptor como mediador.

Podemos perceber então que a atribuição de valores norteia os vários aspectos relacionados com o patrimônio, desde sua seleção, processo de musealização, bem como os aspectos ligados à preservação. Se caracterizam por seu aspecto dinâmico, as vezes divergentes, associados a seu contexto de tempo, espaço, interações sociais, além de ter caráter seletivo baseados em escolhas. No caso específico da coleção aqui estudada, a gama de valores a ela atribuída, como por exemplo, valor estético, histórico, simbólico pode ser acrescida por uma nova atribuição, o valor de remanescente, dinâmica trazida pelo evento do incêndio, embora esta atribuição possa, agora, estar diretamente associada e/ou incluída a seu valor histórico.

A vocação dos museus como instrumento de troca de conhecimento e desenvolvimento social já foi bastante discutida e, nos museus de antropologia, essa vocação é legitimada através de uma nova abordagem onde os povos representados em suas coleções fazem papel de protagonistas, seja pela colaboração participativa, promovendo um resgate de informações relevantes à identificação de técnicas, estilos e materiais dos objetos que produziram, ou ainda através da devolução simbólica, onde o grupo revisita sua produção e toma conhecimento de suas práticas muitas vezes esquecidas.

Os museus devem estar aptos a assegurar seu engajamento com a sustentabilidade social, como parte de suas responsabilidades. Isso significa dizer que a manutenção do respeito e das demandas sociais referente às comunidades deve ser contínua e estar relacionada, não só à gestão, mas à conservação-restauração de acervos que, de alguma forma, representam essas comunidades. A sustentabilidade social firma o compromisso do museu perante estas.

Esse novo enfoque também induz os curadores e os conservadores a adotarem uma nova postura compelindo-os a repensar e discutir novas abordagens frente à especificidade desses acervos, sua utilização e ainda a introdução de novos agentes na tomada de decisões por conta da curadoria participativa dos grupos que produziram essas coleções.

Se levarmos em conta as demandas sociais geradas pela nova abordagem dos museus de antropologia, essa diferenciação deve nortear e redimensionar as práticas da conservação desses acervos.

O caráter dinâmico, o aspecto tangível e intangível do Patrimônio influencia no trabalho do conservador-restaurador que deve agora dar conta dessa nova realidade. Preocupações ligadas à integridade física dos objetos passam para o eixo da integridade cultural, espiritual e funcional. E dentro deste prisma, as comunidades envolvidas ganham voz e exigem novos critérios por parte

desses profissionais. Isso muitas vezes gera diálogos complexos e multifacetados partindo de múltiplos pontos de vista e do entendimento de que museus não são espaços neutros.

Consideramos que a tomada de decisão não deve estar nas mãos apenas do conservador-restaurador, mas em uma equipe de caráter transdisciplinar, onde novos discursos, pesquisas e práticas podem emergir.

Portanto, as ações de conservação-restauração devem estar pautadas em harmonizar, na medida do possível, o maior número de intensões, valores, sensibilidades, susceptibilidades, tendo a consciência que toda essa dimensão não é estática, mas dinâmica, obrigando o conservador-restaurador a rever esses princípios constantemente. E ainda, que não devemos permitir a dicotomia entre a conservação do objeto e a preservação cultural conforme apontou Clavir.

A consciência e compreensão desse universo não devem pôr em risco a preservação das coleções, mas servir como alerta de um contexto maior que deve nortear nossas ações.

Percebemos que o Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional inserido no complexo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que dialoga constantemente com o curso de antropologia social, tem um perfil diferenciado. A responsabilidade que recai sobre ele acaba sendo maior e é vista diariamente através das diversas demandas que emergem das mais diversas esferas. O conhecimento, por parte do conservador, das propostas e objetivos de curadoria, do perfil do museu e do ambiente em que está inserido também são primordiais.

Para facilitar e acompanhar o trabalho de gestão da conservação de coleções de cunho etnográfico, frente a todas essas questões acima elencadas, é indicado o uso de algumas ferramentas ou instrumentos que auxiliam também na compreensão de sua significância. Dentre estas incluímos a Declaração de Significância, o mapa conceitual, o checklist, a biografia dos objetos entre outras.

A biografia nos possibilita visualizar os vários aspectos dos objetos, suas relações, interdependências e contextos sociais envolvidos; os valores a eles atribuídos e seus conteúdos informacionais dentro de um espectro temporal e espacial, constituindo, assim, uma ferramenta importante que possibilita o acesso a um conhecimento mais abrangente sobre o objeto e, portanto, subsidia a tomada de decisão da conservação-restauração.

O incêndio do Museu Nacional apesar de ter sido com certeza um triste evento, traz consigo uma esperança de reconstrução pautada, segundo palavras do curador das coleções etnográficas, em novos padrões de colecionamento de forma mais participativa e por que não também em ações de preservação mais colaborativas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. A Emergência do “Outro” no campo do Patrimônio Cultural. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento 7. São Paulo: USP, 2008

ANDRADE, Nivaldo Vieira de. Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras, CORRÊA, Elyane Lins. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)**. Niterói: UFF, 2014 (Dissertação de Mestrado)

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A exposição antropológica brasileira de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. In: ANPOCS, 41., 2017, Caxambú. **Papers**. Caxambú: Anpocs, 2017. p. 1 - 29. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt04-20/10622-a-exposicao-antropologica-brasileira-de-1882-praticas-de-colecionamento-e-circulacao-de-indigenas-no-museu-nacional/file>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

AILLAUD, Isabelle. Exposition Coloniale Marseille 1906. Disponível em: <<http://expo1906.histoires-ultramarines.fr/>>. Acesso em: maio de 2017.

AJAYI, J.F. Ade. **História Geral da África: África do século XIX a década de 1880**. V. VI. Brasília: UNESCO, 2010

ALBERTI, Samuel J. M. Objects and the Museum. **Isis: Journal of the History of Science**, v. 96, n. 4, (December 2005), pp. 559-571. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/students/modules/hi916/week5/alberti_objects_and_the_museum.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2018

ALCANTARA, Josiane S. de. O Museu Nacional e a memória da ciência no Brasil: o caso da coleção Heloísa Alberto Torres. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e BARBOZA, Christina Helena da Mota (Org.). **Acervos de Ciência e Tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação**. MAST: Rio de Janeiro, 2012, p. 79 -125

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, 1889. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm>. Acesso em 21 de jan. de 2017

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro, 1905. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm>. Acesso em 21 de jan. de 2017

ALMEIDA, Carolina Cabral Ribeiro de. **Da Polícia ao Museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão**. Niterói: UFF, 2017 (Dissertação de mestrado)

ANNALES DE LA SOCIÉTÉ ENTOMOLOGIQUE DE FRANCE. T. 2. Paris, 1844.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercado e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Eduff, 2008

APPELBAUM, Barbara. Conservation treatment methodology. Oxford: Butterworth-heinemann/elsevier, 2007.

AURELIANO, Luciana Guizan, COAN, Samanta, ROMEIRO, Eduardo. Panorama da sustentabilidade nos museus. **12º. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design**. Outubro 2016. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2016/0319.pdf>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019

VIETTE, P. Noctuelles trifides de Madagascar, écologie, biogéographie, morphologie et taxonomie. **Annales de la Societe Entomologique de France**, Paris, n. 131, f. 1, 1962. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6141348q.r=Annales%20Societe%20%20entomologique%20%20France%20131%201962?rk=42918;4>>. Acesso em 21 de maio de 2016

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos-Edusp, 5ª. Ed., ver. ampl, 1971, 809 p. (Obras Completas, v. 13).

AZEVEDO, Fernando. **As ciências no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1955 2 vols.

BAFOUR, Alice Blanche. **Twelve Hundred Miles in a Waggon**, London: Edward Arnold, 1895.

BALDINI, Isis, PONTES, Maria Adelaide. *Ecco Narcisus*, 1991/2010. In: Freire, Cristina (org). **Arte contemporânea: preservar o quê?** São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. 196 p. Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/geacc/preservaroque.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019

BANDAMA, Foreman. **The Archaeology and Technology of Metal Production in the Late Iron Age of the Southern Waterberg, Limpopo Province, South Africa**. Cape Town: University of Cape Town, 2013 (Tese de Doutorado)

BANDAMA, Foreman; Hall, S.; Chirikure, Shareck. Eiland crucibles and the earliest relative dating for tin and bronze working in Southern Africa. **Journal of Archaeological Science**, n. 62, p. 82-91, 2015.

BANDAMA *et all*. The production, distribution and consumption of metals and alloys at Great Zimbabwe. **Archaeometry**. Oxford: University of Oxford, 2016, 18 p.

BAPTISTA, Fernando Mathias, VALLE, Raul da Silva Telles. Os povos indígenas frente ao direito autoral e de imagem. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/890>>. Acesso em 21 de maio de 2016

BARBOZA, Chistina Helena da Motta. Ciência e Natureza nas expedições astronômicas para o Brasil (1850-1920). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v.5, n. 2, 2010.

BARRANHA, Helena (org.). **Patrimônio Cultural: conceitos e critérios fundamentais**. Lisboa: ICOMOS, 2016

- BARROS, Philip de. Ironworking in its context. In: VOGEL, Joseph (ed.). **Encyclopedia of precolonial Africa: Archaeology, History, Languages, Cultures, and Environments**. Altamira Press. p.135-149, 1997
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006
- BENJAMIN, Walter. O Colecionador. In: **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 237-246
- BENCHIMOL, S. **Amazônia, formação social e cultural**. Manaus: Valer Editora, 1999
- BENT, James Theodore. **The Ruins Cities of Mashonaland**: being a record of excavation and exploration in 1891. London: Longman, Green and Co., 1895
- BISSON, *et all.* **Ancient african Metallurgy**: the socio-cultural context. Walnut Creek: AltaMira Press, 2000. 5489 p.
- BLANCHARD, Pascal, LEMAIRE, Sandrine, BANCEL, Nicolas. Exhibitions, expositions, médiation et colonies (1870-1914). In : BLANCHARD, Pascal, LEMAIRE, Sandrine, BANCEL, Nicolas. **Culture coloniale en France, de la Révolution française à nos jours**, 2008, pp. 110-119
- BELTRÃO, Jane Felipe. Coleções etnográficas: chave de muitas histórias. **DataGramZero**, v. 4, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6781>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019
- BLENNERHASSETT, Rose; SLEEMAN, Lucy. **Adventures in Mashonaland by two Hospital Nurses**. London: Macmillan and Co., 1893
- BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935**. V. VII. Brasília: UNESCO, 2010
- BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima, MICHELON, Francisca Ferreira e BEVILACQUA, Cleci. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Unisinos**: calidoscópio, v. 15, n. 3, p. 443-454, set/dez 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.04/0>>. Acesso em 10 de outubro de 2018
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 183-191.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl; apresentação Giovanni Carbonara. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASIL. Thomaz Antônio de Villanova Portugal. Ministério dos Negócios do Reino. **Instruções para os viajantes e empregados nas colônias: a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de história natural**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819. 140 p. Disponível em: <<https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/28095>>. Acessado em: 14 de dez. de 2017

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1842. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18442>>. Acesso em: 08 de jun. de 2018

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1876. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18659>>. Acesso em: 08 de jun. de 2018

BRASIL. **Coleções de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1888. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18664>>. Acesso em: 08 de jun. de 2018

BRASIL. **Coleção de Leis da República**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1890. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19080/collecao_leis_1890_parte2.pdf.pdf?sequence=2>. Acesso em 27 de outubro de 2017

BRASIL. **Coleção de Leis da República**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1899. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3211-11-fevereiro-1899-538913-norma-pe.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2017

BRASIL. **Coleção de Leis da República**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1910. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18743>>. Acesso em 08 de junho de 2018

BRASIL. **Coleção de Leis da República**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1916. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11896-14-janeiro-1916-517466-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 de junho de 2018

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2018

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 04 de outubro de 2018

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015** (Convenção sobre Diversidade Biológica). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

BRASIL. FUNAI – **Portaria n. 177 PRES. de 16 de fevereiro de 2006**. Brasília: FUNAI, 2006. FUNAI. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO_INDIGENISTA/Cultura/portariadireitoautoral.PDF>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

BRITANNICA. António Fernandes: portuguese explorer and historian. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Antonio-Fernandes>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

BROWN, Steve C. The points of view of native people about collection care in museums are evolving. In: WELSH, Elizabeth C.; et al. **Western association for art conservation** (WAAC) newsletter. Seattle: WAAC, 1992, 14/1, p. 13-22

BUCKLAND, Michael K. What is a "document"? **Journal of the American Society of Information Science**, v. 48, n. 9, 1997. p. 804-809. Disponível em: <<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>>. Acesso em 15 de outubro de 2017

BUENO, Antônio Gonzáles y DIAS, Alfredo Baratas (Eds.). De gabinete a 'science center': 500 años de coleccionismo em História Natural. In: REAL SOCIEDAD ESPAÑOLA DE HISTÓRIA NATURAL. **Museus y colecciones de história natural**: educación y difusión. Segunda época. Tomo XI. Madrid, 2013 p.115-125

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN. Rouen: Léon Dechays, 1872.

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ DES AMIS DE SCIENCES NATURELLE DE ROUEN. Rouen: Léon Dechays, 1879.

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ ENTOMOLOGIQUE DE FRANCE. Paris, 1916

BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ LINNÉENIIE DE NORMANDIE, Caen: Le Blanc-Hardel, 1873

BULLETIN DU MUSEUM NATIONAL D'HISTOIRE NATURELLE. No. 8, Paris: Imprimiere Nationale, 1912

CAMPOS, Guadalupe Nascimento. Transferência de Tecnologia por Escravos Africanos para o Brasil. In: Fernando Mozart. (Org.). **Uma Viagem Pitoresca**: de Debret às Escolas do Século XXI. Rio de Janeiro: MULTIRIO Empresa Municipal de Múltiplos LTDA., 2008, v. 1, p. 22-23.

CAMPOS, Guadalupe Nascimento. **Estudo Arqueometalúrgico de Objetos Resgatados de Sítios Históricos do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). 2005.

CARVALHO, Humberto Farias de. Uma metodologia de conservação e restauro para arte contemporânea. In: Freire, Cristina (org). **Arte contemporânea**: preservar o quê? São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. 196 p. Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/geacc/preservaroque.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019

CASA DE OSWALDO CRUZ. Museu Real. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Fiocruz, s/d. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/musnac.htm>>. Acesso em 10 nov. de 2017

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e Valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras, CORRÊA, Elyane Lins. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro. Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: estado da arte, IN: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro, FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO Educarte, 2008

CASTRO FARIA, Luiz de. **Introdução ao inventário do arquivo do conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas**. Rio de Janeiro, MAST, 2000. P. 11-20

CASTRO FARIA, Luiz de. **As Exposições de Antropologia e Arqueologia do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949

CHILDS, S. Terry. Transformations: iron and copper production in Central Africa. In: GLUMAC, P. **Recent trends in archaeo-metallurgical research**. MASCA Research Papers in Science and Archaeology. The University Museum of Archaeology and Anthropology. Philadelphia: University of Pennsylvania. N.8, p. 33-46, 1991

CHILDS, S. Terry; DEWEY, William J. Forging symbolic meaning in Zaire and Zimbabwe. In: SCHMIDT, P. **The culture and technology of African iron production**. Gainesville: University Press of Florida, p.145-171, 1996

CHILDS, S. Terry; KILLICK, David. Indigenous African metallurgy: Nature and culture. **Annual Rev. of Anthropology**. V. 22, p.317-337, 1993. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.22.100193.001533>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

CHIRIKURE, Shadreck. **Metal in Past Societies: a global perspective on indigenous african metallurgy**, New York: Springer, 2015

CHIRIKURE, Shadreck. New light on Njanja iron working: towards a systematic encounter between ethnohistory and archaeo-metallurgy. **South African Archaeological Bulletin**, n.61, p.142- 151, 2006

CHOAY, Françoise. **O Patrimônio em Questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Trato ed. 2011

CLAVIR, Miriam. Reflections on Changes in Museums and the Conservation of Collections from Indigenous People. **Journal of the American Institute for Conservation**. Summer, V.35, p.99-107, 1996. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/019713696806124485>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

CLAVIR, Miriam; MOSES, John. **Caring for sacred and culturally sensitive objects**. Date modified: 2019-02-22. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/caring-sacred-culturally-sensitive-objects.html>. Acesso em abril de 2019

CLAVIR, Miriam. The social and historical construction of professional values in conservation. **Studies in conservation** 43, p. 1-8, 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1506631?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

CLAVIR, Miriam. Multicultural participation in conservation decision-making. **Western association for art conservation (WAAC) newsletter**. Seattle: WAAC, 1992, v. 14, n. 1, p.13-22

CLIFFORD, James. **Routes**: travel and translation in the late twentieth century. London: Harvard University Press, 1997.

CLINE, Walter. **Mining and metallurgy in Negro Africa**. Wisconsin: George Banta Publishing Company, Menasha, 1937

COMITÉ CENTRAL D'AGRICULTURE DE LA CÔTE-D'OR. **Journal d'Agriculture de la Côte-d'Or**. Dijon: J. E. Rabutot, ano 1895, t. XXVII, 1865. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5810832x?rk=21459;2>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2016

CONSIGLIO NAZIONALE DELLE RICERCHE. **Carta di restauro, 1987**: carta della conservazione e del restauro degli oggetti d'arte e di cultura. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/50071564/VVAA-Carta-Conservacion-Arte-y-Cultura-1987>>. Acesso em 26 janeiro de 2018

CUNHA, Claudia dos Reis. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. **Revista CPC**. São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006

DEFOURNY, Vicent. A Unesco e o Brasil: alinhamento histórico nas proposições para o Patrimônio Imaterial. In: CASTRO, Maria Laura Viveiro de, FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO Educarte, 2008

DEPINCE, Charles. **Exposition coloniale de Marseille, 1906** : compte rendu des travaux du Congrès colonial de Marseille Paris: Augustin Ghallamel ed. T. 1, 1908

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Dictionnaire encyclopédique de museologie**. Paris: Armand Collin, 2011.

DEWEY, William. AK-47S for the ancestors. **Journal of Religion in Africa**. N.24, p.358-374, 1994

DEWEY, Willian, MVENGE George T. Useful objects or religious masterpieces. In: DEWEY, William. **Legacies of stone: Zimbabwe past and present**. Belgium: Erasmus Wetteren, v. 1, 1997

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 55-75

DORR, Laurence J.; STAUFFER, Fred W.; RODRÍGUEZ, Leyda. Albert Mocquerys in Venezuela (1893-1894): A Commercial Collector of Plants, Birds and Insects. **Harvard Papers in Botany**, Massachusetts, v. 22, n. 1, p.17-26, jun. 2017

EWBANK, Cecília de Oliveira; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios. **Midas**, Rio de Janeiro, 8, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/1233>>. Acesso em 20 de set. de 2018

FACULTÉ D'ODONTOLOGIE DE NANCY. **Un peu d'histoire ...**Nancy: Université de Lorraine. Disponível em: <http://odonto.univ-lorraine.fr/content/un-peu-dhistoire>. Acesso em 27 de maio de 2017

FANGAN *et all.* **Iron Age Cultures in Zambia: Dambwa, Ingombe Ilede, and the Tonga**, London: Chatto and Windus, v. II, 1969

FARAH, Ana Paula. Artigo: Cartas Patrimoniais: implicações em seu entendimento. **CAU/SP**. Disponível em: <<https://www.causp.gov.br/artigo-cartas-patrimoniais-implicacoes-em-seu-entendimento/>>. Acesso em 10 de agosto de 2018

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). **Asplepio**, vol. 50, no. 2. 1998. Disponível em: <<http://asplepio.revistas.csic.es/index.php/asplepio/article/view/338>>. Acesso em 08 de jun. de 2018

FIGUEIRÔA, S. F. de M., SILVA, C. P. e PATACA, E. M. Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol. 11(3): 713-29, set.- dez. 2004.

FOÀ, Édouard. **Traversée de l'Afrique équatoriale de l'embouchure du Zambèze (Océan Indien) à celle du Congo (Océan Atlantique) par les grands lacs (1894-1897)** : mission de M. le ministre de l'Instruction publique, 1898

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p.

FROMM, Annete B. Ethnographic museums and intangible cultural heritage return to our roots. **Journal of Marine and Island Cultures**, Mokpo, v. 5, n. 2, p.89-94, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212682116300361#!>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GIRARD, Maurice. **Exposition universelle de 1867** : entomologie appliquée, les insectes utiles (ves à soie et abeilles), les insectes nuisibles. SOCIÉTÉ IMPERIALE ZOOLOGIQUE D'ACCLIMATATION. Paris : Libraire Agricole de la Maison Rustique, 1867, p. 33. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6510391j.textelimage>>. Acesso em 20 maio de 2016

GONÇALVES, Ana. Patrimônio etnográfico. In: REZENDE, Maria Beatriz *et all* (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/32/patrimonio-etnografico>. Acesso em out de 2018

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-16, june, 2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: julho de 2018

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GRANATO, Marcus; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. **Midas**, n.1, 2013. Disponível em: <http://midas.revues.org/131>. Acesso em 10 outubro de 2018

GROUP CONSIEL MONTRÉAL. Énoncé d'orientation pour une politique du patrimoine, 2004. Disponível em: http://www2.ville.montreal.qc.ca/patrimoine/doc_enonce/enonce_I.pdf. Acesso em 25 de outubro de 2018

GUALTIERI, Regina Candida Ellero. O Evolucionismo na Produção Científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloisa Maria Berthol, SÁ, Magali Romero e CLICK, Thomas. **A Recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003

GUYOT, Paul. **Le Zambèze**. Paris, 1898.

HANNESCH, Ozana; GRANATO, Marcus. A Conservação-Restauração de Documentos Arquivísticos: reflexões sobre a tarefa de avaliação e priorização. In: Granato, Marcus. (Org.). **MAST: 30 anos de Pesquisa**. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, v. 1, p. 205-242.

HENDERSON, Jane; NAKAMOTO, Tanya. Dialogue in conservation decision-making. **Studies in Conservation**, 61, sup - 2, 67-78, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00393630.2016.1183106>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

HERBERT, Eugenia. W. **Red gold of Africa: copper in precolonial history and culture**. Madison: University of Wisconsin Press, 1984

HERBERT, Eugenia W. **Iron, gender and power: rituals of transformation in African Studies**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de Branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervos**, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul./dez, 2010

HORNBECK, Stephanie. Intersecting conservation approaches to ethnographic and contemporary art: Ephemeral art at the National Museum of African Art. **Objects Specialty Group Postprints**, Volume Twenty, 2013. Disponível em: <http://resources.conservation-us.org/osgfiles/osg020-10.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2019

ICOM. **General Conference for Standing Committee for Museum Definition, Prospects and Potentials**. Kyoto, 2019. Disponível em: <http://icom-kyoto-2019.org/>. Acesso 12 de janeiro de 2019

ICOM-CC. Resolution Terminology English. 2008. Disponível em: <http://www.icom-cc.org/54/document/icom-cc-resolution-terminology-english/?id=744#.XJynGLhG3ct>. Acesso em 10 de setembro de 2018

ICOMOS. New Zealand Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value, (revised) 2010. Disponível em:

<https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/ICOMOS_NZ_Charter_2010_FINAL_11_Oct_2010.pdf>. Acesso em 25 janeiro de 2018

ICOMOS. **Carta de Veneza de 1964**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

ICOMOS. **Carta de Burra de 1980**. Tradução IPHAN. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

ICOMOS. **Declaração do México de 1985**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

ICOMOS. **Documento de Nara de 1994**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

ICOMOS. **Declaração de Sofia de 1996**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

ICOMOS. **Burra Charter de 2013**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2018

INSTITUT DE CARTHAGE. **Revue Tunisiene**. T. 13, Tunís: Societe Anonyme de l'Imprimerie, 1906

IPHAN. **Carta de Brasília de 1995**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018

ITÁLIA. Ministério da Instrução Pública, **Carta do restauro italiana de 1972**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

JAPIASSU, Hilton. O espírito interdisciplinar. **Caderno EBAPE.BR**, v IV, n. 3, outubro, 2006. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/76641107-O-espirito-interdisciplinar-1-hilton-jupiassu-2.html>>. Acesso em 16 de maio de 2018

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. **City & Time** 2 (1): 1. [online], 2006 Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em 27 de agosto de 2018

KAPIL, Raj. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo; Circulação e a História Global da Ciência. **Revista Maracanan**. Edição: n. 13, dezembro 2015, p. 164-175

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. **Os Estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2008 (Tese de Doutorado)

KILLICK, David J. Cairo to Cape: The spread of metallurgy through Eastern and Southern Africa. **Journal of world prehistory**. Springer, v.22, n.4, p.399-414. 2009

KOENIG, C. Un lot d'objets pahouins provenant du Congo français. **Bull. Soc. Hist. Nat. Colmar**, n.s. V, 1900, p. lxi-lxx.

KOPYTOFF, Igor. a biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. (org.). **A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural** [1986]. Niterói: EdUFF, 2008

KUPER, Hilda, HUGHES, A.J.B., VELSEN, J. Van. **The Shona and Ndebele of Southern Rhodesia**. London: Routledge, 1954.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. São Paulo: Atelier Editorial, 2013

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

KULEVIČIUS, Salvijus. In search of Cultural Heritage Authenticity definition: history and current issues. **Historic and culture studies**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/10604674/In_Search_for_Cultural_Heritage_Authenticity_Definition_History_and_Current_Issues>. Acesso em 25 de agosto de 2018

KUPER, Hilda; HUGHES, A. J. B.; VELSEN, J. van. **The Shona and Ndebele of Southern Rhodesia**. New York: Routledge, Southern Africa Part IV, 2017

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 8 (suplemento), p. 863-880, 2001.

KURY, Lorelai (org.). **Comissão Científica do Império 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2008

KUSIMBA, Chap M.; KILLICK, David J.; CRESSWELL, Richard G. Indigenous and imported metals at Swahili sites on the coast of Kenya. **MASCA, Research Papers in Science and Archaeology**. Philadelphia: University of Pennsylvania. Suplemento do v. 11, p. 63-77, 1994

LA DÉPÊCHE TUNISIENNE. Tunis, n. 3408, ano 11, 1899.

LACERDA, João Baptista de. **Relatório do Congresso Universal das Raças**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1912.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1905.

LAMBERT, Paul. **Dictionnaire illustré de la Tunisie**: choses et gens de Tunisie. Tunis: C. Saliba Ainé, 1912

LEBLANC, François. Heritage Conservation Terminology Definition of terms from various sources. **ICOMOS**. Disponível em: http://ip51.icomos.org/~fleblanc/documents/terminology/doc_terminology_e.html. Acesso em 19 setembro de 2018

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: ed. Unicamp, 2003

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural. **Architecton** - Revista de Arquitetura e Urbanismo – v. 04, nº 07, 2014

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Tese de doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2009.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 2009.

LOPES, Maria Margaret; MURRIELLO, S. E. Ciências e educação em museus no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.12, p.13-30, 2005. Suplemento

LOTIERZO, T.H.P. **Contornos do (in)visível**: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos. São Paulo: USP, 2013

LOUREIRO *et al.* Da vida de um fotoheliógrafo: itinerários e memórias. In: ENANCIB, XVII, 2016, Bahia. **Descobrimientos da ciência da informação: desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade**. Bahia, 2016 p. 1-21. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3735>>. Acesso em 13 de outubro de 2018

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 44, p. 91-106, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/438/412>>. Acesso em 17 de outubro de 2018

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Musealização e cultura material da Ciência & Tecnologia. **Museologia e Patrimônio**. Unirio | MAST – vol.8, no 2, 2015. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2018

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus, LOUREIRO, José Mauro, Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Midas** [online], 1, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/midas/78>>. Acesso em 20 abril de 2017

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Objetos em museus: acompanhando trajetórias, mapeando conceitos. **Museologia e Patrimônio**, vol. 11, no 2, 2018. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/705>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 13-35, jan/abr, 2019

LUSO, Eduarda, LOURENÇO, Paulo B., ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. Engenharia Civil **UM**, n. 20. Guimarães: Universidade do Minho, p. 31-44, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/36368682/Breve_hist%C3%B3ria_da_teor%C3%A7%C3%A3o_e_do_restauro>. Acesso em 10 março de 2018

MACGREGOT, Neil. **A História do mundo em 100 objetos**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013

MAROEVIC, Ivo. The museum message: between the document and the information. In: HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museum, media, message**. London: Routledge, 2004.

MATOS, Alexandre. 2º. Workshop implementação de procedimentos SPECTRUM em museus. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018. 65 slides. Apresentação de powerpoint. Disponível em: <<http://spectrum-pt.org/2018/05/workshop-implementacao-de-procedimentos-spectrum-em-museus-artisbd/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2019

MAUND, E. A. Zambezia, the new British possession in Central South Africa. **Royal Geographic Society**, n. 11, nov. 1890

MELLOR, Stephen P. The exhibition and conservation of african objects: considering the nontangible. **Journal of the American institute for conservation**, n.31, 1992, p.3-16. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/toc/yjac20/31/1?nav=tocList>>. Acesso em setembro de 2016

METZGER, Jean-Paul. L'information-documentation. In: OLIVESI, Stephane (org.). **Sciences de l'information et la communication** – objets, savoirs, discipline. Presses Universitaires de Grenoble, 2006.

MEYRIAT, Jean (1981). Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.

MILLER, Duncan E. Smelter and smith: iron age metal fabrication technology. **Southern Africa Journal of the Archaeological Science**. v. 29, n. 10, p.1083-1131, 2002. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305440301907587>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

MILLER, Duncan E.; VAN DER MERWE, Nikolaas J. Early Metal Working in Sub-Saharan Africa: a review of recent research. **The Journal of African History**. Cambridge University Press, v. 35, n. 1, p. 1-36, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/182719?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

MILLER, Duncan E.; KILLICK, David J. Slag identification at Southern African Archaeological sites. **Journal of African Archaeology**. 2(1) p.23-49, 2004. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/284307084/download>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018

MOCQUERYS, Simon. **Recueil de Coléoptères Anormaux**. Rouen: Léon Deshays, 1880.

MOCQUERYS, Albert. Le Congo Français. **Bulletin de la Société de géographie commerciale de Paris**. Ano 29, v. 214. Paris: Imprimerie Lahure, 1902, p. 87-96.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. A preservação dos documentos históricos do Museu Nacional:” O livro do porteiro” Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional. In: **Comemoração dos 199 anos do Museu Nacional/UFRJ** - ciência, história e cultura na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro: Seção de Memória e Arquivo - SEMEAR, 2017. 1 p.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000 pp. 256-287.

MOURA, Patrícia. Coleção etnográfica loreto-paranaguá: descortinando a história da expatriação cultural do Brasil. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: 2015, 15p.

MULLER, Hendrik P. N. **Land und Volke zwishen Zambesi und Limpopo**. Alemanha: Universitat zu Giessen, 1894 (Tese de Doutorado)

MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. **Industrie des cafres de sud-est de l’Afrique**: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

MUSEU NACIONAL. **Museu Nacional: guia geral**. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos do Museu Nacional (SAMN), 1963

NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX**. 2009. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**: acompanhadas de uma breve notícia de suas coleções. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. 318 p.

NEVES, Margarida de S. Ciência, Civilização e República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, p.31-44, 2010

NEWITT, Malyn. Southern Zambezia States and Indian Ocean Trade, 1450–1900. **Oxford Research Encyclopedia of African History**. Disponível em:

<<http://africanhistory.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-289>>. Acesso em: 31 de agosto de 2018

NEWSDZEZIMBABWE. Zim heroes remains to be repatriated from the UK. Ago, 04, 2019. Disponível em: <<http://www.newsdezimbabwe.co.uk/2019/08/zim-heroes-remains-to-be-repatriated.html>>. Acesso em: agosto de 2019

OEA. **Normas de Quito de 1967**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

OIM. **Carta de Atenas de 1931**. Tradução IPHAN. IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

OLIVEIRA, João Pacheco de e MELO, Rita de Cássia (orgs.). **De Acervos Coloniais aos Museus Indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal**. João Pessoa: EdUEPB, 2019

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A Refundação do Museu Maguta: etnografia de um protagonismo indígena. In: Aline Montenegro M., Rafael Zamorano B. (orgs.). **Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro. Museu Histórico Nacional. 2012. v. 1, pp. 201-218.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 84-148.

OLIVEIRA, João Pacheco. **What Fire Cannot Destroy - memories, networks and projects**. Seminário apresentado no Royal Anthropological Institute (RAI). Londres: Royal Anthropological Institute (RAI) 16 de outubro de 2018 (comunicação oral). Disponível em: <https://www.therai.org.uk/events-calendar/eventdetail/597/-/seminar-joao-pacheco-de-oliveira-filho?filter_reset=1>. Acesso em 15 de dezembro de 2018

OLIVEIRA, João Pacheco, AELLAH, Gema, TURNER, Jessica. Interview: Rising from the ashes. **Anthropology Today**, v. 35, n. 1, february 2019. Disponível em: <http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2019/02/Entrevista-JPO_AT.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2019

ONU. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 2ª. Ed, 1991. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

PAINE, Crispin. **Religious objects in Museums: private lives and public duties**. London: Bloomsbury, 2013

PARAISO, Maria H.B. Os botocudos do Leste na ótica dos viajantes do século XIX (1815-1820). In: ALMEIDA, L.S. e GALDINO, M. (org.). **Índios do Nordeste: temas e problemas III**. Maceió: EDUFAL, 2002 p 97-106.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. De Plenderleith a Al Gore: o ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI. **Anais do Museu Paulista**, v. 16. n.2. July - Dec. 2008. p. 241-264. São Paulo: Museu Paulista, 2008

PEARCE, Susan (ed). **Interpreting Objects and Collections**. New York: Taylor & Francis, 2003 p. 9 -11; 125-132; 157-159

PEKESHE, Munhamu. Understanding origins and meaning of our royal regalia. **The Patriot newspaper**. Zimbabwe, November 27, 2014 Disponível em: <https://www.thepatriot.co.zw/old_posts/understanding-origins-and-meaning-of-our-royal-regalia/>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

PEREIRA, Edmundo. Exercício breve sobre a formação de séries etnográficas a partir de coleções etnológicas. In: PORTO, Nuno, LIMA, Manuel (orgs). **Coleções étnicas e museologia compartilhada**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

PIKIRAYI, Innocent. David Beach, Shona History and the Archeology of Zimbabwe. **Zambezia**, XXVI (II), University of Zimbabwe, 1999, p. 135-144.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86

PORTO, Fernanda (relatoria). *Ecco Narcisus*, 1991/2010. In: Freire, Cristina (org). **Arte contemporânea: preservar o quê?** São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. 196 p.

PYE, Elisabeth. **Caring for the past issues in conservation for archeology and museums**. London: James & James, 2001

PPACT/MAST. **Programa de Pós-graduação em Preservação de Acervos de Ciência & Tecnologia**. Rio de Janeiro: MAST. Disponível em: Disponível em: <http://site.mast.br/areas_deconcentracao_areas_de_pesquisa.html>. Acesso em 13 novembro de 2018

RABELO, Aline Chaves. A Coleção de armas africanas do Museu Nacional. In: SOARES, Mariza de Carvalho, AGOSTINHO, Michele de Barcelos, LIMA, Rachel Corrêa. **Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional**. Série Livros Digitais 4. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFRJ, 2016

RAMINELLE, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. VIII (suplemento), 969-92, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2001

REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882, 160 p.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno aos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014

RODRIGUES, Cristiano Alves (relatoria - Procurador Federal). **A proteção ao direito autoral no que tange às obras de propriedade das comunidades indígenas** Terça, 20 de agosto de 2013 06h30. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-protecao-ao-direito-autoral-no-que-tange-as-obras-de-propriedade-das-comunidades-indigenas,44840.html>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

ROSSI, Paolo. A ideia do Progresso Científico. In: ROSSI, Paolo. **Os Filósofos e as Máquinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 63-67.

RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013

RUSSEL, Roslyn, WINKWORTH, Kylie. **Significance 2.0**: a guide to assessing the significance of collections. 2ª. ed. Collections Council of Australia, 2009. Disponível em: <<https://www.arts.gov.au/what-we-do/museums-libraries-and-galleries/significance-20>>. Acesso em 25 de julho de 2018

RÚSSIO, Waldisa Guameri. Collecter aujourd'hui pour demain. In: **Symposium Collecter aujourd'hui pour demain**. Leiden, 1984, p. 51-59

SAOUMA-FORERO, Galia (ed.). **Authenticity and integrity in an African context: expert meeting Great Zimbabwe**. Zimbabwe, 26-29 May 2000, UNESCO, World Heritage Centre, Paris 2001.

SIMAS, Luis Antônio. A cidade gira: o patrimônio como terreiro. Palestra proferida na **2ª Semana de Conservação do Museu Nacional**. 8 a 10 de novembro de 2017

SCHMIDT, Peter R. **Iron technology in East Africa. Symbolism, science and archaeology**. Indiana: Indiana University Press, 1997

SCHULTE, Deborah. **Preserving Canada's Heritage**: the foundation for tomorrow. Report of the Standing Committee on Environment and Sustainable Development. December 2017, 42nd Parliament, 1st session. House of Commons Chambre des Communes, 2017.

SCHWARCZ, Lilia K. M. O nascimento dos museus brasileiros: 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História da Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré; 2001, V.1, p.27-90

SCHWARCZ, Lilia K. M. **Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco**. Revista Hist. cienc. saúde-Manguinhos, vol.18, no.1. Rio de Janeiro: FioCruz, 2011, p. 225-242

SEASE, Catherine. Codes of ethics for conservation. **International Journal of Cultural Property**, 7(1), 1998, p.98-115. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-journal-of-cultural-property/article/codes-of-ethics-for-conservation/0F09A5753E9106B7F8A1284FEEEE89B3>>. Acesso em 21 de agosto de 2018

SELOUS, Frederick Courtney. **Travel and adventure in Southeast Africa**. London: Rowland Ward and Cia, 1893

SILVA, Juliana Ribeiro da. **Homens de ferro**: os ferreiros na África central no século XIX. São Paulo: USP, 2008 (Dissertação de Mestrado)

SOARES, Mariza de Carvalho e LIMA, Rachel Corrêa. A Africana do Museu Nacional: história e museologia. In: AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da escravidão**: abordagens da cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: Sette Letras. 2013

SOCIÉTÉ ZOOLOGIQUE DE FRANCE. Bulletin de la Société Zoologique de France. Paris, t. XXVII, v. 1, janeiro, 1902

SPHAN. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. **Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31. Brasília: SPHAN/Pró-memória, 1980

STEPAN, Nancy. **Gênese e Evolução da Ciência Brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976

STOCKING JR, G. **Race, Culture and Evolution**: essays in the History of Anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 1982

STOVEL H. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. **City & Time** 2 (3): 3. [online], 2007. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org>>. Acesso em 24 de agosto de 2018

THIS IS AFRICA. Zimbabwean war heroes' skulls to be returned from UK. Ago, 13 de 2015. Disponível em: <<https://thisisafrika.me/zimbabwean-war-heroes-skulls-to-be-returned-from-uk/>> Acesso em: junho 2018

TORRE, Maria de la, MASON, Randall. Introduction. In: TORRE, Maria de la. **Assessing the Values of Cultural Heritage**: report research. Los Angeles: Getty. 2002. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/values_cultural_heritage.html>. Acesso em 13 de maio de 2018

ICCROM. **Charter of Cracow 2000**. Disponível em: <<http://smartheritage.com/wp-content/uploads/2015/03/KRAKOV-CHARTER-2000.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**, 1977. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/opguide77b.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2018

UNESCO. **Guidelines for the Establishment of Living Human Treasure Systems**, 2002. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129520>>. Acesso em 14 de agosto de 2018

UNESCO. (Portal da UNESCO). **General Introduction to the standard-setting instruments of UNESCO**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=23772&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html#name=1>. Acesso em 24 de outubro de 2018

UNESCO. **Text of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/en/convention>>. Acesso em 25 de agosto de 2018

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**, 2005. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>>. Acesso em 08 de janeiro de 2019

UNESCO. Background document on the notion of integrity prepared by the World Heritage Centre, ICOMOS, ICCROM and IUCN. **International World Heritage Expert Meeting on Integrity for Cultural Heritage**. 12 to 15 March 2012, Al Ain, United Arab Emirates, 2012. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-833-7.pdf>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

UNESCO. **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. Representação da UNESCO no Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018

UNESCO. **Recomendação de Paris de 1964**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

UNESCO. **Recomendação de Paris de 1989**. Tradução IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2018

VALENTE, Mariana Giorgetti, FREITAS, Bruna Castanheira de. **Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19038/Manual%20de%20direito%20autoral%20para%20museus%20e%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 23 de janeiro de 2019

VAN MENSCH, Peter. **Towards a methodology of museology**. Zagrebe: University of Zagreb (PhD thesis), 1992. Disponível em: <<http://vana.muuseum.ee/uploads/files/mensch18.html>>. Acesso em: 11 março 2019.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Carrett de e GRANATO, Marcus. A noção de integridade aplicada à conservação e restauro de bens culturais móveis: alguns antecedentes e desdobramentos. **Revista CPC**, 23, jan./jul. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p93-113>>. Acesso em: jan. de 2018

VELLOSILLO, Arianne Vanrell. Projetos para desenvolver a participação do artista e entender e preservar a sua mensagem, experiências e resultados. In: Freire, Cristina (org). **Arte contemporânea: preservar o quê?** São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. 196 p. Disponível em: <<http://www.mac.usp.br/geacc/preservaroque.pdf>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019

VELOSO, Crenivaldo Regis. **Os "curiosos da natureza": Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX**. Niteroi, UFF, 2013

VELOSO, Crenivaldo Regis. O artesanato da produção acadêmica: exercício historiográfico sobre a trajetória intelectual de Heloísa Fénelon. **XXIX Simpósio de História Nacional**. Contra os preceitos: história e democracia, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491429722_ARQUIVO_Texto_ANPUH_2017.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

VELOSO, Crenivaldo Regis. Índice de objetos, índice de histórias: o Catálogo Geral das Coleções de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. **Ventilando Acervos**. Especial, n. 1 (set. 2019). Florianópolis: Museu Victor Meirelles/IBRAM/MinC, 2019.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Contemporary Theory of Conservation**. London: Elsevier Ltd., 2005

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013

WALKER, Ellen Jeannie. **Iron Age Decorative Metalwork in Southern Africa: an archival study**, Cape Town: University of Cape Town, novembro de 2015 (Tese de Doutorado)

WELSH, Elizabeth C. et al. Multicultural participation in conservation decision-making. **Western association for art conservation (WAAC)** newsletter. Seattle: WAAC, 1992, v. 14, n. 1, p.13-22. Disponível em: <<https://cool.conservation-us.org/waac/wn/wn14/wn14-1/wn14-105.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

WHARTON, Glenn. Indigenous claims and heritage conservation: an opportunity for critical dialogue. **Public Archaeology**, 4:2-3, 199-204, 2005. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/pua.2005.4.2-3.199>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018

WINGFIELD, Chris. **Interpreting Iron in Zimbabwe**, Oxford: University of Oxford, 2000. (Tese de Doutorado)

WOLFE, Sara J., MIBACH, Lisa. Ethical Considerations in the Conservation of Native American Sacred Objects. **Journal of the American Institute for Conservation**, Vol. 23, No. 1 (Autumn, 1983), pp. 1-6. The American Institute for Conservation of Historic & Artistic. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3179770>>. Acesso em 16 junho de 2014

ZIMMER, J.T. PHELPS, W.H. A new flycatcher from Venezuela, with remarks on the Mocquerys Collection and the Piculet, *Picumnus squamulatus*. **American Museum Novitates**. N. 1657. New York, 1954

ZUÑIGA, Solange Sette G. de. A Importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. **Registro**, ano 1, v. 1, jul. 2002 p. 71-89

Fontes Documentais

Correspondência de Mocquerys para Museu Tring de 13 de novembro de 1903. TR1/1/24/303, Fundo Tring/Walter Rothschild. Arquivo do NHM de Londres.

Livro de Entrada e Saída de Objetos (1893-1915), D273. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

Livro de Entrada e Saída de Objetos, 1913, D260. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

Livro de registro de objetos em exposição da 1ª Seção, 1904, D271. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

Livro de Lançamento de Objetos Entrados no Museu Nacional (1876-1892), D303. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

Fundo Diretoria, Pasta 43, Doc. 91 de 27/10/1902. Arquivo Histórico do MN do RJ (SEMEAR)

ANEXOS

ANEXOS



Número de registro - 6204

Situação - em exposição (antes do incêndio)

Objeto – Machado

Povo - Shona (?) (atribuído)

Terminologia étnica - *gano* (Shona)

Proveniência - Zambeze

Dimensões - A.60,0 cm x L.19,8 cm

Descrição no tombo - Arma dos negros africanos para matar elefantes

Material - Cabo de madeira recoberto por fios de liga metálica e lâmina de ferro

Forma de aquisição – Desconhecida

Coletor – Desconhecido

Data de entrada – Desconhecida

Estado de conservação - Regular. Lâmina de ferro apresenta leve pátina, assim como os fios de liga metálica. A trama dos fios de liga metálica está totalmente integra.

Descrição

Machado com cabo de madeira escura totalmente envolto por finíssimos fios de liga metálica dourada formando padrões espiralados e trançados. Na parte superior do cabo aparecem padrões de fios que enrodilhados formam cadeias de correntes, sendo encimado por uma tacha dourada como acabamento. A

lâmina de ferro tem formato de lua crescente ou semicírculo. Em alguns relatos de viajantes do século XIX, consta como arma para matar elefante, mas também aparece como insígnia de poder. Atualmente é usado como parte do *tsvimbo dza baba* (coisas do pai) na cerimônia da *bira* (cerimônia de posseção)

Bibliografia de referência

BAFOUR, Alice Blanche. Twelve Hundred Miles in a Waggon, London: Edward Arnold, 1895

BENT, James Theodore. The Ruins Cities of Mashonaland: being a record of excavation and exploration in 1891. London: Longman, Green and Co., 1895

BLENNERHASSETT, Rose; SLEEMAN, Lucy. Adventures in Mashonaland by two Hospital Nurses. London: Macmillan and Co., 1893

DEWEY, William. AK-47S for the ancestors. Journal of Religion in Africa. N.24, p.358-374, 1994

GUYOT, Paul. Le Zambèze. Paris, 1898. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>.

Acesso em: jan. de 2017

MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

SELOUS, Frederick Courtney. Travel and adventure in Southeast Africa. London: Rowland Ward and Cia, 1893

WINGFIELD, Chris. Interpreting Iron in Zimbabwe, Oxford: University of Oxford, 2000. (Tese de Doutorado)

OBS: Apesar do livro de registro do SEE não indicar a proveniência, no arquivo de fichas catalográficas consta como sendo do Zambeze
Para mais informações ver capítulo 3



Número de registro - 6181; 6182; 6183; 6184; 6185

Situação - 6181 – Em exposição (antes do incêndio)

6182 – Em exposição (antes do incêndio)

6183 - Reserva 2 (antes do incêndio)

6184 – Reserva 2 (antes do incêndio)

6185 – Reserva 2 (antes do incêndio)

Objeto - Machado com lâmina curva

Povo - Shona (?) (atribuído)

Terminologia étnica - desconhecida

Procedência – Zambeze

Dimensões - A. 33 cm x L. 23 cm

Descrição no tombo - Arma de ferro dos negros do Zambeze

Material - Cabo de madeira recoberto por fios de liga metálica e lâmina de ferro

Forma de aquisição – compra

Coletor - Albert Mocquerys

Data de entrada - março de 1909

Estado de conservação

6181 - Bom. Lâmina de ferro apresenta leve pátina.

6183 – Ruim. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina e a decoração com fios parcialmente danificada.

6184 – Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina

6185 – Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina

Descrição

6181 - Machado pequeno com cabo de madeira clara e envolto por finíssimos fios de liga metálica dourada formando padrões espiralados e trançados. Na parte superior do cabo aparece um botão ovalado de madeira achatado com sete listas horizontais pirografadas e sem decoração com fios. A lâmina de ferro em formato curvilíneo (levemente serpenteado) transpassa uma ranhura existente no botão de

madeira do cabo, na parte superior da peça, de forma equilibrada e balanceada. O machado de 6182 é idêntico ao de no 6181, sendo que as listras pirografadas são na diagonal. Os outros machados (no 6183, 6184 e 6185) possuem encimando o cabo, um botão de madeira ovalado com volume, sem decoração e a lâmina tem formato apenas curvilíneo voltada para cima.

Bibliografia de referência

BENT, James Theodore. The Ruins Cities of Mashonaland: being a record of excavation and exploration in 1891. London: Longman, Green and Co., 1895

GUYOT, Paul. Le Zambèze. Paris, 1898. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>.

Acesso em: jan. de 2017

MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

Museus com peças similares

Metropolitan Museum of Art, British Museum, Smithsonian Nacional Museum of Natural History, Brooklyn Museum



Número de registro – 6189; 6190; 6191; 6194

Situação

6189 – Reserva 2; (antes do incêndio)
6190 - Reserva 2; (antes do incêndio)
6191 – Em exposição; (antes do incêndio)
6194 – Reserva 2 (antes do incêndio)

Objeto - Zagaia ou azagaia

Povo - Shona (?) (atribuído)

Terminologia étnica – desconhecida

Proveniência – Zambeze

Dimensões - A. 68,0 cm x L. 2,6 cm; ponta 10,0 cm; ponta traseira 3,7 cm

Descrição no tombo - Arma de ferro dos negros do Zambeze

Material - Cabo de madeira recoberto por fios de liga metálica e ponta de ferro

Forma de aquisição – Compra

Coletor - Albert Mocquerys

Data de entrada - março de 1909

Estado de conservação

6189 - Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina.
6190 – Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina
6191 – Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina
6194 - Regular. Lâmina e fios de decoração apresentam pátina

Descrição

Zagaias pequenas com 1 ponta (no 6189 e no 6190) e cabo de madeira recoberto por finíssimos fios de liga metálica formando padrões espiralados e trançados. Ponta em forma lanceolada de ferro. Segundo relato dos viajantes do século XIX, cada guerreiro poderia levar até 5 zagaias que eram lançadas e depois recolhidas no campo. (GUYOT, 1898, p. 156). As de no 6191 e 6194, possuem duas pontas. A ponta traseira é bem curta e em forma losangular.

Bibliografia de referência

GUYOT, Paul. Le Zambèze. Paris, 1898. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>. Acesso em: jan. de 2017
MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

Museus com peças similares Metropolitan Museum of Art, British Museum, Smithsonian Nacional Museum of Natural History, Brooklyn Museum



Número de registro – 6153

Situação - Em exposição (antes do incêndio)

Objeto – Arco

Povo - Shona (?)(atribuído)

Terminologia étnica – desconhecida

Proveniência – Zambeze

Dimensões - A.158 cm x L.4,6 cm

Descrição no tombo - Arco de madeira e fios de latão

Material - Cabo de madeira recoberto por fios de liga metálica

Forma de aquisição – Compra

Coletor- Albert Mocquerys

Data de entrada - março de 1909

Estado de conservação - Bom. As partes decoradas com fios de liga metálica apresentam leve pátina

Descrição

Arco com corpo de madeira avermelhada afinada em ambas as extremidades. Possui decoração com fios de liga metálica formando padrões espiralados e trançados nas duas pontas e distribuídos em 4 partes ao longo do corpo com espaçamento em torno de 17,5 cm de cada uma das partes.

Bibliografia de referência

GUYOT, Paul. Le Zambèze. Paris, 1898. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>. Acesso em: jan. de 2017
MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

Museus com peças similares

Metropolitan Museum of Art, British Museum, Smithsonian Nacional Museum of Natural History, Brooklyn Museum

OBS: No livro do porteiro consta como fios de cobre e no livro de registro do SEE, como fios de latão



Número de registro – Desconhecido

Situação - Em exposição (antes do incêndio)

Objeto – Lança

Povo - Shona (?) (atribuído)

Terminologia étnica – desconhecida

Proveniência - Zambeze (atribuído)

Dimensões - A.126 cm x L.2,6 cm, ponta com 33,0 cm

Descrição no tombo - Desconhecida (não foi encontrado na peça seu número de registro)

Material - Cabo de madeira recoberto por fios de liga metálica e ponta de ferro

Forma de aquisição – Desconhecida

Coletor – Desconhecido

Data de entrada – Desconhecida

Estado de conservação

Bom. As partes decoradas com fios de liga metálica apresentam leve pátina

Descrição

Lança de madeira de duas pontas de ferro, com corpo coberto por finíssimos fios de liga metálica e formando padrões espiralados e trançados. Na parte superior do cabo aparecem padrões de fios que enrolados formam cadeias de correntes semelhantes ao do machado de no 6204. Ponta traseira curta e losangular.

Bibliografia de referência

GUYOT, Paul. Le Zambèze. Paris, 1898.
Disponível em:
<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>.
Acesso em: jan. de 2017
MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F.
Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique:

collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique. Leyde: E. J. Brill, 1893

Museus com peças similares

Metropolitan Museum of Art, British Museum, Smithsonian Nacional Museum of Natural History, Brooklyn Museum



Número de registro – 6139

Situação - em exposição (antes do incêndio)

Objeto - Apoio para cabeça

Povo - Shona (?) (atribuído)

Terminologia étnica - *Mutsago* (Shona)

Proveniência – Zambeze

Dimensões - A.12,3 cm x L.15,5 cm x C. 6,2 cm

Descrição no tombo - travesseiro de madeira

Material - Madeira

Forma de aquisição – compra

Coletor- Albert Mocquerys

Data de entrada - março de 1909

Estado de conservação

Ótimo

Descrição

Encosto de madeira esculpida em peça única e utilizado apenas por homens, para que ao se deitarem não encostem a cabeça no chão. Apresenta uma plataforma superior retangular com as bordas levemente viradas para cima, decorada por pequenos triângulos esculpidos formando 4 conjuntos dispostos em um padrão triangular maior, com os ápices apontando para o centro do encosto da cabeça. As bordas são decoradas com pequenas linhas paralelas dispostas na horizontal. As quatro colunas da parte central que apoiam a peça, são atravessadas por uma barra composta de dois círculos que ocupam as duas extremidades da barra. Ao centro desse conjunto, dois traços horizontais entremeados por pequenos traços verticais. Essa decoração pode ser análoga aos padrões de escarificação feminina (de acordo com informação do *Metropolitan Museum of Art*). Na base inferior dois círculos apoiam toda a peça. Atualmente pode ser utilizado como parte do *tsvimbo dza baba* (coisas do pai) na cerimônia de posseção *bira* (Ver capítulo 3, p. 123)

Bibliografia de referência

DEWEY, William. AK-47S for the ancestors. *Journal of Religion in Africa*. N.24, p.358-374, 1994
GUYOT, Paul. *Le Zambèze*. Paris, 1898.
Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104495h>>.

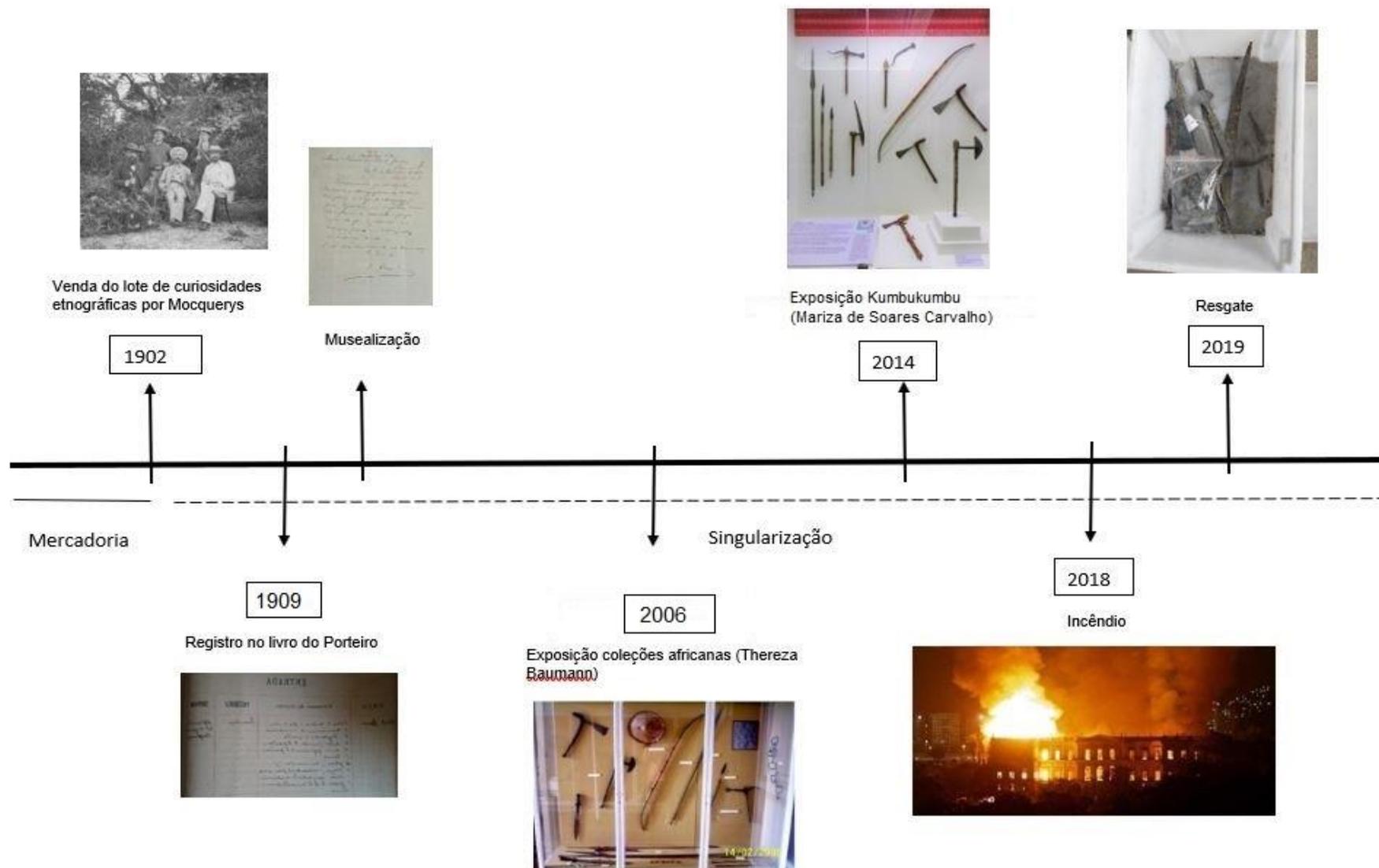
Acesso em: jan. de 2017

MULLER, Hendrik P.N. e SNELLEMAN, Joh F. *Industrie des cafres de sud-est de l'Afrique: collection recueillie sur le Lieux et notice ethnographique*. Leyde: E. J. Brill, 1893

Museus com peças similares

Metropolitan Museum of Art, British Museum, Smithsonian Nacional Museum of Natural History, Brooklyn Museum

Gráfico da trajetória da Coleção Mocquerys do Museu Nacional



Mapa conceitual da Coleção Mocquerys e do machado e lança do Zambeze

